



Universidade do Minho
Escola de Psicologia

Sandra Mónica de Almeida Vieira

**Ofensores Sexuais: Das Crenças ao Estilo
de Pensamento**

Sandra Mónica de Almeida Vieira **Ofensores Sexuais: Das Crenças ao Estilo
de Pensamento**

UMinho | 2010

Outubro de 2010



Universidade do Minho

Escola de Psicologia

Sandra Mónica de Almeida Vieira

Ofensores Sexuais: Das Crenças ao Estilo de Pensamento

Tese de Doutoramento em Psicologia
Área de Conhecimento de Psicologia da Justiça

Trabalho efectuado sob a orientação do
**Professor Doutor Rui João Abrunhosa Carvalho
Gonçalves**

Outubro de 2010

DECLARAÇÃO

Nome : Sandra Mónica de Almeida Vieira

Endereço electrónico: sandravieira@sapo.pt Telefone: 225489676 / 918164753

Número do Cartão de Cidadão: 10969861

Título dissertação tese

Ofensores Sexuais: Das Crenças ao Estilo de Pensamento

Orientador(es):

Rui João Abrunhosa Carvalho Gonçalves

_____ Ano de conclusão: 2010

Designação do Mestrado ou do Ramo de Conhecimento do Doutoramento: Psicologia da Justiça

É AUTORIZADA A REPRODUÇÃO INTEGRAL DESTA TESE/TRABALHO APENAS PARA EFEITOS DE INVESTIGAÇÃO, MEDIANTE DECLARAÇÃO ESCRITA DO INTERESSADO, QUE A TAL SE COMPROMETE;

Universidade do Minho, ___/___/_____

Assinatura: _____

AGRADECIMENTOS

Tudo na vida tem uma motivação, um princípio...

Simplesmente a TI....que és tudo para mim....

À minha família que me encorajou sempre a não desistir, a lutar pelos meus objectivos e que acreditou que eu conseguiria alcançar os meus sonhos...

À minha amiga, que desde que me conheço como pessoa, está sempre ao meu lado, Teresa Carla Martins...

À Ana Cristina Neves, simplesmente por Tudo...

Ao Professor Doutor Rui Abrunhosa, meu orientador, que me serenou sempre que as minhas dúvidas e ansiedades surgiam. O meu Muito Obrigado pelo empenho, dedicação e apoio que me transmitiu sempre...

A todos os docentes da Universidade do Minho, da Escola de Psicologia, área da Justiça, que sempre nos presentearam com os seus conhecimentos e motivaram a nossa evolução...

Às minhas companheiras de estudos, Ana Filipa Maroco, Ana Pereira, Carla Antunes, Cláudia Coelho, Mónica Lopes, Sónia Caridade, ...e todas as que se cruzaram neste meu percurso...

À Direcção Geral dos Serviços Prisionais e aos Directores dos Estabelecimentos Prisionais onde foi realizada a recolha dos dados, pela colaboração e disponibilidade demonstrada...

A todos os reclusos que participaram e possibilitaram a realização deste trabalho...

Muitas foram as pessoas que me fizeram acreditar que este projecto de investigação era importante e útil para a Psicologia em Portugal, e não só, para a investigação criminal....os meus actuais companheiros de profissão...

...o meu MUITO OBRIGADA!!!

Ofensores Sexuais: Das Crenças ao Estilo de Pensamento

RESUMO

A crescente visibilidade da criminalidade sexual em Portugal constitui uma fonte de insegurança social, nomeadamente devido ao facto de as vítimas dos crimes sexuais serem as que desenvolvem com maior frequência sequelas psicológicas limitadoras a vários níveis do seu desempenho pessoal. Por outro lado, o conhecimento sobre os ofensores sexuais em Portugal e os programas de intervenção junto desta categoria de delinquentes são escassos ou mesmo inexistentes.

Surge desta forma, a necessidade de desenvolver projectos de investigação neste domínio, devido não só à inexistência de programas específicos de intervenção, mas também pela falta de conhecimento sobre quais as variáveis nos ofensores sexuais que devem ser alvo de intervenção, para que esta seja mais eficiente e eficaz.

Este estudo visa colmatar o défice existente ao nível do conhecimento científico nesta área, procurando analisar o estilo de pensamento dos ofensores sexuais e as suas crenças em relação aos comportamentos de violência sexual, para posteriormente delinear um plano de intervenção cientificamente sólido que incida sobre estes aspectos referenciados como determinantes no desencadear de comportamentos sexuais abusivos e com impacto relevante na prevenção da reincidência.

Entre outras, discutir-se-ão questões sobre *diferenças de estilo de pensamento criminal entre os ofensores; diferenças entre ofensores sexuais e outros ofensores; diferenças nas crenças sobre a sexualidade, o comportamento sexual e a violência sexual*, através do recurso a uma metodologia combinada, qualitativa e quantitativa, e à consulta de ficheiros institucionais, o que permite o cruzamento de informações que possibilitam conhecer melhor este tipo de delinquência.

Sexual Offenders: Beliefs and Thinking Style

ABSTRACT

The growing visibility of sexual crime in Portugal is a source of social insecurity, particularly because the victims of sexual crimes are those who develop psychological sequels more frequently limiting the various levels of personal performance. Furthermore, knowledge about sexual offenders in Portugal and intervention programs with this category of offenders is scarce or even nonexistent. Arises in this way, the need to develop research projects in this area, not only because of the absence of specific intervention programs, but also by lack of knowledge about which variables in which sex offenders should be targeted for intervention, to make it more efficiently and effectively.

This study aims to bridge the existing gap at the level of scientific knowledge in this area, trying to analyze the thinking style of sexual offenders and their beliefs regarding of sexual assault, to later design a scientifically sound plan of action focusing on these aspects referred as determinants in triggering sexual abusive behaviors and in the prevention of recidivism.

Among others, the following issues will be discussed: differences in thinking style between criminal offenders; differences between sex offenders and other offenders; and differences in beliefs about sexuality, sexual behavior and sexual violence.

ÍNDICE

AGRADECIMENTOS	v
RESUMO	vi
ABSTRACT	vii
ÍNDICE DE QUADROS	xi
INTRODUÇÃO	15
Parte A – Enquadramento Teórico	
Capítulo I – Abordagens Teóricas da Agressão Sexual	20
1.1. Perspectivas Teóricas da Delinquência Sexual	20
1.2. Modelos Teóricos da Agressão Sexual	28
1.2.1. Modelo de Finkelhor	28
1.2.2. Modelo de Abel, Becker e Cunningham-Rathner	32
1.2.3. Modelo de Compreensão da Agressão Sexual de Marshall e Barbaree	33
1.2.4. Modelo Quadripartido de Hall e Hirschman	38
1.2.5. Modelo de Malamuth	41
1.2.6. Modelo de Ward	43
1.2.7. Conclusão	51
Capítulo II – Agressão Sexual e Variáveis Cognitivas	53
2. 1. Características do Agressores Sexuais	53
2.2. Tipologias dos Agressores Sexuais	56
2.3. Distorções Cognitivas	62
2.3.1. Tipos mais frequentes de distorções cognitivas	68
Negação e Minimização	68
Distorção da Percepção e Crenças Inapropriadas	71
2.3.2. Avaliação de Crenças e Distorções Cognitivas	76

2.4. Conclusão	80
Capítulo III – Avaliação da Delinquência Sexual	83
Capítulo IV – Pensamento Criminal	88
4.1. Teoria do Pensamento Criminal (Yochelson & Samenow, 1976)	88
4.2. Teoria do Estilo de Vida Criminal (Walters, 1991)	98
4.3. Teoria de Estilo de Pensamento Criminal de Walters (1995)	110
4.4. Conclusão	124
Parte B – Estudo Empírico	
Capítulo V – Instrumentos e Procedimento	129
5.1. Instrumentos	129
5.2. Procedimento	136
Capítulo VI – Amostra	138
Capítulo VII – Hipóteses	145
Capítulo VIII – Análise e Discussão dos Resultados	146
8.1 Validade e Fidelidade do IPEPC	146
8.1.1. Instrumento	146
8.1.2. Procedimento	147
8.1.3. Amostra	147
8.1.4. Precisão	147
8.1.5. Validade	155
8.1.6. Conclusão	159
8.2. Resultados das Hipóteses	160
8.2.1. Ofensores Sexuais vs Outros Ofensores	162
8.2.2. IPEPC vs Outras Variáveis	172
8.2.3. Ofensores Sexuais vs Outros Ofensores	193
8.2.4. Ofensores Sexuais	196
8.2.5. Crenças sobre a Violência Sexual	197

8.3. Discussão dos Resultados	199
8.4. Conclusão	209
Referências Bibliográficas	214

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1 - Caracterização Demográfica e Jurídico-Penal da amostra	139
Quadro 2 – Efeito Idade e Crime Sexual Cometido	141
Quadro 3 – Estado Civil e Crime Sexual Cometido	142
Quadro 4 – Escolaridade e Crime Sexual Cometido	142
Quadro 5 – Residência e Crime Sexual Cometido	143
Quadro 6 – Antecedentes Criminais e Crime Sexual Cometido	143
Quadro 7 – Comportamento Prisional e Crime Sexual Cometido	144
Quadro 8 – Itens que compõem as Escalas de Estilo de Pensamento	149
Quadro 9 - Análise dos componentes principais	152
Quadro 10 – Itens que compõem as Escalas de Conteúdo	153
Quadro 11 - Análise dos componentes principais	154
Quadro 12 – Itens que compõem a Escala de Medo de Mudança	154
Quadro 13 - <i>Eigenvalues</i> e variância explicada	156
Quadro 14 – Análise dos componentes principais	157
Quadro 15 – Itens que compõem os Factores	158
Quadro 16 - Resultados IPEPC	161
Quadro 17 – Médias de resultados do IPEPC em dois grupos	162

Quadro 18 - Médias do Total do IPEPC por tipo de Crime	163
Quadro 19 - Testes de Mann-Whitney para o efeito do tipo de crime cometido e o Total do IPEPC	163
Quadro 20 - Médias do Total da Escala do Estilo de Pensamento <i>Atitudes/ Crenças e Traços Anti-sociais</i> por Tipo de Crime Cometido	164
Quadro 21 - Testes de Mann-Whitney para o efeito do Tipo de Crime Cometido e o Escala do Estilo de Pensamento <i>Atitudes/ Crenças e Traços Anti-sociais</i>	164
Quadro 22 - Médias do Total da Escala do Estilo de Pensamento <i>Competências Pessoais/Interpessoais e Estilos De Coping</i> por Tipo de Crime Cometido	165
Quadro 23 - Médias do Total da Escala do Estilo de Pensamento <i>Insight/Locus Controlo</i> por Tipo de Crime Cometido	166
Quadro 24 - Médias do Total da Escala do Factor <i>Locus Controlo Externo/Auto-conceito Grandioso</i> por Tipo de Crime Cometido	167
Quadro 25 - Testes de Mann-Whitney para o efeito do Tipo de Crime Cometido e o <i>Factor Locus Controlo Externo/Auto-conceito Grandioso</i>	168
Quadro 26 - Médias do Total da Escala do Factor <i>Baixa Autodeterminação e Vulnerabilidade Psicopatológica</i> por Tipo de Crime Cometido	168
Quadro 27 - Médias do Total da Escala de Conteúdo <i>Pensamento Criminal Corrente</i> por Tipo de Crime Cometido	169
Quadro 28 - Médias do Total da Escala de Conteúdo <i>História Pensamento Criminal</i> por Tipo de Crime Cometido	170
Quadro 29 - Testes de Mann-Whitney para o efeito do Tipo de Crime Cometido e a Escala Conteúdo <i>História Pensamento Criminal</i>	171
Quadro 30 - Médias do Total da Escala Especial Medo Mudança por Tipo de Crime Cometido	171

Quadro 31 - Médias do IPEPC e Idade	173
Quadro 32 - Médias do IPEPC e Escolaridade	175
Quadro 33 - Médias do IPEPC e Estado Civil	176
Quadro 34 - Efeito Estado Civil e IPEPC	177
Quadro 35 - Médias do IPEPC e Antecedentes Criminais	179
Quadro 36 - Médias do IPEPC e Punições	180
Quadro 37 - Associação Total IPEPC e PCL-R	182
Quadro 38 - Associação Estilos Pensamento IPEPC e PCL-R	183
Quadro 39 - Associação Factores IPEPC e PCL-R	184
Quadro 40 - Associação Escalas Conteúdo IPEPC e PCL-R	185
Quadro 41 - Associação Escala Especial de Medo de Mudança IPEPC e PCL-R	186
Quadro 42 - Associação Total IPEPC e LCSF-R	187
Quadro 43 - Associação Estilos Pensamento IPEPC e LCSF-R	187
Quadro 44 - Associação Factores IPEPC e LCSF-R	188
Quadro 45 - Associação Escalas Conteúdo IPEPC e LCSF-R	189
Quadro 46 - Associação Escalas Especial Medo Mudança IPEPC e LCSF-R	189
Quadro 47 - Associação Total IPEPC e Dimensões Agressividade	190

Quadro 48 - Associação Estilos Pensamento Criminal IPEPC e Dimensões Agressividade	191
Quadro 49 - Associação Factores IPEPC e Dimensões Agressividade	192
Quadro 50 - Associação Escalas Conteúdo IPEPC e Dimensões Agressividade	192
Quadro 51 - Associação Escala Especial Medo Mudança IPEPC e Dimensões Agressividade	193
Quadro 52 – Efeito IPEPC e Crime Cometido	194
Quadro 53 – Efeito IPEPC e Crime Sexual Cometido	196
Quadro 54 – Correlação IPEPC e Crenças Violência Sexual	198

INTRODUÇÃO

As práticas sexuais têm vindo a ser alteradas ao longo dos tempos e variam consoante a cultura. As ofensas sexuais dependem das normas sociais estabelecidas, ou seja, da cultura onde os sujeitos estão inseridos. Um factor que demonstra isto é, por exemplo, a despatologização da homossexualidade pelos psiquiatras em certas culturas, como se verificou através do desaparecimento desta categoria do Manual de Diagnóstico e Estatística das Perturbações Mentais - DSM-IV (1996). Devemos também fazer alusão ao conceito de “desvios sexuais”. Nestes podemos referir-nos às parafilias, que são desvios sexuais em relação ao objecto, modo, frequência ou contexto sexual gratificante. As parafilias distinguem-se das disfunções sexuais, pois estas últimas são caracterizadas por “perturbações no desejo sexual e nas modificações psicofisiológicas que caracterizam o ciclo de resposta sexual e provocam mal-estar e dificuldades interpessoais” (DSM-IV, 1996). De salientar que nem todas as parafilias correspondem a actos criminosos ou ilegais e, por outro lado, nem todas as ofensas sexuais estão ligadas à existência de parafilias. Por exemplo, a violação não é identificada como sendo uma parafilia, mas no decorrer deste acto ofensivo, podem ocorrer comportamentos, que são identificados como sendo parafilias.

Até aos anos 60, a Criminologia prestava pouca atenção aos crimes sexuais. Este tipo de crimes, foi contudo objecto de estudo da Psicologia e da Psiquiatria, tendo sido realizados diversos estudos na tentativa de alcançar a compreensão deste fenómeno, abrangendo não só o estudo das vítimas mas também dos ofensores (Blackburn, 1994).

Nas estatísticas dos crimes oficialmente participados, os números relativos a estas ofensas surgem subestimados. Na realidade, estes comportamentos ofensivos são menos denunciados devido a vários factores tais como: a vítima ser muito nova, estar intimidada pelo ofensor, o ofensor ser da família ou amigo da vítima, ou por todo o stress que o processo judicial origina, facto que ainda pode afectar mais a vítima (vitimização secundária). Assim, verifica-se que as taxas de prevalência dos crimes sexuais, são difíceis de se obter, uma vez que existe um elevado número de cifras negras relacionado com o número de crimes que não são reportados às autoridades. Mas actualmente tem-se verificado que o número de condenados por estes crimes, tem vindo a aumentar, sendo que muitos destes casos só são descobertos acidentalmente, pois caso contrário não sairiam do anonimato, engrossando as cifras negras. Mesmo assim,

embora havendo maior visibilidade destes problemas, o número de casos que chegam à justiça é só uma pequena parte da realidade existente. Já um estudo, realizado por Abel e Rouleau (1990), confirmou este facto demonstrando que, muitas das ofensas sexuais não estão presentes nas estatísticas oficiais dos crimes.

Os ofensores sexuais suscitam apreensão e medo, pelo facto da maioria dos actos executados por este tipo de criminosos serem muito violentos, envolvendo o uso da força física e ameaças, muitas vezes até com recurso a armas de fogo. Mas o motivo que suscita maior medo é o facto de estes ofensores terem como principais vítimas crianças, mulheres ou pessoas incapacitadas, nas quais o impacto das ofensas é ainda mais elevado.

São várias as consequências destas ofensas para as vítimas e, se são crianças, este acontecimento traumático pode levar ao aparecimento de diferentes problemas, tais como: dificuldades de aprendizagem, bloqueio da capacidade mental, apatia, etc., o que origina repercussões que se podem arrastar durante vários anos (Blackburn, 1994).

Muitas investigações têm sido efectuadas para procurar especificar as características dos ofensores sexuais, na tentativa de identificar um tipo de personalidade que distinga os criminosos sexuais dos outros criminosos e da população em geral. Muitos desses estudos utilizaram o Inventário de Personalidade Multifásico do Minnesota (MMPI) (Andrews & Bonta, 1994). Mas na generalidade, a literatura consultada tende a ignorar algumas variáveis que melhor podem predizer o comportamento criminal dos ofensores (e.g., características de personalidade, psicopatologias, as crenças e estilo de pensamento delinvente), que são determinantes nestes comportamentos (Redondo, 2002). A ideia geral, partilhada por diferentes investigadores, é que os ofensores sexuais são criminosos “especializados”, e por isso, a intervenção e tratamento devem focalizar-se nos factores directamente associados ao tipo de comportamento sexual abusivo. Porém, Maletzky (1991) verificou que os ofensores sexuais têm um comportamento criminal que não se restringe só aos crimes sexuais.

Outros autores utilizaram nas suas investigações uma abordagem multifactorial, atendendo a factores como a psicopatia, a história de vitimização, uso de drogas, instabilidade nos empregos e outras variáveis associadas a um estilo de vida anti-social. Esta abordagem multifactorial enfatiza a noção que os problemas da sexualidade dos indivíduos podem estar na base do cometimento de crimes, mais concretamente dos crimes sexuais. De facto, os indivíduos podem possuir algum tipo de perturbação que

origem o cometimento dos crimes mas, existem outros casos, em que não está presente nenhum tipo de perturbação. O que alguns estudos demonstram, é que existe outro tipo de factores, não sexuais, associados ao cometimento deste tipo de ofensas e que também os determinam (Andrews & Bonta, 1994).

Este tipo de crimes está descrito no Código Penal, sob o título “*Crimes Contra A Liberdade e Auto-determinação Sexual*”. Dentro deste tema, estão englobados alguns tipos de crimes como a violação e o abuso sexual de crianças (Código Penal, 2007).

Segundo o Código Penal (2007), a *violação* é definida no artigo 164º como “1- quem, por meio de violência, ameaça grave, ou depois de, para esse fim, a ter tornado inconsciente ou posto na impossibilidade de resistir, constranger outra pessoa: a) a sofrer ou praticar, consigo ou com outrem, cópula, coito anal ou coito oral; ou b) a sofrer introdução vaginal ou anal de partes de corpos ou objectos; é punido com pena de prisão de três a dez anos; e, 2- quem, por meio não compreendido no número anterior e abusando da autoridade resultante de uma relação familiar, de tutela ou curatela, ou de dependência hierárquica, económica ou de trabalho, ou aproveitando-se de temor que causou, constranger outra pessoa: a) a sofrer ou praticar, consigo ou com outrem, cópula, coito anal ou coito oral; b) a sofrer introdução vaginal ou anal de partes de corpos ou objectos; é punido com pena de prisão até três anos”.

Quanto à definição de *abuso sexual*, existem diferentes artigos no Código Penal que nos quais se encontram plasmadas estas definições, tendo por base os diferentes tipos de vítimas. Assim, podemos encontrar o crime de Abuso Sexual de Pessoa Incapaz de Resistência (artigo 165º), Abuso Sexual de Pessoa Internada (artigo 166º), Abuso Sexual de Crianças (artigo 171º), e Abuso Sexual de Menores Dependentes (artigo 172º), entre outros.

Centrando-nos mais concretamente nos dois tipos de crimes sexuais mais frequentes, o abuso sexual e a violação, podemos definir a violação como um acto sexual com recurso à força, ou ameaça, para obter cumplicidade nos actos sexuais ou, uso de comportamentos agressivos durante a activação sexual. Por vezes pode ocorrer a violação e o homicídio, nomeadamente nas situações em que os ofensores pretendem que a vítima não os incrimine ou como resultado de comportamentos sádicos. O homicídio pode ocorrer associado mais a certos crimes sexuais, como a violação, o abuso sexual de menores e a necrofilia, estando menos associados a outras parafilias como travestismo ou o fetichismo (Almeida, 1999).

Segundo Almeida (1999) em Portugal, são raros os relatos de homicídios

associados a ofensas sexuais, mas o que acontece quando este facto se verifica, é que o ofensor mata a vítima de agressão sexual para encobrir o crime perpetrado. Normalmente, estes indivíduos são de baixo nível socioeconómico e cultural, demonstrando claras dificuldades no relacionamento com o sexo oposto. Apresentam muitas vezes, história de enurese na infância e na adolescência. São indivíduos recolhidos, isolados, em que o objecto fantasiado é a fonte de gratificação emocional principal, tendo também comportamentos violentos dirigidos a pessoas e a objectos. Ao medo que sentem de serem descobertos pelo crime sexual cometido, junta-se a agressividade e animosidade contra o sexo feminino, o que vai determinar o homicídio. Este tipo de ofensores, muitas vezes ataca pessoas que lhes são conhecidas, sendo que muitas vezes já lhes conhecem as rotinas diárias, hábitos e costumes.

Existem diferentes abordagens relativas aos ofensores sexuais. A título exemplificativo podemos referir a perspectiva de Ressler (1988 cit in Almeida, 1999), segundo o qual estes indivíduos são produto de famílias em que está presente uma relação negativa com o progenitor, sendo a mãe a figura dominante, existindo história de alcoolismo, doença psiquiátrica e criminal na família, tendo muitas vezes sido abusados física ou sexualmente na infância. Relativamente à violação, existe também a ideia que esse acto pode variar em relação ao contexto e à violência exercida, sendo que na maior parte das vezes, a vítima é desconhecida, mas muitas vezes as violações ocorrem no seguimento de um encontro (Blackburn, 1994).

Outro dado presente na literatura relativo à violação é que muitos destes crimes são perpetrados por grupos de pares. Estes grupos de ofensores normalmente têm menos de 21 anos, beberam álcool antes de cometerem os crimes, sendo que parece que estes comportamentos ofensivos resultam da dinâmica do grupo e não de patologias individuais (ibidem).

Também sobre a temática do abuso sexual têm surgido alguns estudos com o intuito de caracterizar esse tipo de agressores, tais como o realizado em Portugal por Pereira (2007) sobre as distorções cognitivas com agressores intra e extra-familiares.

O que a literatura demonstra é que existem diversos estudos sobre esta realidade, mas que consideram variáveis específicas na análise dos comportamentos sexuais delinquentes, não considerando o fenómeno como um todo. No entanto, ao longo dos tempos, foram surgindo diferentes perspectivas teóricas e modelos teóricos com o intuito de estudar os ofensores sexuais.

Do ponto de vista teórico, o comportamento sexual desviante é explicado a partir

de contributos, *Biológicos, Psicanalíticos, da Teoria da Aprendizagem Social, Sociológicos, Situacionais e Contextuais*. De salientar a presença na literatura, de modelos teóricos que englobam o contributo de várias abordagens teóricas como, a título exemplificativo o modelo de Marshall e Barbaree (1989), que parece particularmente útil quando aplicado aos fenómenos de violação e abuso sexual de menores (Redondo, 2002), onde a análise dos comportamentos de agressão sexual, é explicada por uma ordem vária de factores (factores biológicos, o fracasso na aprendizagem do controle da inibição, as atitudes socioculturais, a pornografia, o contexto, as distorções cognitivas e as circunstâncias oportunas). São esses contributos que iremos apresentar no capítulo que se segue.

O objectivo deste estudo é identificar as características dos ofensores sexuais, nomeadamente distinguir os ofensores sexuais dos restantes ofensores ao nível do estilo de pensamento criminal e das crenças sobre o comportamento sexual e sobre a violência sexual em adultos e menores. Neste sentido algumas questões se podem levantar: *os ofensores sexuais serão assim tão diferentes da população em geral? O que pensam os ofensores sexuais? Será que pensam que as relações sexuais com crianças são legítimas? Ou são erradas mas tomam a decisão de as cometer?* A resposta a estas questões pode ser um avanço ao nível da intervenção psicológica neste tipo de ofensores.

Para além de um conhecimento da realidade prisional portuguesa em termos de criminalidade sexual, o estudo propõem ajudar na elaboração de um programa de intervenção adequado, já que emergem padrões de funcionamento assaz diferentes que apontam para expectativas de tratabilidade ou de sucesso terapêutico diferentes. Em regra, são os sujeitos mais jovens e com melhor inserção social e maior número de recursos educacionais, profissionais ou sociais e com ressonância afectiva face aos actos cometidos, que têm mais sucesso, traduzido este pela existência de “curvas de sobrevivência” mais extensas. Entre os adultos, aqueles cujo delito teve características de menor intrusividade, em que existia uma relação estável com um parceiro sexualmente apropriado (e.g., um adulto), e onde havia igualmente uma inserção social e laboral satisfatória e a mesma componente positiva de ressonância afectiva, têm constituído também as situações de maior sucesso.

Capítulo I – Abordagens Teóricas da Agressão Sexual

Como o comportamento sexual desviante pode ocorrer segundo diferentes formas, as teorias que surgem à volta deste tema, com o intuito de o compreender e explicar, devem ter em conta os vários factores que podem influenciar este tipo de comportamento criminoso. Assim, irá analisar-se este tema, à luz das várias perspectivas teóricas globais que tentaram compreender este fenómeno.

1.1. Perspectivas Teóricas da Delinquência Sexual

Inicialmente surge a *Perspectiva Biológica* cuja ideia basilar presente nesta perspectiva é que o comportamento sexual desviante é o reflexo da influência de factores neurológicos, biológicos e orgânicos. Defende que o comportamento sexual ofensivo é fruto do elevado impulso sexual que ocorre devido às hormonas e a outros aspectos fisiológicos. Um exemplo da influência destes factores no comportamento sexual é a importância da testosterona em níveis elevados na corrente sanguínea que contribuía para uma activação sexual intensa e agressiva. Outra ideia presente, para diversos investigadores, é que se os indivíduos conseguirem controlar a activação sexual, podem aprender a controlar o comportamento sexual desviante, evitando o cometimento dos crimes sexuais.

Alguns estudos efectuados com animais, como o realizado por Quinsey (1984), demonstram a existência de uma relação entre os centros neuronais da agressão e da actividade sexual, mostrando que a violência sexual pode ocorrer devido a condições genéticas. Vários autores fazem referência à importância dos factores genéticos no comportamento sexual agressivo, enfatizando ao mesmo tempo a influência do contexto onde o indivíduo se desenvolve e se encontra inserido. Outros estudos, como o realizado por Marshall e Barbaree (1990), como veremos mais pormenorizadamente no capítulo seguinte, referem a existência de uma propensão natural, para o comportamento sexual agressivo, sendo que, os jovens devem aprender a inibir esse comportamento através da aprendizagem e utilização de competências adequadas.

Por outro lado, outro aspecto biológico estudado por alguns investigadores é a actividade cerebral. Um estudo realizado por Flor-Henry e colaboradores (1991)

demonstra que os exibicionistas e os pedófilos apresentam anomalias semelhantes no electroencefalograma (E.E.G.), o que resulta da instabilidade do hemisfério dominante e da desregulação inter-hemisférica, podendo ser este facto que está na base do comportamento sexual desviante, em que se associa uma ideação anormal com uma resposta orgástica (Blackburn, 1994).

Esta perspectiva Biológica, como se pode verificar, centraliza a explicação dos crimes sexuais nos aspectos biológicos associados ao comportamento sexual violento.

Surge uma abordagem a *Teoria Evolucionista e Agressão Sexual* com base a teoria de Darwin (1859). Enfatiza os aspectos biológicos da natureza humana que ao longo dos anos, estiveram na base da selecção natural e que provocaram alterações ao nível do cérebro, tornando-o num mecanismo complexo e capaz de ajudar os organismos a sobreviver e a reproduzirem-se num mundo hostil. Segundo esta perspectiva, os seres humanos nascem com uma estrutura complexa de competências psicológicas, sendo que o ambiente é que vai ter a função de activar ou inibir e aferir essas competências. Os aspectos culturais servem de mediadores de todo o processo. Os organismos evoluem ao longo do tempo, através de um processo de selecção natural e adaptação ao ambiente que os rodeia. Este processo de mudança é progressivo, e através de alterações que podem ocorrer nos organismos ou mesmo nas características dos indivíduos, podem surgir novas características ou mesmo novas espécies. Esta abordagem enfatiza a noção que estas evoluções têm em vista tornar os organismos mais adaptados e eficientes face ao contexto ambiental e cultural onde se encontram inseridos. Tal como na teoria de Malamuth (1996), estes autores também enfatizam a noção de explicações *últimas* e *proximais*, em que as últimas têm como objectivo o facto de tentarem explicar e identificar quais os mecanismos utilizados para resolver uma tarefa adaptativa, incluindo o ambiente, a selecção natural e a sexual. As explicações proximais, procuram identificar qual a origem dos mecanismos, incluindo aspectos como os genes, a história desenvolvimental, as aprendizagens e o ambiente.

A psicologia evolucionista teve grande importância e influencia na psicologia e nos trabalhos realizados sobre as ofensas sexuais. Esta abordagem psicológica enfatiza que existem mecanismos cognitivos específicos na resolução de determinados problemas adaptativos. Estes mecanismos cognitivos estão associados em módulos, que funcionam de forma independente, sendo que estes módulos não podem ser alterados através da aprendizagem, somente podendo ser aferidos. Cada módulo representa uma

adaptação do indivíduo na resolução de uma tarefa específica. A falha na resolução da tarefa diminui a capacidade de sobreviverem e de transmitir os seus genes às gerações futuras.

Thornhill e Palmer (2000) aplicaram a teoria evolucionista às ofensas sexuais. Estes dois autores enfatizam a parte biológica dos seres humanos, referindo que os seres humanos são animais e fazem parte do mundo natural. Reforçam a importância da aprendizagem e dos aspectos culturais na aquisição da propensão para cometer actos de violação, postulando que estes factos só ocorrem porque o ser humano tem capacidade de aprender.

Para estes autores, a violação é encarada como uma consequência dos processos de evolução que favoreceram o aparecimento de determinadas características nos homens e nas mulheres. Encontrar uma companheira é um processo competitivo dos homens com o objectivo de dominarem e acederem de forma sexual e exclusiva às mulheres. Os homens que têm melhores capacidades e recursos acedem às mulheres aumentando as possibilidades de passarem os seus genes às gerações futuras. Por outro lado, os homens tenderão a ter múltiplas parceiras sexuais, com o intuito de terem certezas face às questões da paternidade e aumentando desta forma também o sucesso reprodutivo. A violação é vista como um processo de adaptação directo, pois resulta numa vantagem em termos reprodutivos para o homem, mas por outro lado, também pode ser visto como um produto das adaptações psicológicas que foram efectuadas ao longo do tempo, devido à necessidade de resolver problemas de adaptação. Para estes autores a violação depende de três condições. O indivíduo adopta um comportamento ofensivo de violação se admite que terá desta forma acesso a relações sexuais das quais acredita possuir mais vantagens do que se utilizasse outro tipo de comportamento. Mas a violação só ocorrerá mediante condições que favoreçam esta estratégia. Factores como falta de competências, alienação social, acesso limitado a mulheres e relações interpessoais e íntimas pouco satisfatórias, podem originar a adopção do comportamento de violação. É a combinação entre a propensão para a agressão sexual e condições ambientais específicas que podem promover o desenvolvimento de atitudes e estratégias reforçadoras do comportamento sexual agressivo. Estes autores fazem ainda referência a mecanismos psicológicos presentes nos agressores que lhes permitem identificar potenciais vítimas.

Outra perspectiva teórica a *Psicanalítica* procurou explicar o comportamento

sexual ofensivo foi a perspectiva psicanalítica. Esta abordagem defende que o comportamento sexual é uma continuação da sexualidade infantil, sendo que existe uma função defensiva nas crianças para evitarem a ansiedade oriunda da frustração. Freud defende que os comportamentos de agressão sexual são também uma manobra defensiva, resultantes de perturbações da personalidade, em que as fantasias sexuais da infância são, através do crime, gratificadas (Blackburn, 1994). Deste modo, o comportamento sexual desviante deve-se à não resolução dos conflitos associados ao Complexo de Édipo e, conseqüentemente, à regressão. Assim, uma falha na identificação com o pai, pode originar a dominância da figura materna, podendo resultar em desejos de incesto que não abandonam o indivíduo, ou por outro lado, originar também a persistência da ansiedade de castração nas relações heterossexuais. A título de exemplo, a pedofilia homossexual é explicada, segundo esta perspectiva, através do narcisismo, em que o ofensor trata as vítimas como gostava que a mãe o tratasse. Quanto aos violadores, a perspectiva psicanalítica, explica o comportamento ofensivo, como uma forma de mostrar a ambivalência existente na relação com a sua mãe. O comportamento sádico é explicado como uma forma de, ao degradar o corpo feminino, reagir contra os desejos de incesto. Assim, segundo a perspectiva psicanalítica, os comportamentos sexuais desviantes são vistos como estruturas cognitivas defensivas, que representam o trauma que o indivíduo passou na infância, ao nível da identificação com o agressor e o seu desejo de vingança.

Autores como Groth e Burgess (1977) defendem a existência de outros aspectos presentes nestes comportamentos sexuais desviantes, como a raiva e a necessidade de obter controlo e poder, que estão presentes aquando do cometimento do crime. Uma revisão bibliográfica, que vai ao encontro da ideia defendida por Groth e Burgess, foi efectuada por Saul Levin e Lawrence Stava's (1987) e demonstrou que os pedófilos e os violadores apresentam diferenças significativas nas medidas de raiva e de culpa. Atendendo a factores situacionais, existem estudos como o de Van Ness (1984), que demonstram que a raiva, por exemplo, aumenta a probabilidade de activação sexual que pode, em certas condições, originar o comportamento ofensivo (cit in Blackburn, 1994).

Existem factores, defendidos por outros autores das abordagens psicodinâmicas, que influenciam a conduta sexual ofensiva como: a hiperlibidinização inata, a sedução na infância ou experiências traumáticas, pois podem originar comportamentos compulsivos de agressão sexual, que estão na base das ofensas sexuais (Blackburn, 1994).

Outra perspectiva que surgiu sobre os agressores foi a da *Aprendizagem* demonstra a importância de certos factores como as fantasias, a ansiedade e também, a activação sexual em relação a estímulos inapropriados, como relevantes para a adopção de comportamentos sexuais ofensivos. Esta abordagem enfatiza a falta de competências sociais e sexuais para lidar de forma adequada com as situações.

McGuire, Carlisle e Young (1965, cit in Blackburn, 1994) elaboraram um modelo clássico do condicionamento do comportamento sexual desviante. Estes autores referem que o comportamento e activação sexual inicial originam a fantasia da masturbação, que pode estar associada ao comportamento sexual agressivo.

Por sua vez, Laws e Marshall (1990) referem a existência de certos estímulos que são melhores para suscitarem a activação sexual, sendo que certas fantasias progridem para o comportamento sexual desviante, através de processos de reforço e punição. Por outro lado, referem ainda que, também a observação dos modelos existentes é um factor importante que pode influenciar o desenvolvimento do comportamento sexual desviante (ibidem). Gagnon (1994) demonstrou por sua vez, que as interacções sexuais dependem, não só de aspectos sexuais, mas também de aspectos não sexuais, como por exemplo as normas sociais, mais concretamente que os factores sociais influenciam os comportamentos sexuais.

Outro dado, que se encontra presente na literatura, é a importância das competências dos sujeitos, verificando-se que os défices nas competências dos indivíduos podem resultar no reforço de comportamentos sexuais desviantes, originando um menor nível de ansiedade, o que vai reforçar positivamente o comportamento ofensivo do indivíduo, se este não for punido. Overholser e Beck (1986), também concordam que os indivíduos que cometem crimes de violação ou abuso sexual de crianças apresentam défices nas competências sociais de relacionamento interpessoal (ibidem).

Um estudo comparativo entre violadores, pedófilos e exibicionistas demonstrou que os exibicionistas são os que têm menos problemas ao nível psicológico e social, mas que são os que têm mais défices ao nível das competências sociais. De salientar que enquanto os autores psicodinâmicos vêem a violação como um sintoma de psicopatologia, os comportamentalistas enfatizam que esse comportamento ofensivo resulta de défices de competências sociais (Blackburn, 1994).

Por sua vez, Marshall e Barbaree (1990) defendem que os ofensores sexuais

caracterizam-se por serem sujeitos mais vulneráveis a terem comportamentos sexuais desviantes, como resultado do défice de competências que advém das interações com os pais, em que os padrões usuais de interação são de rejeição ou violência. Assim, a falha no desenvolvimento de competências adequadas, pode originar a que os indivíduos percepcionem o seu comportamento sexual como apropriado. Estes autores tentaram mostrar a importância de integrar numa só teoria os aspectos biológicos do desenvolvimento e socialização da criança, como também a influência dos factores culturais e situacionais, para melhor se compreender estes comportamentos.

Segundo uma outra perspectiva, a *Sociocultural*, os factores culturais desempenham um papel importante no desenvolvimento de um determinado tipo de comportamentos e na inibição de outros, o que pode ser utilizado na explicação dos comportamentos sexuais abusivos.

Alguns defensores das perspectivas feministas, que permitiram a alteração da imagem que a sociedade tinha deste fenómeno e especificamente das vítimas, como tendo algum grau de culpa no crime de que foram alvo, referem que a violação ocorre como forma de expressar o poder do homem, ao nível dos relacionamentos entre homens e mulheres, no seio da sociedade. Ou seja, a violação é um crime em que existe o uso da força, havendo uma associação entre a masculinidade, o poder e a superioridade. Assim, os defensores das perspectivas feministas defendem que a violação está associada com atitudes e crenças relativas à relação de poder entre o homem e a mulher, o que depende do contexto cultural onde os indivíduos estão inseridos (Blackburn, 1994).

Amir (1971) descobriu que uma grande percentagem das violações era planeada, o que parece contradizer o conceito psiquiátrico que refere a violação como um acto impulsivo em que o indivíduo perde o controlo (cit in Blackburn, 1994).

Os autores Koss e Leonard (1984) referem que os violadores tendem a atribuir à mulher a responsabilidade pelo crime, mas no entanto, têm baixas pontuações em relação às atitudes negativas para com as mulheres (ibidem).

No entanto, as teorias feministas referem que os homens têm um potencial para violar (Brownmiller, 1975) e que os homens não ofensores são activados pelos estímulos da violação e poderiam cometer uma ofensa sexual se fosse assegurado que não teriam problemas com a Justiça (Malamuth, Check & Briere, 1986; Quinsey & Chaplin, 1984).

Por outro lado, mesmo o crime de exibicionismo é encarado, segundo a perspectiva sociológica, como um comportamento desempenhado pelo indivíduo como forma de chamar à atenção, provocar choque nas pessoas, uma vez que com este comportamento não se verifica contacto com as vítimas.

Alguns autores, defensores desta perspectiva, referem que estas condutas sexuais menos ofensivas tendem a evoluir para comportamentos mais graves do ponto de vista criminal, como refere Freud (1990), que enfatiza a co-ocorrência do exibicionismo com outras parafilias como o voyeurismo ou o froteurismo, enquanto que Rooth (1973), refere a co-existência do exibicionismo com a pedofilia. No entanto, há outros autores que negam este facto (cit in Blackburn, 1994).

Um estudo desenvolvido por Blair e Lanyon (1981, cit in Blackburn, 1994) permitiu concluir que os comportamentos de exibicionismo estavam associados ao stress do início da vida adulta, demonstrando-se desta forma a existência de défices de competências, sendo que muitos exibicionistas são casados, mas que raramente obtêm satisfação sexual através da sua relação marital.

Uma outra perspectiva a *Situacional e Contextual* enfatiza a importância do contexto situacional e de vida no desenvolvimento de comportamentos sexuais ofensivos. Encontra-se na literatura a referência a que os violadores têm um percurso de vida e vivência familiar, semelhante aos dos delinquentes agressivos, uma vez que se verifica, em muitos casos, a presença de violência parental no seu historial de vida. Mais especificamente na história de vida dos violadores encontra-se muitas vezes episódios de violência familiar, negligência e abuso sexual (Blackburn, 1994).

Um estudo realizado por Karl Hanson e Slater (1988 cit in Andrews & Bonta, 1994) demonstrou que 28.2% dos ofensores sexuais tinham sido vitimizados sexualmente em criança. Mas a conclusão principal retirada por estes autores foi que a vitimização sexual pode originar problemas sexuais na generalidade.

Existem alguns factores situacionais que, estando presentes na vida dos indivíduos, podem afectar a activação sexual e o comportamento agressivo por parte do ofensor. Alguns destes aspectos são referidos pelos próprios ofensores, como por exemplo o álcool, mas que é um facto considerado suspeito, pois pode ser uma forma de o ofensor se tentar desculpabilizar do acto cometido. Mas um estudo de Amir (1971 cit in Andrews & Bonta, 1994) verificou que na maior parte dos casos de violação, o ofensor e a vítima tinham ingerido bebidas alcoólicas. Verifica-se a existência de uma

discussão polémica em torno da associação da ingestão de álcool e outras drogas ao comportamento sexual abusivo.

Estudos experimentais sobre a relação entre o álcool e os crimes sexuais verificaram que o álcool, mesmo quando utilizado como um efeito placebo, aumenta a activação sexual e também o interesse pela violência erótica. Alguns estudos demonstram que o abuso de álcool está associado à utilização de maior violência na violação, mas este facto não é confirmado noutros estudos. Desta forma, assume-se que os dados existentes face à relação entre o abuso de álcool e o comportamento sexual ofensivo são inconsistentes (Andrews & Bonta, 1994).

Existem outros factores situacionais ou pessoais que podem facilitar a violação, nomeadamente a má percepção das pistas sociais que as outras pessoas demonstram, o aumentar do poder e também as expectativas que o comportamento sexual desviante é permissível.

Resumindo, o ser humano é o reflexo da conjugação de diversos factores tais como biológicos, psicológicos, sociológicos e situacionais, actuando não só sobre o meio que o rodeia, mas também sobre os outros, sendo também alvo da sua influência. Os agressores apenas diferem dos restantes seres humanos pois, segundo as diferentes perspectivas, ocorreu algo na interacção deste com o que o rodeia que originou o desenvolvimento de condutas e comportamentos anti-sociais, uma vez que vão contra as regras sociais e legais impostas.

Os agressores sexuais não diferem dos restantes ofensores, ao nível das teorias explicativas, uma vez que todas as concepções teóricas tendem a explicar os comportamentos delinquentes e desadequados atendendo a diversos factores subjacentes. Assim, relativamente aos agressores sexuais podemos encontrar na literatura diferentes perspectivas teóricas que explicam estes comportamentos, desde perspectivas que centram a sua explicação em factores biológicos, outras em factores situacionais, ou em abordagens mais centradas na aprendizagem, ou no contexto social e situacional, ou mesmo em explicações mais psicanalíticas.

No entanto, para melhor se poder estudar e compreender este tipo de ofensores estes deverão ser analisados no seu todo, atendendo aos diferentes modelos teóricos existentes e não apenas considerando alguns aspectos, como nas perspectivas teóricas. Desta forma, urge conhecer os modelos teóricos explicativos do comportamento sexual agressivo que passaremos a apresentar.

1.2. Modelos Teóricos da Agressão Sexual

Reunir modelos sobre os crimes sexuais e as crenças que legitimam as ofensas sexuais, pode ser um passo para a compreensão dos ofensores sexuais e permitir uma intervenção terapêutica mais adequada e eficaz. São vários os modelos teóricos que foram desenvolvidos com o intuito de compreender e explicar os ofensores sexuais, nomeadamente o modelo fisiológico, o modelo cognitivo-comportamental e o modelo sociobiológico.

Os modelos teóricos são diferentes das perspectivas teóricas uma vez que tentam explicar o fenómeno atendendo a diferentes variáveis e não se concentrando numa única variável explicativa.

Em seguida, irá apresentar-se os vários modelos teóricos sobre a agressão sexual, utilizando como critério de apresentação a ordem cronológica.

1.2.1. Modelo de Finkelhor

O Modelo de pré-condições de Finkelhor (1984) foi o primeiro modelo multifactorial especificamente concebido para os abusadores sexuais de crianças. É uma teoria simples e que sistematiza os diferentes factores que influenciam o processo que origina o comportamento sexual violento. Este modelo é utilizado ao nível da intervenção com este tipo de ofensores, quer pela sua simplicidade, o que permite explicar quais os objectivos e a natureza do tratamento, como também pela caracterização deste tipo de ofensores (Burgess, et al., 2007).

Segundo Burgess, Commons, Safarik, Looper e Ross, S. (2007), uma boa teoria deve permitir englobar os diferentes tipos de abusadores sexuais de crianças e possibilitar estabelecer planos de tratamento para cada um deles, sabendo que possuem problemáticas associadas diversificadas.

Finkelhor (1984) refere que o abuso sexual de crianças é um fenómeno complexo, causado por múltiplos factores, e que existem diferentes tipos de abusadores que são influenciados por diferentes tipos de necessidades psicológicas, ou seja, por diferentes motivações para as ofensas, quer por influência de variáveis situacionais ou contextuais, como as práticas parentais e até as atitudes sociais existentes para com as crianças e a

sexualidade. São estes factores que, segundo o autor, originam o desenvolvimento de padrões de comportamento ofensivo diferentes e com características psicológicas diferentes. Para Finkelhor (1984) uma das questões mais relevantes a considerar na investigação é tentar esclarecer qual a ligação entre as necessidades psicológicas e a ofensa sexual (cit in Burgess, et al., 2007).

O autor deste modelo defende que os diferentes tipos de abusadores sexuais de crianças se distinguem pela existência de motivações e necessidades psicológicas diferentes que serão traduzidas em diferentes padrões de ofensas sexuais. Este autor sustenta a ideia de que a maioria dos ofensores sexuais não sofre de qualquer tipo de psicopatologia, pelo contrário que possuem um padrão de funcionamento normal, ao nível da sua integração profissional e familiar (Burgess, et al., 2007).

Segundo Finkelhor (1984 cit in Ward et al., 2006), uma boa teoria sobre os agressores sexuais de menores tem que ser capaz de explicar vários factores, nomeadamente o facto de haver indivíduos que são atraídos sexualmente por crianças, o facto de algumas crianças serem escolhidas como objectos preferenciais das ofensas sexuais, e o motivo pelo qual os indivíduos cometem as ofensas sexuais com as crianças apesar de saberem ser um acto extremamente punido pela sociedade. Assim, Finkelhor (1984) estabelece quatro condições preexistentes ao comportamento ofensivo nos abusadores sexuais de crianças: factores inerentes a necessidades psicológicas e à motivação, factores situacionais e contextuais, as práticas educativas parentais e as atitudes sociais e culturais sobre a sexualidade e as crianças. As ideias-chave presentes são: o sexo com as crianças é satisfatório em termos emocionais; os ofensores sexuais são sexualmente excitados pelas crianças; os abusadores têm sexo com as crianças porque não conseguem satisfazer as suas necessidades sexuais de forma adaptada em termos sociais; os delinquentes sexuais tornam-se desinibidos e desenvolvem comportamentos que não são habituais (cit in Burgess, et al., 2007).

Estes quatro aspectos podem interagir de diferentes formas, quer funcionando como impulsionadores ou como controladores dos comportamentos abusivos, e também funcionar de forma independente ou estarem inter-relacionados. De salientar que estas condições ocorrem sempre de forma sequencial no tempo. Assim, e segundo este modelo, as condições preexistentes são: a motivação para abusar das crianças, os inibidores internos, os inibidores externos e a capacidade da criança resistir ao comportamento sexual ofensivo. As três primeiras condições fazem parte da primeira pré-condição, sendo que os diferentes motivos para cometer a ofensa sexual para com

uma criança e a última condição (desinibição) fazem parte da segunda pré-condição. Desta forma, poder-se-ia separar os ofensores consoante a motivação que estaria na base do comportamento adoptado, o que permitiria, ao nível da intervenção terapêutica, utilizar formas diferenciadas de tratamento (Burgess, et al., 2007).

Abordaremos em seguida as condições de forma mais específica. A Motivação, segundo Finkelhor (1984) pode incluir três motivos diferentes para abusar das crianças. É uma condição que engloba diferentes aspectos, nomeadamente a congruência emocional, que se refere ao facto das necessidades dos indivíduos poderem ser satisfeitas através das características das crianças. Desde logo, este aspecto reflecte a vulnerabilidade psicológica dos sujeitos, pois estes indivíduos criam expectativas de que com estas crianças podem satisfazer as suas necessidades de forma segura. Este autor refere ainda que muitos destes agressores se podem identificar psicologicamente com as crianças, devido ao défice no desenvolvimento emocional. Finkelhor (1984) refere também a importância dos factores sociais e culturais nestes comportamentos. Segundo ele, os homens são socializados para serem detentores de poder e dominantes ao nível dos relacionamentos sexuais, vendo as crianças que têm como características serem mais novas, mais pequenas e mais fracas fisicamente, como parceiras sexuais legítimas (cit in Ward et al., 2006).

A activação sexual, segundo motivo, refere-se ao facto do sujeito sentir estimulação sexual pelas crianças. Segundo Finkelhor (1984), a partir do estímulo *criança* pode ter ocorrido aprendizagens desadaptadas através, por exemplo, da exposição à pornografia, ou outras actividades envolvendo actividades sexuais com crianças, como ver outras crianças a serem abusadas, ou o próprio ofensor ter sido vítima de abuso sexual. Este autor refere que o facto de um indivíduo ter sido vítima de ofensas sexuais, não lhe provoca preferência sexual por crianças, isso só ocorre se essas experiências forem vivenciadas de forma negativa e muito forte. Por outro lado, salienta-se a importância dos aspectos culturais que podem potencializar a satisfação das necessidades emocionais através de comportamentos sexuais, referindo-se no entanto, que muitos indivíduos podem cometer as ofensas sexuais por possuírem níveis anormais de hormonas, que potenciam o desejo sexual, podendo levar a actos sexuais ofensivos com crianças (Ward et al., 2006).

Outro aspecto associado à motivação é o bloqueio. Enfatiza a ideia de que homens que experienciam stress e não conseguem satisfazer as suas necessidades sexuais e emocionais de forma adaptada, adoptam comportamentos ofensivos em termos sexuais

para obterem prazer e satisfação. Estes bloqueios podem ser temporários ou permanentes, também se podendo diferenciar bloqueios desenvolvimentais e bloqueios situacionais, que originam que estes indivíduos adotem comportamentos violentos e intrusivos, de forma pontual ou reiterada no tempo, como forma de obterem gratificação sexual (Burgess, et al., 2007).

Segundo Finkelhor (1984) estes bloqueios podem dever-se a problemas relacionados com as aprendizagens, défices de competências, tal como é defendido pela teoria da aprendizagem, ou com factores mais psicodinâmicos como a existência de medo nas relações sexuais com adultos, ou associados a abordagens mais sistémicas da família, como os problemas conjugais (Burgess, et al., 2007).

A segunda pré-condição reporta-se aos Inibidores Internos, definidos como os elementos que vão facilitar ou inibir o envolvimento do indivíduo em actos sexuais abusivos. Este modelo apresenta uma listagem de factores que podem diminuir a capacidade do indivíduo controlar o desejo de se envolver sexualmente com crianças, nomeadamente factores psicológicos internos como a intoxicação por álcool, a desordem de impulsos, as psicoses, a falta de controlo para inibir os comportamentos de incesto, a presença de stress na vida do sujeito, entre outros aspectos. Segundo este modelo, estes factores tornam os mecanismos de auto-regulação ineficazes o que permite ao sujeito não resistir aos desejos e cometer as ofensas sexuais. Estas atitudes e crenças presentes na vida do indivíduo funcionam como distorções cognitivas e permitem ao indivíduo interpretar as situações de relacionamento sexual com as crianças de forma satisfatória (Burgess, et al., 2007).

Por outro lado, surgem os Inibidores Externos, considerados por Finkelhor (1984) a terceira pré-condição. São obstáculos externos que inibem a oportunidade para que ocorra um comportamento sexual abusivo, como por exemplo o contexto social das crianças, a falta de suporte social, a falta de supervisão parental, a ausência da figura materna, as crenças partilhadas pelos diferentes elementos da família sobre a sexualidade e a discriminação. Daí que este processo de abuso sexual possa, ou não, ocorrer de forma planeada (Burgess, et al., 2007).

A quarta pré-condição a considerar é que este tipo de ofensores, para concretizarem o seu comportamento de abuso sexual das crianças, utilizam diferentes tipos de estratégias para diminuir a resistência delas ou para conseguir aceder às crianças, nomeadamente oferecem prendas, fornecem estímulos sexuais ou em último caso, chegam mesmo a fazer uso de ameaças.

Este modelo desenvolvido por Finkelhor (1984) demonstra a noção de que os agressores sexuais de crianças fazem parte de um grupo de indivíduos heterogéneo, que cometem os actos abusivos por diferentes motivos. Este foi o primeiro modelo compreensivo, elaborado especificamente sobre os abusadores sexuais de crianças.

Este modelo é um pouco limitado na medida em que centra a explicação das ofensas sexuais em motivações e diferentes necessidades psicológicas que depois se traduzem em diferentes padrões de ofensas sexuais.

1.2.2. Modelo de Abel, Becker e Cunningham-Rathner

Um dos primeiros modelos teóricos que surge na literatura é o proposto por Abel e colaboradores (1984). Este modelo é baseado na teoria da aprendizagem social e postula que o desenvolvimento normal dos rapazes, permite que aprendam a inibir a excitação sexual inapropriada, tendo em consideração os estímulos socialmente desadequados. Mas alguns sujeitos mantêm fantasias sobre situações e estímulos considerados pela sociedade como inadequados. Assim, por qualquer motivo, alguns indivíduos falham esta tarefa de aprendizagem da inibição da excitação e desenvolvem comportamentos desadequados, promovem crenças não usuais, comportamentos e pensamentos sexuais desadequados, que irão carregar com eles para a idade adulta, caso não sejam censurados por outras pessoas que sejam seus significativos. Estes autores referem que, no final da adolescência, os jovens tornam-se conscientes que têm preferências sexuais que não vão de encontro às normas sociais vigentes. Para lidar com este facto, desenvolvem crenças próprias, que os autores denominaram de distorções cognitivas. Estas distorções cognitivas são externamente reforçadas através da masturbação. Os autores definem as distorções cognitivas como processos internos, que podem ser desde justificações, percepções e julgamentos utilizados como racionalização do comportamento de abuso sexual de menores e têm como objectivo proteger a auto-imagem que o indivíduo detém. Os autores que propuseram este modelo vêem as distorções cognitivas como facilitadoras dos comportamentos abusivos ou como factor que faz com que estes se mantenham, sendo que à medida que o tempo passa, as distorções cognitivas tornam-se mais enraizadas no indivíduo.

Desde 1970 que os tratamentos dos ofensores sexuais enfatizam a ideia de que as distorções de informação facilitam o comportamento ofensivo, principalmente depois de

Abel e colaboradores (1984), terem publicado as suas ideias e opiniões sobre a importância das distorções cognitivas no comportamento deste tipo de ofensores, uma vez que as crenças desadaptativas e os pensamentos distorcidos são relevantes na facilitação e justificação das ofensas sexuais.

Este modelo foi muito importante no despoletar do interesse dos investigadores por esta temática das distorções cognitivas, que abordaremos pormenorizadamente mais adiante, pois era o único modelo teórico existente que explicava as distorções cognitivas específicas dos abusadores sexuais de crianças. Além disso, estes autores elaboraram um questionário para medir as distorções cognitivas nos ofensores sexuais, especificamente nos abusadores sexuais. No entanto, não clarificaram quais os mecanismos que estão envolvidos no desenvolvimento das distorções cognitivas e não explicam com detalhe como é que todo este processo ocorre. O questionário por eles desenvolvido foi utilizado em múltiplas investigações e também na promoção de investigações para posterior intervenção na área das distorções cognitivas (Abel et al., 1984).

1.2.3. Modelo de Compreensão da Agressão Sexual de Marshall e Barbaree

Outro modelo explicativo sobre os ofensores sexuais é o de Marshall e Barbaree (1990). Trata-se de um modelo multifactorial sobre as ofensas sexuais, que tenta explicar o desenvolvimento e manutenção do comportamento sexual violento, nomeadamente o abuso sexual de crianças, a violação e outras ofensas sexuais. Ao contrário da teoria de Finkelhor (1984) que só explicava os abusos sexuais de crianças, este modelo aborda também a violação e outros comportamentos sexuais ofensivos.

Este modelo defende que existe uma tarefa desenvolvimental crítica que ocorre na altura da adolescência, ao nível da discriminação dos impulsos agressivos dos sexuais, bem como a capacidade do indivíduo de controlar os comportamentos agressivos durante os actos sexuais. Esta abordagem faz também referência à importância da vinculação do indivíduo, pois uma vinculação insegura pode originar baixa auto-estima, défices no estilo de coping e dificuldades ao nível das competências de relacionamento interpessoal. Estes factores associados às alterações que ocorrem na adolescência, como

na fase da puberdade, aumentam a probabilidade de nesta etapa desenvolvimental ocorrer um comportamento sexual ofensivo. Este modelo defende assim que as tarefas desenvolvimentais são um aspecto crítico que influencia a vulnerabilidade do sujeito para o comportamento sexual agressivo. Além disso, os autores referem que existem também outros aspectos transitórios que são factores precipitantes das ofensas sexuais.

Marshall e Barbaree (1990) defendem que a vulnerabilidade do indivíduo para cometer as ofensas sexuais varia consoante a resiliência do sujeito. Resiliência é definida por estes autores como o facto de os indivíduos terem presentes determinadas características, habilidades, capacidades, atitudes, preferências, valores e crenças que possibilitam que o sujeito resista aos impulsos de cometer um comportamento sexual ofensivo.

Para este modelo, a violação e o abuso sexual de crianças são fruto da interacção de múltiplos factores que convergem no lugar e no tempo e que culminam no comportamento ofensivo. Os principais factores enfatizados por esta abordagem são os processos biológicos, as tarefas desenvolvimentais, as questões culturais, as atitudes sobre a sexualidade, as questões de género e a vulnerabilidade psicológica inerente a estes factores.

Estes autores propõem que, quando se pretende analisar os comportamentos de agressão sexual, deve atender-se a diversos aspectos, como os factores biológicos, o fracasso de inibição, as atitudes socioculturais, a pornografia, o contexto, as distorções cognitivas e as circunstâncias oportunas. Em seguida analisar-se-á cada um destes factores.

Os *Aspectos Biológicos* são importantes para se compreender este fenómeno da agressão sexual. O que as investigações têm demonstrado é a existência de semelhança entre os mediadores neuronais e as hormonas responsáveis pelo comportamento sexual agressivo, existindo também, por outro lado, a inespecificidade do impulso sexual inato, podendo estes dois aspectos estarem interligados. Assim, e atendendo a estes aspectos mais biológicos, os autores evidenciam a importância da necessidade que o jovem seja capaz de aprender a inibir estas tendências agressivas e de ajustar as suas necessidades sexuais às normas da sociedade, sendo capaz de seleccionar condutas sexuais e parceiros adequados. Nos casos em que o indivíduo não consegue separar a agressividade da sexualidade, pode ocorrer o comportamento sexual agressivo.

O *Fracasso da Inibição* é uma causa muitas vezes referida na literatura como estando relacionada com as ofensas sexuais. Foram identificados diversos factores que

explicam a menor aprendizagem da inibição dos comportamentos sexuais agressivos por parte dos violadores, como por exemplo terem pobres e fracos modelos educativos por parte dos pais, serem sujeitos a uma disciplina severa e inconsistente, os pais serem agressivos e alcoólicos, ou terem sido alvo de abuso físico e psicológico na infância. Estes aspectos podem provocar défices de competências sociais, o que pode ser um factor crítico explicativo da incapacidade do indivíduo estabelecer relacionamentos adequados. De acordo com este modelo, a possibilidade de um indivíduo cometer uma ofensa sexual depende da sua vulnerabilidade e das circunstâncias pessoais. A vulnerabilidade interage com os factores situacionais, potenciando um possível comportamento ofensivo. Sendo de salientar que quanto mais o sujeito está vulnerável, menos intenso o stressor precisa de ser para que cometa a ofensa sexual.

Outros factores são as *Atitudes Socioculturais* que explicam como num determinado tipo de cultura se verificam mais comportamentos de agressão sexual do que noutros. Estes autores defendem que são as próprias sociedades que podem ser facilitadoras da violência e das atitudes negativas dos indivíduos, o que origina a que existam maiores taxas de ofensas sexuais.

Todos estes aspectos são referidos pelos autores como estando presentes no início dos comportamentos sexuais ofensivos. A manutenção do comportamento agressivo é feita por reforço positivo e negativo, sendo que o sujeito vai desenvolver racionalizações do seu comportamento agressivo, para o legitimar e manter. Estas cognições são as já referidas *Distorções Cognitivas*. Todos os seres humanos têm diferentes formas de construir a realidade, mas o que se verifica nos agressores sexuais é que eles desenvolvem crenças e distorções cognitivas que vão inibir os controlos internos das condutas de agressão sexual, permitindo racionalizar a agressão sexual, o que vai facilitar a ocorrência desse comportamento em situações futuras.

A *Pornografia* é outro aspecto referido por estes autores como sendo um factor que desinibe os indivíduos, originando comportamentos de agressão sexual. O que verificaram é que alguns delinquentes sexuais utilizam material pornográfico quando cometem crimes, sendo também verdade que o material pornográfico, por si só, funciona como estímulo sexual, facilitando e simultaneamente reforçando a conduta sexual desviante.

Também as *Circunstâncias Precipitantes* de vida são um aspecto muitas vezes referenciado como um factor que influencia os comportamentos de agressão sexual. Um exemplo que estes autores evidenciam é a intoxicação etílica do agressor, aspecto que

origina a que os indivíduos quando sob o efeito de substâncias, tenham poucas competências adequadas para enfrentar as experiências negativas, originando o fracasso em controlar o comportamento de inibição da agressão sexual.

Por último, a *Oportunidade* é também um factor essencial para explicar o comportamento de agressão sexual pois, o facto de a vítima se encontrar disponível pode tornar mais fácil a ocorrência do crime.

Esta abordagem integrativa enfatiza a importância das tarefas desenvolvimentais na formação da vulnerabilidade destes indivíduos para adoptarem comportamentos sexuais desviantes e ofensivos. Uma dessas tarefas ocorre muito precocemente, ainda na infância, aquando do desenvolvimento de competências de relacionamento interpessoal, que irá influenciar os relacionamentos na fase adulta. Aspectos como a negligência ou episódios de abuso sexual são referidos como factores que irão influenciar as tarefas desenvolvimentais originando muitas vezes vinculações inseguras e outros défices ao nível dos relacionamentos interpessoais. Esta tarefa desenvolvimental mal sucedida, associada a outros défices de competências pessoais, como baixa auto-estima e dependência dos outros, estão associados ao desenvolvimento de comportamentos sexuais ofensivos. Para estes autores as crianças que são alvo de negligência sentem-se rejeitadas, não só pelos familiares mas também pelo mundo que os rodeia, sentindo-se ameaçadas. Devido a este medo que sentem vão desenvolvendo o sentimento de solidão, o que não lhes permite desenvolver competências adequadas e adaptadas para lidar com as situações e sentimentos, podendo recorrer a formas menos adaptadas, como o recurso à masturbação para lidar com os sentimentos. Assim, os sujeitos podem recorrer à masturbação para lidar com as fantasias sexuais desadaptativas, como forma de expressão da sua sexualidade e para apaziguar a frustração sentida. Estes autores enfatizam que este tipo de comportamento e a vinculação insegura são características associadas principalmente a crianças que foram vítimas de abuso sexual.

Marshall e Barbaree (1990) relatam também a importância da exposição das crianças a comportamentos anti-sociais e misóginos no desenvolvimento de vulnerabilidade a atitudes e comportamentos anti-sociais. Dão como exemplo o facto de as crianças verem a mãe a ser vítima de violência conjugal, como factor que potencia o desenvolvimento da crença de que os homens são superiores às mulheres. Desta forma, vão tornar-se adultos que evitam os outros e têm medo dos relacionamentos íntimos, potenciando os comportamentos abusivos. Assim, os autores salientam os efeitos negativos das tarefas desenvolvimentais que, são vivenciadas como experiências

negativas, e a presença de comportamentos desadequados no desenvolvimento de competências e capacidades adequadas de funcionamento.

A fase da adolescência é destacada pelos autores como um período de grande stress, principalmente para aqueles que são mais vulneráveis em termos psicológicos, pois vão ter mais dificuldades em estabelecer e manter relacionamentos interpessoais. Estes factos podem originar no sujeito dificuldades ao nível do controlo das emoções e mesmo ao nível da gestão dos relacionamentos interpessoais e íntimos. É na altura da puberdade que os sujeitos aprendem as regras que fazem parte dos relacionamentos íntimos e sexuais, sendo uma fase crítica ao nível do desenvolvimento das preferências sexuais e respectivas atitudes e crenças sobre a sexualidade. Segundo este modelo teórico, o défice de capacidades de relacionamento interpessoal e de auto-regulação são ainda potenciadas pela enorme alteração hormonal que ocorre nesta fase de vida do indivíduo. A partir desta altura, os sujeitos podem demonstrar o seu comportamento desadequado de diversas formas, umas directamente associadas ao comportamento sexual e outras de forma mais indirecta.

Em resumo, para Marshall e Barbaree (1990), os sujeitos que passam por tarefas desenvolvimentais de forma mais conturbada, não desenvolvem as competências e capacidades para lidarem de forma adequada com as situações de vida com que se deparam e mais especificamente, têm dificuldades em lidar com a sexualidade. As emoções negativas causadas pela rejeição, são muitas vezes superadas através de fantasias sexuais desadequadas. Estas fantasias desadaptativas podem envolver conteúdos sexuais de sadismo ou agressividade e os jovens vão recorrer a este tipo de fantasias e à masturbação para se sentirem melhor ou expressar a sua raiva e desilusão.

Outro aspecto que é realçado na teoria destes dois autores é a noção de que os sujeitos frequentemente satisfazem as suas necessidades psicológicas através do comportamento sexual. A actividade sexual funcionaria para estes indivíduos como forma de demonstrar poder e de aliviar a tensão e consolidar a noção de masculinidade. Por outro lado, se estes jovens se sentem inadequados, estão mais vulneráveis a perceberem a realidade que os rodeia como confirmação das suas crenças sobre o poder e superioridade do género masculino. Neste sentido, a pornografia é exemplo de um factor que é aceite em termos culturais, mas que promove crenças desadequadas sobre o papel do género. De facto, o papel da sociedade é referido como um importante factor no comportamento agressivo, pois na sociedade estão presentes padrões de violência interpessoal elevados e padrões culturais que enfatizam o papel dominante do

homem e descredibiliza as vítimas de crimes sexuais.

Finalmente, Marshall e Barbaree (1990) referem semelhanças entre os ofensores sexuais e os psicopatas, pois os dois grupos de sujeitos têm elevada probabilidade de terem sido vítimas de abuso sexual na infância, têm défices de competências de relacionamento interpessoal e íntimo, falta de empatia, tendência para o egocentrismo e atitudes negativas para com as mulheres. Contudo, a prevalência de psicopatas nos agressores sexuais é relativamente baixa face outros tipos de crimes, como nos crimes contra o património. Segundo dados do estudo efectuado por Gonçalves e Vieira (2004), os valores mais elevados na pontuação total de psicopatia são fortemente ampliados pela associação dos crimes sexuais a outros crimes sendo que é sobretudo nos “crimes sexuais associados a outros crimes” (67%) e no “abuso sexual de menores” (20%) que o aparecimento de psicopatas é mais frequente, não obstante o número absoluto de psicopatas nos violadores atingir 5 (14%). Mas o estudo revela uma maior prevalência de psicopatas em grupos de criminosos não-sexuais.

1.2.4. Modelo “*Quadripartido*” de Hall e Hirschman

Hall e Hirschman (1992), quiseram unificar as teorias existentes sobre os ofensores sexuais e desenvolveram um modelo “*Quadripartido*” onde foi incluído a heterogeneidade dos ofensores, nomeadamente os violadores e os abusadores sexuais de crianças. Os quatro factores abordados neste modelo são: a activação fisiológica sexual inapropriada; as distorções cognitivas que servem de justificação para a agressão sexual; o descontrolo afectivo; e os problemas de personalidade. Estes factores são considerados os precursores da motivação e aumentam a probabilidade de ocorrência de comportamentos sexuais ofensivos, podendo funcionar de forma independente ou estarem interligados, tendo estes autores formulado uma tipologia de agressores sexuais atendendo ao factor que fosse mais preponderante no indivíduo (Hall & Hirschman, 1991).

Assim, o modelo *Quadripartido* integra várias ideias de diferentes modelos teóricos, tentando unificar a forma de compreender o comportamento dos ofensores sexuais e delineando formas de intervenção. Este modelo enfatiza a ideia que as intervenções terapêuticas devem ser efectuadas com o objectivo de reduzir a activação sexual, o impulso fisiológico, que pode resultar no comportamento sexual. O

comportamento sexual pode tornar-se incorrecto, se for expresso de forma inadequada, pois a mesma activação pode originar comportamentos sexuais apropriados e também inapropriados. No entanto, a activação sexual por si só não é suficiente para produzir a agressão sexual, em certos casos, depende também da avaliação cognitiva do sujeito, do descontrolo afectivo e das características de personalidade. Este subtipo de indivíduos é caracterizado pelos autores como possuindo fortes preferências sexuais por crianças e longa história de ofensas sexuais.

Este modelo também refere a importância das distorções cognitivas nos agressores sexuais, defendendo a ideia de que são estas que lhes permitem ser agressivos, independentemente do ambiente e das contingências ambientais. Estes indivíduos podem perceber as sanções para com o comportamento agressivo, mas também podem ignorar e acautelar-se em relação a elas. São as distorções cognitivas que explicam o início e a manutenção do comportamento sexual ofensivo. Segundo estes autores, os ofensores sexuais vêem as crianças como competentes do ponto de vista sexual para tomar decisões informadas sobre quando e com quem querem ter relações sexuais, o que serve de justificação ao comportamento ofensivo. Hall e Hirschman (1992) encontraram nas suas investigações que os abusadores referem que as crianças são provocadoras e sedutoras do ponto de vista sexual, retirando benefícios psicológicos positivos dos seus relacionamentos sexuais com adultos. De acordo com os autores, os abusadores sexuais são caracterizados como sujeitos que planeiam os seus comportamentos agressivos, havendo pouco recurso à impulsividade no comportamento ofensivo. Além disso, possuem boas capacidades de auto-regulação do seu comportamento, mas fazem uma interpretação errada dos comportamentos das crianças. Estes indivíduos são referidos como cometendo mais o crime de incesto do que os agressores nos quais está privilegiada a activação fisiológica sexual.

Um terceiro factor referido por estes autores é o descontrolo afectivo. Este aspecto caracteriza-se pela falta de capacidade de detectar, controlar e gerir os estados emocionais, como por exemplo a ansiedade e a depressão, o que aumenta a probabilidade de adopção de comportamentos sexuais abusivos. Os estados emocionais negativos podem interferir no mecanismo de controlo e inibição dos comportamentos sexuais agressivos, nomeadamente na empatia pela vítima, sentimento de culpa e remorsos. Indivíduos cujo comportamento sexual ofensivo é caracterizado pelo descontrolo afectivo, são normalmente sujeitos cujas ofensas são cometidas atendendo às oportunidades, pelo que os seus actos envolvem geralmente excesso de violência,

quer sexual, quer não sexual. Este tipo de ofensores, cujo principal factor presente é o descontrolo afectivo, pauta as suas ofensas por comportamentos não planeados e impulsivos (Ward et al., 2006).

O quarto factor do modelo quadripartido é relativo aos problemas de personalidade. Estes problemas, referidos como traços de personalidade problemáticos, surgem devido às experiências adversas durante o desenvolvimento do sujeito, tais como episódios de abuso físico, sexual, negligência ou o divórcio dos pais. Estes aspectos fazem com que o indivíduo desenvolva atitudes anti-sociais e competências de relacionamento interpessoal desadequadas. Este último tipo de ofensores, segundo os autores, é portador de défices ao nível das competências pessoais e de relacionamento interpessoal (ibidem).

A decisão de responder a uma situação com um comportamento sexual agressivo pode dever-se à apreciação cognitiva ou a justificações baseadas no comportamento da vítima que, por sua vez, podem ser condicionadas pela cultura e sociedade onde o indivíduo se encontra inserido. O que se verifica muitas vezes, é que estes ofensores tendem a ver as relações com as mulheres como hostis e utilizam factores externos como por exemplo, o abuso de álcool como justificação para o comportamento violento. Nestas circunstâncias, se o comportamento violento não for entendido como errado, não existe então razão moral ou ética, para controlar esse comportamento. E, se associado a este facto, existir a percepção de benefício ou um menor nível de ameaça, a probabilidade do comportamento ocorrer é ainda mais elevada. A conduta violenta é ainda facilitada pela conjugação da activação fisiológica com a percepção distorcida.

Existem assim variáveis que interagem neste processo e facilitam o comportamento sexual violento tais como: experiências negativas precoces, divórcio, história familiar de delinquência, negligência familiar, abuso físico ou sexual que podem originar problemas ao nível da personalidade dos indivíduos, e consequentemente aumentar a probabilidade que em adultos adoptem comportamentos sexuais abusivos.

O que os estudos têm apurado é que o comportamento sexual violento pode ser inibido ou facilitado devido às experiências positivas ou fracassadas de socialização. Outros factores como baixo nível de escolaridade, défices nas competências sociais e baixo estatuto profissional, podem aumentar a probabilidade de ter comportamentos sexuais violentos. Um dado que tem aparecido em diferentes estudos é que, os ofensores sexuais têm menores competências sociais do que os não ofensores, nomeadamente os

ofensores sexuais de mulheres, que normalmente já tiveram comportamentos anti-sociais no passado, ou seja, história de comportamento criminal não sexual. Denota-se que muitos indivíduos têm dificuldades em incorporar valores e padrões sociais e por isso têm comportamentos anti-sociais, que os fazem ter conflitos familiares e também maior número de contactos com as autoridades (Ward et al., 2006).

Estes factores, que têm sido encontrados na literatura como possíveis factores de risco, podem não originar comportamentos sexuais violentos numa pessoa que não tenha perturbações de personalidade, mas este tipo de problemas de personalidade são característicos de alguns criminosos, incluindo os ofensores sexuais, que resultam em características como egoísmo, falta de remorsos, manipulação dos outros, estilo de vida anti-social e comportamento instável. A interacção entre os aspectos da personalidade, os fisiológicos, os cognitivos e os afectivos, podem originar o comportamento sexual violento, por influência das contingências ambientais que são igualmente um factor relevante. No entanto o meio influencia com menor grau todo este processo que dá origem ao comportamento sexual violento (ibidem).

Os autores Hall e Hirschman (1992) enfatizam o facto de que os agressores podem cometer os actos sexuais ofensivos devido a diferentes razões, e na base de cada um desses comportamentos pode estar mais presente um dos quatro factores já referidos. Assim, denominam o factor principal do comportamento agressivo como precursor motivacional primário, cuja activação irá ter impacto nos restantes factores que estão na origem dos comportamentos sexuais ofensivos. Segundo este modelo, cada subtipo de ofensor sexual tem um risco de violência sexual distinto. Os factores culturais e contextuais são encarados por estes autores como elementos secundários facilitadores das ofensas sexuais.

1.2.5. Modelo de Malamuth

Malamuth, Check e Briere (1986) desenvolveram várias investigações sobre os comportamentos sexuais agressivos, o que permitiu elaborar um modelo sobre as agressões sexuais associadas a diferentes factores. Na fase inicial da elaboração deste modelo, os autores basearam-se na abordagem da teoria da aprendizagem social e nas perspectivas feministas, mas posteriormente desenvolveram interesse pela abordagem evolucionista da violação, pois reconheciam que esta última abordagem conseguia

explicar melhor a prevalência e dominância patriarcal e a existência, amplamente difundida, da dominância do homem.

Malamuth e colaboradores (1986) adoptou dois conceitos importantes da teoria evolucionista, as *causas últimas* e as *causas próximas*, tal como já foi referido anteriormente. Em resumo, causa última refere-se a características particulares ou padrões de comportamento que surgem através da selecção natural. Especificamente em relação à violação, procurou perceber quais as causas ambientais que estiveram na origem da selecção natural dos indivíduos que tiveram comportamentos de violação em detrimento dos que não o fizeram. Assim, as causas últimas podem explicar porquê os sujeitos desenvolveram determinado tipo de comportamento, enquanto que as causas próximas explicam como é que os indivíduos efectuaram o comportamento sexual agressivo.

Estes autores defendem ainda dois conceitos específicos que podem convergir no comportamento sexual agressivo: a promiscuidade sexual e a hostilidade masculina. Segundo a teoria evolucionista, a selecção natural originou diferenças significativas nos mecanismos psicológicos, ao nível do cérebro dos homens e das mulheres. Refira-se a título de exemplo, a capacidade do homem manter actividade sexual em contextos impessoais, onde mesmo o desinteresse demonstrado pelo parceiro não o irá impedir de ter um desempenho sexual. Pelo contrário, as mulheres preferem ter actos sexuais com um homem que invista na relação. Um outro aspecto é que para os homens a probabilidade de se envolverem em relações sexuais impessoais varia, sendo que para uns é mais provável do que para outros, mas estas preferências são influenciadas pelo desenvolvimento do sujeito, as questões ambientais e as experiências de vida. Malamuth (1986), quanto à hostilidade masculina, refere que os homens podem facilmente ficar zangados e usarem da coerção e força para dominarem as mulheres quando percebem que estas estão a ameaçar a sua reprodução com sucesso. Por outro lado, defende que os homens não podem estar seguros sobre a paternidade. Desta forma, a selecção natural, promoveu o desenvolvimento de certas características na mente do homem, que lhe permitem lidar com o desejo de dominar e controlar a mulher. Esta necessidade de domínio da mulher verifica-se nas diversas áreas do seu funcionamento. Assim, surge a raiva quando o sujeito vê negada a capacidade de ter um desempenho sexual com a mulher e a ansiedade sobre a paternidade e sobre os possíveis rivais, o que faz com que se torne hostil e procure controlar o comportamento da mulher. Haveria assim um mecanismo mental reprodutivo como factor determinante na violação, sendo

que este mecanismo origina a motivação de controlo e dominação da mulher.

Tendo em consideração os pressupostos defendidos por Malamuth (1986), Malamuth, Check e Briere (1986) propuseram um modelo interactivo, composto por quatro elementos principais para explicar a agressão sexual: 1) a violência sexual ocorre devido à convergência de três tipos de factores de risco: a motivação, a desinibição e a oportunidade que, em conjunto, de forma sinérgica, elevam o risco de violência sexual; 2) as causas do comportamento violento contra as mulheres são específicas desse comportamento, em consequência do dimorfismo sexual, já abordado anteriormente; 3) as causas desse comportamento violento também podem prever outros comportamentos de domínio e controlo do comportamento da mulher, uma vez que estas formas de dominação da mulher têm como motivo aumentar a confiança na paternidade e expressar a insatisfação pelo conflito face ao acesso a sexo; e, 4) os factores ambientais que também interferem no comportamento do indivíduo, as experiências desenvolvimentais, a influência dos pares e o contexto cultural podem contribuir ou não para a activação dos mecanismos de disposição de coerção das mulheres.

1.2.6. Modelo de Ward

Um outro modelo que aparece na literatura sobre os agressores sexuais para explicar os aspectos cognitivos, afectivos e de comportamento dos ofensores sexuais é o de auto-regulação de Ward e Hudson (1998 a,b). Apoia-se em quatro *percursos* do comportamento sexual ofensivo, englobando os objectivos do ofensor e as suas competências para atingir esses objectivos. Os *percursos* baseiam-se, por sua vez, nos problemas do estilo de auto-regulação que ou são influenciados pelos estados de emoções negativas ou pelos objectivos não aceites socialmente ou ainda pela auto-regulação associada com estados emocionais positivos. Este modelo analisa as diferenças associadas a aspectos afectivos, cognitivos e de comportamento e, como estes podem ser determinados, permitindo ver as diferenças dos conteúdos das distorções cognitivas como integradas nas crenças. Estes aspectos são importantes ao nível da intervenção, pois as actividades cognitivas, as crenças desadaptativas e o pensamento distorcido são factores que facilitam o comportamento sexual ofensivo.

Este modelo pretendia reunir os melhores elementos encontrados nas diferentes

teorias. A primeira noção teórica deste modelo é que o stress está associado à violência sexual, porque o ofensor tem défices ao nível das competências para lidar com o stress interpessoal de forma adequada. Miner (2000) refere que menos competências sociais originam que o comportamento sexual abusivo seja menos atractivo e insinuante. Alguns autores acreditam que a forma como as pessoas se comportam é o resultado da situação em particular, das ferramentas cognitivas e dos comportamentos disponíveis no sujeito e se estes têm défices, os mesmos vão-se evidenciar nos comportamentos adoptados, o que será o caso deste tipo de ofensores (Ward & Hudson, 1998 a,b).

A segunda noção deste modelo é que as distorções cognitivas dos ofensores com desordem da personalidade resultam na diferente forma de verem os próprios e o mundo, o afecto dominante e os motivos internos para induzirem a ofensa. Os ofensores não vêem as suas crenças e explicações da realidade como distorções, mas sim como consequência lógica da forma rígida de verem o mundo e a eles próprios (eg., Beck, 1967, 1996; Dweck, Chiu & Hong, 1995; Ward, 2000). Estes esquemas mentais produzem formas gerais desadaptadas, resultando em distorções e crenças baseadas nas dificuldades da vida (ibidem).

Outra ideia defendida por este modelo é a de personalidade inflexível de Bowlby (1973), definida por factores como a infância, as experiências de insegurança e a sensação global de solidão, que funcionam como *percurso*s para o comportamento sexual abusivo. Associado a estes aspectos aparecem outros factores ao nível do domínio da motivação interpessoal, como o desejo, o controlo emocional, o posicionamento social e o poder (Van Beck et al., 2003).

Verifica-se assim que, os aspectos fulcrais defendidos neste modelo são: a focalização nos défices de competências sociais, as teorias explicativas da forma do ofensor ver o mundo e a si próprio, a sua auto-imagem, e a crescente rigidez de princípios que o ofensor exhibe. Estes aspectos foram tidos em conta na elaboração de um programa de tratamento, por estes autores, uma vez que os problemas principais deste tipo de agressores são a pobre regulação emocional e as inadequadas estratégias de *coping* que foram sendo aprendidas ao longo da vida do indivíduo (Buschman, & Beek, 2003). Assim, a combinação dos aspectos psicológicos, biológicos, culturais e situacionais, tanto proximais como distais, criam uma estrutura útil para explicar a etiologia do comportamento sexual violento e serve de base de um programa de tratamento detalhado para os diferentes tipos de ofensores.

A teoria desenvolvida por Abel e colaboradores (1984) era o único modelo teórico

psicológico, explicativo das distorções cognitivas dos abusadores sexuais até aparecer o modelo proposto por Ward (2000; Ward & Keenan, 1999). Neste modelo, as distorções cognitivas estão inseridas na perspectiva teórica da cognição social, dando ênfase ao inconsciente e à formação implícita das crenças. Para estes autores, as crenças são desenvolvidas ao longo do tempo, desde a infância, ou seja, muito antes de a ofensa ser perpetrada, ao contrário do referido no modelo de Abel. Este modelo também clarifica o conteúdo e a estrutura inerente às crenças dos abusadores sexuais, uma vez que são as crenças que distorcem a informação social dando suporte à ofensa, de forma a promover o comportamento sexual violento.

Este modelo enfatiza ainda a ideia que as crenças são o produto de esquemas ou teorias implícitas que os ofensores utilizam para organizar e dar sentido ao mundo social que os rodeia. O conteúdo das teorias implícitas é que dá suporte às ofensas, ou seja, a informação social é vista de forma a dar suporte aos comportamentos ofensivos e as informações ambíguas também são interpretadas desta forma.

Para estes autores os abusadores sexuais desenvolvem os seus esquemas e teorias implícitas sobre o mundo que os rodeia com conteúdos anti-sociais que advém de uma infância adversa (e.g. vítima de abuso físico). Tais crianças quando se tornam adultos mantêm essas crenças que podem originar má adaptação ao contexto social onde estão inseridos e permitir que só sejam capazes de estabelecer relacionamentos íntimos com crianças.

Ward (2000) refere a presença de cinco esquemas implícitos que aparecem associados às cognições dos abusadores sexuais: crianças vistas como seres sexualizados; natureza da ofensa; mundo perigoso; sentir-se no direito de (*entitlement*); e falta de controlo. A ideia das crianças vistas como seres sexualizados é uma teoria implícita que postula que as crianças gostam de ter relações sexuais, mesmo com adultos. Indivíduos portadores desta teoria vêem as crianças de forma sexualizada e todos os seus comportamentos inocentes são interpretados como sexualizados, sendo que para elas as relações sexuais mantidas entre adultos e crianças não são percebidas como nefastas. Outra teoria implícita é da natureza da ofensa que pode ser subdividida em duas versões: a ofensa causada faz parte de um contínuo em que só a agressão física é vista como lesiva para a criança e o sexo com as crianças é um acto inofensivo, mesmo quando ocorre com crianças muito pequenas. Por outro lado, há sujeitos que pautam o seu comportamento baseado na teoria que o mundo é perigoso, vêem o mundo que os rodeia como hostil, em que as pessoas exploram os outros e os

rejeitam quando surge uma oportunidade. Para estes sujeitos, as crianças ou são também hostis e são seres que rejeitam os outros, sendo a única forma de as colocar no seu devido lugar e controlar através do comportamento sexual ofensivo ou então elas são os únicos seres humanos capazes de promover um espaço seguro, num mundo repleto de adultos que os rejeitam e com quem podem manter relações sexuais. Quanto aos indivíduos que se vêem como tendo *direito a*, dão primazia a si próprios e às suas necessidades, mesmo que estas se sobreponham às crianças, o que implica que satisfaçam as suas necessidades sexuais quando e com quem lhes apetece, independentemente da idade. Por último, a falta de controlo, refere-se aos indivíduos que acreditam que os seres humanos estão fora de controlo, que não são capazes de controlar as suas emoções. Nestes casos, a ofensa sexual surge porque existiu um factor que não foi passível de ser controlado (e.g. activação sexual; álcool, stress, etc.) (Ward, 2000).

Este modelo explica de forma mais coerente e pormenorizada as origens das crenças desadequadas, por oposto ao modelo de Abel. No entanto também tem inconsistências, nomeadamente o facto de definir as crenças como inconscientes. Ward (2000) defende que os ofensores sexuais com história de ofensas sexuais enraizadas têm por base o desenvolvimento e exploração das suas teorias implícitas no comportamento ofensivo. Por exemplo, os agressores sexuais cuja vítima é extrafamiliar, se possuem maior número de histórias de comportamento sexual violento, apresentam teorias implícitas mais perseverantes do que aqueles que têm um menor número de histórias de ofensas sexuais como por exemplo, os ofensores intrafamiliares (eg., Gannon, et. al., 2007).

Entretanto, em 2002, Ward e Siegert, tendo por base os outros modelos anteriormente referidos sobre os abusadores sexuais de crianças, tentaram criar um novo modelo com os melhores elementos dessas abordagens. Estes autores queriam assegurar o desenvolvimento cognitivo, emocional, interpessoal e sexual, evidentes nestes ofensores. Esta versão refere a existência de um número diverso de *percursos* que culminam com a ofensa sexual sobre a criança. Estes *percursos* são independentes e todos têm como núcleo um mecanismo disfuncional que deriva das diferentes tarefas desenvolvimentais pelas quais o indivíduo passou, que em conjugação com os factores contextuais e circunstanciais contribuem para o cometimento da ofensa sexual. Estes mecanismos causais estão associados à regulação emocional, competências interpessoais, cognições e preferências sexuais. A versão original desta teoria postulava

que existiam cinco *percurso*s fixos, mas na versão mais recente os autores preferem adoptar uma visão mais flexível, para deste modo analisar várias trajectórias dos indivíduos. Um aspecto que foi introduzido de novo nesta teoria foi o facto de encarar o problema dos ofensores sexuais como podendo ser organizado segundo quatro fenómenos clínicos, que são normalmente encontrados nos ofensores sexuais de crianças. Estes problemas são: dificuldades em identificar e controlar os estados emocionais; isolamento social, solidão e fraca satisfação; distorções cognitivas que dão suporte às ofensas cometidas; e, fantasias e activação sexual desviantes. Este modelo refere que os ofensores sexuais variam entre si, consoante a presença destas características no seu comportamento.

Um aspecto crucial deste modelo teórico é que em todos os seres humanos existe interacção entre a parte psicológica e a fisiológica, podendo existir problemas em qualquer umas das subestruturas e no processo. Daí que estes autores defendam, que uma explicação que seja satisfatória sobre os ofensores sexuais de crianças deva incluir múltiplos níveis de análise, atendendo especificamente a aspectos biológicos, sociais, culturais, emocionais, cognitivos, fisiológicos e ao nível interpessoal. Cada um destes mecanismos pode originar problemas específicos nos ofensores sexuais.

De acordo com este modelo, é de salientar que podem surgir os problemas nos abusadores sexuais de crianças devido a quatro mecanismos psicológicos que podem interagir entre si, sendo eles: descontrolo emocional, défices de competências sociais e de relacionamentos íntimos, distorções cognitivas e distorções sexuais. Estes mecanismos psicológicos funcionam como factores de vulnerabilidade para o cometimento das ofensas sexuais.

Assim, os défices de competências sociais e de relacionamento íntimo são características muitas vezes encontradas nos ofensores sexuais pelos técnicos que com eles trabalham. Muitas destas dificuldades advêm do facto de se ter desenvolvido um estilo de vinculação inseguro. Este aspecto é referido por diversos autores que postulam que associado a este tipo de défice estão episódios de experiências abusivas, que podem dar origem a distorções sobre os relacionamentos e aos défices de competências sociais e de relacionamentos. Estas dificuldades inerentes ao tipo de vinculação estabelecida pode originar problemas ao nível do controlo dos estados de humor, auto-critica negativa, baixa auto-estima, dificuldades na resolução de problemas, impulsividade, baixa auto-eficácia, dependência interpessoal, entre outros.

Um outro aspecto é os problemas em termos sexuais, nomeadamente os desvios

sexuais. Os autores referem que as representações cognitivas que o sujeito vai adquirindo ao longo da sua vida, vão influenciar a forma de comportar-se em situações de contactos íntimos. Por sua vez, vão influenciar também a interpretação que irá ser feita das pistas demonstradas pelos outros, bem como o posterior comportamento sexual evidenciado.

O descontrolo emocional é outro aspecto referido neste modelo associado à regulação dos indivíduos, que depende de processos internos e externos que permitem ao indivíduo atingir os objectivos por ele pretendidos. Assim, estão presentes aspectos como monitorização, avaliação, selecção e modificação do comportamento com vista à atingir o objectivo estabelecido. Para a regulação emocional estes aspectos também têm que estar presentes, e para tal são necessárias competências adequadas para lidar com as situações, nomeadamente ao nível dos relacionamentos interpessoais.

As distorções cognitivas referem-se a crenças e atitudes desadequadas e problemas ao nível do estilo de pensamento. Os ofensores sexuais desenvolvem teorias implícitas sobre as vítimas e sobre o seu estado mental interpretando o seu comportamento e fazendo previsões sobre aquele e estado emocional.

Ward e Keenan (1999) identificaram cinco teorias implícitas desenvolvidas pelos ofensores sexuais de crianças: as crianças são seres com capacidade para compreender as questões da sexualidade; a natureza da ofensa, que inclui a noção de que existem níveis de dano e que a actividade sexual faz bem a qualquer ser humano e não provoca dano a ninguém; poder, existem pessoas que são superiores e têm poder face às restantes, e devido a essa superioridade esses indivíduos têm direito a satisfazer as suas necessidades e a serem satisfeitos os seus direitos pelas pessoas que consideram inferiores; mundo perigoso, é uma teoria implícita baseada na crença que o mundo é perigoso e que as pessoas reagem de forma abusiva e rejeitam os demais para satisfazer as suas necessidades, tal como os ofensores; incontrolabilidade, o mundo é incontrolável e as pessoas pouco ou nada podem fazer para o alterar, sendo que os seres humanos são constituídos por processos e estruturas que não podem alterar, tal como não podem alterar o mundo que os rodeia. Esta abordagem postula que alguns indivíduos pensam sobre os outros, eles próprios e o mundo, de forma muito específica, criando-lhe a convicção que os conduz a cometer ofensas sexuais.

De acordo com o modelo teórico dos *percursos*, as ofensas sexuais estão associadas a aspectos psicológicos e comportamentais distintos que reflectem aspectos etiológicos. Cada *caminho* permite estabelecer qual a causa primária inerente a

comportamento ofensivo. Assim, nos múltiplos mecanismos *disfuncionais*, surgem os indivíduos com múltiplos défices, nos quais sobressaem o comportamento sexual desviante, que pode reflectir a história de abuso sexual no passado ou exposição a material ou actividades sexuais em idade muito precoce. O *comportamento sexual desviante* considera que os indivíduos têm distorções sobre o seu comportamento sexual e disfunções ao nível dos relacionamentos interpessoais. Tendem a procurar sexo impessoal e a sentirem-se estimulados nessas situações, sendo que estes actos sexuais são vistos como puramente físicos e não relacionados com aspectos mais íntimos e emocionais. Os *défices de competências na intimidade*, envolvem sujeitos que desenvolveram estilos de vinculação inseguros, e como tal têm dificuldades ao nível dos relacionamentos interpessoais e íntimos. Este grupo de ofensores tende a ver as crianças como “*pseudo-adultos*”, capazes para serem parceiros íntimos dos ofensores e satisfazerem as suas necessidades no contexto de uma relação mais íntima. Do quarto caminho, *descontrolo emocional*, fazem parte indivíduos com défices ao nível das competências que permitem desenvolver e controlar os estados emotivos. Apresentam dificuldades ao nível da identificação de emoções, quer nos próprios quer nos outros e falta de empatia. Podemos encontrar neste grupo, quer indivíduos que utilizam o comportamento sexual ofensivo como forma de punir a companheira, quer sujeitos que têm dificuldades em se controlarem e acalmarem e para tal utilizam o sexo como estratégia de regulação dos seus estados emocionais. Por último, das *cognições anti-sociais*, fazem parte os indivíduos que possuem crenças e distorções que dão suporte aos comportamentos criminais na sua generalidade. Os ofensores sexuais que façam parte deste grupo são normalmente, indivíduos que cometem vários crimes, nos quais também estão incluídos os crimes sexuais (Ward & Keenan, 1999).

Mais recentemente Ward (2006) propõe um outro modelo explicativo das distorções cognitivas: **Modelo de Julgamento das distorções cognitivas**, que é uma extensão do seu modelo anterior (Ward, 2000). Nele utiliza o modelo das teorias implícitas, mas explora outros fenómenos cognitivos que podem ocorrer nos ofensores sexuais e sugere que os seres humanos fazem juízos que envolvem crenças, valores e acções. Para melhor se perceber este modelo, deve-se compreender os seus conceitos principais. Assim, existem as *Crenças* que transportam informações sobre nós próprios e sobre o mundo social, podendo ser exactas ou ilusórias. Os indivíduos podem desenvolver as crenças que dão suporte às ofensas sexuais de forma duradoura, através

de experiências abusadoras de que foram alvo em criança, ou então de forma temporária, sobre ofensas sexuais cujas vítimas são crianças. O mecanismo subjacente à formação destas crenças é o raciocínio imperfeito. É possível um indivíduo desenvolver crenças apropriadas, mas depois efectuar erros de avaliação da informação social dando origem à crença e suporte à ofensa cometida. As distorções cognitivas podem ser crenças ilusórias, crenças temporárias, valores que são inadequados ou mecanismos de auto-protecção. Já os *Valores* representam as experiências ou atributos enraizados num mundo particular que motiva as acções. Os juízos de valor estão associados directamente aos objectivos diários dos indivíduos. Os abusadores procuram instintivamente satisfazer as suas necessidades, como por exemplo bem-estar físico, relacionamentos afectivos, prazer, etc., e muitos dos abusadores têm falta de capacidades e de suporte social para satisfazer as suas necessidades básicas de forma integrada, o que pode originar juízos desadaptados, no sentido de prosseguir os seus valores e as suas necessidades de forma desadaptada. Finalmente, as *Acções* são frases que dão suporte à ofensa cometida e são utilizadas pelos ofensores. É um mecanismo de protecção, que se for efectuado de forma repetida pode ser incorporado nas crenças que dão suporte ao comportamento ofensivo, podendo mesmo o ofensor acreditar nas suas declarações de auto-protecção. Estas declarações são consequência da combinação das crenças, valores e acções. As acções podem ser utilizadas como resultado da ofensa sexual, das crenças e dos valores desadequados ou, como mecanismo que leva a declarações de auto-protecção (Gannon et al., 2007). Claramente os agressores sexuais dão muitas vezes como resposta ao motivo pelo qual adoptaram aquele comportamento sexual o facto de terem sido seduzidos pelas vítimas, mesmo quando as vítimas são crianças.

Segundo Ward (2006) as distorções cognitivas servem para demonstrar as teorias implícitas que estes ofensores têm sobre as suas vítimas, que por sua vez vão permitir a organização e interpretação da informação sobre o comportamento delas. Estas teorias, são coerentes, funcionando como esquemas de organização da percepção e interpretação da informação, podendo servir para distorcer a informação percebida, de forma a torná-la coerente com as crenças que o sujeito possui.

1.2.7. Conclusão

Os modelos teóricos tentam explicar o comportamento dos agressores sexuais tentando englobar vários aspectos do comportamento, muitos deles abarcando algumas das perspectivas teóricas. Como este é um problema grave em termos sociais e uma vez que tende a agravar-se, ou pelo menos, tem vindo a ser mais reportado às autoridades, a sua complexidade torna urgente desenvolver um modelo que atenda aos múltiplos factores etiológicos e à heterogeneidade dos ofensores. Cada vez mais se denota uma necessidade crescente de fazer programas de intervenção e tratamento para este tipo de ofensores, que estes sejam centrados em premissas objectivas relacionadas com o comportamento sexual ofensivo adoptado pelos indivíduos. Desta forma se verifica a importância da integração em programas de tratamento das noções provenientes dos diferentes modelos teóricos para que a intervenção seja mais eficiente e eficaz.

Atendendo aos diferentes modelos explorados, pode-se evidenciar que todos eles poderão ser úteis na análise dos agressores sexuais e mesmo ao nível da intervenção. P

Pode-se salientar a importância do Modelo de Finkelhor (1984) ao nível da análise dos agressores sexuais de menores, permitindo perceber este tipo de comportamentos como sendo um fenómeno complexo e originado por diferentes factores.

Considerando o modelo proposto por Abel e colaboradores (1984), poderemos analisar este fenómeno examinando outra vertente, pois estes autores enfatizam a aprendizagem social, bem como o desenvolvimento do indivíduo como explicativos das condutas adoptadas por este tipo de agressores. O modelo de Marshall e Barbaree (1990) que apresentam um modelo multifactorial de explicação destes comportamentos sexuais agressivos, fundamentando que o processo primordial em causa para a adopção deste tipo de condutas disruptivas ocorre ao nível das tarefas desenvolvimentais. Acresce ainda que defendem que o comportamento sexual agressivo é fruto de múltiplos factores que convergem no tempo e lugar, dando origem ao comportamento agressivo. Este modelo evidencia a importância da avaliação da multiplicidade de factores que estão na origem da conduta delinvente, enfatizando os processos biológicos, as tarefas desenvolvimentais, os aspectos culturais, as questões de género, entre outros, demonstrando a importância de uma abordagem multifactorial para melhor compreensão destes comportamentos ofensivos. Por sua vez, Hall e Hirschman (1992) já perspectivam as ofensas sexuais considerando a interacção de diferentes factores que se encontram quer na motivação quer na efectivação do comportamento delinvente,

referindo a importância de quatro factores principais: a activação sexual inapropriada, as distorções cognitivas, o descontrolo afectivo e problemas de personalidade. Demonstra a importância de certos factores, que até à data, não eram considerados importantes para compreender os comportamentos sexuais agressivos.

Mas são vários os autores que nos seus modelos teóricos englobam factores cognitivos, como sendo cruciais no comportamento dos agressores sexuais. Podemos denotar essa importância vertida no modelo de Abel (1984), Malamuth (1996) e Ward (1998). Salienta-se assim a importância de um estudo mais pormenorizado em que se considere a relevância das variáveis cognitivas no comportamento dos agressores sexuais.

Todos os modelos permitem analisar e compreender os comportamentos sexuais agressivos atendendo a certos factores, revelando a importância de cada um deles na compreensão deste fenómeno e a sua utilidade ao nível da avaliação e intervenção.

Capítulo II – Agressão Sexual e Variáveis Cognitivas

As variáveis cognitivas, tal como podemos analisar no capítulo anterior, revelam ser um factor de grande relevância na adopção e justificação dos comportamentos sexuais ofensivos. Importa salientar alguns estudos de caracterização dos agressores sexuais, salientando ainda as diferentes tipologias encontradas na literatura sobre estes ofensores.

Apresentar-se-ão estudos sobre os agressores sexuais atendendo às variáveis cognitivas, nomeadamente as teorias sobre a relevância das distorções cognitivas no comportamento sexual, mais concretamente a influência da negação, minimização, a distorção da percepção e as crenças inapropriadas, bem como as medidas de avaliação existentes sobre esta dimensão das variáveis cognitivas.

2. 1. Características do Agressores Sexuais

Para além dos diferentes modelos teóricos que abarcam variadas características ou factores para explicar o comportamento sexual agressivo, e mesmo as teorias que abordam a agressão sexual atendendo a uma só variável, encontramos na literatura referência a vários estudos e investigações que tentam caracterizar os ofensores sexuais. De seguida iremos apresentar alguns estudos que tentaram identificar características específicas nos agressores sexuais, tentando diferenciá-los dos restantes indivíduos.

Existem alguns estudos realizados com o intuito de estabelecer tipologias, atendendo à caracterização dos ofensores sexuais, tal como o estudo de Amir (1971), que caracterizou os violadores como indivíduos de idade mais nova, de raça negra, solteiros e de baixo nível socioeconómico. Por outro lado, Abel e Rouleau (1990) defendem que os ofensores sexuais são semelhantes, na generalidade, à globalidade da população (cit *in* Blackburn, 1994).

Dados oficiais dos Estados Unidos da América, demonstram que os criminosos sexuais são predominantemente homens, visto que as mulheres são em muito menor número e, quando estas cometem crimes, normalmente a vítima é uma criança. Normalmente os ofensores, segundo os dados oficiais, têm menos de 21 anos de idade. O que se tem verificado também, em diferentes estudos, é que na maioria das vezes a

carreira criminal dos ofensores sexuais inicia-se na adolescência (ibidem).

Por outro lado, a associação entre violadores e psicopatia é menos evidente. Os psicopatas são muitas vezes descritos como indivíduos que são capazes de fazer tudo, sem considerar, nem respeitar os direitos dos outros, aparecendo, principalmente, associados ao cometimento de crimes onde existe maior uso da violência. Normalmente, os indivíduos psicopatas fazem parte do grupo de ofensores que cometem crimes durante um maior período de tempo. Estes indivíduos tendem a ser versáteis, ou seja, não cometem um só tipo de crimes, não são especialistas, pelo contrário, cometem diferentes tipos de crimes (Gonçalves, 1999).

Em estudos realizados em Portugal, verificou-se que os psicopatas portugueses, apesar de terem comportamentos agressivos, comparativamente com outros agressores não são tão violentos. Estes estudos demonstraram também que a relação entre tráfico de estupefacientes e psicopatia é praticamente nula, mas existindo uma elevada relação entre psicopatia e consumo de substâncias estupefacientes, estando estes sujeitos mais relacionados com os crimes contra o património (ibidem).

Os resultados obtidos num outro estudo realizado por Gonçalves e Vieira (2004), permitiram levantar algumas questões pertinentes. Assim, importa desde logo referir a existência de uma relação significativa entre o tipo de crime e a prevalência de psicopatia, com os indivíduos condenados por crimes contra o património a apresentarem valores médios mais elevados na PCL-R, logo seguidos dos ofensores sexuais. Seguem-se-lhe os homicídios/ofensas corporais e o valor mais baixo está relacionado com o crime de tráfico. Este panorama ajusta-se melhor ao retrato do psicopata como mais propenso aos crimes violentos. Nesse estudo, considerando a relação entre os crimes sexuais e a prevalência de psicopatia, os autores verificaram que esta não é uniforme nos vários tipos de crimes sexuais. A análise dos resultados permitiu verificar que é sobretudo nos “crimes sexuais associados a outros crimes” e no “abuso sexual de menores” que o aparecimento de psicopatas é mais frequente. Outro dado pertinente é que a probabilidade de o agressor ser psicopata é menor quando a vítima é um elemento (menor ou adulta) da família, do que quando a vítima é externa à família do agressor. Deste modo, temos uma maior probabilidade de haver psicopatas em agressores extra-familiares (EF) do que intra-familiares (IF). Assim, no estudo verificaram que a relação entre a variável crime e a psicopatia pode ser bastante dúbia, pois aquela não é um indicador seguro da presença de psicopatia em indivíduos reclusos. De facto, uma boa parte dos psicopatas entra nas prisões condenado por

crimes pouco graves como furtos.

Por outro lado, existem estudos experimentais de Quinsey (1984), que demonstram que os violadores não se distinguem das outras pessoas, se nos basearmos nas características intelectuais. Por exemplo, demonstraram que as características associadas aos violadores são as elevadas pontuações na escala da esquizofrenia do MMPI, caracterizando-se estes indivíduos por hostilidade, irritabilidade, impulsividade, pobre julgamento social e conflitos com as autoridades, verificando-se ainda serem indivíduos pouco socializados (cit in Blackburn, 1994).

Os violadores têm uma preferência por ter relações sexuais fazendo uso da força. Mas, um dado que contradiz este facto foi referido num estudo efectuado por Marshall e Lanthier (1979) que verificou que os violadores não são necessariamente excitados pelo uso da força, nem pelas pistas que a vítima pode emitir. No entanto também se verifica que os violadores respondem com comportamentos mais violentos em relação às mulheres do que aos homens, o que pode demonstrar a importância do contexto heterossexual no âmbito da ocorrência do crime (ibidem).

A preferência sexual por crianças ocorre mais em homens que preferem principalmente rapazes, havendo também ofensores que preferem os dois sexos. Muitos pedófilos não vêem o seu comportamento como fora do normal, sendo que o comentário mais usual, efectuado por estes ofensores, é que a criança não está capaz de dizer que também deseja ter relações sexuais com o adulto. Estes indivíduos encaram as relações com as crianças como menos ameaçadoras do que as com os adultos, fazendo-os sentir mais controlo e poder nestes contextos relacionais. A actuação dos pedófilos é narcisista, reflectindo o envolvimento que gostariam de ter tido quando eram crianças. Normalmente, as características dos abusadores de crianças são a imaturidade, baixa auto-estima, introversão, sensibilidade e pouco sentido de humor (ibidem).

Muitos indivíduos referem que cometem as ofensas sexuais como resultado de um estado alterado de consciência (hiperalerta), ou seja, os ofensores estão hipervigilantes em relação ao que se passa no contexto onde está a decorrer a acção, chegando mesmo a excitar-se só pelo facto de estarem a pensar no acto que vão cometer. Outro dado é que a conduta de agressão sexual pode ocorrer no seguimento de dificuldades em relacionamentos íntimos e nas relações sexuais. McGuire (1965) refere que os ofensores sexuais sentem um fracasso crónico de impotência e falta de assertividade no relacionamento com as mulheres e daí que cometam as ofensas sexuais. Já Richard von Krafft-Ebing (1886) define os ofensores sexuais, como sendo possuidores de um

elevado apetite sexual, sendo a masturbação encarada como uma forma de demonstrar a sua baixa moralidade (cit in Blackburn, 1994).

Na literatura surgem referências sobre o facto de a fraca vinculação na infância produzir deficiências nos comportamentos de intimidade na idade adulta e consequentemente na experiência emocional de solidão (Hojat & Crandall, 1989). Estes défices em termos de competências de relacionamento íntimo produzem diferentes tipos de problemas que podem culminar na violência nas relações íntimas, sendo que a literatura tem vindo a demonstrar que os ofensores sexuais, quer violadores quer abusadores sexuais de crianças, utilizam muitas vezes excesso de força no cometimento do acto violento. Marshall (1989) estabeleceu uma relação entre os problemas ao nível destes défices de relacionamento e a presença de outros comportamentos e atitudes agressivas. Os défices nestas competências de relacionamento interpessoal dificultam a capacidade de estabelecerem relacionamentos adultos adequados e adaptados. Outro aspecto presente na literatura é que muitas vezes estes indivíduos têm problemas para além da solidão, tais como a depressão, que precedem a ofensa sexual. O estudo de Seidman, Marshall, Hudson e Robertson (1994) demonstrou que os défices de competências de relacionamento íntimo são distintos e característicos nos ofensores sexuais. Os violadores e os abusadores sexuais de menores extrafamiliares são os que apresentam mais défices nestas competências. A solidão também aparece de forma significativa nos ofensores sexuais, mas no entanto não parece haver diferenças nos diferentes tipos de ofensores (Seidman et al., 1994).

Os violadores apresentam mais histórias de violência na família de origem do que os restantes ofensores e são os que apresentam maiores défices de competências de relacionamento íntimo. Os abusadores sexuais de menores extrafamiliares também apresentam défices nestas competências. Este estudo demonstrou também que a falta de competências de relacionamento íntimo é um melhor preditor para diferentes tipos de comportamentos violentos do que a solidão (ibidem).

2.2. Tipologias dos Agressores Sexuais

Os ofensores sexuais são um grupo de delinquentes muito heterogéneo que pode ser classificado segundo diferentes tipologias. Existem duas vantagens que se podem destacar do estabelecimento de tipologias dos agressores, nomeadamente dos agressores

sexuais, pois ao se identificar e caracterizar estes indivíduos vai possibilitar poder separá-los e intervir de forma adequada e específica face às suas características. Por outro lado, o estabelecimento de categorias de agressores sexuais e a sua caracterização pode ser útil em matéria de investigação criminal, no que concerne à identificação das características mais proeminentes de um determinado tipo de indivíduo que comete determinado tipo de comportamento sexual ofensivo, bem como na avaliação do comportamento sexual ofensivo futuro, ao nível da reincidência no crime.

O mais comum é a diferenciação destes sujeitos atendendo ao tipo de vítima, mas para melhor se compreender estes indivíduos é necessário conhecer as suas características e as motivações que estão inerentes ao seu comportamento ofensivo. Através da caracterização consegue-se estabelecer um plano de tratamento mais efectivo e eficaz, bem com uma melhor e mais adequada forma de alojar estes indivíduos dentro das instituições judiciais (Robertiello & Terry, 2007).

Os meios de comunicação social tiveram uma importante influência ao nível da atenção dada pela opinião pública, face a este tipo de ofensores. O que se tem vindo a verificar é que as ofensas sexuais são um comportamento criminal que tem influência ao nível da saúde pública, pois as consequências da vitimização podem ser traumáticas e duradouras, o que origina o recurso ao sistema de saúde para tratamento dessas sequelas (ibidem).

Na maioria das situações, este tipo de ofensores são imputáveis, vivendo inseridos na comunidade o que causa maior alvoroço em termos sociais. Para reduzir a prevalência das ofensas sexuais é necessário o desenvolvimento e aplicação de programas de intervenção adequados às suas características e capacidades (Robertiello & Terry, 2007).

Por outro lado, a categorização destes indivíduos através das suas características e das motivações para o comportamento ofensivo, permite adaptar a forma de intervenção a essas características, podendo efectuar a intervenção de forma mais eficaz e diminuir a reincidência no crime, pois permitiria no futuro o controlo destas situações. O que na realidade acontece é que os ofensores sexuais possuem diferentes tipos de características, o que não possibilita a sua locação numa categoria estanque. Assume ainda um registo criminal diverso, atitudes e distorções cognitivas muito específicas que deram suporte ao seu comportamento ofensivo (ibidem).

Assim, os violadores não são um grupo homogéneo de indivíduos, mas no entanto existem algumas características semelhantes entre eles, como por exemplo terem uma

visão negativa sobre as mulheres, mitos sobre a violação, condenam a violência mas identificam-se com o papel de género masculino. Têm baixa auto-estima, problemas de abuso de substâncias, não conseguem gerir os sentimentos de raiva e o seu estado de humor. Provêm de famílias dissociadas e desestruturadas onde por vezes existe inconsistência nas práticas educativas. Desta forma podem ser agrupados para uma melhor intervenção (ibidem). Este tipo de agressores foi estudado por Maria Francisca Rebocho (2007) tendo a mesma caracterizado o violador português, com recurso a diferentes instrumentos de avaliação e utilizando as tipologias relativas aos violadores, concluindo que estes indivíduos se aproximam muito mais das características da população portuguesa em geral, do que da imagem de “violador”, como um grande criminoso. Salienta que este tipo de agressores passou por um conjunto de circunstâncias ao longo da sua vivência que originou tais comportamentos, sendo importante conhecer essa realidade vivida para que a intervenção incida sobre os aspectos mais relevantes.

Da mesma forma, os abusadores sexuais de menores, tal como os restantes ofensores sexuais, são um grupo heterogéneo. O início do seu comportamento abusivo pode ter diferentes causas, mas na sua maioria são as fracas competências sociais, baixa auto-estima, sentimentos de inadequação, sentimento de vulnerabilidade, dificuldade nos relacionamentos interpessoais com adultos, o sentirem que são fisicamente pouco atractivos, problemas em termos de realização sexual, humilhação e solidão. Nos seus primeiros contactos tendem a seduzir a vítima, utilizando para tal diferentes tipos de comportamentos, como a manipulação verbal, ou emocional, a sedução, jogos, prendas, etc. (ibidem).

Alguns autores estabeleceram duas categorias de abusadores sexuais de menores, aqueles que se sentem atraídos por crianças desde a adolescência ou os agressores que cometem o comportamento ofensivo devido a um agente stressor. São estes últimos que tendem a vitimizar crianças que lhes são conhecidas ou que são da sua própria família (ibidem).

Burgess e colaboradores (2007) reforçam a ideia da importância da classificação dos ofensores sexuais. Esta classificação permite uma melhor compreensão dos indivíduos e consequentemente uma maior capacidade de caracterização dos comportamentos dos diferentes tipos de ofensores possibilitando a utilização de toda a informação que faz parte da cena do crime para que melhor se consiga apreender todo o comportamento ofensivo e também o ofensor. Este critério permite também melhorar a

identificação do presumível ofensor tendo em vista a sua captura.

Por outro lado, a categorização dos ofensores permite, quando presos, serem alocados atendendo as suas características o que poderia facilitar todo o processo de adaptação ao meio prisional e também uma melhor intervenção, pois se estiverem categorizados pode-se diferenciar os indivíduos quanto ao risco de violência, ou ao risco de reincidência e efectuar uma intervenção mais adequada a essas necessidades (Burgess et al., 2007).

Na literatura encontram-se diferentes tipologias de agressores sexuais consoante o acto cometido (e.g. pedofilia, violação, necrofilia, exibicionismo, fetichismo, voyeurismo, masoquismo, sadismo, etc.), muitas delas associadas a perturbações psicológicas.

As tipologias existentes sobre os delinquentes não são 100% satisfatórias, mas ajudam a compreender melhor os fenómenos que se pretendem estudar. Existem várias tipologias, de diferentes autores, sobre ofensores sexuais, que podem ser encontradas nas revisões bibliográficas sobre esta temática (Blackburn, 1994).

Cohen (1971) refere a existência de quatro grupos diferentes de violação: a **Violação de agressão**, cujo objectivo do ofensor é humilhar a vítima fazendo, muitas vezes, uso de comportamentos sádicos; a **Violação Compensatória**, em que o intuito do ofensor é demonstrar a competência sexual, como forma de compensar a falta de adequação a uma vida socialmente adequada; a **Violação Sexual Agressiva**, na qual, o ofensor inflige dano físico nas vítimas para obter prazer; e, a **Violação Impulsiva**, na qual, o ofensor faz uso de uma oportunidade qualquer que surja, para cometer a ofensa.

Para além desta tipologia de Cohen, na literatura podemos encontrar outra tipologia, a de Groth (1979) que defende a presença de três factores nos indivíduos que cometem ofensas sexuais. Segundo este autor, estes indivíduos têm presente os factores hostilidade, poder e sexualidade, que se conjugam dando origem a três padrões de agressão sexual: a **Violação de hostilidade**, em que o uso de violência tem como objectivo atingir excitação, que resulta da exibição da força do agressor, ao mesmo tempo que expressa hostilidade e raiva pelas mulheres. Assim, o sexo é uma arma e a agressão é uma forma de ferir as vítimas. Normalmente, estes sujeitos são também violentos noutros contextos. Este tipo é semelhante ao padrão de violação sexual agressiva de Cohen. A **Violação de Poder**, em que o comportamento de agressão sexual é uma forma de compensar a vida rotineira do indivíduo. Os indivíduos que adoptam este padrão de comportamento procuram exercer poder e controlar as suas vítimas.

Assemelha-se ao padrão de violação compensatória de Cohen. A **Violação Sádica**, na qual, a violência é premeditada originando lesões, por vezes graves, na vítima. Este tipo é semelhante ao padrão de violação de agressão de Cohen.

Ronald Holmes (1989) também propõem uma tipologia de agressores sexuais, referindo quatro tipos de ofensores: a **Violação como Afirmação de Poder**, em que o ofensor se caracteriza por apresentar baixo nível académico, tende a permanecer solteiro e a viver com os pais. Tem poucos amigos e sem uma companheira sexual, é um indivíduo pouco atlético, que pode apresentar outros comportamentos parafilicos. A motivação inerente a estes comportamentos é sexual com vista a aumentar a auto-estima. Estes ofensores só fazem uso da força para dominar as vítimas, tendo a percepção que as vítimas também desfrutam da relação sexual. Este tipo é semelhante ao padrão de violação sádica de Groth. A **Violação por Vingança**, na qual, o ofensor quer livrar-se de todas as injustiças de que se sente alvo. Socialmente competente e com uma infância difícil, onde está presente história de maus tratos, divórcio dos pais e a experiência de viver com famílias de acolhimento ou pais adotivos, normalmente, são indivíduos atléticos, podem ser casados, sendo muitas vezes descritos como sujeitos impulsivos e violentos. Neste tipo, a violação resulta de uma discussão com uma mulher importante na vida do ofensor, podendo levar ao homicídio da vítima, pois estes ofensores podem fazer uso de qualquer tipo de arma contra a vítima. A **Violação Depredador**, na qual, a agressão é uma forma do ofensor expressar a virilidade e masculinidade. Estes indivíduos pensam ser esta a forma correcta de lidar com as mulheres. A história de vida do ofensor é muito semelhante à do tipo violação por vingança, no que diz respeito à infância. Normalmente, são sujeitos que frequentam bares de encontro em que a vítima é de oportunidade. A **Violação Sádica** é dos tipos mais perigosos de agressão sexual. A violação é efectuada com o intuito de expressar e realizar as fantasias sexuais agressivas do ofensor. O sujeito quer provocar dano físico e psicológico nas vítimas, demonstrando ter personalidade anti-social pelo que, muitas vezes, são agressivos noutros contextos, quando alvo de críticas. Na história de vida destes ofensores encontra-se, muitas vezes, episódios de abuso físico ou a presença de parafilias nos pais. Normalmente, a adolescência pauta-se pela existência de problemas sexuais, com excessivo recurso à masturbação e voyeurismo. Estes indivíduos caracterizam-se por serem casados, inteligentes, planeando a agressão e podendo, através da violência, matar a vítima.

Já Guttmacher e Weihofen (1952) elaboraram uma tipologia dos agressores

sexuais, na qual referem a existência de três tipos de violadores. Um tipo refere-se aos indivíduos cujo comportamento ofensivo é o reflexo do impulso sexual reprimido. Outro é relativo aos indivíduos que cometem o acto sexual ofensivo com contornos sádicos e o por último, o terceiro tipo que se refere a indivíduos que cometem a violação como fazendo parte do padrão do comportamento criminal que adopta (cit in Prentky & Burgess, 2000).

No que toca aos abusadores de menores, Knight e Prentky (1990) elaboraram uma tipologia atendendo a dois eixos, o eixo da fixação e competência social independentes entre si e o eixo que tipifica a intensidade do contacto com as vítimas. Através desta diferenciação os autores pretendiam além de diferenciar os agressores, avaliar o dano e o risco de violência. Estes mesmos autores estabeleceram uma tipologia dos agressores sexuais de vítimas adultas que tem vindo a ser reconhecida como fiável e actual.

Em 1990, Knight e Prentky definiram nove tipos de violadores, sendo que cada tipo é caracterizado por critérios específicos que os diferenciam dos demais. A este sistema de classificação, baseado numa análise de características dos indivíduos que permite a tomada de decisões, o que originará a categorização dos sujeitos, os autores denominam de Massachusetts Treatment Center Revised Rapist Typology (MTC:R), cuja última versão é o MTC:R3. Esta categorização tem em consideração a motivação dos indivíduos para cometerem os comportamentos sexuais ofensivos, nomeadamente a oportunidade, a raiva, a gratificação e a vingança, considerando estas variáveis e também outras dimensões como o comportamento anti-social, a agressão, as competências sociais, o sadismo, a vertente da sexualidade e o planeamento da agressão. Assim, os autores identificam a *Violação Oportunista* (referindo-se a dois tipos diferentes: tipo 1 e 2), em que a motivação é a o comportamento impulsivo, sendo a violação um acto impulsivo, motivado por contexto e factores situacionais, mas cuja violência só será exercida se for considerada necessária. A *Violação por Raiva*, tipo 3, tal como o próprio nome sugere, a motivação principal é a raiva. São indivíduos violentos e que têm na sua história de vida episódios de violência. A *Violação Sexualizada*, que engloba os tipos 4, 5, 6 e 7, caracteriza-se pelo grau excessivo de preocupação com a sexualidade, que é demonstrado no comportamento dos indivíduos através de vários comportamentos, tais como as fantasias sexuais e o recurso a pornografia. Para estes indivíduos o comportamento sexual ofensivo é planeado, podendo o indivíduo adoptar comportamentos sádicos, o tipo 4 (manifesto) e 5 (latente), ou não adoptar esses comportamentos, os tipos 6 (com competências sociais elevadas) e

7 (com défice nas competências sociais). Por último, a *Violação Vingativa*, tipos 8 e 9, caracterizada por indivíduos cujo factor motivacional preponderante é a raiva e a vingança.

2. 3. Distorções Cognitivas

As distorções cognitivas face a questões criminais são comuns, à grande maioria dos indivíduos que cometem crimes (Dodge, et al., 1990). Manter o comportamento criminal está associado a reter os valores anti-sociais e à formação de auto-ideações. Ao gerar esses pensamentos o indivíduo pode culpabilizar os outros pelas próprias ofensas cometidas e construir um comportamento anti-social (ibidem).

A distorção cognitiva principal presente nos ofensores é sobrevalorizar as atitudes auto-centradas e pensamentos que possibilitam o ofensor de adoptar comportamentos desviantes (Yochelson & Samenow, 1976). Outra distorção cognitiva que dá suporte à anterior e opera no momento pré e pós-comportamento anti-social, são as racionalizações para neutralizar a consciência ou culpa reduzindo o stress que pode aparecer devido à culpa por empatia ou dissonância cognitiva causada pela ofensa (Barriga & Gibbs, 1996). Estas justificações e pensamento racional são utilizados para justificar os actos ofensivos e a função da racionalização é proteger a identidade social do indivíduo, retirando os estigmas sociais desse comportamento indesejado. É esse comportamento de desculpabilização que suaviza ou elimina a exigência de responsabilidade e apela para a pouca probabilidade do acontecimento ou culpabiliza a vítima por ter iniciado o próprio acto criminoso (Durkin & Bryant, 1999). As justificações envolvem aceitar a responsabilidade por um comportamento particular mas não o estigma associado. Segundo Bandura (1986) os mecanismos que activam ou inibem os comportamentos são devido a justificações morais, rótulos eufemísticos, comparações vantajosas, deslocação da responsabilidade, distorção das consequências dos actos, desumanização e atribuição errada da culpa. Estas estratégias verbais são a forma como os ofensores vêem as suas próprias ofensas e interferem na sua conduta e também no processo terapêutico, pois estes indivíduos mesmo não cometendo as ofensas podem manter este tipo de ofensas. No entanto, verifica-se que as explicações que os ofensores dão sobre os seus comportamentos vão variando ao longo do tempo, mas ainda assim, não assumem a responsabilidade moral pelos seus comportamentos. O

que os vários estudos e investigações nesta área de conhecimento têm visto a enfatizar é a necessidade de incluir nos processos de tratamento/intervenção psicológica é a análise das desculpas e justificações utilizadas pelos ofensores. (Egan, et. al., 2000)

Um aspecto que tem vindo a ser muito estudado relativamente aos ofensores sexuais é as distorções cognitivas. Na revisão bibliográfica sobre os agressores sexuais, este tema aparece, quer integrado nos modelos teóricos que abarcam vários factores explicativos das ofensas sexuais, quer ao nível de teorias que se focalizam somente neste aspecto, tal como já pudemos verificar em capítulo anterior. Desta forma, e porque acreditamos ser uma temática relevante quando nos referimos aos ofensores sexuais, iremos explorá-la atendendo aos diversos estudos e teorizações existentes.

O estudo da *Cognição Social*, do conhecimento social e dos processos cognitivos é essencial para compreender o comportamento social e os factores de mediação. A cognição social enfatiza o armazenamento e representação da informação social na memória e como esta influencia o processo de informação e a tomada de decisões. Um aspecto relevante é a organização da informação na memória e subsequente processamento de informação, julgamentos e comportamentos. Deve-se atender neste processo ao conteúdo das crenças, bem como à forma como a informação é armazenada na memória, pois pode influenciar o processo e integração da informação posterior. É também importante salientar a relação estabelecida entre os conceitos guardados na memória, pois quanto mais próximos, mais facilmente são activados, e uma vez activadas as crenças, estas podem influenciar o processamento de informação social, nomeadamente a atenção e interpretação da informação, e consequentemente as inferências, o julgamento e o comportamento adoptado. Quanto mais acessíveis estiverem as crenças, mais facilmente serão estimuladas e mais influenciarão os julgamentos e comportamentos. As crenças que são acessíveis são mais facilmente activadas, enquanto as crenças que são *utilizadas* esporadicamente são menos acessíveis. Quanto à interpretação da informação, esta é o resultado do processo de selecção da informação, que resulta de diferentes factores, como as expectativas. Se a informação for consistente com as expectativas, recebe mais atenção do que se for inconsistente, e os julgamentos que são efectuados pelos indivíduos, são também influenciados pelas expectativas consistentes, ou seja, a integração da informação congruente na memória a longo prazo é facilitada enquanto se a informação for incongruente o processo é dificultado (Marshall, et al., 1997).

A componente cognitiva não pode ser estudada isoladamente, já que a

componente afectiva e motivacional influencia todo o processo. Só alguns aspectos do processo cognitivo podem diferenciar os ofensores sexuais e os não ofensores. As atitudes e crenças dos ofensores sexuais sobre as crianças e as mulheres podem manter o comportamento ofensivo e devem ser alvo específico de intervenção terapêutica, pois caracterizam-se por serem conservadoras e tradicionais. Estes ofensores acreditam que os impulsos sexuais devem ser cumpridos e daí surgem os comportamentos violentos e intrusivos (ibidem).

As distorções cognitivas são um importante foco na intervenção com os ofensores sexuais, nomeadamente com os abusadores sexuais. Este aspecto surge referenciado na literatura desde 1980. As revisões sobre este tema, quer em termos teóricos quer ao nível da metodologia de intervenção, demonstram que as evoluções nesta área têm sido lentas, mas que se têm efectuado desenvolvimentos interessantes nos últimos anos (Gannon, et. al., 2007).

As cognições, a forma como estes ofensores pensam, tem sido uma importante área de investigação. Todas as teorias concordam na importância das cognições, sendo que a maioria assume que as cognições nos ofensores sexuais são distorcidas ou diferentes quer dos outros ofensores, quer dos restantes indivíduos da comunidade. São essas diferenças, ao nível das cognições que levam ao cometimento das ofensas sexuais (ibidem).

O termo *distorções cognitivas* surge com Abel e seus colaboradores nos anos 80, quando aplicaram o termo aos abusadores sexuais. Nesta altura referiam-se a “*cognições ou crenças*”. Mais tarde definiram como “*processo interno que incluiu justificações, percepções e juízos utilizados pelos ofensores para racionalizar o comportamento sexual ofensivo com as crianças*” (Abel, et al., 1989, p. 134).

No entanto, ao longo dos tempos a definição não foi alterada, nem sofreu aperfeiçoamento, foi sendo utilizado o termo *distorções cognitivas* com diversos significados, tais como crenças desadaptativas, justificações, racionalizações, minimizações, etc. (Gannon, et. al., 2007). Bumby (1996) definiu as distorções cognitivas como assunções que foram aprendidas como crenças, auto-afirmações sobre o comportamento sexual desviante, que permitem negar, justificar, minimizar e racionalizar as ofensas cometidas pelos ofensores sexuais. O problema que foi surgindo no sentido de clarificar este conceito, é que ele pode ser aplicado e englobar um conjunto vasto de fenómenos cognitivos como por exemplo esquemas implícitos, etc. (Gannon, et. al., 2007).

Existem diferentes abordagens teóricas, quer sociológicas, quer mais na área da criminologia, que exploraram o desenvolvimento e manutenção das distorções cognitivas nos ofensores, nomeadamente estudos realizados por Sykes e Matza (1957) ou Yochelson e Samenow (1976).

Como este é um problema grave em termos sociais e uma vez que tende a agravar-se, ou pelo menos, tem vindo a ser mais reportado às autoridades, a sua complexidade torna difícil desenvolver um modelo que atenda aos múltiplos factores etiológicos e à heterogeneidade dos ofensores (Hall, 1990 a); Quinsey, 1984; Quinsey & Marshall, 1983).

No entanto, diferentes investigações que têm vindo a ser realizadas já identificaram diferentes características nos diferentes tipos de ofensores. Têm-se realizado um conjunto de investigações sobre a natureza das distorções cognitivas nos ofensores sexuais e também sobre o próprio tratamento, mas o que se verifica em relação a este último é que se tem cingido à tentativa de corrigir as distorções cognitivas (Marshall, et al., 1999).

Abordagens teóricas mais recentes, têm vindo a tentar desenvolver um modelo mais sistemático de investigação e compreensão das distorções cognitivas na tentativa de clarificar como estas influenciam o comportamento violento dos ofensores sexuais. Assim, Marshall e colaboradores (1997) sugerem uma teoria integrativa sobre a iniciação, manutenção e justificação das ofensas sexuais, referindo estes aspectos como essenciais para desenvolver um programa de intervenção e tratamento eficaz. Mas outras teorias têm surgido sobre os ofensores sexuais e o comportamento sexual desviante, quer teorias mais compreensivas e abrangentes, quer teorias focalizadas em aspectos particulares. Estudos sobre a influência dos factores cognitivos nas ofensas sexuais têm sido efectuados, no entanto existem poucas abordagens integrativas, verificando-se apenas a existência de alguns estudos sobre as crenças e atitudes dos ofensores sexuais de forma isolada, ou seja, abordam um aspecto cognitivo específico, de forma singular. Mas as variáveis cognitivas são diversas, como as estruturas cognitivas (esquemas), as operações (processamento de informação), os produtos (atribuições), e os ofensores podem-se diferenciar dos não ofensores, numa só das variáveis cognitivas ou em várias.

Um aspecto que tem vindo a merecer a atenção dos diferentes autores e investigadores deste tipo de criminosos, tem sido o estabelecimento da diferenciação entre a *mentira*, distorcer de forma deliberada a informação que fornecem e a *percepção*

distorcida da realidade que rodeia o sujeito. Uma questão importante se coloca: os ofensores sexuais são realmente mentirosos ou têm uma distorção perceptiva da realidade que os circunda? Importa saber se a forma dos ofensores verem as suas vítimas, o comportamento delas, antes, durante e após o delito, e as crenças que dão suporte às ofensas contra mulheres e crianças, envolvem ou não, distorções conscientes e deliberadas pois, este facto é muito importante e deve ser tido em conta na intervenção terapêutica. Um dado relevante é que os ofensores mesmo que distorçam a informação, de forma consciente, depois de terem cometido a ofensa, podem continuar a ter comportamentos ofensivos, porque os pensamentos, crenças e distorções, foram reforçados pelo comportamento ofensivo realizado (Marshall, et al., 1999).

As *crenças* servem para guiar o comportamento e todas as pessoas procuram informação no mundo que as rodeia, de forma a servir de suporte às crenças e comportamentos adoptados, ignorando todas as informações do mundo que sejam desconfirmatórias dessas distorções. O que se tem vindo a notar é que não é o processo de distorção cognitiva que diferencia os ofensores sexuais da restante população em geral, mas sim o conteúdo das distorções e os objectivos que o sujeito pretende atingir com o seu comportamento. Assim, o que distingue os ofensores dos não ofensores, é que estes últimos também têm distorções cognitivas, mas estas são prossociais, e daí não adoptarem comportamentos desviantes (ibidem).

Um estudo realizado por Burt (1983) demonstrou que na população em geral existem elevados estereótipos sobre o comportamento sexual e grande aceitação da violência interpessoal, nomeadamente contra as mulheres e os violadores tendem a justificar o comportamento violento e a dissociar a culpa da violência exercida, uma vez que não percebem essa violência como negativa. O mesmo autor refere que os violadores têm comportamentos mais extremos de violência, mas usam as mesmas desculpas e justificações para o seu comportamento, como a população em geral, o que reflecte aspectos culturais, atitudes e crenças que fomentam a violência contra as mulheres. Howells e Wright (1978) tentaram diferenciar os ofensores dos não ofensores, atendendo a diferentes tipos de medidas e verificaram que não havia diferenças nas medidas de personalidade, mas os ofensores sexuais eram mais convencionais nas suas atitudes sexuais e apresentavam mais dificuldades em termos sexuais. Marolla e Scully (1986) efectuaram um estudo para analisar se existiam diferenças entre as atitudes, crenças e julgamentos de responsabilidade sobre a violência, entre os ofensores sexuais e outros ofensores detidos e verificaram que não existiam diferenças nas atitudes com as

mulheres, o que reflecte a ideia de que as crenças e atitudes negativas para com as mulheres, que dão suporte à violação, estão socialmente enraizadas e servem para controlar o comportamento das mulheres. Abel e colaboradores (1984) referem que são as crenças e distorções cognitivas que permitem aos ofensores manter os comportamentos violentos, sem sentirem remorsos ou culpa.

Langton e Marshall (2001) também referem a importância do esquema mental para guiar todo o processo desde a selecção da informação até à resposta comportamental. Estes autores encontraram componentes cognitivos específicos nos cinco tipos de violadores identificados por Knight e Prentky's (1990), já apresentados anteriormente.

A decisão de responder a uma situação com um comportamento sexual agressivo pode dever-se à apreciação cognitiva ou justificações baseadas no comportamento da vítima. Estas crenças e justificações podem ser condicionadas pela cultura, sociedade onde o indivíduo se encontra inserido. O que se verifica é que muitas vezes, estes ofensores tendem a ver as relações com as mulheres como hostis e utilizam, por exemplo, o abuso de álcool como desculpa para o comportamento violento. Nestas circunstâncias, se o comportamento violento não for entendido como errado, não existe então razão moral ou ética para controlar esse comportamento. E, se associado a este facto, existir a percepção de benefício, em que há menor nível de ameaça, a probabilidade do comportamento ocorrer é elevada. Acrescentando a estes factos a activação fisiológica em conjunto com a percepção distorcida, origina que a conduta violenta surja de forma facilitada (Marshall, et al., 1999).

Existem outras variáveis que servem para facilitar a implantação de distorções cognitivas, que interagem neste processo e facilitam o comportamento sexual violento tais como: experiências negativas precoces, divórcio, história familiar de delinquência, negligência familiar, abuso físico ou sexual que podem originar problemas ao nível da personalidade dos indivíduos, e consequentemente aumentar a probabilidade de que em adultos adoptem comportamentos sexuais abusivos. O que se tem apurado é que o comportamento sexual violento pode ser inibido ou facilitado devido às experiências positivas ou fracassadas de socialização. Outros factores como baixo nível de escolaridade, défices nas competências sociais e baixo estatuto profissional, podem aumentar a probabilidade de adoptarem comportamentos sexuais violentos. Um dado que tem aparecido em diferentes estudos é que, os ofensores sexuais têm menores

competências sociais do que os não ofensores, nomeadamente os ofensores sexuais de mulheres, que normalmente já tiveram comportamentos anti-sociais no passado, ou seja história de comportamento criminal não sexual. Denota-se ainda que muitos indivíduos têm dificuldades em incorporar valores e padrões sociais e por isso têm comportamentos anti-sociais, que os fazem ter conflitos familiares e também contactos com as autoridades. Estes factores, que têm sido encontrados na literatura como possíveis factores de risco, podem não originar comportamentos sexuais violentos numa pessoa que não tenha perturbações de personalidade, mas este tipo de problemas de personalidade são característicos de alguns criminosos, incluindo os ofensores sexuais, que resultam em características como egoísmo, falta de remorsos, manipulação dos outros, estilo de vida anti-social e comportamento instável (ibidem).

A interacção entre os aspectos da personalidade, os fisiológicos, os cognitivos e os afectivos podem originar a que ocorra o comportamento sexual violento, mas por influência das contingências ambientais que são um factor relevante, no entanto influenciam com menor grau todo este processo que dá origem ao comportamento sexual violento (ibidem).

De salientar o estudo de Coutinho-Pereira (2007) no qual analisou as distorções cognitivas nos agressores sexuais, atendendo aos agressores intra e extra-familiares. Os dados revelaram a presença de diferentes tipos de distorções cognitivas, não existindo diferenças significativas entre os agressores sexuais que perpetraram crimes dentro ou fora do contexto familiar.

Também Maroco (2008) efectuou um estudo sobre as distorções cognitivas no comportamento sexual ofensivo, tendo verificado a presença de distorções cognitivas e crenças desadequadas nos diferentes tipos de agressores sexuais que foram avaliados.

2.3.1. Tipos mais frequentes de distorções cognitivas

➤ Negação e Minimização

As cognições desempenham um papel importante no desejo de violar. Envolvem atitudes e crenças sobre o sexo e sobre a masculinidade. São as crenças que permitem justificar a violação e promovem o narcisismo e a cumplicidade da mulher na violação.

Permitem ao ofensor a percepção de “direito a” e ajuda na elaboração do plano e concretização da violação. Por outro lado, permitem a negação e minimização dos efeitos do acto abusivo (Ryan, 2004).

Existe alguma dificuldade, referida por diferentes autores, em distinguir a negação da minimização. Foi elaborada uma listagem por Marshall e colaboradores (1999) que demonstra, e permite avaliar, os processos de negação e/ou minimização efectuados pelos ofensores sexuais, na qual se pode verificar a dificuldade em distinguir estes dois processos, uma vez que existem itens que estão associados à negação e também à minimização (e.g. *Amigos ou familiares disseram-me que a vítima não ficou ferida/magoada; Eu agi no calor do momento, etc.*). Um aspecto associado à negação e/ou minimização é a capacidade do ofensor conseguir assumir o facto de ter magoado a vítima ou a ter prejudicado, pois segundo Marshall e colaboradores (1999) este é o primeiro passo do tratamento, essencial para que se produza no ofensor uma resposta empática, imprescindível para que o tratamento seja eficaz. A maioria dos ofensores sexuais nega total ou parcialmente o acto cometido, ou então minimizam-no. Mesmo nas situações em que assumem o delito, distorcem a realidade para que não sejam, nem se sintam, responsabilizados.

Um estudo realizado por Scully e Marolla (1984) demonstrou que a maioria dos ofensores sexuais negava o delito cometido, negavam a responsabilidade perante o acto e para tal forneciam diferentes tipos de justificações. Um outro estudo, de Pollock e Hashmall (1991) encontrou 21 desculpas diferentes para os actos abusivos cometidos, e essas justificações subdividiam-se em seis áreas temáticas diferentes. Também um outro estudo efectuado por Beneyto (1998) revelou que a maioria dos ofensores sexuais negava o acto cometido, sendo que aqueles que mais negavam o acto abusivo eram os ofensores sexuais de crianças, enquanto os que assumiram o facto de terem cometido uma ofensa eram na sua maioria violadores que cometeram mais que um tipo de ofensa e com recurso à violência.

Os dados que têm sido obtidos a partir de diferentes estudos científicos sobre a negação e/ou minimização neste tipo de ofensores, revelam que estes indivíduos não se preocupam com as vítimas dos seus crimes, nem com as consequências dos actos cometidos. Denota-se assim a importância do estudo da *empatia* nestes sujeitos, pois na maioria das situações não demonstram qualquer interesse pelo que aconteceu com a vítima. Um estudo efectuado por Beneyto (1998) revelou que a maioria dos ofensores sexuais de crianças, não tinham empatia para com as suas vítimas, não eram capazes de

se colocarem na perspectiva do outro. Esta falta de empatia por parte dos ofensores sexuais tem sido vista como uma parte importante do problema (Hanson, 1997; Pithers, 1994), pois pode ser explicada pela falta de capacidade de reconhecimento do acto cometido e das consequências negativas provocadas na vítima, o que pode ser analisado como sendo uma distorção cognitiva.

Assim, verifica-se que é essencial incluir no início da terapia, a análise dos processos de negação e minimização do comportamento violento ocorrido, pois não se pode evoluir em termos terapêuticos, enquanto o ofensor não admitir a sua responsabilidade no acto cometido. De salientar que estes dois processos (negação e/ou minimização) são encontrados na maioria dos discursos dos ofensores sexuais e acarretam problemas na adesão ao processo terapêutico e, conseqüente, no sucesso da intervenção.

Outro dado que se encontra na literatura, associado à negação e/ou minimização, é o facto dos ofensores sexuais elaborarem, ou não, um plano exaustivo de fantasias acerca da ofensa que vão cometer, no qual podem incluir os detalhes a ter em consideração quando cometem o crime. Existem alguns terapeutas que estabelecem como objectivo terapêutico que os ofensores admitam os seus planos e fantasias durante o processo de intervenção, mas este facto não é aceite de forma unânime pela comunidade terapêutica, uma vez que, muitos dos ofensores não admitem o crime cometido, e não é por esse facto que não devem ser alvo de intervenção.

Um aspecto que pode explicar este facto dos indivíduos negarem/minimizarem os planos efectuados, parece ser também encontrado na população em geral. Na generalidade, as pessoas quando têm um encontro em que existe uma relação íntima, pensam no acto sexual, o mesmo acontece com os ofensores sexuais quando estão com as vítimas, mas estes pensamentos podem ser rápidos e não organizados, o que pode levar a que o ofensor refira que está a dizer a “verdade”, está a ser honesto, não está a *negar*, mas fornece informação incorrecta, quando diz que não pensou em ter qualquer acto de natureza sexual com a vítima (Marshall et al., 1999).

Baumeister (1991) elaborou uma teoria que é interessante do ponto de vista da análise dos aspectos negação e/ou minimização dos ofensores sexuais. Este autor define os diferentes níveis hierárquicos de significado que as pessoas atribuem aos seus actos, partindo de um nível mais concreto até a um nível mais abstracto de interpretação. Assim, quando o indivíduo comete um acto que é aceitável socialmente ou para si próprio, opera a um nível abstracto, com nível elevado de significado, mas quando

executa um acto inapropriado, opera num nível mais concreto, em que se centra na satisfação imediata das necessidades, não tendo em consideração os interesses e necessidades dos outros. Baumeister denomina este processo de *Desconstrução Cognitiva*, uma forma justificativa que permite efectuar um comportamento inaceitável sem sentir culpa ou sem remorsos. Com base nesta teoria podemos colocar a hipótese que os ofensores cometem actos de negação/minimização das ofensas cometidas, como forma de não sentirem culpa ou remorsos do acto abusivo inapropriado, encontrando-se nesses casos a funcionar a um nível de interpretação mais concreto de satisfação das necessidades.

➤ **Distorção da Percepção e Crenças Inapropriadas**

Vários estudos têm sido efectuados sobre as atitudes dos ofensores, a violência com mulheres e crianças, a experiência sexual e as ofensas sexuais. As investigações têm demonstrado que uma das características deste tipo de ofensores é a distorção da percepção, nomeadamente do comportamento da vítima. Os abusadores de crianças vêem o comportamento das suas vítimas como provocante e que o comportamento delas demonstra interesse sexual. Alguns estudos têm verificado que, embora os ofensores tenham interesse em demonstrar e referir esta atitude de distorção da percepção para obterem ganhos em termos sociais, parece que a maioria deles fá-lo de forma inconsciente. Quanto aos violadores, estes referem que foram as vítimas que os levaram ao acto, que elas mudaram de opinião no último minuto ou mesmo depois da ofensa, porque inicialmente tinham demonstrado vontade. Estes indivíduos percebem os acontecimentos de forma distorcida e demonstram que não percebem as *pistas* emanadas pelas vítimas. Um dado interessante, que provem de um estudo realizado por Lipton, McDonel e McFall (1987), é que os violadores não compreendem, ou interpretam de forma errada, as pistas dadas pelas mulheres, mas as pistas que são dadas por homens são bem interpretadas. Consideram as pistas fornecidas pelas mulheres como encorajadoras, enquanto as mulheres as vêem como negativas. Os ofensores vêem as suas vítimas, no decorrer da ofensa, como gostando ou concordando com o comportamento adoptado por eles.

Por outro lado, os ofensores sexuais de crianças vêem o facto de estas não se oporem ou não responderem, como estando a ser condescendentes com o

comportamento sexual, enquanto os violadores vêem as respostas das vítimas como demonstrando interesse, nomeadamente o facto de muitas vezes as vítimas deixarem de reagir e/ou resistir, por medo que os ofensores se tornem mais violentos, é interpretado por estes como as vítimas estando a gostar e quererem continuar.

Os estudos sobre as crenças dos indivíduos que cometeram ofensas sexuais contra crianças demonstram alguma consistência (Abel et al. 1984, 1985; Finkelhor, 1984). Os abusadores de crianças desenvolvem e modificam as distorções cognitivas para conseguirem lidar com o conflito entre a personalidade, que deseja ter relações sexuais com as crianças, e as normas da sociedade. As distorções cognitivas encontradas incluem ideias de que as crianças estão bem informadas e dão o seu consentimento para terem comportamentos sexuais com os adultos (Abel et al. 1984, 1989). Stermac e Segal (1989) realizaram um estudo para analisar se os homens que tiveram contactos sexuais com crianças diferem dos que o não fizeram, em termos de cognições e crenças. O estudo revelou que os abusadores vêem as crianças como seus cúmplices, sendo que a existência de menor responsabilidade por parte do adulto, permite que retirem mais benefícios do contacto sexual com as crianças. Além disso, vêem-nas como desejando ter relações íntimas com os adultos, como responsivas a este tipo de comportamentos e como sendo obrigadas a fazer o que os adultos querem.

Quanto aos violadores, estes detêm um largo espectro de crenças e atitudes inapropriadas, têm uma visão negativa das mulheres e da violência contra elas e aceitam os mitos sobre a violação. Neste sentido, Marshall e Hambley (1996) verificaram que os violadores pontuam mais elevado na *Rape Myth Acceptance Scale* (Burt, 1980) e na *Check's Hostility Toward Women Scale* (Check, 1984).

Por seu lado, Hartley (1998) efectuou um estudo com ofensores sexuais em tratamento e verificou que estes tinham crenças como: “não foi mesmo sexo” ou “não magoaram a criança”, a “relação foi como se dois adultos estivessem a interagir”, ou “é um direito de pai ter relações sexuais com os filhos”, confirmando algumas das crenças distorcidas dos ofensores que aparecem referidas na literatura. Hanson e colaboradores (1994) num estudo descobriram que os abusadores de crianças que cometem a ofensa na família, minimizam a ofensa cometida, porque pensam que as crianças são sexualmente atractivas e são motivadas em termos sexuais. Estes autores também verificaram que os ofensores que cometeram crimes intrafamiliares (e.g. incesto) pensam que têm o direito a ter relações sexuais com as crianças, o que vai de encontro aos dados obtidos por Hartley (1998).

Os autores Gore (1988), Stermac e Segal (1989) referiram que os abusadores percebem as crianças como estando à espera de manter sexo com os adultos e que esse contacto é socialmente aceitável e não doloroso para com a criança. Hayashino, Wurtele e Klebe (1995) descobriram que os abusadores extrafamiliares também possuem essas crenças, enquanto Howells (1979) referiu que os ofensores sexuais de crianças vêem-nas como menos ameaçadores e mais submissas que os adultos.

Já Wilson (1998) efectuaram um estudo com diferentes tipos de ofensores sexuais e verificaram que só os que tiveram contactos sexuais com rapazes é que expressaram preferência por crianças, enquanto os abusadores de crianças intrafamiliares atribuem às suas vítimas um estatuto de adultos.

Nas justificações utilizadas pelos diferentes tipos de ofensores verifica-se que, os violadores tendem a acreditar que as mulheres são responsáveis pela violação e que o violador é inocente (Marolla & Scully, 1986). Mas as crenças mais reportadas pelos ofensores são relativas às circunstâncias externas que levam ao acto abusivo, em que os ofensores referem que não magoaram as vítimas e/ou a vítima gostou do contacto sexual, como verificaram Neidigh e Krop (1992).

Num outro estudo, Hudson e colaboradores (1993) descobriram que os ofensores sexuais são limitados ao nível da identificação das emoções demonstradas pelos outros, nomeadamente a raiva, medo e repulsa, que tendem a ver como emoções positivas. Estas emoções são normalmente demonstradas pelas vítimas no momento da ofensa, e não se sabe se a interpretação que é feita sobre o comportamento e emoções das vítimas é feito propositadamente ou de forma inconsciente, o que é um factor importante que deve ser alvo de avaliação em estudos futuros sobre esta temática.

Por sua vez, Horley e Quinsey (1995) descobriram que os ofensores sexuais de crianças têm uma visão mais negativa deles próprios e das mulheres e, que aqueles que agrediram crianças do sexo feminino, usam a aparência física das vítimas como desculpa da ofensa cometida e usam mais a auto-suficiência e constructos emocionais.

Por outro lado, os ofensores sexuais tendem a reforçar as crenças que possuem depois de terem cometido o acto ofensivo, recorrendo a diferentes estratégias, nomeadamente através de informações que recebe sobre a vítima, o que o vai encorajar a manter os comportamentos ofensivos e, por sua vez, a manter e reforçar as crenças. Essas informações podem advir de diferentes fontes e revelar que a vítima não ficou afectada pela ofensa, que o comportamento dela não demonstra estar afectada, que a vítima apresentou queixa porque foi pressionada pelo juiz ou autoridades policiais, etc.

(Marshall et al., 1999).

Outras investigações centram-se nas cognições que os sujeitos desenvolvem depois de a ofensa ter sido cometida e verificaram a relevância de muitos dos processos cognitivos no período pós-ofensa, nomeadamente ao nível da racionalização e possível revitimização. Mas a avaliação deverá centrar-se em todo o processo, pois os mecanismos de processamento de informação são importantes antes, durante e também depois do ciclo de violência, pois muitos dos processos mudam durante a ocorrência da ofensa, resultado da activação sexual ou mudança de humor (ibidem).

Outro estudo realizado por Abel e colaboradores (1989) analisou as crenças dos ofensores sexuais e referiu que as distorções cognitivas servem para legitimar e justificar o envolvimento sexual com crianças e manter o comportamento ofensivo. Por sua vez, essas crenças tendem a aumentar à medida que as ofensas continuam, pois as desculpas dadas pelos ofensores sobre o seu comportamento servem para manter a auto-estima e evitar os afectos negativos. Por sua vez, Rook e Hammer (1977) defendiam que as cognições são um factor importante em qualquer forma de activação sexual. Os pensamentos sobre as crianças podem ser alterados após o contacto com elas, pois uma primeira cognição sobre a criança como potencial parceiro sexual pode levar a comportamentos sexuais futuros envolvendo crianças.

Outro aspecto relevante quando se aborda o tema das distorções cognitivas nos ofensores sexuais, é o papel das *fantasias sexuais*. Wright e Schneider (1997) referem que as fantasias sexuais contêm elementos que apoiam a auto-estima e os comportamentos desviantes dos ofensores, tais como as vítimas serem vistas como cúmplices do comportamento do ofensor, como estando motivadas e como sendo provocadoras em termos sexuais. São este tipo de fantasias que fomentam as crenças distorcidas sobre a realidade.

Marshall e Barbaree (1990) referem que um factor de risco, que resulta da fantasia, para ter um comportamento sexual violento é a manutenção da relação entre sexo e agressão, na qual estes dois factores não são separados de forma adequada. A redução do stress interpessoal de forma sexualizada parece ser também uma base importante do comportamento sexual ofensivo e difícil de alterar.

Alguns investigadores consideram que as fantasias de masturbação estão na etiologia da pedofilia, mas a atenção dada aos aspectos cognitivos é mínima. Dean e Malamuth (1997) verificaram que as atitudes de suporte à violação estão correlacionadas com as fantasias sexuais coercivas, a agressão sexual imaginada, a

probabilidade da violação e a agressão sexual. Kanin (1985) refere que os homens que são agressivos em termos sexuais tendem a ver a violação como justificada pelas próprias circunstâncias. Segundo Ryan (2004) a fantasia combinada com a masturbação pode tornar-se perigosa. A associação entre a fantasia, as crenças que dão suporte ao comportamento sexual violento, a excessiva preocupação sexual e a hiper masculinidade produzem o violador. O homem pensa na possibilidade de ser violento em termos sexuais antes de o ser, mesmo que seja só em fantasia, sendo de salientar, que muitos homens fantasiam comportamentos de violência sexual, mas só alguns é que efectivamente concretizam esses comportamentos (Ryan, 2004).

Abbey e colaboradores (2001) referem que a violência sexual é um fenómeno complexo causado por múltiplos factores, incluindo a função das crenças culturais sobre o papel de género como justificação para a violência sexual. As teorias feministas dos anos 70 descrevem de que forma as atitudes tradicionais sobre a mulher, os encontros amorosos e o comportamento sexual influenciam e justificam o comportamento de vitimação sexual. Goodchilds e Zellmen (1984) verificaram que muitos dos alunos universitários concordavam que é aceitável um homem forçar uma mulher a manter relações sexuais se ela o motiva ou excita. Por outro lado, crenças sobre a influência do álcool no comportamento sexual violento também têm vindo a ser estudadas. Assim, Abbey e colaboradores (1998) demonstraram que as expectativas sobre a sexualidade num indivíduo que consome álcool estão indirectamente associadas ao cometimento de ofensas sexuais através do efeito que tem na percepção que o homem tem sobre as intenções sexuais da mulher. No mesmo estudo, os autores referem que outro aspecto principal é as experiências prematuras de relações sexuais consentidas. Assim, homens que tiveram relações sexuais muito precoces têm maior probabilidade de cometer ofensas sexuais. Este facto é explicado quer pelo interesse e motivação sexual, quer pelo aumento de oportunidades para cometer este tipo de ofensas (Malamuth, Sockloskie, Koss & Tanaka, 1991). Por outro lado, os homens podem não compreender o comportamento de amizade das mulheres, referido por Abbey e colaboradores (1998), o que pode estar na origem de ofensas sexuais. Alguns homens pensam que o sexo forçado é justificado quando a mulher recusa ter relações sexuais pois esse facto justifica o recurso à força. O álcool pode reforçar as crenças e interpretações erradas sobre o comportamento da mulher e pressupor que esta também pretende manter relações sexuais. Além disso, o consumo de álcool interfere num conjunto de processos cognitivos e torna difícil a percepção correcta dos estímulos complexos e ambíguos. Um

estudo de Giancola e Zeichner (1995) demonstrou que homens sob o efeito de álcool tornam-se agressivos com as mulheres quando se sentem provocados.

Em resumo, verifica-se da análise da literatura que são vários os autores que enfatizam a importância das crenças e das distorções cognitivas na agressão sexual, especificando de que forma as crenças e distorções influenciam o comportamento sexual agressivo.

2.3.2. Avaliação de Crenças e Distorções Cognitivas

Por definição a atitude não pode ser medida directamente porque é um constructo hipotético. O princípio subjacente é que pode ser medido através das crenças e opiniões sobre uma atitude (Stahlberg & Frey, 1988). A forma mais usual de medir as distorções cognitivas nos ofensores sexuais é através da medida das atitudes e inferindo depois os níveis de distorção cognitiva (Broxholme & Lindsay, 2003).

As escalas que têm vindo a ser utilizadas têm algumas anomalias na discriminação entre os diferentes tipos de ofensores e os não ofensores. Alguns abusadores de crianças não se diferenciam dos não ofensores ao nível das distorções cognitivas, existindo alguns autores que nos seus estudos verificaram que algumas crenças são compartilhadas quer pelos ofensores, quer pela população em geral, ou seja, não ofensores (*ibidem*).

As diferentes medidas de avaliação das distorções cognitivas que têm sido utilizadas ao longo dos tempos revelam que é no auto-relato que os ofensores sexuais têm um discurso mais “suspeito”, o que pode querer indicar desejabilidade social. Por outro lado, também é difícil os investigadores não influenciarem ou induzirem as respostas dadas pelos sujeitos neste tipo de medidas (Marshall et al., 1999).

As medidas de atitudes e crenças sobre crianças e mulheres, nomeadamente sobre a sexualidade ou o uso da força, são bem aceites na comunidade científica, uma vez que se reconhece facilmente quais são as respostas apropriadas. Mas alguns estudos, não verificaram diferenças entre violadores e a população em geral nas medidas de atitudes e mitos sobre as mulheres (Field, 1978; Segal & Atermac, 1984). De facto, Hudson e Ward (1997) descobriram que não havia diferenças significativas nas medidas de hostilidade e mitos de violação, entre os ofensores violentos e os não violentos, embora os violentos apresentem valores mais elevados.

Outro tipo de instrumento de avaliação que se revela muito valioso, são as entrevistas, pois permitem a obtenção de um elevado número de informações sobre o sujeito, permitindo conhecer as crenças, distorções cognitivas, as minimizações e negações que o indivíduo utiliza para justificar o seu comportamento. É um procedimento mais moroso, mas permite que através do diálogo se consiga aceder a um maior número de informações sobre o sujeito e a sua forma de pensar e perceber a realidade que o rodeia.

Por sua vez, um dado relevante sobre indivíduos que se encontrem ou não em tratamento, foi fornecido por Marshall e colaboradores (1999) que referem que na sua prática clínica tem encontrado respostas e atitudes mais negativas nos sujeitos que se encontram em tratamento, nas diferentes medidas de avaliação das distorções cognitivas, do que só quando efectuam avaliações deste tipo de ofensores. Tal pode ser justificado pelo facto de os indivíduos em tratamento serem mais verdadeiros, enquanto que em fase de avaliação podem responder de acordo com a desejabilidade social.

Os investigadores têm vindo a diferenciar o conteúdo das cognições e o processo que as origina, tentando desenvolver instrumentos de avaliação sobre as atitudes e crenças disfuncionais dos ofensores sexuais, que os diferenciariam dos demais indivíduos (Marshall, et al., 1997). Por exemplo, os violadores têm uma vasta gama de distorções cognitivas que promovem a violação, nomeadamente mitos sobre a violação que podem ser avaliados pela escala *The Rape Myth Acceptance Scale* elaborada por Burt (1980). Em conjunto com os mitos, existem as crenças que dão suporte à violação que são avaliadas, por exemplo, pela escala *Adversarial Sexual Beliefs* ou *Acceptance of Interpersonal Violence* ou *Hostility Towards Women*, elaboradas por Burt (1990), e também por Check, Malamuth, Elias e Barton (1985).

Existem duas formas utilizadas pelos investigadores para analisar as distorções cognitivas. Os estudos utilizam frases que são solicitadas aos ofensores sexuais para eles identificarem ou questionários em que são dadas afirmações para que os indivíduos se posicionem, sendo que os resultados são comparados com os sujeitos da comunidade. O primeiro tipo de metodologia utilizada, tem por objectivo analisar as declarações proferidas pelos indivíduos depois de terem cometido as ofensas e que lhes dão suporte (Gannon, et. al., 2007).

Abel e colaboradores (1984) classificaram as declarações proferidas pelos abusadores sexuais em sete categorias de distorções cognitivas: a falta de recusa indica que a criança está à espera de ter um parceiro sexual; sexo entre um adulto e uma

criança é educativo; as crianças mantêm o abuso em segredo porque gostam dele; a sociedade no futuro vai aceitar os relacionamentos sexuais entre adultos e crianças; carícias sem penetração não magoam a criança; e, as relações sexuais com crianças fortalecem os laços emocionais.

Posteriormente, Abel e seus colaboradores (1989) desenvolveram um questionário de nome *Abel and Becker Cognitions Scale* (ABCS) com 29 afirmações. Estes autores verificaram que este instrumento tinha validade estatística, pois permitia diferenciar os ofensores sexuais de crianças dos restantes indivíduos do grupo de controlo. Mas este instrumento não permitiu diferenciar os diferentes tipos de ofensores sexuais, o mesmo foi verificado num estudo por Tirney e McCabe (2001). Vários estudos foram executados tendo por base esta escala, tal como o de Stermac e Segal (1989) no qual verificaram que os abusadores têm mais distorções cognitivas que os violadores e do que a comunidade em geral. Hayashino, Wurtle e Klebe (1995) recorrendo também a questionários conseguiram diferenciar os abusadores extrafamiliares dos não ofensores.

Por sua vez, Neidigh e Krop (1992) efectuaram um estudo com um questionário com perguntas abertas sobre pensamentos, ideias e crenças que contribuíram para a ofensa. Também Hartley (1998) reuniu os temas encontrados nas justificações dadas pelos ofensores intrafamiliares e, através da *Grounded Theory*, verificou que os ofensores sexuais tentam reduzir a responsabilidade no crime através da reclamação e reivindicação. Já Saradjian e Nobus (2003) examinaram quais os pensamentos que os indivíduos têm antes de cometerem as ofensas e que lhes dão suporte. Verificaram a existência de uma sequência de dez tipos de cognições que dão suporte às ofensas sexuais e que ocorrem durante o processo da ofensa. Antes da ofensa, para além de pensarem que têm permissão para cometerem a ofensa, tendem a acreditar que as ofensas sexuais vão satisfazer as suas necessidades básicas e por isso é eticamente aceitável e não ocorrerá para sempre. Durante a ofensa, acreditam que esta não vai causar grande mal e que a criança também tem um papel importante no relacionamento. No período pós-ofensa, os ofensores externalizam a responsabilidade e centralizam a sua atenção nos aspectos positivos para manterem a sua auto-estima elevada (*ibidem*).

O que parece surgir nos diferentes estudos realizados é a noção que não existe diferenciação significativa e contraditória entre os abusadores e os restantes ofensores, mas parece que a diferença é ao nível da veemência na aceitação das crenças. Coutinho-Pereira e Gonçalves (2009) efectuaram um estudo com o intuito de verificar de que forma as distorções cognitivas influenciam o funcionamento dos agressores sexuais e na

forma como eles explicam o comportamento sexual intrusivo que efectuaram, tendo para tal utilizado uma Checklist de Distorções Cognitivas para Ofensores Sexuais (CDCOS: Gonçalves, 2004). O que os autores verificaram, apesar dos sujeitos evidenciarem distorções cognitivas de tipo mais básico, não se diferenciavam consoante o tipo de vítima (e.g. vítima menor ou adulta). Os autores concluem que os violadores e os abusadores sexuais de menores, poderão mesmo ser mais semelhantes do que diferentes, relativamente às distorções cognitivas. Estes resultados vão de encontro aos obtidos no estudo efectuado por Maroco (2008), no qual utilizou como instrumentos de avaliação a Escala de Crenças sobre o Abuso Sexual (ECAS: Machado, Gonçalves & Matos, 2000, a) e a Escala de Crenças sobre a Violação (ECV: Machado, Gonçalves & Matos, 2000, b). Os resultados revelaram existirem diferenças ao nível das crenças entre agressores sexuais e outro tipo de agressores, mas relativamente a violadores e a abusadores sexuais de menores, não foram encontradas diferenças, apontando os resultados para a existência de partilha de crenças entre estes dois tipos de agressores sexuais, que legitimam o seu comportamento abusivo.

Da literatura analisada ressalta a necessidade de salientar a importância de desenvolver mais investigação nesta área, para perceber se estas frases reflectem as crenças estruturais que dão suporte às ofensas ou se são estratégias para gerir a situação. São necessários mais métodos para avaliar. Por outro lado, os questionários visam testar as distorções cognitivas presentes nos indivíduos, normalmente contém várias afirmações que dão suporte às ofensas sexuais e os sujeitos têm que se posicionar em relação a cada uma, tendo em conta uma escala de Likert. Mas uma das questões que se coloca é sobre a vulnerabilidade deste tipo de questionários à deseabilidade social. Bumby (1996) baseou-se no ABCS e desenvolveu um questionário mais robusto que o de Abel, o *Molest Scale*, com 38 itens, com o qual verificou que os abusadores fazem mais apelo às distorções cognitivas que os violadores ou outro tipo de indivíduos não ofensores. O mesmo resultado foi obtido num estudo realizado por Arkowitz e Vess (2003). Este facto foi reforçado pelo estudo de Marshall, Marshall, Sachdav e Kurger (2003), no qual também os abusadores obtiveram valores mais elevados de distorções cognitivas.

A minimização e a falta de valores sociais são comuns nos ofensores sexuais, nos quais a percentagem de negação dos actos varia de 54 a 98% (Barbaree, 1991). No entanto têm sido efectuados poucos estudos no sentido de avaliar os aspectos cognitivos nos outros tipos de ofensores, que são os que são mais comuns (Egan et al., 2000).

Existe um modelo clínico de tratamento que importa salientar devido às concepções teóricas que tem por base. É um modelo de tratamento da desordem de personalidade dos ofensores sexuais elaborado por Buschman e Beek (2003), que se baseia na concepção teórica de que estes ofensores têm distorções cognitivas, enfatizando a importância dos afectos positivos e negativos encontrados em todos os ofensores sexuais, independentemente das suas motivações. Segundo este modelo, os *percursos* são activados por diferentes distorções cognitivas sobre o comportamento interpessoal adoptado do ofensor. Este modelo baseia-se nas distorções cognitivas encontradas nas diferentes teorias, rompendo com a ideia geral e simplista de que as distorções são só crenças distorcidas. Segundo estes autores, existem diferentes *percursos* no processo ofensivo que é caracterizado por afectos positivos e negativos que estão associados às motivações dos ofensores. Esses *percursos* são activados pelas distorções cognitivas típicas e que ocorrem diariamente no comportamento interpessoal do ofensor.

2. 4. Conclusão

Reunir modelos e teorias sobre as distorções cognitivas e as crenças que legitimam as ofensas sexuais, pode ser um passo para a compreensão dos ofensores sexuais e permitir uma intervenção terapêutica mais adequada e eficaz.

Os ofensores sexuais têm crenças tradicionais sobre as mulheres, percebem as crianças em termos sexuais e têm atitudes que dão suporte à ideia do direito sexual do homem. Tais aspectos revelam a importância do meio onde o indivíduo se encontra inserido, bem como reflectem o contexto social do mesmo. Desta forma, demonstra-se a necessidade de uma intervenção educativa, por exemplo em meio escolar, sobre estas temáticas de forma a desconstruir crenças e mitos que são transmitidos de forma cultural.

Marshall, Laws e Barbaree (1990) referiram que as atitudes, crenças e percepções são aspectos primordiais que os clínicos têm que ter em atenção na compreensão e tratamento deste tipo de ofensores. Existem outros aspectos que devem ser considerados, como a desejabilidade social, as crenças culturais, o comportamento violento aceite na sociedade e as crenças de dominância do homem sobre a mulher, que dão suporte e legitimam a violência física e que permite a tolerância face à agressão

sexual. Os homens violentos têm uma visão da sexualidade que legitima o comportamento violento.

Os ofensores, na generalidade, e os sexuais, em particular, partilham algumas crenças disfuncionais, tais como: as mulheres manipulam os homens, não são de confiança, gostam da violência sexual, gostam de ser pressionadas e merecem ser violadas. São homens que acreditam que a força sexual é aceitável e algumas vezes necessária. São crenças sobre a violação que são suportadas pela cultura, subculturas ou grupo de pares onde o indivíduo está inserido.

Outro facto relevante é que os homens sexualmente violentos parecem dar exagerado valor às questões sexuais, apresentam grande interesse pelo sexo, maior activação sexual que os outros indivíduos e excessiva preocupação com a sexualidade o que pode levar à frustração sexual. Na generalidade, os ofensores sexuais parecem ser iguais aos indivíduos que têm comportamentos aditivos, denotam incapacidade para ver as implicações do seu pensamento e comportamento, vêem-se como incapazes de controlá-los, o que permite que minimizem e neguem os efeitos da violação. Por outro lado, acreditam que os seus pensamentos e comportamentos são naturais, normais e desejáveis (e.g., Ryan, 2004).

Da revisão da literatura se evidencia a importância das distorções cognitivas, crenças, mitos e atitudes dos ofensores sexuais, demonstrando-se como refere Abel e colaboradores (1989), que os ofensores sexuais pontuam mais significativamente como desviantes numa escala de avaliação das cognições, o que demonstra que este é um dado relevante a ter em conta ao nível da intervenção terapêutica. Por outro lado, no mesmo estudo, os autores verificaram que os ofensores sexuais de crianças são um grupo heterogéneo, para o qual as crenças revelam ser importantes na motivação e também ao nível do suporte às ofensas, o que vem enfatizar a relevância da intervenção nesta área, uma vez que este tipo de ofensas tem vindo cada vez mais a ser reportado às autoridades, e como já referimos são aspectos que influenciam a sociedade em geral, e as vítimas em particular.

Os ofensores sexuais usam informação específica no estilo de processamento de informação, interpretam a informação de acordo com as crenças consistentes, as atribuições e julgamentos do comportamento sexual, que se coadunam com as crenças pré-existentes que dão suporte ao comportamento violento, daí a relevância de uma intervenção sistematizada sobre as distorções cognitivas. É o processamento de informação que dá suporte às crenças distorcidas, mas as estratégias de processamento

de informação utilizadas pelos ofensores, são as mesmas que outros sujeitos da população em geral usam para manter as atitudes e estereótipos. Este é também um aspecto a ter em consideração ao nível da intervenção terapêutica.

Finalmente, ao longo dos tempos, alguns autores verificaram que o modelo de tratamento deveria ser alterado e que teria de focalizar-se nos aspectos associados ao processo ofensivo, tinha que haver alterações na organização e tratamento dos ofensores sexuais, como por exemplo ao nível da educação, na forma de pensar destes ofensores, o que era muito importante no processo ofensivo. Surge assim a importância de efectuar intervenções terapêuticas sobre todos estes factores.

Capítulo III – Avaliação da Delinquência Sexual

A avaliação de risco é um importante factor para assegurar que o tratamento administrado está de acordo com os problemas e necessidades criminógenas do ofensor. É importante avaliar diversas variáveis intra-individuais que podem influenciar o processo de tratamento, como a psicopatia, a motivação e o *locus* do controlo. Por outro lado, também se denota a importância da análise de variáveis existentes no próprio processo terapêutico e que o influenciam, tais como o clima do grupo, a comunicação e as características do terapeuta (Harkins et al., 2007).

Acresce salientar que a avaliação da delinquência sexual pode cingir-se à identificação da tipologia onde se inserem os indivíduos ou a uma perspectiva em que são consideradas diferentes variáveis. As duas formas de avaliação são importantes para ter em conta ao nível da intervenção com este tipo de agressores.

Como McGuire (2002) refere, o efeito do tratamento nos ofensores sexuais não é muito grande, por isso importa saber o que funciona no tratamento, quando, onde e com quem. Andrews e Bonta (2003) postulam que o risco, as necessidades e a responsividade são determinantes no tratamento. Andrews e Dowden (2006) referem que a avaliação do risco permite adaptar a intensidade do tratamento, pois a literatura tem demonstrado que indivíduos com diferentes níveis de risco têm diferentes respostas ao tratamento. Quanto às necessidades, o tratamento deve atender às necessidades criminogénicas de cada ofensor. Deve ser efectuada uma análise dos factores de risco dinâmicos, que estão relacionados com a reincidência. O tratamento deve atender às capacidades e formas de aprendizagem específicas de cada ofensor e para tal deve-se atender às características individuais (*ibidem*).

Os ofensores apresentam diferentes níveis de risco de reincidência no crime e respondem de forma diferente ao tratamento. Investigações como de Andrews e Bonta (2003) demonstraram que o tratamento é mais efectivo se for realizado de acordo com a avaliação do risco dos indivíduos. Assim, o tratamento mais intensivo deve ser utilizado com os ofensores que apresentam um risco de reincidência mais elevado e o menos intensivo ou mesmo sem tratamento para os de baixo risco. É muito importante avaliar de forma objectiva o risco de reincidência (*ibidem*).

Hanson e Harris (2000, 2001) identificaram dois tipos de preditores de risco dinâmicos, que denominaram de estáveis e os agudos. Estáveis são aqueles que são

constantes ao longo do tempo, como por exemplo o interesse sexual e as crenças. Os preditores de risco dinâmicos flutuam ao longo do tempo, como por exemplo o estado de humor. Segundo estes autores, os factores de risco dinâmicos estáveis são subdivididos em quatro domínios. O *Interesse Sexual* tem a ver com a direcção e força da atracção sexual. Inclui aspectos como a preocupação com as questões sexuais e a auto-regulação do comportamento sexual. O interesse sexual considerado desviante aparece referenciado na literatura como estando associado á reincidência, quer de comportamentos sexuais violentos como de comportamentos violentos em geral. Também aparece referenciado na literatura que indivíduos que apresentam preocupação elevada com as questões da sexualidade são mais reincidentes (Hanson & Morton-Bourgon, 2004).

As *Atitudes Distorcidas*, tal como foram explicadas anteriormente, referem-se às crenças associadas às ofensas cometidas, à própria sexualidade ou às próprias vítimas com o intuito de justificar o comportamento sexual ofensivo. Stermac e Segal (1999) referem que os ofensores sexuais demonstram ter distorções relativamente às suas atitudes. Hanson e Harris (2000) verificaram que os reincidentes demonstram pouca preocupação com as suas vítimas, acreditam que os crimes sexuais que cometeram são justificáveis e que têm direito de demonstrar a sua excitação sexual. Um estudo de Hanson e Scott (1995) demonstrou que as distorções cognitivas, nomeadamente ao nível das crenças são o precursor do comportamento sexual violento e estão correlacionados com a reincidência (cit *in* Harkins et al., 2007).

O *Funcionamento Socio-afectivo* reporta-se à forma de interacção social dos indivíduos. Alguns estudos foram realizados sobre este tema, um dos quais por Bumby e Hanson (1997), que revelam que os ofensores sexuais são na sua generalidade indivíduos solitários, apresentando défices ao níveis das competências de relacionamento afectivo e íntimo. Hanson e Harris (2000) identificaram a presença de estados emocionais negativos como estando presentes nos momentos que antecederam o cometimento da ofensa sexual. Thornton (2002) referiu a maior prevalência dos défices das competências sócio-afectivas nos indivíduos reincidentes. Os estudos não evidenciam que são estes défices que predizem a reincidência, no entanto Hanson e Mortoun-Bourgon (2004) referem que estes défices tornam as intervenções terapêuticas menos auspiciosas (cit *in* Harkins et al., 2007).

Auto-gestão é a capacidade que o sujeito tem para planear e traçar objectivos e resolver problemas. Esta capacidade pode ser avaliada através da utilização da PCL-R,

nomeadamente pelo Factor 2. O estilo de vida anti-social está identificado na literatura como presente na vida dos sujeitos que adoptam comportamentos sexuais ofensivos. Hanson e Morton-Bourgon (2004) relataram que são os indivíduos com maiores dificuldades ao nível das estratégias de resolução de problemas que reincidem nas ofensas (cit *in* Harkins et al., 2007).

Tal como já referimos anteriormente, as características individuais podem ser muito importantes ao nível do impacto e sucesso do programa de intervenção terapêutico. Andrews e Bonta (2003) explanaram que o tratamento oferecido aos ofensores deve atender a estas características individuais, nomeadamente o estilo de aprendizagem dos ofensores, pois caso este factor não seja tido em conta no tratamento, poderá reduzir a eficácia. Assim, é proposto por Harkins e Beech (2007) que se deve proceder à avaliação de certas características individuais nos sujeitos como sendo a psicopatia, pois indivíduos psicopatas têm pouca responsividade ao tratamento, havendo investigadores que até postulam que se estes indivíduos foram alvo de programas de tratamento podem ainda desenvolver condutas mais negativas. Um estudo de Langton e colaboradores (2006) descobriu que ofensores sexuais com valores na PCL-R superiores a 25 apresentam respostas mais negativas ao tratamento. Postula-se que o tratamento destes indivíduos com índices de psicopatia pode não ter sucesso, pois a psicopatia pode funcionar como um impedimento à intervenção terapêutica.

A motivação para o tratamento é também um outro aspecto a ter em consideração e que deve ser avaliado pois está relacionado com o sucesso da intervenção. Alguns autores referem a importância de efectuar uma abordagem positiva no tratamento, para obter mais sucesso na terapia, tal como deve ser focalizada no desenvolvimento de competências. Um programa de pré-tratamento pode reduzir a resistência inicial ao tratamento. Assim, Beech e Fordham (1997) verificaram que características como o sentimento de esperança e de pertença ao grupo terapêutico, a coesão, organização e as normas do grupo são factores de sucesso para a intervenção (cit *in* Harkins et al., 2007).

No entanto, a literatura refere que os subtipos de ofensores sexuais têm diferentes tipos de características. Estas diferenças podem interferir no tratamento efectuado. Existem autores que referem que o importante é a interacção estabelecida entre os diversos membros do grupo terapêutico e que esse é o factor que influencia todo o processo, sendo que existem autores que referem que a junção de diferentes tipos de ofensores sexuais permite reduzir o risco do que se fossem todos do mesmo tipo e reforçassem as ideias, crenças e comportamentos uns dos outros. No entanto, existem

outros autores que não concordam com a presença no mesmo grupo de diferentes tipos de ofensores sexuais, pois como os ofensores sexuais não são um grupo homogéneo a intervenção efectuada deve atender a este factor.

Outros factores que referimos anteriormente como influenciando o processo terapêutico são as próprias características do terapeuta e as expectativas de resultado (Marshall, 2005). Assim, características associadas ao terapeuta como sendo o seu estilo de intervenção, a forma de interacção e a relação/aliança terapêutica estabelecida, influenciam o processo de tratamento. Marshall e colaboradores (2003) aconselharam que o terapeuta não deve adoptar uma postura confrontativa, devendo esta ser evitada e substituída por uma atitude empática, apoiante e ao mesmo tempo desafiante.

Assim, factores como o risco, as características individuais dos ofensores e também do próprio terapeuta podem influenciar o sucesso do tratamento.

Existem alguns problemas na avaliação dos ofensores sexuais, nomeadamente na avaliação ao nível da activação sexual, porque esta activação em laboratório é uma situação provocada e difícil de avaliar. A resposta de erecção está dependente do controlo voluntário e os indivíduos podem inibir as respostas sexuais, mantendo a atenção a outros estímulos ou através de manobras de imaginação. Este tipo de avaliação é também problemático porque avalia a componente de activação sexual, mas não avalia o comportamento sexual em si. No entanto, esta forma de avaliação parece ser válida para medir e avaliar o interesse dos pedófilos. Outros estudos efectuados demonstram que a avaliação da activação sexual parece só ser eficaz para um certo grupo de ofensores sexuais, nomeadamente, para os sádicos. Mas também existem outros estudos que demonstram o contrário, ou seja, que estas avaliações ajudam a diferenciar os ofensores sexuais dos outros tipos de ofensores. Mas, Simon e Schouten (1991) relembram que, antes da avaliação da activação sexual com o pletismógrafo, se deve ter em consideração os problemas teóricos existentes, que envolvem este tipo de crimes (Blackburn, 1994).

No comportamento dos ofensores sexuais, podemos encontrar algumas características usuais como: o uso da força aquando do cometimento do crime, a existência de disparidade de idades e a violação ocorrer ao nível de relacionamentos próximos.

De salientar que na revisão bibliográfica efectuada, e nos estudos apresentados, são abordadas as variáveis cognitivas, nomeadamente as crenças e distorções cognitivas. No entanto, o pensamento criminal não aparece ao longo destes estudos como variável

explicativa importante do comportamento dos ofensores sexuais. Como este aspecto é considerado de extrema relevância, irá ser apresentado no capítulo seguinte.

Capítulo IV – Pensamento Criminal

O pensamento criminal surge como um tema de investigação importante para quem acredita que as cognições influenciam o comportamento. Desta feita, importa estudar a forma como os indivíduos que cometem comportamentos violentos pensam, no sentido de identificar um perfil de pensamento criminal, para que a subsequente intervenção terapêutica seja elaborada de forma adequada, para que o resultado seja uma intervenção eficaz e eficiente ao nível da alteração do comportamento dos agressores.

A apresentação que se segue irá seguir uma ordem cronológica dos diferentes estudos que surgiram sobre o pensamento criminal.

4.1. Teoria do Pensamento Criminal (Yochelson & Samenow, 1976)

Os autores que versaram os seus estudos sobre o pensamento criminal tinham como objectivo primário ajudar os ofensores a mudarem-se a eles próprios de forma responsável e construtiva. Estes autores referiam que os criminosos eram extremamente refractários às medidas utilizadas, fossem elas medidas correctivas ou terapêuticas, tendo mesmo verificado que as abordagens terapêuticas utilizadas não funcionavam. Estes autores acreditavam, no entanto, que era melhor trabalhar na instituição onde os indivíduos era tratados de forma terapêutica dos que de forma punitiva (Yochelson & Samenow, 1976).

Os autores Yochelson e Samenow (1976) abordaram um conceito muito importante, a noção de “escolha” em vez de doença, o que na altura foi um marco importante, pois passou-se a enfatizar a importância da responsabilidade do indivíduo nos seus comportamentos ofensivos. Outra noção importante que surge com estes autores é o facto de as palavras terapia e terapeuta não fazerem sentido com este tipo de população, os criminosos, pois segundo eles, se estes sujeitos não são doentes, não precisam de terapia, logo não precisam da intervenção de terapeutas, sendo que este grupo de técnicos até seria visto como pessoas que facilmente podem ser manipuladas (ibidem).

Estabeleceram então que o acto criminoso era o produto final de um processo específico de pensamento e de características de personalidade. Assim, o conceito criminal era uma noção vasta que englobaria um conjunto de processos de pensamentos e de acções criminosas. Verificaram que o conceito de doença mental atribuído aos ofensores foi o grande obstáculo ao nível do desenvolvimento do conhecimento sobre esta população. Verificaram que os ofensores possuem um tipo de linguagem muito própria. Estes autores falam em erros de pensamento criminal, enfatizando a noção que “erro” está relacionado com a noção de responsabilidade, pois os ofensores não vêm a sua forma de pensar como um erro (ibidem).

Alguns autores vêem os padrões de pensamento criminal como características ou traços. O pensamento que não é imediatamente traduzido num comportamento, mas é frequentemente o precursor de uma conduta que será lesiva para outros. Importam quais os processos de pensamento que os indivíduos delinquentes manifestam em diferentes graus e com diferentes consequências. Yochelson e Samenow (1976) definem um contínuo na base do comportamento criminal, o que permite uma análise e descrição mais precisas para facilitar a intervenção junto destes indivíduos, e consequentemente facilitar a mudança. Existem pessoas que podem ter características de comportamento menos adequadas, mais associadas ao comportamento anti-social, mas os comportamentos adoptados não fazem deles criminosos, mas sim irresponsáveis ou delinquentes de actos com menor gravidade. Por outro lado, existem os indivíduos considerados criminosos extremos, que são aqueles que cometem actos anti-sociais graves. Mas este facto não significa que são constantemente criminosos, a actividade mental varia entre a actividade criminal intensa e o esforço para ter comportamentos adequados. Estes indivíduos estão presentes na sociedade numa proporção muito pequena, mas são na sua maioria os responsáveis pelas ofensas de maior gravidade.

Segundo Yochelson e Samenow (1976), os criminosos são extremamente energéticos, demonstrando maior actividade física e motora, o que também corresponde ao nível da actividade mental. O pensamento destes indivíduos é muito rápido, contínuo e intenso. A energia do sujeito é direccionada para o que o excita e para o que necessita, no sentido de manter o seu equilíbrio. O criminoso tem fantasias de poder, triunfo e controlo que impacientemente procura obter.

Yochelson e Samenow (1976) efectuaram um estudo durante cerca de 12 anos no qual tiveram a oportunidade de estudar a mente dos criminosos e obtiveram uma imagem real do processo de pensamento à medida que ele ia ocorrendo. Defendem que

os criminosos vêem o crime como sendo o seu *trabalho* e que os criminosos têm muitas ideias, mas só conseguem implementar uma de cada vez. Por sua vez, o crime pelo qual os ofensores são presos pode não revelar muito sobre as características de quem o cometeu. Normalmente estes indivíduos cometerem mais crimes pelos quais não foram apanhados. A questão é que todo o processo não se inicia com a ideia de cometer uma crime, mas sim com um turbilhão ideias. Pela mente dos criminosos passam muitos pensamentos, em que alguns acabam por sair do pensamento porque a mente não tem capacidade para tantos processos. O criminoso é muito energético ao contrário do que se pensa, tem muita energia física e mental. O criminoso tem várias ideias ao mesmo tempo, está constantemente a pensar e, pondera as opções que tem e encara os seus pensamentos como fantásticos, mesmo para serem implementados. Pensar no crime é excitante (Yochelson & Samenow, 1976).

Yochelson e Samenow (1976), diferenciaram dois tipos de pensamento criminal: a fantasia e o esquema. A fantasia está relacionada com a execução do crime, mas não inclui o plano nem a elaboração do *modus operandi*. Quanto ao esquema, refere-se ao facto do criminoso pensar de forma elaborada e cuidada na forma de executar o crime. O esquema é uma característica comum ao processo de pensamento dos criminosos, só que o fazem relativamente ao planeamento de um crime. Têm em consideração quando cometem o crime, o tempo, o espaço, as pessoas e como podem fugir. Estes esquemas podem demorar muito tempo a serem formulados, atendendo ao cuidado com que podem ser elaborados. A mente dos criminosos é um depósito de ideias criminais, em que uma das ideias pode ser activada como consequência de um desejo de excitação ou mesmo devido a um estímulo externo.

É impossível ao criminoso cometer todos os actos criminosos associados aos pensamentos que formula. Muitos actos ofensivos não são efectuados por impedimentos externos ou por impedimentos internos. Os impedimentos externos podem ser o medo das consequências, como o facto de poder ser apanhado ou mesmo poder ser morto. Por outro lado, podem não cometer crimes violentos com medo de sofrer ofensas. Mas estes impedimentos externos podem ser temporários. Os impedimentos internos são a consciência dos medos. Existem autores que referem a ausência de consciência nos ofensores e outros que defendem que eles têm essa consciência. No entanto, segundo Yochelson e Samenow (1976) os criminosos têm consciência, só que esta não está operacional. Cada ofensor vê-se a si próprio como uma boa pessoa, enfatizando o que ele não efectuaria, demonstrando ter consciência de alguns actos, ou seja, revela

proibições internas existentes, contra determinado tipo de comportamentos, mas não contra actos ofensivos que comete. Factores como sentimentos ou a religião servem de impedimentos internos. Para o ofensor lidar com os impedimentos, pode efectuar dois processos: ou presta atenção não, sendo uma questão de escolha. Pode o sujeito desenvolver ideias que têm impedimentos e estas podem ser colocadas à parte ou então competirem com o desejo do ofensor. No entanto, essas ideias podem mesmo ser abandonadas com o passar do tempo, ou então os impedimentos serem abolidos pelos processos de “*corrosão*” e “*corte*”. A *corrosão* é um processo mental que, de forma lenta, elimina os impedimentos internos e externos, faz com que o desejo de efectuar um determinado acto tenha mais valor do que o medo. Não pode ser definido como um processo de racionalização, pois o criminoso não acredita que tem que justificar o seu comportamento. Consoante os impedimentos vão sendo diminuídos, o ofensor acredita que está imune à detenção e que o cometimento do crime com sucesso está garantido. De salientar, que os ofensores, segundo esta perspectiva, não pensam no futuro, à excepção da possibilidade de serem apanhados pelos actos delinquentes efectuados, mas mesmo assim pensam “não vai ser desta vez”. Os impedimentos internos vão sendo corroídos com o passar do tempo, pelos sentimentos do criminoso e seus ideais, dando espaço aos seus desejos de excitação que o tiram do estado de aborrecimento. Este processo mental da *corrosão* vai ocorrendo até ao momento em que surge outro processo mental o *corte*. Este processo permite ao sujeito descartar-se dos impedimentos internos e externos, dando-lhe espaço e liberdade para cometer os actos desejados. De salientar que os impedimentos internos são de maior facilidade de eliminação do que os externos. A *corrosão* é um processo gradual do processo de *corte*, enquanto o processo mental de *corte* ocorre quase imediata e rapidamente, fazendo até com que o acto cometido seja percebido como resultante de um impulso. O processo mental de *corte* diferencia-se da supressão e repressão. A supressão é uma decisão consciente de eliminação de uma ideia ou considerações sobre o pensamento presente e ocorre para o sujeito se libertar da ansiedade, embora por vezes não tenha sucesso. A repressão, por sua vez, é relegar pensamentos, imagens e memórias dolorosas no inconsciente. Ao contrário da supressão e repressão, o processo mental de *corte* permite ao ofensor pensar no comportamento que pretende efectuar sem deixar que outros pensamentos contraditórios possam interferir. É um processo que permite a rápida e completa eliminação dos medos. Este processo é aprendido, no sentido de eliminar o medo, tendo início ainda na infância (Yochelson & Samenow, 1976).

A eliminação do medo da vida do criminoso é fundamental, pois tal permitirá que o indivíduo execute todos os actos que desejar e é este processo que permite aos indivíduos não aprenderem com a experiência. Os criminosos escolhem o que querem aprender com a experiência de vida. É um processo rápido e automático, mas sob o controlo do ofensor, pois é sob a sua vontade que este processo é invocado. Muitos dos ofensores aprendem com a experiência que a rapidez em executar este processo mental pode ser prejudicial, pois ao permitir que rapidamente o sujeito elimine os impedimentos, pode não permitir que o ofensor tenha em consideração certos aspectos negativos, acabando por ter consequências negativas. O processo mental de corte produz a fragmentação da consciência, pois quando o ofensor decide utilizar este processo, muito dos aspectos que ele valoriza são eliminados, no sentido de se libertar dos impedimentos ao seu comportamento. A consciência é um aspecto da mente do indivíduo que ajuda melhor se não funcionar. Assim, o processo de corte torna-se um processo mental habitual, mas é um processo que decorre da escolha por parte do sujeito (ibidem).

Outro aspecto presente no pensamento dos ofensores, segundo esta abordagem, é a construção da opinião sobre eles próprios como sendo boas pessoas. Acreditam que basicamente são boas pessoas, o que é um factor importante ao nível do processo de corrosão dos impedimentos. Ao planear um crime, o sujeito mantém a ideia de que é uma boa pessoa, é decente. O comportamento ofensivo é visto como adequado e aceitável e os outros sujeitos é que são absurdos por também eles não efectuarem esses comportamentos. Por outro lado, o ofensor pode adoptar comportamentos de ajuda ou apoio de outras pessoas no sentido de enfatizar a noção de que é uma boa pessoa, essa imagem irá permitir o desenvolvimento de outros comportamentos delinquentes (Yochelson & Samenow, 1976).

Para estes autores surge então outro conceito importante, a noção de adiamento. Os criminosos, têm a ideia que deixarão este tipo de vida, no entanto esta mudança demora a decorrer e vai sendo adiada. Se por um lado, vão adiando deixar a actividade criminosa à espera do cometimento de um grande crime, por outro lado, vão concebendo a ideia de deixar o mundo do crime para se tornarem cidadãos com boa posição social. No entanto, uma vez que esta mudança não se realiza, esta ideia também vai sendo adiada para o futuro. Por outro lado, os ofensores vão também adiando as suas responsabilidades, nomeadamente as que não são compatíveis com a sua actividade criminosa, pois não lhe permite a noção de poder e controlo por ele procurada. De

salientar que os criminosos vêem a responsabilidade e as obrigações como tarefas muito difíceis de cumprir, pois os retiram de tarefas que os gratificam mais, e lhes trazem mais excitação. É notável que os criminosos falhem mesmo em actividades que são do seu inteiro interesse se tiverem outras actividades que lhes tragam mais excitação. Desta forma, adiando as responsabilidades cada vez mais se deparam com mais problemas. Depois tentam resolver os problemas com que se deparam através de atalhos, eliminam o que não lhes traz excitação. O ofensor só irá parar de adiar as suas responsabilidades se surgir alguém que sente como ameaçador e que assume o controlo e poder. É de salientar que os criminosos se vêem como responsáveis pelo facto de terem intenção de fazerem o que lhes é devido (Yochelson & Samenow, 1976).

De salientar uma característica importante para todo este processo, o superoptimismo que aumenta com o processo mental de corte dos impedimentos. Os indivíduos acreditam que todo o crime vai ocorrer como planeado e vão obter o que queriam com o acto delinquente e não vão ser apanhados e presos. Durante o cometimento do crime, os indivíduos têm presente um enorme optimismo que é necessário para efectuarem o crime, pois caso contrário não o executam. Todos os sucessos que obtêm na sua actividade delituosa são reforços para o superoptimismo. Mesmo em situações em que é preso pelas forças de autoridade, pensa que vai conseguir escapar a ser condenado ou que a pena será leve. O superoptimismo é uma parte intrínseca do processo de pensamento criminal que pode ser pernicioso para o ofensor, pois pode não permitir que este avalie de forma realista as consequências do acto que irá efectuar, o que poderá fazer com que seja preso e condenado. O superoptimismo aumenta com o planeamento do crime e com a eliminação dos impeditivos ao acto ofensivo. Alguns criminosos são superoptimistas logo desde o início da elaboração do planeamento do crime, o que faz com que não tenham tanta precaução e possam ser apanhados a efectuar o acto criminoso ou então quando tem sucessivos episódios de sucesso nos actos criminosos deixam de ser tão cuidadosos, o que vai facilitar a sua detenção. Para os criminosos, desde a infância que uma simples ideia é uma realidade. Tudo o que decide efectuar é uma boa ideia, e utiliza o processo mental de corte para eliminar o medo e a dúvida. É o superoptimismo que permite que o ofensor funcione como ele quer ser (Yochelson & Samenow, 1976).

Outra característica presente no processo de pensamento criminal defendido por estes autores é o impedimento alucinatório. Alguns criminosos, segundo esta perspectiva, ouvem vozes a falarem com eles em momentos críticos das suas vidas. Esta

voz aparece mais tarde na vida do sujeito, quando os actos criminosos se tornam mais frequentes. Esta voz não causa angústia nos ofensores, pelo contrário o ofensor assume que esta faz parte da sua vida e que também os outros experienciam este fenómeno. Mas apesar deste facto, não abordam este assunto de forma espontânea, pois seria um sinal de fraqueza ou doença mental. A voz não está sempre presente, só aparece quando o crime está na iminência de ocorrer, mas num momento em que o criminoso se encontra hesitante. Com o passar do tempo, os criminosos vão ouvindo com maior frequência e intensidade essa voz, nos momentos antes e durante o cometimento do delito. Esta voz não está relacionada com nenhum sintoma de nenhuma perturbação psicótica. O que sucede normalmente, segundo os autores, é que o indivíduo ouve a voz e a partir dessa altura age com mais cuidado para evitar ser detido. A voz pode ter diferentes formas e parecer vir de diferentes pessoas ou mesmo ser sobrenatural, podendo parecer vinda do seu interior ou do exterior. Funciona como um impedimento ao cometimento dos delitos, pois é o retorno ao impedimento interno que foi eliminado pelo processo mental corte. Esta voz é percebida pelos indivíduos como amigável, pois avisa-os sobre a possibilidade de serem apanhados pelos seus actos criminosos, tendo assim uma função de protecção. Por outro lado, também é experienciada como um tormento pois está constantemente a condenar o indivíduo pelo mau comportamento adoptado. Quando a voz aparece no decorrer do cometimento de um crime, tende a tornar mais lento o comportamento dos criminosos, pois têm que fazer o processo mental de corte para conseguir finalizar o crime. Só um pequeno número de indivíduos que ouvem este tipo de vozes acabou por se tornar psicótico (Yochelson & Samenow, 1976).

Outro aspecto que os autores Yochelson e Samenow (1976) referem na sua teoria é a re-emergência do medo durante o cometimento do crime. O medo segundo estes autores é reduzido através dos dois processos mentais a corrosão e o corte, tal como já foi anteriormente referido. Mas o medo pode não ser totalmente erradicado do indivíduo, pode reaparecer. Antes do cometimento do crime, o sujeito está excitado, quer pelo poder que sente, quer pela confiança na execução do acto criminoso. Mas o medo de ser apanhado pode aumentar e ocorrer também uma diminuição do superoptimismo. Para lidar com este facto, o sujeito pode ter que novamente fazer uso do processo mental corte ou então comete o crime sob efeito do medo, que pode funcionar como mais um elemento de excitação. A consequência pior que pode ocorrer se o criminoso comete o crime estando sob o efeito do medo, pode ser para a vítima que poderá ser alvo de comportamentos ofensivos que não tinham sido planeados. No

momento posterior ao crime, muitos ofensores sentem medo de serem presos e este pode ser de tal forma intenso como o experienciado antes do crime, e perdurar durante dias. Nesta fase, os criminosos podem parecer paranóicos aos olhos dos outros, estão em constante alerta, mas mal este medo desapareça, dá lugar a um sentimento de vitória e sucesso. Por vezes nesta fase, os indivíduos sabem que algo correu mal no crime e estão preocupados em ser apanhados pelas autoridades, e para lidar com esse facto recorrem ao processo corte, ocupando-se de outras tarefas. Por vezes, também pode ocorrer que o criminoso saiba que irá ser apanhado, pois algo terá corrido mal durante o cometimento do crime, e que será uma questão de tempo para que tal aconteça, mas mesmo assim, tendem a iludir as autoridades.

O crime pode não ser cometido de uma vez só e ocorrer em diversas fases. Alguns sujeitos até gostam da publicidade que lhes é feita devido aos crimes cometidos, elaborando álbuns de recortes das notícias que surgem sobre si. Outros chegam mesmo a elaborar diários sobre a sua actividade criminosa, outros ainda reagem de forma negativa face as notícias sobre os seus crimes. Mas o medo é grande, daí que por vezes não acedam aos meios de comunicação, para não aumentar ainda mais a sua ansiedade (Yochelson & Samenow, 1976).

Os criminosos que têm como rotina diária efectuar crimes, passam por todas estas fases do pensamento criminal de forma rápida e automática. Inicialmente, os criminosos passam por todos os passos do pensamento até que estabelecem o seu *modus operandis*, depois vai passando, de crime em crime, com eficiência e rapidez (Yochelson & Samenow, 1976).

Após o cometimento do crime, o ofensor mantém um nível de energia muito elevado e nessa altura exerce outras actividades, algumas delas que podem levar à detenção, e outras que lhe dão a sensação de poder e confiança. Assim, um aspecto importante no momento pós-cometimento do crime é a comemoração. Este tipo de comemoração ocorre mais em indivíduos que são consumidores de substâncias estupefacientes. Estes tendem a beber ou consumir outro tipo de substâncias para eliminar o medo e com o intuito de obter excitação depois do crime. A maioria dos criminosos, após cometer um crime, festeja o seu comportamento contando o sucedido, mas tendo sempre em atenção que só o contam a pessoas de confiança, com o intuito de os impressionar. O facto de contar os seus actos faz com que sintam excitação. Sempre que conta a história vai alterá-la no sentido de a tornar ainda mais espectacular. Outros criminosos celebram o acto cometido através de contactos sexuais. Todos se consideram

irresistíveis, mas uns mais poderosos do que outros. Independentemente do tipo de celebração que o criminoso adopta, o que ele pretende é excitação, poder e confiança (Yochelson & Samenow, 1976).

Quando o criminoso é preso, ele protesta mas pode também adoptar uma postura de silêncio de qualquer uma das formas, o que revelam não é significativo. A noção de justiça não é a de serem presos. A injustiça interferiu com os planos que tinham e tudo o que facilitou a detenção é visto como injusto. Estes indivíduos não têm vergonha do que fizeram, nem qualquer tipo de preocupação, quer com as vítimas, quer com a própria família. Pensam que é uma injustiça ser presa uma boa pessoa, útil para a sociedade. A partir deste momento começam logo a pensar como sair da prisão, em como os colegas ou mesmo a família o irão tirar da cadeia pois é uma obrigação deles. A injustiça que diz ser alvo pelo facto de ser detido pode ser camuflada por um conjunto de outras injustiças, como por exemplo estar associados a más pessoas, nunca ter tido uma boa oportunidade na vida, entre outras. Estes factos podem levar a um estado depressivo por parte do criminoso e mesmo a pensamentos suicidas. O criminoso deixa de pensar no crime cometido, pensa que nunca aconteceu e só volta a pensar nele quando se aproxima a ida a tribunal, tentando encontrar testemunhas que sejam abonatórias. O seu objectivo é que seja reposta a injustiça que foi feita, ou seja o facto de o terem prendido. Ao quebrar as leis e regras sociais exerceu o direito de liberdade e depois de preso exige a liberdade que lhe foi retirada. Desta forma, o sujeito usa e quebra a lei de forma a obter o que deseja. Insiste nos seus direitos e retira satisfação através dos jogos que faz com os tribunais. Saber que vai para uma prisão é a maior injustiça para um criminoso. Nesta fase aproxima-se do processo com superoptimismo e acredita que irá encontrar uma saída, uma das formas pode ser alegar uma doença mental para ir para uma instituição de cariz diferente dos estabelecimentos prisionais mas, se consegue esse feito, tenta imediatamente encontrar forma de sair de lá. Entre si, os criminosos diferem no tempo que demoram até voltarem ao comportamento criminoso (Yochelson & Samenow, 1976).

As visões mais contemporâneas de pensamento sobre os criminosos são baseadas no que este tipo de indivíduos diz. As suas explicações são aceites em diferentes momentos do processo, no interrogatório, depois da prisão, mas também noutras situações. Na maioria das situações os criminosos tendem a culpabilizar os outros. As desculpas utilizadas por estes indivíduos para justificar o seu comportamento foram aceites pela sociedade e a partir delas foram elaboradas teorias. Mas é de salientar que

aquilo que o criminoso conta aos diferentes técnicos com quem se vai deparando, na maioria das vezes não é a verdade, pois tem medo de ser penalizado e por isso inventa histórias. Também estes autores sentiram que os criminosos com os quais trabalhavam os tratavam dessa forma, tentando justificar os seus comportamentos através de justificações sociológicas e psicológicas. Mas sob condições de comunicação privilegiadas, conseguiram extrair os seus objectivos e intenções. Para tal, também foi importante a participação de sujeitos criminosos que se encontram já em fase de mudança. Assim, através desta forma de comunicação, os autores elaboraram conceitos sobre a forma de pensar dos criminosos antes e depois do cometimento do crime. Os criminosos assumem a responsabilidade da situação de forma a usarem esse facto a seu favor, tentado, por exemplo, evitar a condenação. Utilizam informação falsa, vaga, distorções e mesmo a mentira nesta fase, pois sabem que são os meios necessários para tentarem salvar a sua vida. A história formulada pelos ofensores vai no sentido das explicações esperadas pela sociedade, as desculpas utilizadas têm como objectivo conseguir ser absolvido da responsabilidade do acto que cometeu. As forças de autoridade tendem a estabelecer um motivo para o comportamento do indivíduo, mas segundo estes autores, o motivo é basicamente sempre o mesmo, reivindicar o poder e criar excitação. No entanto, os ofensores explicam a situação ocorrida dando desculpas para demonstrarem motivos aceitáveis para o crime cometido, pois sabem o que as outras pessoas pretendem ouvir e, para tal, respondem de acordo com o esperado, com o intuito de serem beneficiados. Mas o que é facto, é que os criminosos mantêm memórias claras e detalhes sobre o crime cometido (Yochelson & Samenow, 1976).

A mente dos criminosos está sempre a produzir ideias sobre crimes, mais do que ele implementa. Os criminosos ponderam a praticabilidade das suas ideias, rejeitando algumas delas através de um processo de selecção. Algumas dessas ideias são rejeitadas devido aos impedimentos internos e externos. Algumas ideias, através do planeamento e da utilização de processos mentais como a corrosão e o corte, são colocadas em prática. Surge uma questão se os crimes são planeados ou ocorrem de forma impulsiva. Estes autores defendem a ideia que os crimes cometidos não são baseados em impulsos nem compulsões, mas na premeditação. A premeditação envolve atenção e avaliação das ideias, em que o criminoso pode planear ao pormenor o comportamento criminoso, mas mesmo assim o acto pode não ser totalmente calculado. Pensar sobre uma ideia e repensar, mesmo até rejeitar uma ideia sobre um acto criminoso pode ocorrer imensas vezes até o criminoso implementar um acto criminoso. Os crimes são muitas vezes

descritos como impulsivos, mas apesar de muitas vezes o parecerem, não o são, pois são premeditados. O criminoso pode decidir cometer um crime e esperar para ter as melhores condições para o realizar, sendo o crime o resultado de um padrão de pensamento que é colocado em acção. Estes autores verificaram na sua amostra que os criminosos não efectuaram nenhum crime sem ter pensado repetidamente sobre ele. O criminoso está preparado para cometer um ou vários tipos de crimes, pode é não ter planeado ao pormenor como o efectuar, mas está pronto para o fazer a qualquer momento. O pensamento que antecede o crime é tão rápido que parece ser um acto impulsivo, mas todos os actos criminosos são pensados pelo criminoso, o impulso e a compulsão implicam falta de controlo, o que os sujeitos criminosos não toleram, pois estes indivíduos planeiam a sua vida e controlam todos os seus actos. Embora o comportamento dos delinquentes possa parecer impulsivo ou compulsivo, não o é, pois os sujeitos pensam sempre nos seus actos antes de os cometerem, e o crime só ocorre depois de os impedimentos internos ou externos serem eliminados pelos processos mentais de corrosão e corte (Yochelson & Samenow, 1976).

Estes autores, baseados nos seus estudos com os criminosos, a atendendo à sua Teoria do Pensamento criminal, elaboraram uma listagem de 52 erros de pensamento criminal. Estes erros foram, mais tarde, utilizados por outros autores em diversas investigações.

4.2. Teoria do Estilo de Vida Criminal (Walters, 1991)

Walters, em 1991, iniciou o estudo dos actos criminais, tendo em consideração o estilo de vida adoptado pelos agressores. Segundo este autor, é necessário compreender melhor os comportamentos criminais e o que os motiva, para melhor perceber o funcionamento destes indivíduos.

Ao longo dos anos foram efectuadas muitas classificações diferentes para caracterizar os delinquentes e essas classificações incluíam diferentes tipos de critérios.

Sinclair e Chapman (1973) realizaram um estudo que demonstrou que: a idade, o registo criminal, a idade da primeira detenção e a situação profissional, são factores relevantes para classificar os ofensores, sendo de igual modo, variáveis úteis para avaliar a carreira criminal dos indivíduos. A noção de carreira criminal surge com Chaiken e Chaiken (1982) que referem que a maioria dos crimes é efectuada por um

grupo pequeno de ofensores. Walters e White (1989) postularam que existe um certo número de indivíduos que estabilizam o seu estilo de vida criminal, o que vai afectar o padrão de comportamentos adoptados e a sua percepção.

Os indivíduos que cometem crimes fazem do crime a sua carreira e são percebidos pela restante sociedade como ameaçadores. Segundo Walters (1991), um indivíduo para ser catalogado como criminoso tem que ter características objectivas de um estilo de vida criminal, sendo que o estilo criminal é composto por quatro tipos de comportamentos distintos mas inter-relacionados. Esses comportamentos, de forma isolada, muitas vezes são encontrados em indivíduos que nunca tiveram contacto com o sistema da justiça e não representam para a sociedade uma ameaça. No entanto, um sujeito que possua diferentes características que fazem parte da descrição de cada um destes subtipos, é considerado um indivíduo com estilo de vida criminal e se aliado tiver comportamentos violentos, é percebido como ameaçador para a sociedade (Walters & White, 1989).

Walters (1990, 1998) criou um modelo de cariz fundamentalmente cognitivo, em que a criminalidade foi conceptualizada como um estilo de vida marcado pela irresponsabilidade, auto-indulgência, comportamento interpessoal intrusivo e a violação de regras sociais. Estes factores interagem entre si e dão origem ao tipo de comportamento que define o estilo de vida criminal do indivíduo (Walters et al., 1991).

De acordo com o autor, tem que se ter em conta quatro aspectos fundamentais na avaliação do estilo de vida do indivíduo: as condições, a escolha, as cognições e o comportamento. Assim, em primeiro lugar devem-se considerar as condições pessoais e sociais que condicionam a predisposição para a vida criminal no indivíduo, tais como a vinculação social, a necessidade estimulação e busca de sensações e o auto-conceito pobre. A escolha ou eleição de um estilo de vida anti-social explica-se, em segundo lugar, porque o sujeito prefere evitar as responsabilidades, tem muitas dúvidas sobre as vantagens de um desempenho convencional, é portador de um profundo sentimento de incompetência, e entende que o dispêndio de esforços em prol da convencionalidade, não justifica os ganhos. O criminoso é, nesta acepção, um ser extremamente receoso e por isso evita o mínimo de comprometimento (ibidem).

Mas as condições só são determinantes quando o sujeito as interioriza do ponto de vista cognitivo. Assim, Walters (1990, 1998) baseando-se no trabalho de Yochelson e Samenow (1989), refere a importância de oito distorções cognitivas típicas de um delinquentes crónico que se combinam entre si para produzir os quatro estilos de vida

criminal, já identificados supra. São eles a auto-desculpabilização (utilizar justificações irrelevantes para os actos cometidos), o curto-circuito (afastamento e eliminação de emoções como o medo ou mensagens dissuasoras do crime através de gestos ou rituais), a permissividade (estatuto privilegiado que lhe permite adoptar todo tipo de comportamentos), o controlo do meio (sensação de poder que leva a que o sujeito tente controlar tudo o que o rodeia), o sentimentalismo (aparentar ser “boa pessoa” e ter qualidades), o superoptimismo (visão irreal dos seus atributos e da capacidade de evitar as consequências das suas acções desadequadas), a indolência cognitiva (procurar comportar-se segundo a lei do “mínimo esforço”) e a inconsistência (falta de perseverança para efectuar qualquer tarefa que exija esforço). Estas distorções cognitivas podem associar-se entre si, dando origem ao comportamento criminal. Desta forma, a auto-desculpabilização e o curto-circuito dão origem ao estilo de vida criminal onde predomina a irresponsabilidade. A permissividade e controlo do meio originam a intrusividade interpessoal. O sentimentalismo e o superoptimismo dão origem à auto-indulgência. E, por último, a indolência associa-se à inconsistência e dão origem à violação de regras sociais.

Em resumo, podemos dizer que o estilo de vida de um criminoso caracteriza-se pela irresponsabilidade na escola, no trabalho e em casa, a que se alia uma propensão para o envolvimento em actividades marcadas pela indiferença, a desinibição, a impulsividade e a auto-desresponsabilização, tais como o abuso de álcool e drogas, a promiscuidade sexual, o vício do jogo e a ostentação de tatuagens. Este retrato completa-se com o início precoce na violação de normas, regras e costumes sociais, para além de ofensas persistentes aos direitos e à dignidade das outras pessoas. De acordo com a maior ou menor presença de distorções cognitivas e a forma como estas se “encaixam” irá predominar um estilo de criminal em detrimento de outros ou, nos casos mais problemáticos, podem co-existir mais do que um, senão mesmo todos os estilos (cf. Gonçalves, 2002).

Atendendo a cada estilo de vida criminal, podemos definir a Irresponsabilidade como um estilo de comportamento, tal como o próprio nome indica, marcado pela falta de responsabilidade e o não cumprimento do que é esperado para com a família, amigos e colegas de trabalho, ou seja, nas várias áreas de funcionamento do indivíduo. Verifica-se a existência de quebra de compromissos e expectativas. Já a auto-indulgência é um estilo de vida criminal em que os indivíduos demonstram ser egocêntricos e procuram obter gratificação imediata, daí muitas vezes o recurso ao uso de estupefacientes ou

outras substâncias, aos jogos e a comportamentos sexuais promíscuos. Outro aspecto descrito nesta teoria, como relevante neste tipo de comportamento, é a busca de sensações positivas. Mas o comportamento interpessoal intrusivo é considerado mais destrutivo nesta teoria, segundo o qual o sujeito não tem consideração pelos direitos dos outros. Neste estilo de comportamento, os sujeitos tendem a usar as relações sociais em benefício próprio, para obtenção de gratificação imediata, sendo a impulsividade uma das suas principais características. Este é um estilo de vida criminal caracterizado pelo desrespeito pelos direitos dos outros, nomeadamente, a sua dignidade e vontade pessoais. Neste grupo são considerados os indivíduos que cometem crimes como de homicídio, violação, abuso sexual de menores, ou seja, em que existe a violação dos direitos dos outros, muitas vezes de forma violenta. Estes sujeitos têm um padrão de comportamento marcado por uma agressividade elevada (Walters, et al., 1991).

Finalmente, a Violação das Regras Sociais envolve a não-aceitação das normas sociais uma vez que estas não se coadunam com o comportamento adoptado pelo sujeito. Estes indivíduos têm um padrão de comportamento que revela indiferença perante as normas, leis e regras da sociedade, violando-as ostensivamente ou servindo-se de subterfúgios e habilidades para as contornar ou manipular, sempre em seu proveito e com evidentes prejuízos para terceiros. Normalmente este padrão disruptivo de comportamentos inicia-se na adolescência (ibidem).

Relativamente à intervenção, a teoria do Estilo de Vida Criminal utiliza uma abordagem psicoterapêutica integrada, fazendo uso de uma integração teórica e técnica eclética. Esta abordagem teórica integra conceitos de outras áreas de conhecimento, como sendo da biologia evolucionária, da filosofia existencial, da psicologia cognitiva e da teoria da aprendizagem social, sendo que também utiliza vários modelos terapêuticos. Quando se fala em psicoterapia eclética ou integrada, refere-se a uma de três formas: integração teórica, que sintetiza ideias e conceitos de uma ou várias escolas da psicoterapia para construir uma teoria que seja útil para um público-alvo específico; ecleticismo técnico, que faz uso de várias técnicas de diferentes escolas de psicoterapia, mas a sua conceptualização e utilização tem a ver com a consistência teórica interna; a abordagem de factores comuns, pois identifica elementos que são partilhados por diferentes teorias (Walters, 1998).

Assim, a Teoria do Estilo de Vida Criminal é caracterizada como utilizando uma abordagem de psicoterapia integrada, pois utiliza diferentes conceitos e técnicas de diferentes abordagens teóricas. Um dos fundamentos principais desta teoria assenta num

conceito da biologia evolucionária, que refere que todos os seres humanos detêm o instinto de sobrevivência. O segundo fundamento, vai absorvê-lo à teoria da aprendizagem social, pois postula que o ambiente está em constante mudança e essa mutação ameaça o organismo e despoleta o instinto de sobrevivência. É da junção destes dois fundamentos que surge um conceito importante para esta abordagem – o medo existencial (ibidem).

Os medos existenciais têm por base o medo de morte e também o do isolamento, que aparece associado às noções da percepção de separação do ambiente e, relacionado a isto, estão também as experiências de vinculação, cujos sentimentos associados são o controlo e a identidade. Com o passar do tempo, estas situações passam a ser incorporadas no sujeito, sendo o seu principal objectivo reduzir o medo, atendendo à relação indivíduo-contexto. Consoante as diferentes estratégias comportamentais utilizadas para lidar com as alterações do meio, o sujeito vai desenvolver diferentes níveis de sucesso (Walters, 1998).

Para esta Teoria, existem três formas diferentes de combater esse medo: adaptação, imitação e o desespero. A imitação é o facto de alterar pensamentos e comportamentos para conseguir lidar com os constantes desafios com que o sujeito se depara. A imitação é a adopção de um padrão rígido de comportamentos, que não tem em conta as questões e alterações ambientais, enquanto o desespero é uma estratégia em que o sujeito é oprimido pelo medo existencial e tende a incorporar a mudança contextual ocorrida. Na estratégia da imitação, ao contrário da adaptação, o sujeito nega as constantes alterações do meio que o rodeia, levando a que se isole, o que conduz ao desespero (ibidem).

Estas três estratégias podem ser caracterizadas atendendo a diferentes conceitos existentes em diferentes teorias e áreas de conhecimento, nomeadamente com recurso à teoria da activação (Hull, 1943), à epistemologia desenvolvimental (Piaget, 1963) e à psicologia cognitiva (Kelly, 1954). A imitação é inspirada na activação da redução dos motivos, ou seja o desejo de diminuir o medo, visto que o desespero é motivado pela opressão, pelo medo. Quanto à estratégia da adaptação, apresenta-se como uma procura dinâmica entre os motivos evolucionários necessários para a sobrevivência. Por outro lado, os pensamentos que dão suporte à imitação são a noção de ser contra novas ideias, enquanto associado ao desespero está o facto de o indivíduo ficar completamente inundado em novas ideias. O sujeito que utiliza a estratégia da adaptação combina os pensamentos antigos com os novos (ibidem).

Resumindo, o estilo de vida desenvolve-se a partir da estrutura que emerge da estratégia da imitação. O incentivo originado pelo medo, leva as pessoas a adoptar a estratégia da imitação que ao fim de algum tempo, leva a adesão a um certo estilo de vida. Por sua vez, também o factor oportunidade tem um papel importante no desenvolvimento do estilo de vida. Os indivíduos têm que identificar a oportunidade com o seu estilo de vida e se comprometerem. Segundo esta teoria, as oportunidades são tão importantes como o desejo de reduzir o medo existencial e criar um estilo de vida (ibidem).

Segundo Walters (1998) as pessoas são socializadas para um estilo de vida através da sua exposição a papéis, regras, rituais e relacionamentos. Uma vez iniciado o estilo de vida, este é mantido por um conjunto de factores, nos quais se incluem o medo, as expectativas de resultado, os padrões de pensamento, e a inércia psicológica que podem prover um estilo de vida criminal ao longo da vida, até que operem outras forças exteriores.

Estilo de vida e adaptação são conceitos idênticos pois todos os indivíduos se comprometem com certos níveis de imitação e modificação pessoal. Alguns estilos de vida são mais problemáticos sob o ponto de vista social, do que outros, tais como o estilo de vida criminal é visto como um estilo mais destrutivo do que o estilo orientado para o trabalho, no entanto também o estilo de vida orientado para o trabalho pode acarretar dificuldades pessoais, nomeadamente ao nível familiar. O objectivo das intervenções que têm por base a teoria do estilo vida é ajudar os indivíduos a despender menos tempo nas tarefas mais representativas do seu estilo de vida e a promover outras actividades através do desenvolvimento de competências e capacidades (Walters, 1998).

Para se melhor compreender como funciona o estilo de vida criminal, tem que se compreender os outros estilos de vida existentes. Estilo de vida é definido como um conjunto de comportamentos que as pessoas desenvolvem para responderem ao medo existencial, através das oportunidades de aprendizagem que têm disponíveis num determinado momento. Adler (1927) definiu o conceito de estilo de vida como sendo a forma como as pessoas se relacionam com o meio onde se encontram inseridas. Esta noção encontra-se presente na Teoria do Estilo de Vida Criminal, a qual refere a importância das respostas repetitivas e da falta de respostas por parte do indivíduo quando o ambiente se altera, enfatizando a relação do sujeito com o meio e rejeitando as abordagens teóricas sobre traços de personalidade, sendo que postula que o estilo de vida vai-se, ao longo do tempo, tornando mais integrado nos traços de personalidade.

No entanto, os autores verificaram que podem ocorrer mudanças drásticas ao nível dos estilos de vida, como processos de recuperação nos comportamentos aditivos, o que não poderia acontecer se o estilo de vida adoptado decorresse dos traços de personalidade (ibidem).

A teoria do estilo de vida criminal surgiu com o intuito de descrever como surgem e se desenvolvem comportamentos problemáticos e delinquentes. Para esta abordagem existe a noção que as pessoas têm a crença que adoptam certos padrões de comportamentos para se protegerem do medo e encontrarem um sentido de identidade, apesar desses estilos de vida poderem trazer dificuldades a longo-prazo. Esta teoria demonstra como diferentes conceitos, de diferentes áreas de conhecimentos se relacionam e explicam o aparecimento e manutenção do estilo de vida criminal, permitindo a compreensão mais abrangente destes fenómenos. Segundo Walters, o estilo de vida criminal é difícil de ser alterado, uma vez que o que o originou e sustentou, mantém-se basicamente ao longo do tempo, existindo um conjunto de factores que se inter-relacionam para manter o estilo de vida, sendo que o processo se inicia com o medo existencial (conceito da biologia evolucionária e da filosofia existencial). De salientar a importância de conhecer os factores que mantêm o estilo de vida, pois serão esses que deverão ser alvo do plano de intervenção para que ocorra a mudança. Mas a intervenção tem que atender ao número de variáveis que interferem neste processo, para que seja eficaz. Por sua vez, as expectativas de resultado, conceito da teoria da aprendizagem social, são outro factor que influencia a manutenção do estilo de vida, tal como o facto de as pessoas muitas vezes negarem a realidade modificando a forma como a constroem, conceito que deriva da teoria dos constructos pessoais (Kelly, 1954), o que permite que as pessoas racionalizem as derrotas que vão ter para evitar terem que efectuar mudanças. Desta forma, são os pensamentos que mantêm o estilo de vida adoptado (Walters, 1998).

Em sùmula, no estabelecimento e manutenção do estilo de vida estão presentes três factores: o medo existencial que é o incentivo para o desencadear do padrão comportamental, o qual é confirmado pelas expectativas auto-confirmatórias que correspondem às experiências do meio, às quais estão associados outros aspectos pessoais e os padrões de pensamento que justificam as expectativas e suavizam o medo. De salientar que o medo nunca é eliminado pelo estilo de vida adoptado, mas sim ocultado e, a qualquer momento, o ciclo medo-expectativas-pensamentos é activado para manter o estilo de vida (ibidem).

Quanto às técnicas ecléticas, Walters (1998) refere que são definidas como sendo técnicas de diferentes abordagens teóricas, que são aplicadas e utilizadas de forma singular. Esta teoria do estilo de vida tem consistência interna, demonstrada na progressão lógica de suposições e postulados, que permitem a sua aplicação a diferentes indivíduos, com diferentes tipos de problemas. É uma teoria inclusiva mas que, no entanto, centra o seu foco de atenção nos padrões comportamentais, descritos como aditivos ou desordens de impulsos (ibidem).

Algumas abordagens teóricas dão o seu contributo à teoria do estilo de vida criminal através das suas práticas, nomeadamente a abordagem educativa. A teoria do estilo de vida utiliza a abordagem educativa, no sentido de ensinar aos sujeitos sobre o que são os estilos de vida e qual a sua função, os pensamentos, comportamentos e sentimentos associados que estiveram presentes no início e manutenção do estilo de vida, através das regras, rituais e formas de relacionamento. Esta abordagem para além de fornecer informação aos sujeitos procura explorar como é que o indivíduo criou o seu estilo de vida e também utiliza técnicas das abordagens comportamentais tais como a gestão de stress, treino de competências sociais, estabelecimento de objectivos, sendo que para tal utiliza técnicas de observação, modelagem, ensaio comportamental. No entanto, também são utilizadas as técnicas de dessensibilização sistemática para combater o medo existencial. Outra forma de intervenção referida é o recurso às técnicas de reestruturação racional cognitiva, no sentido de promover as competências cognitivas.

Na literatura tem aparecido referências relativas à importância da aliança terapêutica nos resultados das intervenções, tendo já sido referido que pode ser esse o aspecto principal correlacionado com os resultados obtidos. Para o estabelecimento de uma boa relação terapêutica contribui a empatia, genuinidade e a estima positiva. A capacidade do terapeuta demonstrar sensibilidade e compreensão, permite desenvolver a relação terapêutica que possibilite a mudança. O processo de tratamento baseado neste modelo enfatiza a importância da intervenção nos processos associados ao medo, pois o medo é o motivo principal pela adopção de um estilo de vida e é o evitamento dele que leva ao reforço desse estilo. Na intervenção é pretendido a confrontação com o medo e consequentemente o desenvolvimento de competências, capacidades e a promoção da confiança pessoal.

O objectivo principal da intervenção que tem por base a teoria do estilo de vida, é o *Empowerment*, promover a auto-confiança, o que permite o desenvolvimento do

sentimento de auto-eficácia e a generalização dessa capacidade para lidar com os restantes problemas com que se o indivíduo se depara no dia-a-dia. É também objectivo da intervenção terapêutica encorajar os sujeitos a assumir as suas responsabilidades e a tomarem a liderança sobre os resultados da própria intervenção (ibidem).

A reformulação cognitiva é outra técnica utilizada nesta abordagem. Segundo esta perspectiva, existem três crenças presentes: a necessidade de mudança, assumir que o problema e a sua resolução parte da mudança individual, acreditar na esperança e capacidade de mudar e, por último, a confiança que irá conseguir gerir os problemas com que se depara diariamente. Em todo o processo terapêutico são muito importantes as expectativas do indivíduo face a toda a intervenção, funcionando muitas vezes como placebo (ibidem).

Resumindo, a teoria do estilo de vida criminal não explica todos os fenómenos, mas é uma teoria integrativa e abrangente do comportamento, permitindo a compreensão de diferentes tipos de problemas e de diferentes sujeitos. Para tal, utiliza várias técnicas provenientes de diferentes abordagens teóricas. Esta teoria incorpora factores que as abordagens anteriores conheciam mas que não integravam como factores importantes no processo terapêutico (ibidem).

Walters e White (1989) desenvolveram a teoria do estilo de vida criminal e criaram um instrumento de avaliação, LCSF-R (Lifestyle Criminality Screening Form-Revised), cujos itens surgiram através da análise efectuada pelos autores a uma amostra de indivíduos que se encontravam presos num estabelecimento prisional de alta segurança, tendo verificado que esses indivíduos exibiam padrões cognitivo-comportamentais associados ao estilo de vida criminal. Assim, Walters e colaboradores (1991) desenvolveram um instrumento de avaliação constituído por 14 itens para avaliar o estilo de vida criminal dos indivíduos. Esse instrumento é dividido em quatro secções que correspondem a quatro subtipos de padrão de estilo de vida criminal. Os itens que compõem o LCSF-R surgem directamente da Teoria do Estilo de Vida e são cotados através dos dados que se encontram registados nos dossiers individuais que se encontram nos estabelecimentos prisionais, ou seja, através das informações recolhidas nos dados institucionais. Os pontos de corte foram estabelecidos por comparação de uma amostra de 500 sujeitos que se encontravam presos, uns com um estilo de vida criminal muito marcado e outros cujo estilo de vida criminal não era tão acentuado. A investigação efectuada revelou grande validade e concordância na avaliação inter-avaliadores (Walters et al, 1991). A utilização deste instrumento de avaliação num

estudo realizado por Walters, White e Denney (1991) permitiu diferenciar os ofensores detidos numa prisão de alta segurança, os quais pontuam valores mais elevados no total do LCSF-R do que os indivíduos que se encontram em prisões de segurança mínima. Os resultados valorizam o conceito e o poder discriminativo deste instrumento. Este instrumento de avaliação permite avaliar o estilo de vida criminal dos indivíduos baseado na teoria do Walters e White (1989), sendo que a sub-escala com menor valor discriminativo é a do *Comportamento interpessoal intrusivo*. No entanto, este instrumento permite a categorização e locação adequada dos indivíduos, bem como a posterior intervenção mais adequada a cada tipo de ofensor (Walters et al., 1991).

Através de uma avaliação cuidadosa do estilo de vida criminal, pode-se efectuar intervenções mais adequadas aos sujeitos alvo, pois tal como se verifica na literatura sabe-se que os ofensores com estilo de vida criminal funcionam melhor, de forma mais adaptada, em ambientes mais estruturados. O ajustamento disciplinar está correlacionado negativamente com os resultados da LCSF-R em ambiente menos estruturado, verificando-se que os ofensores têm maior dificuldade de adaptação em ambientes prisionais menos estruturados. Níveis elevados no LCSF-R reflectem que os indivíduos terão mais dificuldades de se adaptarem ao meio. Valores no total do LCSF-R maiores que 10, reflectem a maior probabilidade dos indivíduos terem dificuldades na adaptação ao meio e também em cumprirem com as regras impostas socialmente (Walters, 1990).

O modelo obtido através da análise exploratória é mais consistente do que o modelo de quatro factores baseado na teoria do estilo de vida anti-social. Este estudo teve implicações no instrumento, LCSF-R, e também na própria teoria do Estilo de Vida Criminal. Os quatro estilos de comportamento que se consideravam caracterizar o estilo de vida criminal, parecem encaixar melhor nos dados obtidos embora o modelo de análise factorial exploratória pareça superar o modelo dos quatro factores propostos inicialmente. Os autores concluíram no entanto, que o LCSF-R é um instrumento complexo, multidimensional, verificando que o estilo de vida criminal também o é. Assim, a teoria do estilo de vida criminal vê o crime num contínuo, sendo que o LCSF-R pode ser útil para ordenar os indivíduos num contínuo, conceptualizando-se o crime como multidimensional (Walters, 1997).

O estudo realizado por Walters (1990) demonstrou que indivíduos com elevados resultados no LCSF-R, são sujeitos que têm presente no seu passado problemas ao nível do cumprimento de medidas alternativas ou de flexibilização de penas. O que o estudo

também verificou é que o subtipo *Violação das Regras Sociais* tem maior responsabilidade pela utilidade preditiva do instrumento. Mas a eficácia das escalas varia em função do contexto em que o indivíduo está inserido, enquanto o total do instrumento é mais consistente e capaz de produzir resultados clínicos. O LCSF-R é também um bom instrumento preditor da adaptação do indivíduo à comunidade (ibidem).

Em 1997, Walters realizou uma análise confirmatória do LCSF-R através de dados relativos a 542 sujeitos que se encontravam numa prisão de segurança média. Os resultados confirmaram a presença de um modelo factorial complexo. Os resultados obtidos anteriormente evidenciaram correlações entre o LCSF-R e o tipo de pena aplicada, a história criminal, o diagnóstico de perturbação de personalidade e o fraco ajustamento em instituições menos estruturadas. Verificaram a possibilidade de através deste instrumento predizerem a reincidência. A análise factorial exploratória encontrou quatro factores, mas estes diferem dos quatro estilos de vida criminal propostos na abordagem teórica de Walters. Nesta análise os factores encontrados foram: identidade anti-social; intrusividade na ofensa; conflito familiar/interpessoal; fraco ajustamento na escola/trabalho, mas esta análise ainda estaria sujeita a análise confirmatória, tal como os quatro estilos propostos por Walters inicialmente. A análise factorial para confirmar a validade teórica do LCSF-R não identificou a estrutura proposta pelo autor. No entanto, neste estudo (Walters, 1997) o autor verificou que o modelo dos quatro factores encaixa melhor e revela ter mais significado para os sujeitos que fizeram parte da amostra, sendo que o autor concluiu que o modelo teórico dos quatro factores parece ser aquele que apresenta uma solução mais adequada. Assim, as duas formas, quer a proposta inicial dos quatro factores como a que foi obtida pela análise factorial confirmatória, podem ser utilizadas para melhor se compreender o fenómeno crime e o estilo de vida criminal (Walters, 1997).

O LCSF-R foi originalmente desenhado como um registo que tinha por base os dados existentes nos dossiers institucionais individuais, que permite uma avaliação rápida e eficaz das tendências do indivíduo, tendo em conta o estilo de vida criminal, mas não tendo por base o discurso do indivíduo. Este instrumento permite distinguir indivíduos problemáticos dos menos problemáticos ao nível do comportamento nas instituições. Este efeito pode ser observado em instituições mais estruturadas. Ao longo dos tempos verificou-se a existência de um diferendo entre autores que são defensores da utilização dos dados institucionais por oposição aos que defendem a utilização das

entrevistas. Nas avaliações dos indivíduos, Walters (1989) prefere utilizar os dados oficiais que se encontram nas instituições, mas também refere que existem muitas situações em que não há informação disponível.

Num estudo realizado por este autor no qual utilizou a versão standard do LCSF-R e a versão entrevista, verificou a existência de pouca concordância dos resultados. Este facto foi comentado pelo autor como sendo explicado pelas distorções dos registos verbais pelos indivíduos. No estudo foram utilizados dois métodos de recolha de informação relativo aos sujeitos, os dados oficiais constantes nos dossiers individuais e uma entrevista com os reclusos. A comparação dos resultados neste instrumento são comparáveis mas também dispare. Verificou-se que alguns itens parecem vulneráveis à distorção por parte dos reclusos, enquanto para outros itens não se obtém informação nos registos individuais. Desta forma, pode-se extrair a relação da importância da utilização dos dois métodos de obtenção de informação. Relativamente à cotação e, atendendo a que por vezes não existe informação sobre uma determinada questão ou item esse fica em branco, no entanto cada secção não pode ter mais que um item/questão sem cotação, pois poderia conduzir a resultados desadequados (Walters, 1989).

Foi efectuado um estudo por Walters, Revella e Baltrusaitis (1990) para analisar a capacidade do LCSF-R prever o ajustamento dos reclusos, sendo que a hipótese colocada era que os resultados mais negativos estavam associados a presença de actos delinquentes. Neste estudo, o instrumento mostrou ser muito útil a prever o comportamento dos indivíduos que se pautam por actos que violam as regras sociais.

Num estudo mais recente, Walters (2003) compara a Psychopathy Checklist-Revised (PCL-R:Hare, 1991) e o LCSF-R nomeadamente em relação à capacidade de preverem a adaptação institucional e a reincidência criminal. Os resultados demonstram que o LCSF-R é uma alternativa à PCL-R quando o objectivo é avaliar situações de risco, a má adaptação institucional ou a reincidência, isto porque os resultados da meta-análise revelam que os dados obtidos pelos dois instrumentos são análogos. Os dois instrumentos são bons preditores, mas o LCSF-R parece ser uma boa alternativa à PCL-R, uma vez que só demora alguns minutos a cotar e só recorre a informação dos dossiers institucionais, enquanto a PCL-R demora cerca de 2/3 horas.

Walters (2005b) efectuou uma meta-análise sobre medidas de avaliação de risco, na qual verificou que o LCSF-R era o único instrumento que não utiliza o sujeito na recolha de dados e verificou que este demonstra correlações moderadas com o

ajustamento institucional da mesma forma que a PCL-R, mas sem ser necessário estabelecer contacto com os ofensores. Por seu lado, um estudo de Walters e Di Fazio (2000) revela que o LCSF-R está mais correlacionada com o Factor 2 da PCL-R do que com o Factor 1. Este facto pressupõe que o Factor 1 é menos útil a predizer a adaptação institucional e a reincidência do que o Factor 2. Contudo, importa lembrar que a PCL-R e o LCSF-R avaliam construtos diferentes que, embora se correlacionem, não são sobreponíveis. Ainda assim, o LCSF-R pode ser uma alternativa ao uso da PCL-R dado que a sua utilização pode ser feita por qualquer profissional sem formação específica na área forense, nomeadamente médicos, técnicos de serviço social ou outros profissionais. A formação e treino relativos à utilização deste instrumento são mínimos, sendo apenas necessária aproximadamente uma hora de treino. Finalmente, o LCSF-R é um instrumento capaz de contribuir para a avaliação da reincidência uma vez que também avalia comportamentos aditivos como o abuso de substâncias, entre outros.

Tal como este instrumento procura predizer a adaptação e reincidência do sujeito, também Hare (1988) utilizando a Psychopathy Checklist (PCL; Hare, 1980) verificou que os indivíduos que têm pontuações mais elevadas têm maior probabilidade de violar as condições das medidas de flexibilização das penas. Assim, pode-se dizer que tanto a PCL-R como o LCSF-R são instrumentos capazes de predizer a reincidência.

4.3. Teoria de Estilo de Pensamento Criminal de Walters (1995)

O modelo teórico sobre o Estilo de Vida Criminal, tal como já foi referido anteriormente, formula a noção que o estilo de vida criminal surge com base em três influências: as condições, as escolhas e as cognições. As condições referem-se a factores internos, externos ou que surgem na interacção do sujeito com o meio, que formam o comportamento futuro do sujeito, quer através da sua expansão ou limitação. As condições não causam o crime directamente, mas estabelecem os parâmetros de vulnerabilidade do indivíduo para se envolver em comportamentos delinquentes. Através das opções disponíveis na sua vida e das condições existentes, os indivíduos fazem a sua escolha. O conjunto destes factores conduz à modificação do pensamento no sentido de justificar e racionalizar as decisões tomadas e eliminando a culpa que pode surgir pelos comportamentos adoptados.

Estes três factores convergem ao longo do tempo para formarem um sistema

complexo, dinâmico e multidisciplinar de interacção de influências. Assim, as condições podem estabelecer os limites em termos de vulnerabilidade face às oportunidades para adoptar comportamentos criminais. As escolhas direccionam o comportamento atendendo a determinadas opções e, por último, as cognições dão suporte ao estilo de vida. Estes três factores ao longo do tempo vão-se tornando interdependentes (Walters, 1995a).

As cognições não só dão suporte às escolhas efectuadas como também modificam o próprio processo de tomada de decisões e a percepção da classificação das condições de vida. As escolhas, por sua vez, são influenciadas e influenciam as condições e as cognições. Até certo ponto, as condições ajudam a determinar as escolhas e as cognições, mas também são influenciadas por essas escolhas e cognições (ibidem).

Walters (2005d) refere que a teoria do estilo de vida conceptualiza as cognições sobre o crime como uma hierarquia, com as ideias e os esquemas individuais no nível mais inferior e no nível superior os sistemas de crenças generalizadas, tais como a visão do próprio, a visão do mundo, a visão do presente, a visão do passado e a visão do futuro. Nos níveis intermédios da hierarquia estão os esquemas de redes, que incluem as atribuições, as expectativas de resultado e de eficácia, os objectivos, os valores e os estilos de pensamento. Para os indivíduos que adoptam comportamentos criminais, os níveis intermédios são compostos por um sistema cognitivo que dá suporte a esses comportamentos desviantes e violentos.

A Teoria do Estilo de Vida Criminal enfatiza os factores cognitivos na formação e manutenção do pensamento criminal, rejeitando a noção mais simplista de “*mente criminosa*”. Vulgarmente, o pensamento dos ofensores é atribuído à natureza progressiva do estilo de vida criminal e, as semelhanças entre os indivíduos ao nível das crenças, ou seja a um padrão existente ao nível do processo do pensamento. Esta teoria, sustenta que o estilo de vida está inter-relacionado e dá suporte a um padrão generalizado de identidade criminal (Walters, 1995a).

Sykes e Matza (1970) foram pioneiros ao estabelecer a correlação entre as cognições e o crime. Outros autores muito importantes nesta matéria, como já vimos, Yochelson e Samenow (1976) que teorizaram sobre a personalidade criminal.

Garvin e Goldstein (1990) numa avaliação da relação entre cognição e comportamento criminal verificaram que, a aplicação de um inventário adaptado com itens desenhados para avaliar cinco dos padrões de pensamento criminal de Yochelson e Samenow (1976), discriminava com sucesso grupos de jovens não delinquentes dos

delinquentes. No entanto, o trabalho mais notável nesta área foi mesmo o realizado por Yochelson e Samenow (1976) que, depois de efectuarem um trabalho clínico com centenas de ofensores, postularam que todos eles demonstravam ter um padrão de pensamento comum. Estabeleceram uma lista de “erros de pensamento” tais como: corrosão, corte pensamento, superoptimismo, entre outros, que facilitam o comportamento de quebra de regras sociais. Estes autores afirmaram que ao longo do tempo, os padrões de pensamento passam a ser automáticos e o ofensor age de forma rotineira e rápida (Hatch-Maillette, et al., 2001).

Mas a teoria do estilo de vida criminal questiona a noção de existência de personalidade criminal formulada por Yochelson e Samenow (1976). No entanto, enfatiza o trabalho realizado por estes dois autores no auxílio ao nível da interpretação do comportamento criminal, em termos cognitivos.

Walters e White (1989) utilizaram seis dos 52 erros de pensamento definidos por Yochelson e Samenow (1976), construíram alguns estilos de pensamento adicionais, eliminaram e modificaram outros, cujo resultado foi o desenvolvimento de um sistema de oito estilos de padrão de pensamento. Passaremos a caracterizar cada um desses estilos de pensamento criminal propostos por estes autores: *Mollification* (MO) quando um indivíduo justifica e racionaliza o seu comportamento de violação das normas e regras sociais focalizando-se nas injustiças sociais, minimizando a gravidade do comportamento criminal adoptado ou projectando a culpa nas próprias vítimas; *Cutoff* (CO) quando o sujeito suprime rapidamente o medo, ansiedade e outros estados psicológicos que impedem os seus comportamentos criminais; *Entitlement* (EN) quando os indivíduos exibem uma atitude de domínio, poder e privilégio, efectuando uma má identificação das suas necessidades e carências; *Power Orientation* (PO) quando o sujeito exhibe comportamentos agressivos com o intuito de manipular ou controlar o comportamento dos outros; *Sentimentality* (SN) quando o indivíduo é auto-centrado e tenta justificar o passado de comportamentos delinquentes executando boas acções; *Superoptimism* (SO) quando o sujeito acredita na possibilidade de evitar as consequências negativas que o estilo de vida criminal representa; *Cognitive Indolence* (CI) diz respeito à inclinação para ter pensamentos pautados pela preguiça, pensamento ocioso, utilizando atalhos na forma de resolver problemas, imbuídos da falta de espírito crítico na avaliação pessoal das suas ideias e planos; *Discontinuity* (DS) relacionado com a indolência cognitiva, no qual o indivíduo apresenta menos premeditação e grande dilaceração/ruptura no processo cognitivo, o que origina que tenha dificuldades em

seguir os pensamentos iniciais que eram fundados em boas intenções por falta de auto-disciplina.

Walters desenhou um instrumento de avaliação, o IPEPC¹, baseado na Teoria do Estilo de Pensamento Criminal, para medir os estilos de pensamento associados a padrões de comportamento criminal, uma vez que questionários de auto-relato são muito subestimados no sistema judicial e prisional, pois vários autores referem que possibilitam aos ofensores a negação de dados e de informação relevante, quer sobre o seu passado criminal, quer sobre o presente, a forma de pensar em termos criminais. Este instrumento foi desenhado para precisamente avaliar as cognições dos sujeitos que cometem ofensas (Walters, 1995a).

Mas se o crime, como é defendido por Walters (1999), é baseado num sistema de crenças, este tipo de instrumento de medida torna-se importante para explorar essas atitudes. O IPEPC foi construído para avaliar a população reclusa (Walters, 1995b), é um instrumento de auto-relato de avaliação dos estilos de pensamento criminal que os autores acreditam, estar na base da manutenção do estilo de vida criminal.

As oito escalas de estilo de pensamento são uma forma de avaliação do pensamento criminal, que derivaram da teoria do estilo de vida criminal de Walters (1990) e do trabalho sobre a personalidade criminal de Yochelson e Samenow (1976). O IPEPC demonstrou ter correlação com a história criminal e apresenta uma estrutura factorial consistente com os pressupostos da teoria do estilo de vida criminal de Walters (1995).

Walters (1995 a) efectuou um estudo recorrendo às respostas de 450 indivíduos presos que serviram para estabelecer as normas, avaliar a precisão e a validade deste instrumento. Os resultados demonstraram que os indivíduos que estão detidos em estabelecimentos prisionais de alta segurança, têm valores mais elevados do que os sujeitos detidos em estabelecimentos prisionais de segurança média ou mínima.

Walters (2002) realizou uma meta-análise relativa a este instrumento de avaliação, o IPEPC, tal como já foi referido, foi desenhado para avaliar os padrões cognitivos que dão suporte ao cometimento de crimes, divididos em oito estilos de pensamento criminal que são considerados instrumentais na protecção e manutenção do estilo de vida criminal.

¹ Originalmente PICTS, traduzido para português IPEPC (Inventário Psicológico sobre os Estilos de Pensamento Criminal)

A validade concorrente do IPEPC, quer das escalas de pensamento criminal, quer das escalas de conteúdo, foi analisada através da correlação com outros indicadores, como sejam a história criminal do indivíduo e os resultados no LCSF-R e o Factor 2 da PCL-R. Verificaram a existência de correlações significativas, embora modestas entre as escalas de estilo de pensamento criminal e as de conteúdo com a actividade criminal do passado e presente (Walters, 2002).

Os diversos estudos efectuados demonstram moderada a alta consistência interna e estabilidade teste/reteste. Apresentam correlações elevadas com outros instrumentos que avaliam a história criminal do indivíduo. Algumas escalas do IPEPC, quer as do estilo de pensamento, quer as de conteúdo, são capazes de predizer o ajustamento do comportamento do indivíduo. As escalas En e Cur são sensíveis à mudança, quando o indivíduo faz parte de um programa de intervenção de forma espontânea/voluntária (Walters, 2002).

Num primeiro estudo de validação do IPEPC, o autor analisou a consistência interna e verificou que as escalas Co, Ci, Ds tinham consistência interna moderada a elevada, as escalas Mo, En, Po, Sn e So tinham consistência moderada, enquanto as escalas Cf-r e Df-r tinham baixa consistência interna (Walters, 1995a).

Quanto às correlações existentes entre as diferentes escalas de pensamento delincente, verificaram que a média de correlação entre as escalas excede significativamente a média de correlação com as escalas de validade (ibidem).

Em relação à análise factorial, Walters identificou vários modelos factoriais. No estudo de Walters (1995), o autor através de análise factorial encontrou um modelo de quatro factores, sendo que o factor *um* abrangia a disposição de evitar problemas não os considerando (Co), encontrando um atalho (Ci) ou envolvendo-se em outras actividades (Ds) (evitamento de problemas). O segundo factor, não se relacionava com nenhuma escala de pensamento delincente de forma específica, no entanto enfatizava a presença de hostilidade e arrogância para com os demais (hostilidade interpessoal). O terceiro factor indicava a presença de desilusão, representada pela má identificação das necessidades (En), sobrevalorizar a desigualdade existente entre os diferentes tipos de comportamentos criminais (So) e justificando o comportamento criminal (Mo) (auto-desilusão). O quarto factor demonstra a tendência para ignorar, negar ou minimizar as consequências nefastas dos comportamentos criminais (negação do dano).

Em 1995, Walters realizou a análise factorial exploratória com rotação oblimin e encontrou quatro factores. Escolheu esta análise estatística porque enfatizava que os oito

estilos de pensamento estavam inter-relacionados e não eram independentes. O primeiro denominado Evitamento de Problemas é composto pelos itens das escalas Co, Ci e Ds. O segundo, Hostilidade Interpessoal, não inclui itens de escalas específicas, mas inclui itens que revelam raiva e hostilidade. O terceiro factor, Auto-indulgência, engloba os itens das escalas Mo, En e So, reflectindo o desejo de impor a vontade e evitar a responsabilidade das consequências das suas acções. O quarto factor, composto por itens que reflectem a negação da ofensa causada (Walters, 2002).

Outros autores, utilizando outros formatos e amostras diferentes encontraram outras estruturas factoriais, nomeadamente Egan et al. (2000) identificou um único factor que explicava 58,8% da análise de variância obtida. Quando forçou para dois factores, verificou que esse modelo explicava 65,6% do total da variância. Segundo este autor, os dois factores encontrados seriam falta de ponderação e hostilidade. Estes factores são comparáveis com dois dos factores encontrados por Walters (1995), especificamente o evitamento de problemas e auto-afirmação/engano. No entanto, em 2002, Walters realizou outro estudo no qual verificou ter dados que consolidavam e davam suporte ao modelo de quatro factores.

Outros autores utilizaram o IPEPC, em conjunto com outros instrumentos de avaliação psicológica, e aplicaram a um grupo de ofensores portadores de desordens mentais. Os resultados da análise factorial evidenciaram a presença de dois factores principais: falta de ponderação e a hostilidade. Outro resultado importante obtido num estudo foi que a inteligência não está associada a nenhum factor estilo do pensamento criminal (Egan, et al., 2000).

Palmer e Hollin (1998) encontraram outro modelo factorial, com dois factores, em que o primeiro factor acumulava os oito estilos de pensamento criminal e o segundo factor as escalas de validade. No entanto este único factor, que os autores identificaram como acumulando os oito estilos de pensamento criminal, não conseguiu ser replicado numa outra amostra de jovens adultos ofensores.

Em função destas incongruências, Walters (2005a) efectuou um outro estudo para analisar quantos factores poderiam ser encontrados neste instrumento, ou seja, qual o modelo factorial que melhor explicava: um factor, dois factores, quatro factores ou oito factores. Para tal, realizou uma série de análises factoriais atendendo aos dados obtidos em duas amostras de ofensores reclusos, uma masculina e uma feminina. Os resultados revelaram que o modelo que melhor se adequava aos dados da amostra masculina era o modelo de oito factores, relativos aos oito estilos de pensamento criminal avaliados por

este instrumento. No estudo, a análise factorial demonstrou a existência de quatro factores, dois de maior relevância e dois de menor (Walters, 2002).

Os vários estudos efectuados por diferentes autores demonstram que o IPEPC é um instrumento complexo ao nível da estrutura factorial, no entanto, na análise global e discussão dos resultados, o autor conclui que o melhor modelo factorial será o de quatro factores, dois factores primários (evitamento dos problemas; auto-afirmação/ auto-engano) e dois factores secundários (hostilidade interpessoal e negação da ofensa). Refere o autor que este modelo de quatro factores seria aquele que reúne maior consistência nos diferentes tipos de amostras, embora neste estudo o modelo de oito factores também apresentasse resultados satisfatórios. Assim, o autor sugere que na análise e interpretação dos resultados se deve atender, não só aos resultados obtidos ao nível dos factores, como também ao nível dos estilos de pensamento criminal, devendo iniciar-se a análise pelos dois primeiros factores, depois pelos factores secundários e terminar com as escalas sobre os estilos de pensamento criminal.

Ainda segundo o autor, ao compreender a estrutura factorial subjacente a este instrumento, poder-se-á efectuar uma melhor interpretação teórica dos constructos avaliados, compreendendo melhor os resultados obtidos e a sua relevância para uma intervenção psicológica adequada (Walters, 2005a).

A análise factorial confirmatória sugeriu que o modelo de quatro factores é o que se adapta melhor aos itens que compõem o IPEPC. Dois factores principais explicam uma parte importante da variância do IPEPC, estão correlacionados e predizem os resultados criminais. Estes dois factores, Evitamento de Problemas e Auto-indulgência, foram combinados com as duas escalas de conteúdo, *Current Criminal Thinking* (CUR) e *Historical Criminal Thinking* (HIS) e duas primeiras escalas de estilo de pensamento delinvente, Co e En, para criar as escalas de avaliação do pensamento proactivo (P) e reactivo (R).

Estudos posteriores relativos à análise factorial do IPEPC permitiram, encontrar assim mais dois factores que foram definidos como *Pensamento Criminal Proactivo* (P) e o *Pensamento Criminal Reactivo* (R). O Proactivo é caracterizado por ser um tipo de pensamento estratégico, planeado, orientado para o futuro, enquanto o Reactivo é reflexivo, impulsivo e orientado para o passado. Enquanto o Proactivo antecipa os benefícios do acto criminoso, o Reactivo é guiado pela história passada e pelas atribuições efectuadas. O conjunto destas duas escalas correlaciona-se com um conjunto de variáveis como por exemplo o ajustamento institucional. Estas são boas escalas para

predizer o ajustamento institucional, considerando como actos impulsivos os derivados da frustração, de factores situacionais e dificuldades emocionais (Toch & Adams, 2002). Estes aspectos foram confirmados no estudo de Walters e Geyer (2005).

A escala de Pensamento Proactivo (P) mede o pensamento criminal instrumental e é composta pela escala En e HIS e o factor AST, enquanto a escala de Pensamento Reactivo (R), avalia o pensamento criminal retaliador, é composta pelas escalas Co, CUR e o Factor PRB (Walters & Geyer, 2004).

Uma das questões que se coloca é se os questionários de auto-relato são susceptíveis a viés nas respostas. Este viés foi avaliado através da análise da intercorrelação entre as escalas de validade e dos estilos de pensamento. O que verificaram é que as escalas de estilo de pensamento criminal correlacionam-se melhor entre si do que com as escalas de validade, o que o autor justifica referindo que o instrumento está a medir o constructo “Pensamento Criminal” que existe independentemente da atitude ou estilo de resposta fornecida. Os primeiros estudos de validade do instrumento evidenciaram que as oito escalas referentes aos estilos de pensamento criminal tinham validade e consistência interna. No entanto, verificaram a existência de problemas ao nível das escalas de validade. Assim, os autores referem que o instrumento e as respectivas escalas sobre os estilos de pensamento criminal possuem razoáveis propriedades psicométricas, mas o problema persiste ao nível das escalas de validade. Estas escalas não mostraram características seguras sob o ponto de vista estatístico (Egan et al., 2000). Assim, quanto às escalas de validade, a Cf-r visa avaliar a desorganização mental e cognitiva, psicoses, problemas ao nível da capacidade de leitura e compreensão e também as más mentiras. A Df-r serve para avaliar a precaução nas respostas, o desejo de se mostrarem mais íntegros e livres de fragilidades e as boas mentiras. Walters (1995) propôs que o aumento dos valores obtidos nestas escalas, reflectiam a possibilidade de os indivíduos estarem a simular as respostas, o que deveria ser considerado na interpretação dos resultados do IPEPC.

A validação das escalas de validade Cf-r e Df-r foram alvo de análise empírica sendo que os sujeitos que participaram nesse estudo foram divididos em três grupos e sujeitos a formulações diferentes nas instruções para efectuarem as respostas ao IPEPC. Através da análise de variância univariada verificaram existência de diferenças significativas entre os grupos, nomeadamente no que se refere à escala Cf-r. No entanto, esta escala mostrou ser modesta na capacidade de discriminar os indivíduos

simuladores. Por sua vez, a escala Df-r não mostrou ser capaz de diferenciar de forma significativa os indivíduos que participaram nas três condições (Walters, 1995b).

As escalas de validade do IPEPC foram analisadas pelos autores num estudo onde instruíram sujeitos para darem respostas honestas ou falsas. As escalas de validade, nomeadamente a CF-r, discriminaram entre os não simuladores e os simuladores negativos, mas a escala Df -r não discriminou (ibidem).

Tal como já foi referido anteriormente, a questão mais pertinente quando são utilizadas medidas de auto-relato para predizer o comportamento, é determinar se os indivíduos respondem com verdade. Este facto já foi explorado por outros autores, que tentaram analisar a simulação utilizada pelos sujeitos no âmbito da avaliação. De salientar que no contexto forense ou de reclusão esta avaliação ainda é mais importante, uma vez que sabemos que estes indivíduos pautam o seu discurso pela fuga à verdade.

Para os estudos de validação do IPEPC foram também utilizados os resultados obtidos no LCSF-R, instrumento de avaliação já identificado e referido anteriormente, também desenhado por Walters (1991), para avaliar qual dos estilos de comportamento está mais presente no comportamento criminal. Para explorar a relação entre o estilo de pensamento criminal e o passado criminal dos indivíduos, no mesmo estudo efectuaram o coeficiente de correlação entre as escalas de pensamento criminal e o total do LCSF-R e verificaram a existência de correlações com Df, Co, Sn, Ci, Ds.

Um aspecto importante a considerar é saber como os estilos de pensamento criminal, nomeadamente os factores encontrados, se adaptam aos quatro estilos de comportamento criminal definidos por Walters (1990). Os resultados demonstraram que o primeiro factor do IPEPC relaciona-se com falta de responsabilidade e fraco controlo dos impulsos que se adapta bem com o estilo de comportamento irresponsável. O segundo factor, de hostilidade interpessoal, adequa-se ao estilo de comportamento criminal de intrusividade interpessoal. O terceiro factor, embora mais difícil de encontrar uma relação directa com os estilos de comportamento criminal, parece se aproximar mais do estilo de violação das regras sociais, pois os ofensores muitas vezes cometem crimes distorcendo a forma de pensar antes, durante e depois do cometimento do acto delinvente. O quarto factor, negação do dano, embora não encaixe na perfeição na definição do estilo de comportamento de auto-indulgência, a atitude de egoísmo pode encaixar no conceito global de auto-indulgência (Walters, 1995a).

Um outro estudo realizado por Walters (1996) teve o intuito de analisar a validade preditiva do IPEPC. Verificou que seis das oito escalas de pensamento criminal

correlacionam-se com os problemas disciplinares no futuro, embora o autor refira que o melhor e mais forte preditor do ajustamento disciplinar no futuro é a idade do sujeito, pois os mais jovens são alvo de maior aplicação de medidas disciplinares que os mais velhos. O estudo de Walters (1996) utilizou uma amostra de 536 participantes e efectuou um follow-up de 2 anos, durante o qual foi identificado o número de registos disciplinares que cada sujeito tinha obtido ao longo desse período e, através da análise dos resultados verificou a existência de correlações entre a idade dos indivíduos e seis das oito escalas de pensamento delinvente (Co, En, Po, Sn, Ci, Ds) com os registos disciplinares. Desta forma, verificou que o IPEPC é um instrumento de avaliação capaz de prever com sucesso os problemas ao nível dos registos disciplinares dos indivíduos que estão reclusos. De salientar que a escala Po demonstrou facilidade em prever o ajustamento disciplinar independentemente das outras medidas de avaliação. Este instrumento de avaliação demonstrou ter capacidade para prever o ajustamento disciplinar e explicar uma parte da variância não acessível através de outras medidas como a idade (Walters, 1996).

Walters (2005c) refere que se o estilo de pensamento criminal pode ser medido e também se podem prever os comportamentos criminais num indivíduo, através da utilização do IPEPC. Para tal, realizou um estudo no qual verificou que duas escalas de pensamento criminal do IPEPC, Co e En, são capazes de prever com sucesso a reincidência num grupo de ofensores. De salientar que as atitudes criminais continuam a ser ignoradas pela maioria dos investigadores e vertentes teóricas, apesar de a teoria demonstrar a sua relevância, nomeadamente como preditores da reincidência (Andrews & Bonta, 2006). Walters enfatiza a importância da utilização conjunta do IPEPC, com outros instrumentos de avaliação como a PCL-R ou o LSI-R (Level of Service Inventory Revised; Andrews & Bonta, 1995) (Walters, 2005c).

Walters (2007) efectuou um estudo para avaliar a adaptação institucional de reclusos. Para tal, utilizou vários instrumentos de avaliação como o PAI (Personality Assessment Inventory; Morey, 1991) o LCSF-R (Walters et al., 1991) e o IPEPC (Walters, 1995).

Um dos aspectos mais importantes para os profissionais que trabalham na área da Justiça, e principalmente para os que desempenham a sua actividade profissional nos Estabelecimentos Prisionais, é saber se os reclusos se vão adaptar à nova condição de reclusão ou se irão desenvolver problemas na instituição. Vários estudos têm sido realizados e revelaram a importância de variáveis como idade, registo criminal e

necessidades criminógenas, como sendo factores preditores associados ao ajustamento institucional e à reincidência. Segundo o autor, a escala de pensamento criminal reactivo prediz com sucesso os resultados disciplinares enquanto o LCSF-R não tem esta capacidade preditiva (Walters, 2007).

Além disso, aparecem referências na literatura que defendem que as medidas de auto-relato não são dignas de confiança e por isso preferem outros instrumentos nos quais o recurso a medidas de auto-relato seja menor. Um dos instrumentos que tem vindo cada vez mais a ser utilizado para a avaliação de risco de reincidência e mesmo a adaptação prisional é a PCL-R (Hare, 2003). No entanto, o IPEPC (Walters, 1995) permitiu cercear o espaço entre as medidas de auto-relato e as de avaliação de risco na predição das infracções disciplinares e reincidência.

Outro autor, Di Fazio (2000) no estudo que levou a cabo demonstrou a existência de correlações 2 a 3 vezes superiores do que as encontradas por Walters (1995), sendo que Walters (2002) verificou que o IPEPC apresenta uma correlação duas vezes maior com o Factor 2 da PCL-R do que com o Factor 1.

Posteriormente, Walters (2005b) efectuou um estudo para avaliar a capacidade preditiva do total da LCSF-R e do IPEPC, especificamente a escala R. Este estudo centra-se na avaliação do total do LCSF-R, a escala R do IPEPC, o total dos registos disciplinares, os registos disciplinares não violentos e os violentos durante um período de 2 anos. Apurou que estes dois instrumentos predizem o comportamento agressivo e violento, mas só a escala R do IPEPC tem capacidade de predizer as infracções futuras, quer estas sejam violentas ou não. Verificou ainda que o LCSF-R correlaciona-se com os registos disciplinares agressivos, mas não se correlaciona com a presença ou não de registos não agressivos. Quanto ao IPEPC, escala R, correlaciona-se de forma significativa com os três tipos de registos. Esta escala R do IPEPC mostrou ter validade quando são correlacionadas as variáveis *história de problemas* e as variáveis socio-demográficas (Walters, 2005b).

Em sùmula, o LCSF-R e o IPEPC são instrumentos de avaliação que têm pontos fortes e fracos. O LCSF-R é muito rápido de executar e forma encontradas correlações significativas com os comportamentos disciplinares agressivos. No entanto, não foi encontrada validade incremental. O IPEPC, escala R, correlaciona-se com os registos disciplinares existentes, quer sejam eles agressivos ou não. Pode-se desta forma concluir que o IPEPC é um instrumento útil que permite que os técnicos acedam aos

pensamentos criminais o que pode ser útil para predizer os resultados em termos disciplinares (Walters, 2005b).

Os ofensores sexuais também foram estudados com recurso ao IPEPC, devido à noção presente nos diversos clínicos de que este tipo de ofensores difere de forma fundamental dos restantes ofensores. O estudo realizado por Di Fazio, Abracen e Walters (2001) não identificou diferenças significativas entre os ofensores sexuais e os ofensores violentos não sexuais, embora outro estudo realizado por Hatch-Maillette, Scalora, Huss e Baumgartner (2001) tenha encontrado diferenças entre ofensores sexuais de crianças e outros tipos de ofensores (Walters, 2002).

Hatch-Maillette e colaboradores (2001) efectuaram um estudo para diferenciar homens com passado de abuso sexual de crianças e outros ofensores, determinando se o tipo de crime cometido estava relacionado com padrões específicos de pensamento criminal. Os resultados demonstraram que os ofensores sexuais de crianças tinham menos probabilidade de exibir erros de pensamento como Cutoff, En e, de forma menos extensa, a Indolência Cognitiva, DIS e PO. Os resultados devem ser utilizados na intervenção psicológica ao nível dos erros de pensamento e também incluir esta vertente na avaliação das distorções cognitivas. Estes resultados são importantes para o desenvolvimento de programas de tratamento efectivos, específicos e de estratégias para avaliação e gestão do risco de violência.

Os investigadores que se centram em populações específicas de ofensores demonstraram que a reincidência é menor nos indivíduos que fazem parte de programas de tratamento específicos do que os que não recebem tratamento específico. Os tratamentos específicos têm, no seu plano de intervenção, de despender grande parte de tempo para modificar as crenças específicas associadas à ofensa cometida. Esta noção está associada ao facto de existirem autores que acreditam que só existe sucesso ao nível da intervenção se o tratamento se focalizar nas características específicas daquele grupo de agressores (Witt, Rambus & Bosley, 1996 cit. *in* Hatch-Maillette et al., 2001).

As investigações sobre os ofensores sexuais, nomeadamente sobre os abusadores sexuais, têm vindo a se aproximar dos estudos sobre padrões de comportamento, uma vez que têm vindo a ser estudados sob o ponto de vista das distorções cognitivas específicas associadas ao cometimento das ofensas. As distorções, como já referimos anteriormente, são padrões de pensamento que os sujeitos desenvolveram ou adoptaram para justificar as suas acções e comportamento sexual desadequado. As crenças são

avaliadas, por alguns autores, como estando na origem e dando suporte ao comportamento sexual violento e desadequado (Abel, Becker, & Cunningham-Rathner, 1984; Murphy, 1990; Pollack & Hashmall, 1991; Stermac & Segal, 1989).

Alguns estudos referem a presença nestes ofensores de erros de pensamento, tais como: a falta de empatia pela vítima, negação, minimização do comportamento violento e da responsabilidade. Stermac e Segal (1989) verificaram que os ofensores sexuais de menores são os que referem como crença os adultos terem menos responsabilidades no início do contacto sexual do que os outros ofensores sexuais. Neidigh e Krop (1992) num estudo verificaram que os ofensores justificavam e atribuíram a culpa dos seus comportamentos a factores externos. Os resultados sugeriram que, subjacente ao processo cognitivo maladaptativo, pode estar a forma como os ofensores sexuais de menores interpretam o comportamento das crianças. Ward, Hudson, Johnston, e Marshall (1997) verificaram a presença nestes ofensores da crença “*ter direito a*”. Referem que os ofensores sexuais interpretam mal as pistas emitidas pelas vítimas como sendo convites para terem contactos sexuais, sendo destas interpretações erradas que resulta a crença “*ter direito a*” contacto sexual com crianças. Os resultados sugerem que os ofensores sexuais se aproximam das vítimas com a noção de *ter direito a* em que os ofensores satisfazem as suas necessidades não tendo em consideração as da vítima. Ward e colaboradores (1997) refere que o processo cognitivo e as cognições são importantes antes, durante e após o ciclo da ofensa. A teoria da desconstrução de Ward, Hudson e Marshall (1995) utilizou o trabalho de Baumeister (1991), na qual propôs que, durante o comportamento sexual violento, o sujeito satisfaz de forma imediata e concreta os seus objectivos, o que resulta na falta de cognições que sejam inibidoras do comportamento violento. O ofensor muda para as sensações mais tangíveis e imediatas, sendo esta a fase da desconstrução. As pistas situacionais levam a que o sujeito passe da fase de desconstrução para altos níveis de funcionamento cognitivo. A noção de incapacidade para adiar a gratificação, proveniente do cometimento da ofensa, pode ser menos tolerante, e ser um produto do padrão de comportamento que se foca no presente e não no futuro. Esta teoria postula que quanto mais cedo o indivíduo sai do estado de desconstrução, maior nível do processo pensamento e distorções, tais como a falta de empatia para com a vítima e situação (Hatch-Maillette et al., 2001).

Os ofensores sexuais são vistos como tendo distorções cognitivas que estão relacionadas com o comportamento ofensivo específico, tal como já referimos anteriormente. As distorções mais frequentemente encontradas na literatura são a

negação/minimização, ter direito a, falta de empatia, etc. Estes conteúdos de pensamento coexistem ao mesmo nível da ofensa e determinam-na. Baseado nas distorções cognitivas e na teoria do estilo de vida criminal, os abusadores devem ter padrões de pensamento que facilitem o cometimento dos crimes, tais como a racionalização, a justificação, a falta de cuidado e empatia para com a vítima, entre outros. A teoria da desconstrução refere que os pensamentos distorcidos podem estar presentes mas de forma menos extensa quando o ofensor não está perto ou na fase da desconstrução. Assim quando os ofensores não estão a cometer a ofensa, é menos provável que demonstre erros cognitivos quando comparados com os outros ofensores não sexuais, porque os abusadores podem dispor de menos tempo nos padrões de pensamento que facilitam o crime (Hatch-Maillette et al., 2001).

Os ofensores sexuais de crianças têm menor probabilidade do que os outros ofensores para descreverem erros do estilo *Cutoff*, podem terminar rapidamente os pensamentos que os podem desviar do crime. Erros de pensamento do estilo *DIS*, como reduzir a premeditação e interromper o processo de pensamento que conduz à impulsividade e baixa auto-disciplina sobre o comportamento desviante, são menores nos ofensores sexuais de crianças, mas só a um certo nível. Resultados do estudo de Hatch-Maillette e colaboradores (2001) foram consistentes com a Teoria da Desconstrução de Ward que conceptualiza os comportamentos ofensivos como um processo de perda de capacidade para controlar o comportamento, como queda de um nível de funcionamento executivo para um mais baixo, mais desconstruído, que ignora os impedimentos ao crime. Ward refere que este estado de desconstrução é transitório e dinâmico, em que os padrões de pensamento distorcidos, característicos dos ofensores sexuais, podem não estar presentes quando o ofensor está menos tentado a cometer a ofensa, como no contexto de tratamento onde o estímulo para o comportamento violento está mais limitado. Não diferem dos outros estilos de pensamento criminal, o que sugere que estas escalas medem os erros de pensamento criminal mais generalizados, não são específicos de um tipo de crime. Outro aspecto da teoria da desconstrução cognitiva que é pouco claro é o que é específico dos ofensores sexuais que não é dos outros ofensores (Hatch-Maillette et al., 2001).

Com a escala *MO*, os ofensores sexuais têm menos probabilidade de adoptarem erros para este tipo, mas os resultados não são significativos do ponto de vista estatístico. Os ofensores sexuais podem expressar menos domínio sobre as vítimas e o comportamento violento do que os outros ofensores não sexuais, o que se reflecte na

escala *EN*, demonstrando uma orientação narcísica da vida. Sugerem também que diferentes tipos de ofensores sexuais diferem no motivo para cometer o crime. Este facto parece estar de acordo com dados do estudo, em que alguns ofensores não vitimizam as vítimas de forma narcísica mas por outros motivos (Hatch-Maillette et al., 2001).

Assim, os ofensores sexuais podem ser diferenciados dos outros ofensores através do uso das duas escalas *En* e *Cu*, pois os resultados sugerem que as outras três escalas também contribuem para a diferenciação cognitiva como: *IC*, *DIS* e *PO*, mas de forma mais fraca (ibidem).

4.4. Conclusão

Actualmente a abordagem que tem vindo a estar presente quando se tenta compreender os agressores é no sentido de perceber e tratar os diferentes tipos de ofensores de forma distinta. Durante muito tempo se pensou que para tratar os delinquentes teríamos que tratar as causas inerentes aos seus comportamentos ofensivos, isto devido às abordagens mais filosóficas explicativas do comportamento delincente. Ao dar relevância às causas, isto é, dando ênfase ao contexto socioeconómico e cultural, onde o indivíduo estava inserido, esqueciam-se das características individuais de cada sujeito. Este tipo de abordagem permitiu focalizar a atenção nos factores externos ao indivíduo que condicionam o seu comportamento e desresponsabiliza-se o sujeito (Walters & White, 1989).

A maior parte das teorias são baseadas em abordagens mais míticas das teorias sociológicas e não em factos empíricos. Com base nestes aspectos alguns autores tentaram mostrar a necessidade de formular uma teoria mais realista e pragmática no sentido de compreender melhor as pessoas que cometem crimes, considerando o crime parte integrante das suas vidas. Nas abordagens teóricas mais antigas estava presente a noção de desresponsabilização do indivíduo, o que não possibilitava que os ofensores assumissem as responsabilidades pelos seus actos, continuando a ter comportamentos de vitimação, mas justificando-os com os próprios mitos emanados pelas abordagens teóricas. Com a nova abordagem, a atenção é focalizada nas características individuais não permitindo o uso da desresponsabilização e possibilitando a intervenção para que a mudança ocorra. Assumir as responsabilidades é um acto difícil, muitas vezes até para

aqueles que não têm um passado pautado pelo estilo de vida anti-social (Walters & White, 1989).

A nova abordagem permite perceber que são os factores presentes nas escolhas pessoais dos indivíduos que estão na base dos comportamentos delinquentes.

Todos os adultos tomam decisões que guiam o seu comportamento e este é também influenciado por outros factores, mas o sujeito toma a decisão de aceitar ou não essas influências externas. É o indivíduo que escolhe quebrar as regras e leis impostas socialmente. Muitos delinquentes demonstram através da sua conduta o desejo de exercer poder e controlo sobre os outros, eliminando os valores sociais vigentes, desenvolvendo um padrão de pensamentos que legitima a irresponsabilidade, a auto-indulgência, o comportamento interpessoal intrusivo e a violação das regras sociais. É este padrão de pensamento que tem que ser alvo de intervenção psicoterapêutica (ibidem).

As abordagens teóricas anteriores davam argumentos aos ofensores para desculpar o seu comportamento delinvente e ofensivo. Os autores fazem a proposta de passar da psicologia da desresponsabilização para a psicologia da responsabilização. Ao contrário das abordagens e opiniões “nothing-works”, existe cada vez mais uma maior evidência que as intervenções psicológicas são capazes de produzir resultados positivos nos ofensores (Walters, 1999).

Alguns autores demonstraram que há maior eficácia nas intervenções com os ofensores cuja avaliação de risco é elevada, em que as necessidades criminógenas são tidas em conta e o modo de intervenção tem em conta o modo de aprendizagem dos sujeitos (ibidem).

O programa proposto por Walters (1990, 1996b) - Programa de Mudança de Estilo de Vida - procura atingir três objectivos: *empowerment*; instruir competências básicas; e incitar à ressocialização. De evidenciar que para estes autores é de extrema relevância e concorre para o *empowerment* a relação terapêutica estabelecida. Neste programa de intervenção é promovido o assumir das responsabilidades pelos sujeitos, a criação de esperança no indivíduo e o desenvolvimento do sentimento da auto-eficácia. O desenvolvimento de competências potencializa no indivíduo o desenvolvimento do sentimento de auto-eficácia. Dá ênfase ao treino de competências cognitivas, pois os aspectos cognitivos são considerados um factor relevante na adopção e manutenção do estilo de vida. Como o estilo de vida é desenvolvido através das experiências de socialização é importante que os indivíduos se ressocializem através da execução de

actividades e padrões de comportamentos incompatíveis com o estilo de vida anti-social adoptado. Finalmente, e em abono da validade externa do instrumento, quando os indivíduos são submetidos a programas de intervenção, os valores das dez escalas do IPEPC diminuem (Walters, 2002).

Parte B – Estudio Empírico

Após a incursão sobre os diferentes aspectos teóricos associados quer aos agressores sexuais, quer sobre o pensamento criminal, que nos permitiu verificar a diversidade de abordagens e estudos existentes sobre estas dimensões, iniciamos agora a apresentação do estudo empírico desta tese. Trata-se de um estudo de natureza quantitativa, cujo objectivo principal é a caracterização dos ofensores sexuais quanto ao estilo de pensamento criminal. Para tal, apresentamos inicialmente a adaptação, o estudo da fidelidade e validade de um instrumento de avaliação do estilo de pensamento criminal. Posteriormente, utilizamos diferentes procedimentos estatísticos para caracterizar a amostra, reclusos detidos em estabelecimentos prisionais portugueses, ao nível sócio-demográfico e jurídico-penal. Por último, caracterizamos os agressores sexuais, comparando-os com outros tipos de ofensores, atendendo a diferentes variáveis, como pensamento criminal, estilo de vida criminal, agressividade, crenças sobre violência sexual, psicopatia e inteligência.

Capítulo V – Instrumentos e Procedimento

Neste ponto serão apresentados os diferentes instrumentos de avaliação psicológica utilizados neste estudo, bem como os procedimentos realizados na sua utilização.

Foram vários os instrumentos de avaliação psicológica utilizados nesta investigação: o I.P.E.P.C.: Inventário Psicológico sobre os Estilos de Pensamento Criminal (Walters, 2001); o LCSF-R (Lifestyle Criminality Screening Form — Revised): Escala de Estilo de Vida Criminal (Walters, 1998); o Questionário de Buss & Perry: questionário sobre dimensões da Agressividade (Buss & Perry, 1992); as Escalas de Crenças sobre a Violência Sexual (Machado, Gonçalves & Matos, 2000); a Checklist de Distorções Cognitivas (Gonçalves, 2004), destinada ao registo qualitativo e quantitativo das distorções cognitivas evidenciadas; o Teste D 48, uma prova de inteligência geral (CEGOC-TEA, 1983); a Entrevista compreensiva semi-estruturada baseada na versão portuguesa da Psychopathy Checklist-Revised de Hare (Gonçalves, 1999).

5.1. Instrumentos:

5.1.1. I.P.E.P.C.: Inventário Psicológico sobre os Estilos de Pensamento Criminal (Walters, 2001);

O IPEPC (Walters, 1990) é uma medida de auto-relato, desenhada para avaliar oito estilos de pensamento criminal, que os autores acreditam darem suporte ao estilo de vida criminal. A versão original deste instrumento surgiu em 1989 com 32 itens, quatro itens por cada estilo de pensamento criminal, e só tinha três pontos na escala de Likert. Um ano depois acrescentaram as duas escalas de validade, para detectar padrões de falsas respostas e aumentaram de quatro para oito itens por escala. Este instrumento possibilitava dois tipos de resultados de validade através de duas escalas: *Confusion-Revised* (Cf-r) e *Defensiveness-Revised* (Df-r), e oito escalas de estilo de pensamento (*Mollification* (Mo); *Cutoff* (Co); *Entitlement* (En); *Power Orientation* (Po); *Sentimentality* (Sn); *Superoptimim* (So); *Cognitive Indolence* (Ci); *Discontinuity* (Ds)). A cotação de cada item varia de: concordo totalmente, que recebe a cotação 4, até

discordo totalmente com cotação de 1. Esta forma de cotação é inversa para metade dos itens das escalas de validade (Walters, 1995 a). Posteriormente o número de itens por escala passou de quatro para oito em 1992. A versão 4.0 é composta por 80 itens divididos por: oito escalas de pensamento criminal, quatro factores (*Problem Avoidance* - PRB – Evitamento Problemas; *Interpersonal Hostility* - HOS - Hostilidade Interpessoal; *Self-Assertion* - AST - Auto-afirmação; *Denial of Harm* - DNH - Negação da Ofensa), duas escalas de conteúdo (*Current Criminal Thinking* - CUR – Pensamento Criminal Corrente e *Historical Criminal Thinking* - HIS - Pensamento Criminal Histórico) e uma escala especial de medo da mudança (Walters, 2002).

As escalas que compõem este instrumento, na versão original, proposta por Walters (1995) são: *Confusion-Revised* (Cf-r) - Valores elevados revelam dificuldades em termos psicológicos, confusão mental, fracas competências de leitura ou tentativa deliberada de representar ser portador de distúrbios psicológicos. Baixa pontuação indica poucas dificuldades psicológicas, confusão ou simulação de doença. *Defensiveness-Revised* (Df-r) – Pontuações elevadas nesta escala revelam um estilo defensivo na resposta ao teste, em que tenta apresentar-se sem dificuldades, deficiências e fraquezas. Valores mais baixos indicam disposição para reconhecer os problemas pessoais e as suas limitações. *Mollification* (Mo) – Racionalização da violação das normas e regras. Valores elevados estão associados à tendência para projectar a culpa das consequências do envolvimento em condutas criminosas e fornecer uma variedade de desculpas e racionalizações do seu comportamento. Pontuações mais baixas indicam o aumento da vontade de aceitar a responsabilidade pelas suas acções. *Cutoff* (Co) – Alternância entre estados de medo e ansiedade. Valores elevados indicam baixa tolerância à frustração e tendência para rapidamente eliminar os impedimentos aos comportamentos criminais utilizando, por exemplo, substâncias estupefacientes, imagens mentais ou pequenas frases (e.g., “que se lixe”). Valores baixos podem indicar a existência de adequado controlo emocional e competências de coping. *Entitlement* (En) – Atitude de domínio e justificações especiais. Pontuações elevadas revelam uma atitude de posse ou privilégio, que pode incluir má identificação das necessidades pessoais. Pontuações baixas reflectem a disposição de atender à perspectiva do outro e a capacidade de discriminar entre as necessidades e os desejos. *Power Orientation* (Po) – Utilização de comportamento violento para controlar e manipular os outros. Valores elevados denotam indivíduos que gostam de ter a sensação de poder e controlo dos outros. Valores baixos simbolizam a disposição em ser assertivo e ter em conta no seu

comportamento os outros. *Sentimentality* (Sn) – Auto-centrado, tenta justificar os comportamentos violentos ocorridos no passado, através do desempenho de boas acções. Pontuações elevadas indicam a presença da crença “que é boa pessoa” apesar do seu envolvimento em actividades criminosas. Pontuações baixas demonstram uma visão mais realista do impacto do seu comportamento criminal sobre os outros. *Superoptimim* (So) – Subestima as consequências negativas do estilo de vida criminal. Valores elevados apontam que o indivíduo tem a crença de que consegue evitar a longo prazo os efeitos negativos do comportamento criminal. Valores baixos indicam que o indivíduo detém uma visão realista dos efeitos do seu estilo de comportamento criminal. *Cognitive Indolence* (Ci) – Pouco insight relativo aos seus pensamentos, ideias, planos e défices nas competências de resolução de problemas. Pontuações elevadas denotam falta de raciocínio crítico e tendência para utilizar atalhos para lidar com os problemas diários. Pontuações baixas revelam a presença de espírito crítico adequado e competências de planeamento. *Discontinuity* (Ds) – Processo desordenado de pensamento, no qual o indivíduo apesar de ter boas intenções tem fraca auto-disciplina. Valores elevados revelam indivíduos com pouca consistência no comportamento e no pensamento. Valores baixos reflectem a capacidade de prosseguir baseado nas intenções.

Este instrumento de avaliação possui duas escalas de validade que avaliam o estilo de resposta do indivíduo, no conjunto das respostas efectuadas. Assim, a *Confusion-Revised* (Cf-r) consiste em responder de forma extrema a itens que raramente são respondidos dessa forma pela maioria das pessoas. Esta escala pode ter valores elevados por dificuldades de compreensão, de concentração ou baixas competências de leitura. A *Defensiveness-Revised* (Df-r) é sensível a respostas dos sujeitos que querem causar uma impressão positiva relativamente ao seu estado psicológico, negando preocupações normais diárias.

Refira-se, por último, que o IPEPC possui dez itens que fazem parte das escalas relativas aos quatro factores: *Problem Avoidance* (PRB – Evitamento Problemas); *Interpersonal Hostility* (HOS - Hostilidade Interpessoal); *Self-Assertion* (AST - Auto-afirmação); *Denial of Harm* (DNH - Negação da Ofensa). Tem também duas escalas de conteúdo: *Current Criminal Thinking* (CUR – Pensamento Criminal Corrente) e *Historical Criminal Thinking* (HIS - Pensamento Criminal Histórico). Por outro lado, o autor ainda desenvolve duas escalas compósitas: *Pensamento Criminal Proactivo* (P) e *Pensamento Criminal Reactivo* (R). A resultado da escala P é obtido segundo a fórmula $(2 \times En) + (1,5 \times AST) + HIS$ e o da escala R é $(2 \times CO) + (1,5 \times PRB) + CUR$ (Walters, 2007).

5.1.2. LCSF-R (Lifestyle Criminality Screening Form — Revised): Checklist de avaliação do Estilo de Vida Criminal (Walters, 1998);

O LCSF-R é um instrumento forense do tipo checklist, que identifica e quantifica quatro estilos (irresponsabilidade, auto-indulgência, comportamento interpessoal intrusivo e violação das regras sociais) e permite ainda a obtenção de um score global. É um bom instrumento para avaliação de aspectos anti-sociais e um bom preditor dos problemas de ajustamento e adaptação dos ofensores à comunidade, fora de ambientes estruturados. A teoria que serve de suporte a este instrumento refere que os indivíduos com estilo de vida anti-social têm comportamentos mais adequados quando inseridos em ambientes mais estruturados (e.g., Walters, 1998).

O LCSF-R é composto por 14 itens distribuídos pelas 4 escalas em que a pontuação atribuída a cada item pode ser de 0, 1 ou 2, de acordo com instruções específicas constantes da folha de respostas do instrumento. O LCSF-R é cotado mediante a consulta da informação contida nos dossiers institucionais de cada indivíduo pelo que a inexistência de informação arquivada inviabiliza a cotação. O score total do LCSF-R pode variar de 0 a 22, e de acordo com as indicações do autor, a obtenção de um score global igual ou superior a 10 indica a presença clara de um estilo de vida criminal, sendo que quanto mais elevado é o resultado, mais os indivíduos são possuidores de um estilo de vida criminal. Este instrumento permite ainda obter quatro resultados relativos a cada sub-escala ou sub-tipo.

Estudos efectuados com o LCSF-R demonstram que faz mais sentido considerar o valor total obtido pelo sujeito, atendendo a que o número de itens em cada sub-escala (estilo) é bastante reduzido (entre 3 a 4) do que o obtido em cada sub-escala, ainda que o *score* no comportamento interpessoal intrusivo se revele ser importante na avaliação do grau de agressividade dos sujeitos, e em conformidade decidir quais as medidas de internamento e segurança necessárias e adequadas a ser aplicadas (Walters, Revella & Baltrusaitis, 1990). Já as escalas da irresponsabilidade, da auto-indulgência e a violação de regras sociais predizem melhor os problemas ao nível da disciplina. Em termos gerais, este instrumento revelou boas correlações com a história de vida criminal, o distúrbio da personalidade anti-social a adaptação institucional e a reincidência no crime (e.g., Walters, 1991, 1995; Walters & Chlumsky, 1993; Walters & McDonough, 1998; Walters, Revella & Baltrusaitis, 1990).

Num estudo realizado entre nós por Vieira, Lopes e Gonçalves (2008) utilizando o LCSF-R, numa amostra de indivíduos reclusos em estabelecimentos prisionais,

verificou-se que a análise factorial obtida não se assemelha à obtida originalmente pelo autor (Walters, 1998). Dos 14 itens, 13 saturam em três dos factores encontrados, que os autores denominaram de *Irresponsabilidade e comportamento antisocial*; *Relações Familiares e de Proximidade* e, *Comportamento intrusivo/agressivo*. Um único item, satura no factor 4, embora também apresente um valor elevado se incluído no factor 3. No entanto, e uma vez que a amostra utilizada no neste estudo se refere a sujeitos recluídos, sendo 30 dos quais mulheres e uma outra parte da amostra eram jovens com uma história e padrão criminais ainda pouco definidos, é possível que esta análise factorial tenha sido afectada por essa questão. Assim, resolvemos utilizar a formatação original do LCSF-R, dando-se por esse motivo maior relevância aos resultados obtidos no total deste instrumento tomando como ponto de corte para a existência de um estilo de vida criminal o valor 10 de acordo com as indicações de Walters (1998).

5.1.3. Questionário de Buss & Perry: questionário sobre dimensões da Agressividade (Buss & Perry, 1992);

Este instrumento é composto por 29 itens distribuídos por 4 escalas: Agressão Física; Agressão Verbal; Raiva e Hostilidade. Cada escala avalia uma medida de agressão, sendo cada uma das quais constituída por itens, cujo número varia, sendo que cada um dos itens pontua entre 1 a 5. Os autores não referem pontos de corte assumindo-se que quanto mais elevado o *score* final maior o nível de agressividade do sujeito.

Vieira e Soeiro (2002) procederam à tradução e adaptação do instrumento para Portugal e desenvolveram um estudo com o objectivo de analisar a relação entre a psicopatia e a agressividade. Nele, as autoras demonstraram um aumento dos níveis de agressividade associado ao consumo de substâncias estupefacientes, a idades mais jovens, ao estado civil, solteiro e com a escolaridade média, verificando-se ainda a existência de uma relação positiva e significativa entre a agressão física e o factor 2 da PCL-R (Hare, 1991), que é relativo ao comportamento anti-social².

² - De salientar que durante a elaboração desta investigação, se executou um estudo de aferição deste instrumento (Gonçalves & Vieira, 2009), mas quando se realizou o tratamento estatístico esses resultados ainda não tinham sido publicados, pelo que foi utilizado neste estudo na sua versão original, sendo apresentados os resultados relativos às quatro escalas e ao total, segundo a adaptação feita por Vieira e Soeiro (2002).

5.1.4. Matos, 2000): Escala de Crenças de Violação (ECV) e Escala de Crenças de Abuso Sexual de Crianças (ECAS), desenvolvidas para investigação por Machado, Gonçalves e Matos (2000). Ambas as escalas, são tipo Lickert composta por 5 pontos, cujas opções de resposta se situam entre 1 - “Discordo totalmente” a 5 - “Concordo totalmente”. De salientar a necessidade de enfatizar nas instruções, a resposta baseada na opinião e formas de pensar e agir, e não na resposta socialmente aceitável.

A ECV é composta por 29 itens, e o seu *score* total pode variar entre 29 e 145 pontos, sendo que quanto mais elevada for a pontuação, maior a aceitação por parte do indivíduo às crenças que legitimam a violação. Esta escala foi construída a partir da observação clínica de violadores e de vítimas de violação e teve em consideração as revisões bibliográficas sobre crenças culturais e mitos. Os itens correlacionam-se fortemente com o total, oscilando entre .41 e .76, revelando boa consistência interna, e um alfa de Cronbach de .95. Nesta escala, os autores verificaram a existência de 3 factores, através da análise factorial, concretamente a “Legitimação da violação pelo consentimento feminino”, A “Legitimação da violação através do comportamento sexual prévio da mulher” e a “Legitimação da violação pela normalidade do ofensor”.

A ECAS é composta por 17 itens, cujo *score* total pode variar entre 17 e 85, sendo que quanto mais elevado for o valor obtido, maior a concordância do indivíduo com as crenças legitimadoras do Abuso Sexual. Esta escala foi elaborada a partir da observação clínica de vítimas de abuso sexual e dos próprios abusadores sexuais, e dos resultados das revisões bibliográficas sobre a temática. Os itens correlacionam-se com o total, variando entre .61 e .92, revelando boa consistência interna, e também encontraram um alfa de Cronbach de .92. A análise factorial, permitiu encontrar 3 factores, a “Legitimação do abuso pela sedução infantil”, a “Legitimação do abuso pela ausência de violência” e a “Legitimação do abuso pela normalidade do ofensor”.

5.1.5. Teste D 48 (CEGOC-TEA, 1983), é uma prova de inteligência geral não verbal. Este instrumento de avaliação é composto por 4 exemplos e 44 itens dispostos em 9 séries, sendo que este teste tem um tempo limite de realização de 25 minutos. O examinado tem que descobrir quantos pontos devem estar numa das metades do dominó que se encontra em branco, para que a sequência tenha lógica ou tenha um determinado sentido. O examinado dá a resposta numa folha própria para o efeito, existindo da mesma forma uma grelha de correcção para que esta seja feita de forma célere.

Este instrumento visa a avaliação do raciocínio lógico e sistemático, aplicado a diferentes situações, não prevendo conhecimentos prévios do jogo de dominó, nem sendo influenciado por factores sociais e educativos. Este instrumento foi utilizado para avaliação dos indivíduos, embora não tenha sido utilizada para os resultados obtidos.

5.1.6. Entrevista compreensiva semi-estruturada baseada na versão portuguesa da Psychopathy Checklist-Revised de Hare (Gonçalves, 1999).

Este instrumento é composto por vinte itens através dos quais se avalia a psicopatia, numa escala de 0 a 40 pontos. Na elaboração deste instrumento podemos encontrar a avaliação da psicopatia como um constructo dimensional, composto por dois factores correlacionados entre si. Assim, podemos encontrar dois factores, um que reflecte os traços de personalidade, que são tidos como descritivos de aspectos clínicos associados à personalidade, e que engloba oito itens, e um segundo factor que se refere ao estilo de vida anti-social, com nove itens. Existem ainda mais três itens que não fazem parte de nenhum factor, pelo facto de não atingirem a saturação de .40. A PCL-R baseia-se numa entrevista semi-estruturada longa que deve ser complementada com a leitura dos ficheiros dos sujeitos, para se proceder a uma avaliação correcta dos indivíduos. Esta entrevista segue uma sequência, dos acontecimentos de vida do indivíduo desde a escola, trabalho, saúde, vida familiar, relacionamento familiar e sexual, história de consumo de substâncias, comportamento anti-social da infância, adolescência, idade adulta, e por último, questões de âmbito geral. Esta entrevista permite um melhor relacionamento e contacto interpessoal entre o avaliador e o sujeito alvo da avaliação. Este é um instrumento claramente forense, não clínico.

A cotação deste instrumento é baseada na entrevista correlacionada com os dados que se podem retirar dos ficheiros institucionais dos indivíduos. Os itens são cotados com 0, 1 ou 2, se não se aplicam, se só se aplicam parcialmente, ou se se aplicam na globalidade ao sujeito, respectivamente. Esta cotação deve ser efectuada tendo por base o funcionamento geral e habitual do indivíduo e não a forma actual, no momento da avaliação, visto que este instrumento visa avaliar os traços e não os estados. A forma de cotação também segue uma ordem especial, devendo a cotação começar pelos itens mais estruturados até aos mais subjectivos.

Quanto aos resultados, considera-se psicopata o indivíduo que tem uma pontuação acima dos 30 pontos. Se o indivíduo pontua entre 20 e 29, é considerado

moderadamente psicopata e, se pontuar menos de 20 é não psicopata.

De salientar que os resultados, segundo Hare (2006) podem também ser divididos atendendo a facetas, consoante a pontuação que cada um dos indivíduos teve em cada um dos itens. A Faceta Interpessoal e a Afectiva foram formuladas a partir dos Itens que compõem o Factor 1 da PCL-R, enquanto a Faceta Estilo de Vida e a Faceta Anti-social derivam do Factor 2 da PCL-R.

5.2. Procedimento

Para a prossecução deste estudo, recorreu-se a dados recolhidos no âmbito de um projecto de investigação mais amplo sobre a caracterização dos agressores sexuais em Portugal³.

Foi solicitada à Direcção Geral dos Serviços Prisionais uma autorização para recolha dos dados, sendo que para o efeito foi explicado todos os objectivos, procedimentos e instrumentos que iriam ser utilizados, bem como a duração desta fase de recolha de dados da investigação. Os dados então recolhidos pela Direcção Geral dos Serviços Prisionais revelaram a existência de mais de quatro centenas de ofensores sexuais nos Estabelecimentos Prisionais Portugueses. Foi nosso intuito recolher elementos de uma amostra representativa deste grupo de agressores, bem como de igual número de outros ofensores distribuídos proporcionalmente, face ao efectivo dos tipos de crimes mais comuns cometidos em Portugal. Assim, os dados foram recolhidos desde Abril de 2006 até Junho de 2007. Para tal, foi solicitado, quer à Direcção de cada Estabelecimento Prisional (E.P.), quer à Coordenação dos Serviços de Reeducação, a colaboração na selecção dos indivíduos reclusos que poderiam participar neste estudo. Após esta selecção inicial, cada um dos indivíduos, antes de iniciarem o processo de participação neste estudo, eram esclarecidos sobre os objectivos e metodologias a utilizar. A participação dos sujeitos foi voluntária e tendo por base a confidencialidade da informação partilhada, tendo-lhes sido transmitida informação sobre qual o objectivo do estudo, nomeadamente que era para conhecer e compreender melhor os delinquentes. Após o consentimento informado dos sujeitos iniciava-se a sua participação.

Os dados foram recolhidos através de entrevistas individuais e da aplicação dos

³ “Crimes Sexuais em Portugal: Das Vítimas aos Ofensores” - Projecto FCT – POCTI- 37535/PSI/2001

instrumentos de avaliação e também através da consulta de ficheiros existentes, nomeadamente os dossiers individuais dos Serviços de Reeducação e a análise do processo individual existente na Secretaria dos E.P.'s. A amostra de indivíduos que cometeram ofensas sexuais a amostra foi recolhida de forma aleatória em vários E.P.'s.

Em média, a aplicação das provas psicológicas demorou cerca de quatro horas, normalmente dividida em dois momentos. Já o tempo despendido a consultar processos é difícil de definir variando consoante a complexidade do caso.

Para testar as hipóteses formuladas neste projecto de investigação, reuniram-se os dados numa base e posteriormente submeteram-se os dados a tratamento estatístico, tendo-se para tal socorrido do programa informático “Statistical Package for Social Sciences – SPSS – Windows” (versão 16.0).

Atendendo ao facto de o I.P.E.P.C. não estar ainda validado com amostras nacionais, a sua utilização foi sujeita a um procedimento de análise de homogeneidade interna dos seus itens e a uma análise factorial confirmatória com o intuito de testar o modelo proposto por Walters. Além disso, entendeu-se explorar este instrumento uma vez que poderia constituir um bom utensílio de intervenção terapêutica pois a partir das respostas dos sujeitos poderia ser possível debater crenças e pensamentos irracionais que, em muitos casos, fundamentam e reforçam os comportamentos delinquentes.

Finalmente, procedeu-se a análises correlacionais e de variância para contrastar os vários grupos de ofensores, de acordo com as hipóteses colocadas, bem como se testou a validade concorrente das provas psicométricas utilizadas.

Capítulo VI – Amostra

A elaboração e constituição da amostra são cruciais para a prossecução dos objectivos pretendidos com a investigação. A amostra deste estudo é constituída por adultos delinquentes do sexo masculino que se encontravam a cumprir penas de prisão nos Estabelecimentos Prisionais Portugueses. Foram seleccionados indivíduos que se encontravam condenados por crimes sexuais e também por outro tipo de crimes para constituição do grupo de controlo. A escolha dos ofensores sexuais teve em consideração a categorização da ofensa sexual cometida e o tipo de vítima (e.g., intrafamiliar vs extrafamiliar). Estabeleceram-se também categorias de ofensas sexuais com a mesma representatividade numérica com o intuito de distinguir os diferentes tipos de ofensores sexuais.

Procede-se em seguida a uma caracterização socio-demográfica da amostra, tendo em conta diferentes aspectos como: a idade, residência, estado civil e habilitações académicas. Também na caracterização da amostra se consideraram variáveis jurídico-penais como a existência ou não de antecedentes criminais (reincidente ou primário) e o tipo de crime cometido (cf. quadro 1).

A amostra foi constituída por 228 reclusos do sexo masculino e a média de idades situa-se nos 39,48 anos, com um desvio padrão de 13,06. O limite inferior de idade é de 19 anos e o superior é de 74 anos. A caracterização da amostra quanto à residência, reflecte que a maior parte dos sujeitos são do meio urbano (68,3%). Em relação ao estado civil, esta amostra caracteriza-se por uma predominância de indivíduos solteiros (43,9%), seguindo-se os indivíduos divorciados (27,6%), depois os casados (27,2%) e, por último, os viúvos (1,3%). Quanto às habilitações académicas, encontramos na amostra 50,4% de indivíduos com menos ou com a 4ª classe, 40,8% com escolaridade entre o 4º ano e o 9º ano, sendo que só 7% possuem habilitações académicas superiores ao 9º ano de escolaridade. Verifica-se desta forma, que a maioria dos sujeitos tem um reduzido grau de escolaridade.

Considerando as variáveis jurídico-penais, e analisando os antecedentes criminais, verificamos que a amostra se divide em percentagens relativamente próximas nas duas categorias. No que toca à distinção entre crimes sexuais e crimes não sexuais, podemos caracterizar a nossa amostra da seguinte forma: 40,4% cometeram um crime sexual, 27,2% cometeram outro tipo de crime e 32,5% cometeram um crime sexual e outro tipo

de crime. Para a análise e diferenciação dos agressores sexuais entre si, seleccionamos da amostra geral somente os indivíduos que cometeram crimes sexuais. Dividimos os indivíduos consoante o tipo de crime sexual cometido, ou seja: Violação, Abuso Sexual, dois ou mais crimes sexuais e outros crimes sexuais. Em termos globais temos indivíduos presos por tráfico de estupefacientes, homicídio/ofensas à integridade física, crimes contra o património, violação, abuso sexual, dois ou mais crimes sexuais e outros crimes sexuais, verifica-se que nesta amostra 35,5% cometeram o crime de Abuso Sexual, seguindo-se o crime de violação cuja percentagem é 18,9% da amostra e 18,4% cometeram crimes contra o património.

Por sua vez, verifica-se que na grande maioria as vítimas dos indivíduos pertencentes à amostra são menores (49,1%) salientando que para esta análise descritiva só se tiveram em consideração 171 sujeitos uma vez que para os restantes indivíduos que fazem parte da amostra não se obteve dados objectivos sobre as vítimas. O mesmo ocorreu relativamente ao tipo de vítima familiar e extrafamiliar, ou seja se a vítima pertencia à família do agressor ou se não era da família deste, em que só foram considerados 169 dos indivíduos, tendo-se verificado que 43,9% das vítimas são extrafamiliares, salientando um caso, no qual coexistiam uma vítima familiar e outra extrafamiliar.

Quadro 1 - Caracterização Demográfica e Jurídico – Penal da amostra

Variáveis Socio-demográficas	Frequência	Percentagem	Média	D.P.
IDADE N=228	≤ 30 anos	61	26,8	39,48 13,06
	31 a 40 anos	73	32,0	
	41 a 50 anos	47	20,6	
	≥ 51 anos	47	20,6	
RESIDÊNCIA N=227	Meio Urbano	158	69,3	--- ---
	Meio Rural	69	30,3	
ESTADO CIVIL N=228	Solteiro	100	43,9	--- ---
	Casado/maritalmente	62	27,2	
	Divorciado/separado	63	27,6	
	Viúvo	3	1,3	
HABILITAÇÕES LITERÁRIAS N=224	≤ 4º ano	115	50,4	--- ---
	> 4º ano e 9º ano	93	40,8	
	< 9º ano	16	7	

Variáveis Jurídico - Penais					
TIPOLOGIA DE CRIME N=228	Tráfico	4	1,8		
	Estupefacientes				
	Homicídio/Ofensas à integridade Física	16	7,0		
	Crimes contra o património	42	18,4		
	Violação	43	18,9	---	---
	Abuso Sexual	81	35,5		
	Dois ou mais				
	Mais crimes sexuais	31	13,6		
	Crimes Sexuais				
	Outros crimes sexuais	11	4,8		
Antecedentes Criminais N=228	Primário	119	52,2		
	Reincidente	109	47,8	---	---

Para uma caracterização mais pormenorizada da amostra, iniciamos a análise exploratória dos dados considerando a variável **Idade**. O objectivo é a análise da Idade atendendo ao tipo de crime sexual cometido. Realizou-se o tratamento estatístico com recurso a testes não paramétricos, uma vez que não estavam cumpridos os pressupostos subjacentes à utilização de testes paramétricos, cujos resultados se apresentam no quadro 2.

Quadro 2 – Efeito Idade e Crime Sexual Cometido

Crime Sexual	A Violação N=37 Média (DP)	B Abuso Sexual N=71 Média (DP)	C 2 ou + crimes Sexuais N=27 Média (DP)	D Outros Crimes sexuais N=10 Média (DP)	<i>Mann-Whitney Test</i> U
Idade	37,26(14,17)	44,14(13,65)	43,23(12,69)	36,55(14,46)	A<B* -2,77

*p<.008

A leitura dos resultados do teste *Kruskal-Wallis*, permitiu observar que existe um efeito significativo da idade relativamente ao tipo de crime cometido, revelando $p < .013$. Procedeu-se à realização dos testes de *Mann-Whitney*, mas considerando a correcção de Bonferroni, passando o ponto de corte a situar-se em 0.008, para que os resultados sejam significativos. Os resultados demonstram um efeito significativo da Idade no tipo de crime sexual cometido, verificando-se uma diferença significativa entre os indivíduos que cometeram violação que são mais novos que os que cometeram abuso sexual.

Assumindo a existência de uma relação entre o **Estado Civil** e o tipo de crime sexual cometido, procedeu-se à realização do teste estatístico Qui-Quadrado atendendo a estas duas variáveis tendo-se verificado que não há uma relação significativa entre ambas. Os resultados são visíveis no Quadro 3.

Quadro 3 – Estado Civil e Crime Sexual Cometido

Estado Civil	Crime Sexual				χ^2
	Violação	Abuso Sexual	2 ou + crimes Sexuais	Outros Crimes Sexuais	
Solteiros	13 41,9%	16 37,2%	27 33,3%	6 54,5%	.371
Casados/maritalmente	7 22,6%	13 30,2%	26 32,1%	5 45,5%	
Divorciados/separados	11 35,5%	14 32,6%	25 30,9%	0	
Viúvos	0	0	3 3,7%	0	

*p<.05

Assumindo a existência de uma relação entre o **Escolaridade** e o tipo de crime sexual cometido, procedeu-se à realização do teste estatístico Qui-Quadrado atendendo a estas duas variáveis tendo-se verificado a existência de uma relação significativa entre ambas. Os resultados são visíveis no Quadro 4.

Quadro 4 – Escolaridade e Crime Sexual Cometido

Escolaridade	Crime Sexual				χ^2
	Violação	Abuso Sexual	2 ou + crimes Sexuais	Outros Crimes Sexuais	
menos ou com o 4º ano	26 60,5%	48 60,8%	20 66,7%	2 18,2%	.013*
mais que o 4º ano e até ao 9º inclusive	15 34,9%	29 37,6%	8 26,7%	6 54,5%	
mais que o 9º ano	2 4,7%	2 2,5%	2 6,7%	3 27,3%	

*p<.05

Assumindo a existência de uma relação entre o **Residência** e o tipo de crime sexual cometido, procedeu-se à realização do teste estatístico Qui-Quadrado atendendo a estas duas variáveis tendo-se verificado que não há uma relação significativa entre ambas. Os resultados são visíveis no Quadro 5.

Quadro 5 – Residência e Crime Sexual Cometido

Residência \ Crime Sexual	Crime Sexual				χ^2
	Violação	Abuso Sexual	2 ou + crimes Sexuais	Outros Crimes Sexuais	
Meio urbano	29 67,4%	48 60%	22 71%	10 90,9%	.194
Meio rural	14 32,6%	32 40%	9 29%	1 9,1%	

*p<.05

Considerando a existência de uma relação entre os **Antecedentes Criminais** e o tipo de crime sexual cometido, procedeu-se à realização do teste estatístico Qui-Quadrado atendendo a estas duas variáveis. Da análise dos resultados verificou-se que não existe relação entre os antecedentes criminais e o tipo de crime sexual cometido.

Quadro 6 – Antecedentes Criminais e Crime Sexual Cometido

Antecedentes Criminais \ Crime Sexual	Crime Sexual				χ^2
	Violação	Abuso Sexual	2 ou + crimes Sexuais	Outros Crimes Sexuais	
Primários	7 63,6%	22 51,2%	55 67,9%	20 64,5%	.33
Reincidentes	4 36,4%	21 48,8%	26 32,1%	7 35,5%	

*p<.05

Efectuou-se em seguida a análise comparando o tipo de crime sexual cometido e o **comportamento prisional** dos indivíduos, medido através do facto de terem sido alvo de punições ou não. Para tal procedeu-se à realização do teste estatístico Qui-Quadrado atendendo a estas duas variáveis cujos resultados se encontram no quadro 7 que se segue.

Quadro 7 – Comportamento Prisional e Crime Sexual Cometido

Crime Sexual Punições	Violação	Abuso Sexual	2 ou + crimes Sexuais	Outros Crimes Sexuais	χ^2
Não	23 53,5%	56 69,1%	12 38,7%	7 63,6%	.025
Sim	20 46,5%	25 30,9%	19 61,3%	4 36,4%	

*p<.05

Verificou-se a existência de uma relação significativa entre o tipo de crime sexual cometido e o comportamento prisional (punições). Assim, verificamos que há diferenças nas punições consoante o tipo de crime sexual cometido. Através da análise dos resultados, é de salientar que os indivíduos que cometeram dois ou mais crimes sexuais são os que na sua maioria foram alvo de punições, o que revela problemas de comportamento prisional. Os restantes grupos de ofensores sexuais demonstraram ter um melhor comportamento prisional, uma vez que na sua maioria não forma alvo de punições.

Capítulo VII – Hipóteses

Este estudo, tal como já foi referido anteriormente, visa colmatar o défice existente ao nível do conhecimento científico na área dos ofensores sexuais, procurando analisar o estilo de pensamento dos ofensores sexuais e as suas crenças em relação aos comportamentos de violência sexual, para a partir daí possibilitar que posteriormente se elabore planos de intervenção cientificamente sólidos que incidam sobre os aspectos referenciados como determinantes no desencadear de comportamentos sexuais abusivos e com impacto relevante na prevenção da reincidência. Assim, entre outros aspectos torna-se pertinente avaliar questões sobre diferenças entre ofensores sexuais e outros ofensores; diferenças de estilo de pensamento criminal; e diferenças nas crenças sobre a sexualidade, o comportamento sexual e a violência sexual.

Mediante a revisão bibliográfica efectuada, surgiram várias questões pertinentes que nos levaram a criar diferentes hipóteses para esta nossa investigação. Assim:

H1. - Existem características específicas dos Ofensores Sexuais, quanto ao Estilo de Pensamento Criminal, quando se compara um grupo de indivíduos que cometeu crimes sexuais, com um grupo que cometeu crimes sexuais e outros crimes e ainda, com outro grupo que cometeu outros crimes.

H2. – Existe correlação entre o Estilo Pensamento Criminal e Idade, Escolaridade, Inteligência, Estado Civil, Antecedentes Criminais, Punições Institucionais, Psicopatia, o Estilo de Vida Criminal e dimensões da Agressividade.

H3. - Existem características específicas dos Ofensores Sexuais, na sua totalidade relativamente a outras tipologias de crimes, ao nível do Estilo de Pensamento Criminal.

H4. - Existem diferenças entre os vários tipos de Ofensores Sexuais, quanto ao Estilo de Pensamento Criminal, considerando diferentes tipos de crimes sexuais.

H5. - Existem correlações entre o Estilo de Pensamento Criminal e as crenças sobre a Violência Sexual.

Relativamente à variável inteligência, que inicialmente nos propúnhamos a analisar, e apesar de ter sido utilizado um instrumento de avaliação desta dimensão, os resultados não foram considerados visto que a maioria dos sujeitos que constituem a amostra têm baixa escolaridade, o que demonstra baixa capacidade de literacia, tendo-se verificado que a maioria dos sujeitos não conseguia responder ao teste utilizado.

Capítulo VIII – Análise e Discussão dos Resultados

8. Validade e Fidelidade do IPEPC

Este ponto tem como objectivo expor o procedimento utilizado na adaptação do instrumento IPEPC à realidade portuguesa. Abordaremos a constituição do instrumento de avaliação, o procedimento, a amostra utilizada, a precisão e a validade, seguindo-se a apresentação dos resultados considerando a estrutura final do instrumento.

8.1.1. Instrumento

O “Inventário Psicológico sobre os Estilos de Pensamento Criminal”(IPEPC) é originalmente composto de 80 itens perante os quais os indivíduos se devem posicionar numa escala de 1 (Discordo), 2 (Tenho dúvidas/Talvez), 3 (Concordo) e 4 (Concordo Totalmente). Destes 80 itens, alguns são cotados de forma inversa. Estão nestas circunstâncias os itens 6, 10, 16, 20, 32, 58, 59, 72.

No IPEPC os dados foram contabilizados assumindo-se *zero* quando os itens eram omissos e os protocolos com mais de 4 omissos foram excluídos.

No que concerne à pontuação, quanto mais alta, mais pensamento criminal o indivíduo possui, não havendo no entanto referências por parte do autor a qualquer ponto de corte. O *score* final obtém-se pelo somatório dos resultados nos itens.

A escala revelou boas propriedades psicométricas, em termos de validade e fidelidade. No que toca a validade do constructo, a análise factorial revelou estar-se perante uma escala bidimensional, isto é, medindo dois constructos. Revelou ainda o seu poder discriminante ao diferenciar claramente os *scores* médios de grupos contrastantes, neste caso os ofensores sexuais e os outros tipos de ofensores como veremos adiante.

8.1.2. Procedimento

A escala foi traduzida e retrovertida por dois tradutores e testada inicialmente com alguns alunos de Psicologia, não tendo sido evidenciados problemas de compreensão ou resposta em nenhum dos itens. A escala foi administrada individualmente, fazendo parte de uma bateria de instrumentos a aplicar aos sujeitos.

8.1.3. Amostra

A amostra que serviu para o estudo de adaptação da escala foi composta por 206 indivíduos do sexo masculino a cumprirem penas de prisão em Estabelecimentos Prisionais Portugueses. Estes indivíduos faziam parte da amostra mais alargada de 224 sujeitos, já descrita anteriormente, sendo que somente 206 dos sujeitos responderam a este instrumento, pois alguns tiveram dificuldades de compreensão devido à baixa escolaridade.

Em termos globais, o valor médio total obtido pelos sujeitos foi de 158,23 ($dp = 25,37$), em que o valor mínimo foi de 99 e o máximo de 262. O valor de *Alfa de Cronbach* do total do IPEPC é de .86.

8.1.4. Precisão (fidedignidade)

A versão portuguesa do IPEPC é composta por 80 itens na qual não foi possível encontrar a mesma estrutura factorial defendida pelo autor.

Os tratamentos estatísticos realizados recorreram aos itens estabelecidos pelo autor para as diversas escalas, nomeadamente de validade, do estilo de pensamento criminal, escalas de conteúdo, escalas dos factores e a escala especial do medo. Através do recurso à análise dos componentes principais, os resultados obtidos permitiram concluir que a adaptação portuguesa evidencia uma estrutura diferente.

De salientar que na adaptação do inventário à população prisional portuguesa, as escalas de validade não demonstraram propriedades psicométricas insuficientes, uma vez que não se verificou terem consistência interna, optando-se por retirá-las da versão portuguesa deste instrumento. Assim, foram retiradas, não se verificando qualquer utilidade na sua utilização. A versão portuguesa do IPEPC é composta por três escalas de estilo de pensamento criminal, duas escalas de conteúdo, dois factores e uma escala especial de medo, por contraste com a versão original que apresenta oito estilos de pensamento, duas escalas de conteúdo, quatro factores, uma escala especial de medo e duas escalas de validade.

Para a atribuição dos nomes aos diferentes componentes deste instrumento de avaliação, recorreu-se a dois investigadores externos a este estudo, que após leitura dos itens que compõem cada um dos componentes do IPEPC e respectiva análise, atribuíram nomes. Numa fase posterior, analisaram-se as propostas e nomearam-se os diferentes componentes do IPEPC consoante o que havia tido mais concordância.

► Estilos de Pensamento

Tal como já foi referido, no instrumento original, o autor encontra oito estilos de pensamento criminal. No entanto, os nossos dados não se encaixam nos estilos encontrados originalmente pelo autor. Assim, através da análise factorial dos componentes principais com rotação *varimax* dos itens, encontramos três estilos de pensamento criminal, cuja consistência interna, *Alfa de Cronbach*, se cifrou acima de .730.

Quadro 8- Itens que compõem as Escalas de Estilo de Pensamento

ATTITUDES/ CRENÇAS E TRAÇOS ANTI-SOCIAIS (ACTA)	Item Corrigido - Total Correlação
1. Quando quero alguma coisa, não deixo que nada se atravesse no meu caminho.	.391
6. Quando pressionado pelos problemas da vida, tenho dito “Que se lixe!”480
13. Quanto mais me envolvia no crime, mais pensava que não havia maneira de a polícia476
15. Já ajudei amigos e família com o dinheiro adquirido ilegalmente.	.560
19. Posso dizer honestamente que o “bem-estar” das minhas vítimas322
20. Quando me sinto frustrado dou por mim a dizer “Que se lixe!” e a seguir vou cometer435
23. Dou por mim a meter-me por atalhos, mesmo quando sei que isso irá interferir458
25. Apesar da “vida criminal” que tenho levado, no fundo sou basicamente uma boa pessoa.	.497
28. No fim de contas, a sociedade tem uma dívida para comigo.	.179
31. Já usei álcool ou drogas para eliminar o medo ou o nervosismo antes de cometer um crime.	.528
33. Em liberdade, eu dizia a mim mesmo que precisava de roubar ou assaltar663
38. Houve alturas na minha vida em que senti que estava acima da lei.	.471
44. Apesar de ter tido sempre consciência que poderia ser apanhado por um crime633
45. Justifiquei o facto de vender drogas, roubar ou assaltar, dizendo a mim mesmo457
49. Não admito que me digam o que devo fazer, e se tentarem, eu responderei com ameaças276
57. Ainda dou por mim a dizer: “Nem pensar em ter um trabalho regular, vou é sacar algum...”.	.302
59. Olhando para trás na minha vida, vejo agora que me faltou orientação e349
61. Quando estava em liberdade, acreditei que podia usar drogas e não ficar dependente477
63. Se houver um atalho ou um caminho mais fácil para contornar um problema, eu descobro-o.	.329
70. Quando me sinto frustrado atiro fora os pensamentos racionais com afirmações236
71. Já disse a mim mesmo que nunca me teria envolvido no crime se tivesse tido um bom emprego.	.336
73. Houve alturas em que me achei no direito de violar a lei para pagar umas férias, um carro430
74. Raramente prestei atenção às consequências das minhas acções quando estava em liberdade.	.436
76. No início, quando comecei a violar a lei era muito cauteloso, mas à medida que o tempo684
77. Agora, ao olhar para trás, vejo que era uma pessoa bastante boa, mesmo estando441
78. Houve alturas em que tinha planos para fazer algo com a minha família e depois cancelei-os676
$\alpha = .883$	

Quadro 8- Itens que compõem as Escalas de Estilo de Pensamento (continuação)

COMPETÊNCIAS PESSOAIS/INTERPESSOAIS E ESTILOS DE <i>COPING</i> (CPIEC)	Item Corrigido - Total Correlação
4. Apesar de ter boas intenções, tenho dificuldade em permanecer centrado nos385
9. Uma das primeiras coisas em que penso quando estou a avaliar outra pessoa é se ele263
14. Acredito que violar a lei não tem muita importância desde que não se cause247
16. Não ligo aos meus pensamentos e ideias ao ponto de ignorar os problemas e235
18. Dou por mim a discutir com outras pessoas por questões ou problemas relativamente banais.	.313
26. Frequentemente começo uma actividade, um projecto ou um trabalho mas acabo376
30. Quando devia actuar, tenho tendência a deixar as coisas correr, porque acho que364
35. Quando me perguntam acerca dos meus motivos para me iniciar no crime374
36. Tenho problemas em seguir em frente com as boas intenções iniciais.	.396
40. Tendo a agir impulsivamente quando estou sob <i>stress</i> .	.446
41. Não há nenhuma razão pela qual devo mostrar-me desamparado em frente de amigos334
43. Tendo a adiar para amanhã aquilo que deveria ser feito hoje.	.365
47. As pessoas têm dificuldade em compreender-me, porque quando falo tendo a329
51. Tenho dificuldade em avaliar de forma crítica os meus pensamentos, ideias e planos.	.401
62. Facilmente saio do caminho em que estou e, por isso, raramente acabo o que começo.	.546
64. Tenho dificuldade em controlar os meus sentimentos de raiva.	.464
68. Mesmo quando estabeleço objectivos, frequentemente não os alcanço porque estou distraído567
79. Tendo a “empurrar os problemas para o lado” em vez de os enfrentar.	.495
80. Já cometi crimes ou actos irresponsáveis (como consumir drogas), usando para261
$\alpha = .801$	

Quadro 8- Itens que compõem as Escalas de Estilo de Pensamento (continuação)

INSIGHT/LOCUS CONTROLO (ILC)	Item Corrigido - Total Correlação
2. Dou por mim a culpar a sociedade e os outros pelos problemas que tenho tido na vida.	.247
5. Se me esforçar o suficiente, não há nada que eu não consiga fazer.	.248
8. Dei comigo a culpar as vítimas de alguns dos meus crimes, dizendo coisas como281
12. Da maneira como vejo as coisas, já paguei as minhas contas, e por isso justifiquei aquilo que fiz.	.386
17. É injusto que eu tenha sido preso pelos meus crimes quando há banqueiros, juízes323
22. Mesmo quando era apanhado por um crime, achava que não havia maneira335
24. Quando não tenho o controlo de uma situação, sinto-me fraco e desesperado289
29. Já disse para comigo, mais que uma vez, que se não fossem outros a acusar-me268
34. Gosto de ter o papel central nas minhas relações e nas conversas com os outros331
37. Já dei por mim a ser carinhoso com animais ou crianças para me sentir melhor340
50. Quando cometo um crime ou actuo de forma irresponsável, costumo fazer de356
52. Ninguém no passado ou no futuro fará melhor que eu, porque sou mais forte362
53. Explico as minhas acções irresponsáveis afirmando: “Toda a gente está a fazer o mesmo244
54. Por vezes quando me provocam concordo, mesmo quando sei que as outras pessoas estão243
56. Do meu ponto de vista, não sou verdadeiramente um criminoso, porque nunca tive260
65. Acredito que sou uma pessoa especial e que a minha situação merece uma consideração especial.	.256
67. Olho para as coisas positivas que fiz pelos outros como forma de compensar as coisas negativas.	.404
75. Uma parte importante da minha vida em liberdade foi passada a tentar controlar pessoas387
$\alpha = .730$	

► Escalas de conteúdo

Tal como já foi referido, no instrumento original, o autor encontra duas escalas de conteúdo, *História Pensamento Criminal* (HPC) e *Pensamento Criminal Corrente* (PCC), cuja nomenclatura é idêntica à utilizada neste estudo. Apesar de, na nossa amostra, também termos encontrado o mesmo número de escalas de conteúdo, compostas na sua grande maioria pelos mesmos itens propostos pelo autor, alguns dos itens foram transferidos de uma escala de conteúdo para a outra. Assim, os itens 35 e o 80 passaram para a escala *Pensamento Criminal Corrente* e o item 23 para a escala do

História Pensamento Criminal. Contudo destes só o item 80 é que está em clara contradição com a escala original, só que os dois restantes também saturam, ainda que com valor baixo, na escala original (v. Quadro 9).

Assim, através da análise factorial dos componentes principais com rotação varimax dos itens, encontramos duas escalas de conteúdo, cuja consistência interna, *Alfa de Cronbach*, foi bastante aceitável.

Quadro 9 – Análise dos componentes principais
Matriz Rotação Componentes

Itens	Componentes	
	1	2
item 4	,324	,368
item 13	,624	,027
item 15	,639	,151
item 16	-,058	,336
item 23	,409	,397
item 26	,078	,503
item 33	,761	,114
item 35	,333	,375
item 36	-,064	,509
item 38	,592	,014
item 40	,241	,489
item 43	,055	,526
item 44	,721	,192
item 51	-,035	,518
item 61	,533	-,064
item 62	,164	,637
item 64	,101	,585
item 68	,077	,704
item 70	,133	,290
item 73	,501	,124
item 74	,434	,281
item 76	,806	,097
item 78	,791	,044
item 79	,126	,598
item 80	,139	,361

Método de Extração: Análise dos componentes principais
Método de Rotação: *Varimax* com Normalização *Kaiser*
a Rotação converge em 3 iterações.

Quadro 10 - Itens que compõem as Escalas de Conteúdo

HISTÓRIA DE PENSAMENTO CRIMINAL (HPC)		Item Corrigido - Total Correlação
13. Quanto mais me envolvia no crime, mais pensava que não havia maneira de a polícia517
15. Já ajudei amigos e família com o dinheiro adquirido ilegalmente.		.556
23. Dou por mim a meter-me por atalhos, mesmo quando sei que isso irá interferir422
33. Em liberdade, eu dizia a mim mesmo que precisava de roubar ou assaltar para676
38. Houve alturas na minha vida em que senti que estava acima da lei.		.488
44. Apesar de ter tido sempre consciência que poderia ser apanhado por um crime...		.658
61. Quando estava em liberdade, acreditei que podia usar drogas e não ficar dependente415
73. Houve alturas em que me achei no direito de violar a lei para pagar umas férias, um carro421
74. Raramente prestei atenção às consequências das minhas acções quando estava em liberdade.		.386
76. No início, quando comecei a violar a lei era muito cauteloso, mas à medida que o735
78. Houve alturas em que tinha planos para fazer algo com a minha família e depois697
$\alpha = .855$		
PENSAMENTO CRIMINAL CORRENTE (PCC)		Item Corrigido - Total Correlação
4. Apesar de ter boas intenções, tenho dificuldade em permanecer centrado nos meus348
16. Não ligo aos meus pensamentos e ideias ao ponto de ignorar os problemas232
26. Frequentemente começo uma actividade, um projecto ou um trabalho mas acabo388
35. Quando me perguntam acerca dos meus motivos para me iniciar no crime347
36. Tenho problemas em seguir em frente com as boas intenções iniciais.		.345
40. Tendo a agir impulsivamente quando estou sob <i>stress</i> .		.442
43. Tendo a adiar para amanhã aquilo que deveria ser feito hoje.		.390
51. Tenho dificuldade em avaliar de forma crítica os meus pensamentos, ideias e planos.		.370
62. Facilmente saio do caminho em que estou e, por isso, raramente acabo o que começo.		.535
64. Tenho dificuldade em controlar os meus sentimentos de raiva		.467
68. Mesmo quando estabeleço objectivos, frequentemente não os alcanço porque estou568
70. Quando me sinto frustrado atiro fora os pensamentos racionais com afirmações244
79. Tendo a “empurrar os problemas para o lado” em vez de os enfrentar.		.469
80. Já cometi crimes ou actos irresponsáveis (como consumir drogas), usando para isso286
$\alpha = .768$		

► Escala Especial Medo de Mudança

No instrumento original, o autor encontra uma escala especial que denomina de *Medo de Mudança*. Na nossa amostra, utilizando os mesmos itens, e recorrendo à análise factorial dos componentes principais com rotação varimax dos itens, encontramos também uma escala, cuja consistência interna, *Alfa de Cronbach*, se cifrou em .703 (cf. Quadro 12).

Quadro 11 – Análise dos Componentes Principais
Matriz de Componentes

Itens	Componente
	1
item 3	,504
item 7	,438
item 21	,581
item 42	,546
item 46	,542
item 48	,644
item 55	,642
item 69	,670

Método de Extração: Análise dos componentes principais
a extraído 1 componente

Quadro 12 - Itens que compõem a Escala de Medo de Mudança

MEDO DA MUDANÇA (EEMM)	Item Corrigido - Total Correlação
3. Mudar pode ser assustador.	.330
7. É perturbador não saber o que o futuro nos reserva.	.291
21. Novas situações e desafios põem-me nervoso.	.403
42. Muitas vezes, não tentei certas coisas por medo de falhar.	.388
46. É-me difícil comprometer-me com alguma coisa da qual não tenho a certeza, porque fico com medo.	.367
48. Não há nada mais assustador do que a mudança.	.451
55. O medo da mudança fez com fosse difícil, para mim, ser bem sucedido na vida.	.447
59. Houve alturas em que tentei mudar, mas, por medo, fui incapaz de o fazer.	.490
$\alpha = .703$	

8.1.5. Validade:

►Dois Factores:

Quanto ao número de factores, tal como já referimos anteriormente, não existe grande concordância entre diferentes autores. Walters (2001) encontrou quatro factores no IPEPC, enquanto outros autores, nas suas amostras, através da análise estatística, não conseguem encontrar os mesmos quatro factores, aparecendo num estudo um factor (Egan et al., 2000) ou dois factores (Egan et al., 2000; Palmer & Hollin, 2004).

Desta forma, efectuou-se uma análise factorial dos componentes principais, dos itens referidos pelo autor como fazendo parte dos quatro factores⁴, sobre os resultados obtidos junto da amostra total de sujeitos (n = 206).

A distribuição dos factores obtida privilegia uma estrutura bidimensional em que o primeiro factor é responsável por cerca de 16,77 % da variância explicada (cf. Quadro 13) e onde todos os itens saturam positivamente quase sempre com valores elevados (cf. Quadro 14). O segundo factor surge a uma distância de 9 pontos percentuais.

Esta distribuição factorial vai no sentido da encontrada por Egan e colaboradores (2000) e de Palmer e Hollin (2004), sendo que os factores encontrados foram denominados de *Locus Controlo Externo/Auto-conceito Grandioso* e *Baixa Autodeterminação/Vulnerabilidade Psicopatológica*. Por sua vez, dois itens, o 56 e o 66, pertencentes ao factor original Negação Ofensas, por terem valores de Alfa de Cronbach baixos, relativamente a qualquer um dos factores, foram retirados.

⁴ Relembrando, segundo Walters (1998) a distribuição dos itens pelos 4 factores fazia-se da seguinte maneira:

Evitamento de Problemas – 4, 6, 26, 30, 36, 43, 51, 62, 68, 79;
Hostilidade Interpessoal – 12, 27, 28, 37, 41, 45, 49, 52, 57, 60;
Auto-afirmação – 13, 14, 31, 33, 35, 38, 44, 73, 76, 78;
Negação Ofensas – 5, 17, 22, 25, 29, 56, 63, 65, 66, 77.

Quadro 13 – *Eigenvalues* e variância explicada

Componentes	<i>Eigenvalues Iniciais</i>		
	Total	% de Variância	% acumulada
1	6,707	16,767	16,767
2	3,055	7,637	24,404
3	2,282	5,704	30,108
4	1,761	4,401	34,509
5	1,610	4,025	38,534
6	1,494	3,736	42,270
7	1,356	3,389	45,659
8	1,309	3,273	48,932
9	1,260	3,150	52,082
10	1,180	2,950	55,031
11	1,162	2,905	57,936
12	1,051	2,627	60,563
13	1,003	2,507	63,071
14	,971	2,426	65,497
15	,936	2,340	67,837
16	,920	2,299	70,136
17	,838	2,095	72,231
18	,792	1,979	74,210
19	,775	1,937	76,148
20	,751	1,877	78,025
21	,686	1,715	79,740
22	,666	1,664	81,405
23	,610	1,526	82,930
24	,595	1,487	84,417
25	,576	1,439	85,856
26	,560	1,399	87,256
27	,530	1,324	88,580
28	,514	1,284	89,864
29	,481	1,201	91,066
30	,463	1,158	92,223
31	,452	1,129	93,352
32	,395	,988	94,340
33	,384	,960	95,300
34	,355	,888	96,188
35	,325	,813	97,001
36	,303	,757	97,757
37	,264	,659	98,417
38	,231	,579	98,995
39	,229	,572	99,567
40	,173	,433	100,000

Método de Extração: Análise dos componentes principais

Quadro 14 – Análise dos componentes principais
Matriz de Componentes

Itens	Componentes	
	1	2
item 4	,376	,326
item 5	,286	4,76E-005
item 6	,547	-,051
item 12	,298	,176
item 13	,598	,042
item 14	,051	,304
item 17	,283	,095
item 22	,224	,207
item 25	,550	-,017
item 26	,119	,454
item 27	,192	,308
item 28	-,263	,327
item 29	,276	,154
item 30	-,044	,535
item 31	,581	,220
item 33	,722	-,003
item 35	,411	,361
item 36	-,020	,512
item 37	,345	,254
item 38	,573	,033
item 41	,230	,409
item 43	,091	,429
item 44	,719	,095
item 45	,502	,063
item 49	,285	,123
item 51	,037	,453
item 52	,015	,491
item 57	,331	,192
item 60	,141	,356
item 62	,241	,575
item 63	,367	,100
item 65	-,095	,399
item 68	,155	,642
item 73	,495	,086
item 76	,755	,028
item 77	,517	-,078
item 78	,740	-,071
item 79	,235	,521

Método de Extração: Análise dos componentes principais
Método de Rotação: *Varimax* com Normalização *Kaiser*
a Rotação converge em 3 iterações.

Quadro 15 - Itens que compõem os Factores

LOCUS CONTROLO EXTERNO/AUTO-CONCEITO GRANDIOSO (LCEAG)	Item Corrigido - Total Correlação
4. Apesar de ter boas intenções, tenho dificuldade em permanecer centrado349
5. Se me esforçar o suficiente, não há nada que eu não consiga fazer.	.275
6. Quando pressionado pelos problemas da vida, tenho dito “Que se lixe!” e435
12. Da maneira como vejo as coisas, já paguei as minhas contas, e por isso justifiquei aquilo que fiz	.348
13. Quanto mais me envolvia no crime, mais pensava que não havia maneira de a polícia516
17. É injusto que eu tenha sido preso pelos meus crimes quando há banqueiros, juizes e políticos312
22. Mesmo quando era apanhado por um crime, achava que não havia maneira de me253
25. Apesar da “vida criminal” que tenho levado, no fundo sou basicamente uma boa pessoa.	.481
29. Já disse para comigo, mais que uma vez, que se não fossem outros a acusar-me nunca306
31. Já usei álcool ou drogas para eliminar o medo ou o nervosismo antes de cometer um crime.	.497
33. Em liberdade, eu dizia a mim mesmo que precisava de roubar ou assaltar para poder571
35. Quando me perguntam acerca dos meus motivos para me iniciar no crime, justifico395
37. Já dei por mim a ser carinhoso com animais ou crianças para me sentir melhor depois344
38. Houve alturas na minha vida em que senti que estava acima da lei.	.488
44. Apesar de ter tido sempre consciência que poderia ser apanhado por um crime, dizia633
45. Justifiquei o facto de vender drogas, roubar ou assaltar, dizendo a mim mesmo que se428
49. Não admito que me digam o que devo fazer, e se tentarem, eu responderei com ameaças278
57. Ainda dou por mim a dizer: “Nem pensar em ter um trabalho regular, vou é sacar algum...”	.301
63. Se houver um atalho ou um caminho mais fácil para contornar um problema, eu descubro-o.	.348
73. Houve alturas em que me achei no direito de violar a lei para pagar umas férias, um carro405
76. No início, quando comecei a violar a lei era muito cauteloso, mas à medida que o tempo passava628
77. Agora, ao olhar para trás, vejo que era uma pessoa bastante boa, mesmo estando envolvido421
78. Houve alturas em que tinha planos para fazer algo com a minha família e depois cancelei-os592
$\alpha = .856$	

Quadro 15 - Itens que compõem os Factores (continuação)

BAIXA AUTODETERMINAÇÃO/VULNERABILIDADE PSICOPATOLOGICA (BAVP)	Item Corrigido - Total Correlação
14. Acredito que violar a lei não tem muita importância desde que não se cause sofrimento193
26. Frequentemente começo uma actividade, um projecto ou um trabalho mas acabo por308
27. Regularmente ouço vozes e tenho visões que os outros não ouvem nem vêem.	.292
28. No fim de contas, a sociedade tem uma dívida para comigo.	.185
30. Quando devia actuar, tenho tendência a deixar as coisas correr, porque acho que irão acabar369
36. Tenho problemas em seguir em frente com as boas intenções iniciais.	.351
41. Não há nenhuma razão pela qual devo mostrar-me desamparado em frente de amigos325
43. Tendo a adiar para amanhã aquilo que deveria ser feito hoje.	.308
51. Tenho dificuldade em avaliar de forma crítica os meus pensamentos, ideias e planos.	.319
52. Ninguém no passado ou no futuro fará melhor que eu, porque sou mais forte, mais357
60. Sinto, por vezes, cheiros estranhos para os quais não há explicação.	.276
62. Facilmente saio do caminho em que estou e, por isso, raramente acabo o que começo.	.465
65. Acredito que sou uma pessoa especial e que a minha situação merece uma consideração especial.	.270
68. Mesmo quando estabeleço objectivos, frequentemente não os alcanço porque estou510
79. Tendo a “empurrar os problemas para o lado” em vez de os enfrentar.	.404
$\alpha = .722$	

8.1.6. Conclusão

A versão portuguesa do IPEPC revelou bom índice de fidedignidade e os resultados da análise factorial são compatíveis com a noção de que a escala mede o que se propõe medir de uma forma bastante uniforme.

Tal como já foi referido anteriormente, as escalas de validade propostas por Walters, não revelaram ter qualquer efeito neste estudo, não demonstraram propriedades psicométricas, ou seja os resultados obtidos revelaram que não existia consistência interna nos itens.

Os resultados demonstram não serem semelhantes aos obtidos nos diferentes estudos efectuados por Walters. Revelaram-se diferentes na medida que, ao nível dos estilos de pensamento criminal, o autor propõem oito estilos de pensamento criminal, e os resultados obtidos revelam a existência de três estilos de pensamento criminal: Atitudes/crenças e traços anti-sociais; Competências pessoais/interpessoais e estilos de coping; Insight/locus de controlo.

Por sua vez, também ao nível da distribuição factorial, os resultados deste estudo não se assemelham aos obtidos pelo autor, uma vez que o autor propõe quatro factores, e neste estudo só foram encontrados dois que medem, respectivamente, o Locus de Controlo Externo/Auto-conceito Grandioso (LCEAG) e Baixa Auto-determinação/vulnerabilidade Psicopatológica (BAVP) nos indivíduos. O facto de a grande maioria dos itens ter um forte grau de saturação nos dois factores encontrados revela o carácter bidimensional da escala.

No que concerne às escalas de conteúdo, os resultados são muito semelhantes aos propostos pelo autor, ou seja a existência de duas escalas de conteúdo, História de pensamento criminal e Pensamento criminal corrente e só a sua composição em termos de itens, difere ligeiramente da proposta pelo autor.

Por último, verificou-se a existência de uma escala especial de Medo de mudança, cujos resultados são também muito semelhantes aos propostos pelo autor.

Os resultados do autor não foram replicados neste estudo, uma vez que não se chegou à mesma estrutura/composição do IPEPC. As escalas de Validade não são consideradas na versão portuguesa e os estilos de pensamento que foram encontrados são três e não os oito propostos pelo autor. Também ao nível dos factores, encontramos apenas dois e não os quatro que o autor indica. Ao nível das escalas de conteúdo, a versão portuguesa já se aproxima da versão de Walters com pequenas permutas de itens entre as duas escalas, o mesmo se verifica na escala especial medo de mudança.

8.2. Resultados das Hipóteses

Os resultados que em seguida irão ser apresentados reportam-se a análises estatísticas executadas, atendendo não só às hipóteses enunciadas com objectivos de estudo concretos, como também a análise exploratória dos dados. A análise, exploração e reflexão dos dados será efectuada em momento posterior deste estudo, no capítulo da

discussão dos resultados.

Apresentar-se-ão inicialmente os resultados obtidos na amostra de 206 indivíduos reclusos nos Estabelecimentos Prisionais Portugueses, no instrumento de avaliação IPEPC.

Quadro 16 – Resultados IPEPC

IPEPC	Média	D.P.	Mínimo	Máximo
Total	160,15	24,98	109	263
ACTA	51,79	15,05	26	93
CPIEC	31,74	8,83	19	72
ILC	35,95	8	19	61
LCEAG	46,51	12,94	25	87
BAVP	26,34	6,33	17	56
PCC	23,75	7,02	14	53
HPC	19,95	8,53	11	43
EEMM	16,49	5,12	8	32

Legenda:

ACTA - Atitudes/ Crenças e Traços Anti-sociais; CPIEC - Competências Pessoais/Interpessoais e Estilos De *Coping*; ILC - Insight/Locus Controlo; LCEAG - Locus Controlo Externo/Auto-conceito Grandioso; BAVP - Baixa Autodeterminação e Vulnerabilidade Psicopatológica; PCC – Pensamento Criminal Corrente; HPC – História Pensamento Criminal; EEMM – Escala Especial Medo Da Mudança

Relativamente aos dados obtidos, e comparando os agressores sexuais com outros ofensores, podemos verificar que estes últimos apresentam, na generalidade, valores mais elevados em todas os resultados do IPEPC. A exceção verifica-se no factor Baixa Autodeterminação e Vulnerabilidade Psicopatológica, na escala de conteúdo Pensamento Criminal Corrente e na Escala Especial Medo de Mudança. No entanto apenas se encontraram diferenças estatisticamente significativas na escala História de Pensamento Criminal, sendo que os ofensores não sexuais, apresentam valores mais elevados. Demonstra-se ainda o seu poder discriminante ao diferenciar claramente os *scores* médios de grupos contrastantes (cf., quadro 17).

Quadro 17 – Médias de resultados do IPEPC em dois grupos

Amostra

IPEPC	Ofensores Sexuais (N= 145)		Outros Ofensores (N= 61)		<i>t</i>
	Média	D.P.	Média	D.P.	
Total	157,63	24,74	166,15	24,72	,933
ACTA	47,21	13,35	62,67	13,23	,764
CPIEC	31,65	8,99	31,97	8,49	,480
ILC	36,46	8,08	34,72	7,73	,937
LCEAG	43,74	12,12	53,10	12,53	,511
BAVP	26,50	6,49	25,95	5,96	,363
PCC	23,75	7,25	23,74	6,48	,262
HPC	17,28	7,03	26,30	8,46	,024*
EEMM	16,77	5,10	15,82	5,15	,911

Legenda:

ACTA - Atitudes/ Crenças e Traços Anti-sociais; CPIEC - Competências Pessoais/Interpessoais e Estilos De *Coping*; ILC - Insight/Locus Controlo; LCEAG - Locus Controlo Externo/Auto-conceito Grandioso; BAVP - Baixa Autodeterminação e Vulnerabilidade Psicopatológica; PCC – Pensamento Criminal Corrente; HPC – História Pensamento Criminal; EEMM – Escala Especial Medo Da Mudança

8.2.1 Ofensores Sexuais Vs Outros Ofensores

Para proceder ao estudo da hipótese, relativa à existência de características específicas nos ofensores sexuais comparativamente a outros agressores, quanto ao Estilo de Pensamento Criminal, efectuamos a análise exploratória, dos dados teste *Kruskal-Wallis*, atendendo aos valores das várias escalas e factores do IPEPC, relativamente ao tipo de crime sexual ou não, cometido pelos indivíduos. Apresentamos em seguida o Quadro 18 referente às médias obtidas no total do IPEPC consoante o tipo de crime.

Quadro 18 - Médias do Total do IPEPC por tipo de Crime

IPEPC	Crime Sexual N=80 Média (D.P.)	Outro Crime N=61 Média (D.P.)	Crime Sexual e Outro Crime N=65 Média (D.P.)
Total	153,64(19,68)	166,15(24,72)	162,54(29,23)

Procedeu-se à análise exploratória dos dados que revelou não estarem cumpridos os pressupostos subjacentes à utilização de testes paramétricos, pelo que se recorreu a testes não paramétricos para a análise do efeito do total obtido no IPEPC e o tipo de crime cometido pelos indivíduos.

A leitura dos resultados do teste *Kruskal-Wallis*, permitiu observar que existe um efeito significativo do tipo de crime cometido nos resultados obtidos no total do IPEPC ($p < .012$). Em seguida elaborou-se os respectivos testes de *Mann-Whitney*, mas procedeu-se à correcção de Bonferroni, passando o ponto de corte para que os resultados sejam significativos a situar-se em 0.017. Os resultados são possíveis de observar no Quadro 18, verificando-se que as médias dos indivíduos que cometeram outros crimes, não sexuais, são superiores aos dos restantes ofensores, seguindo-se os ofensores que cometeram ofensas sexuais e outros crimes e, por último os agressores sexuais. Os resultados das análises estatísticas encontram-se no Quadro 19, verificando-se diferenças significativas entre os indivíduos que cometeram crime sexual e os que cometeram outro tipo de crime.

Quadro 19 - Testes de Mann-Whitney para o efeito do tipo de crime cometido e o Total do IPEPC

IPEPC	Crime Sexual – Outro Crime	Crime Sexual - Crime Sexual e Outro Crime	Crime sexual e outro crime – Outro Crime
Total	-3,06*	-1,58	-1,05

* $p < .017$

➤ **Estilo Pensamento *Atitudes/Crenças e Traços Anti-sociais***

Procedeu-se de igual forma, considerando a escala Estilo de Pensamento *Atitudes/ Crenças e Traços Anti-sociais*, tendo a análise exploratória dos dados também revelado não estarem cumpridos os pressupostos subjacentes à utilização de testes paramétricos. Apresenta-se no quadro em seguida as médias do Estilo de Pensamento *Atitudes/ Crenças e Traços Anti-sociais* por tipo de crime.

Quadro 20 - Médias do Total da Escala do Estilo de Pensamento *Atitudes/ Crenças e Traços Anti-sociais* por Tipo de Crime Cometido

	Crime Sexual N=80 Média (D.P.)	Outro Crime N=61 Média (D.P.)	Crime Sexual e Outro Crime N=65 Média (D.P.)
IPEPC			
ACTA	42,70(8,54)	62,67(13,23)	52,77(15,94)

Legenda:

ACTA - Atitudes/ Crenças e Traços Anti-sociais;

Procedeu-se em seguida a testes não paramétricos para a análise do efeito do total obtido na Escala do Estilo de Pensamento *Atitudes/ Crenças e Traços Anti-sociais* e o tipo de crime cometido pelos indivíduos. A leitura dos resultados do teste *Kruskal-Wallis*, permitiu observar que existe um efeito altamente significativo do tipo de crime cometido nos resultados obtidos neste estilo de pensamento ($p < .000$). Posteriormente executou-se os correspondentes testes de *Mann-Whitney*, mas procedeu-se à correção de Bonferroni, passando o ponto de corte, para que os resultados sejam significativos, a situar-se em 0.017.

Quadro 21 - Testes de Mann-Whitney para o efeito do Tipo de Crime Cometido e o Escala do Estilo de Pensamento *Atitudes/ Crenças e Traços Anti-sociais*

	Crime Sexual – Outro Crime	Crime Sexual - Crime Sexual e Outro Crime	Crime sexual e outro crime – Outro Crime
IPEPC			
ACTA	-8,16**	-3,69**	-3,60**

* $p < .017$ ** $p < .01$

Legenda: ACTA - Atitudes/ Crenças e Traços Anti-sociais;

Os resultados são possíveis de observar no Quadro 20, verificando-se que as médias dos indivíduos que cometeram outros crimes, não sexuais, são superiores aos dos restantes ofensores, seguindo-se os ofensores que cometeram ofensas sexuais e outros crimes e, por último os agressores sexuais. Os resultados relativos ao efeito do Tipo de Crime Cometido e o Escala do Estilo de Pensamento *Atitudes/ Crenças e Traços Anti-sociais*, apostos no Quadro 21, mostram diferenças entre os indivíduos que cometeram crime sexual e os que cometeram outro tipo de crime, bem como entre os indivíduos que cometerem crime sexual e aqueles que cometeram crime sexual e outro crime, e também entre os indivíduos que cometeram crime sexual e outro crime e os que cometeram outros crimes que não os sexuais.

► **Estilo Pensamento *Competências Pessoais/Interpessoais e Estilos de Coping***

Tal como efectuado para a análise dos resultados relativos ao Estilo de Pensamento Criminal *Atitudes/ Crenças e Traços Anti-sociais*, realizou-se análise exploratória dos dados para o Estilo de Pensamento Criminal *Competências Pessoais/Interpessoais e Estilos De Coping* que por sua vez, também revelou não estarem cumpridos os pressupostos subjacentes à utilização de testes paramétricos. Ilustra-se no Quadro 22 as médias obtidas por tipo de crime. Os resultados revelam que as médias neste estilo de pensamento, atendendo ao tipo de crime cometido são muito semelhantes.

Quadro 22 - Médias do Total da Escala do Estilo de Pensamento *Competências Pessoais/Interpessoais e Estilos De Coping* por Tipo de Crime Cometido

IPEPC	Crime Sexual N=80 Média (D.P.)	Outro Crime N=61 Média (D.P.)	Crime Sexual e Outro Crime N=65 Média (D.P.)
CPIEC	31,41(8,61)	31,97(8,49)	31,94(9,50)

Legenda:

CPIEC - *Competências Pessoais/Interpessoais e Estilos De Coping*;

Em seguida, recorreu-se à utilização de testes não paramétricos para a análise do

efeito do total obtido na Escala do Estilo de Pensamento *Competências Pessoais/Interpessoais e Estilos De Coping* e o tipo de crime cometido pelos indivíduos. A leitura dos resultados do teste *Kruskal-Wallis*, permitiu observar que não existe um efeito significativo do tipo de crime cometido nos resultados obtidos no total da escala do Estilo de Pensamento *Competências Pessoais/Interpessoais e Estilos De Coping* ($p=.91$).

►Estilo Pensamento *Insight/Locus Controlo*

Foi utilizado o mesmo procedimento para o Estilo de Pensamento *Insight/Locus Controlo* e a análise exploratória dos dados efectuada, que revelou não estarem cumpridos os pressupostos subjacentes à utilização de testes paramétricos. Os resultados relativos às médias encontram-se no Quadro 23, verificando-se que os indivíduos que apresentam médias mais altas são os que cometeram crime sexual e outro crime, seguidos dos ofensores sexuais e por último os que cometeram outro crime.

Quadro 23 - Médias do Total da Escala do Estilo de Pensamento *Insight/Locus Controlo* por Tipo de Crime Cometido

IPEPC	Crime Sexual N=80 Média (D.P.)	Outro Crime N=61 Média (D.P.)	Crime Sexual e Outro Crime N=65 Média (D.P.)
ILC	35,56(6,56)	34,72(7,73)	37,57(9,55)

Legenda: ILC - *Insight/Locus Controlo*;

Posteriormente, utilizou-se testes não paramétricos para a análise do efeito do total obtido na Escala do Estilo de Pensamento *Insight/Locus Controlo* e o tipo de crime cometido pelos indivíduos. A leitura dos resultados do teste *Kruskal-Wallis*, permitiu observar que não existe um efeito significativo do tipo de crime cometido nos resultados obtidos no total da escala do Estilo de Pensamento *Insight/Locus Controlo* ($p=.19$).

➤ **Factor Locus Controlo Externo/Auto-conceito Grandioso**

Através da mesma forma de proceder, realizou-se a análise exploratória dos dados atendendo ao Factor *Locus Controlo Externo/Auto-conceito Grandioso* do IPEPC e os resultados revelaram não estarem cumpridos os pressupostos subjacentes à utilização de testes paramétricos. No Quadro 24 podem-se observar as médias por tipo de crime, verificando-se que são os indivíduos que cometeram outro crime os que apresentam valores mais elevados, seguindo-se os que cometeram crime sexual e outro crime. Os ofensores sexuais são os que apresentam valor médio mais baixo.

Quadro 24 - Médias do Total da Escala do Factor *Locus Controlo Externo/Auto-conceito Grandioso* por Tipo de Crime Cometido

IPEPC	Crime Sexual N=80 Média (D.P.)	Outro Crime N=61 Média (D.P.)	Crime Sexual e Outro Crime N=65 Média (D.P.)
LCEAG	40,04(8,18)	53,10 (12,53)	48,29(14,47)

Legenda:

LCEAG - Locus Controlo Externo/Auto-conceito Grandioso;

Em seguida, utilizando testes não paramétricos, realizou-se a análise do efeito do total obtido no Factor *Locus Controlo Externo/Auto-conceito Grandioso* e o tipo de crime cometido pelos indivíduos. A leitura dos resultados do teste *Kruskal-Wallis*, permitiu observar que existe um efeito significativo do tipo de crime cometido nos resultados obtidos no Factor *Locus Controlo Externo/Auto-conceito Grandioso* do IPEPC ($p < .000$). Posteriormente executou-se os correspondentes testes de *Mann-Whitney*, mas procedeu-se à correcção de Bonferroni, passando o ponto de corte, para que os resultados sejam significativos, a situar-se em 0.017. Os resultados são possíveis de observar no Quadro 25, mostrando que a diferença existente se verifica entre os indivíduos que cometeram crime sexual e os que cometeram outro tipo de crime, bem como entre os que cometerem um crime sexual e os que cometerem crime sexual e outro tipo de crime.

Quadro 25 - Testes de Mann-Whitney para o efeito do Tipo de Crime Cometido e o *Factor Locus Controlo Externo/Auto-conceito Grandioso*

IPEPC \	Crime Sexual – Outro Crime	Crime Sexual - Crime Sexual e Outro Crime	Crime sexual e outro crime – Outro Crime
LCEAG	-6,13**	-3,28**	-2,11

* p < .017 **p<.01

Legenda:

LCEAG - Locus Controlo Externo/Auto-conceito Grandioso;

Os resultados demonstram a diferença existente ao nível dos valores obtidos no *Factor Locus Controlo Externo/Auto-conceito Grandioso* do IPEPC, sendo que os indivíduos que cometeram crime sexual têm valores médios menores que os restantes grupos de ofensores.

➤ **Factor Baixa Autodeterminação e Vulnerabilidade Psicopatológica**

Para o *Factor Baixa Autodeterminação e Vulnerabilidade Psicopatológica* do IPEPC, procedeu-se à análise exploratória dos dados que veio a revelar não estarem cumpridos os pressupostos subjacentes à utilização de testes paramétricos. Apresentam-se os valores médios obtidos, por tipo de crime no Quadro 26.

Quadro 26 - Médias do Total da Escala do *Factor Baixa Autodeterminação e Vulnerabilidade Psicopatológica* por Tipo de Crime Cometido

IPEPC \	Crime Sexual N=80 Média (D.P.)	Outro Crime N=61 Média (D.P.)	Crime Sexual e Outro Crime N=65 Média (D.P.)
BAVP	26,63(5,99)	25,95 (5,96)	26,35(7,09)

Legenda:

BAVP - Baixa Autodeterminação e Vulnerabilidade Psicopatológica;

Posteriormente realizou-se o tratamento estatístico com recurso a testes não

paramétricos para a análise do efeito do total obtido no Factor *Baixa Autodeterminação e Vulnerabilidade Psicopatológica* e o tipo de crime cometido pelos indivíduos. A leitura dos resultados do teste *Kruskal-Wallis*, permite verificar que não existe um efeito significativo do tipo de crime cometido nos resultados obtidos no Factor *Baixa Autodeterminação e Vulnerabilidade Psicopatológica* ($p=.65$). No entanto, apesar de as diferenças não serem significativas, são os agressores sexuais que têm média mais elevada, seguindo-se os agressores sexuais que cometeram também outro crime e, por último os que cometeram outros crimes.

► Escala Conteúdo *Pensamento Criminal Corrente*

Quanto à análise exploratória do efeito da Escala de Conteúdo *Pensamento Criminal Corrente* revelou não estarem cumpridos os pressupostos subjacentes à utilização de testes paramétricos.

Quadro 27 - Médias do Total da Escala de Conteúdo *Pensamento Criminal Corrente* por Tipo de Crime Cometido

IPEPC	Crime Sexual N=80 Média (D.P.)	Outro Crime N=61 Média (D.P.)	Crime Sexual e Outro Crime N=65 Média (D.P.)
PCC	23,24(6,81)	23,74(6,48)	24,38(7,78)

Legenda:

PCC – Pensamento Criminal Corrente;

Com recurso a testes não paramétricos, teste *Kruskal-Wallis*, efectuou-se a análise do efeito do total da escala de conteúdo *Pensamento Criminal Corrente* e o tipo de crime cometido pelos indivíduos. Verificou-se, pela leitura dos resultados, que não se verifica um efeito significativo do tipo de crime cometido nos resultados obtidos no total da escala de conteúdo *Pensamento Criminal Corrente* ($p=.67$). Da análise do Quadro 27, apesar de não existirem diferenças significativas, verifica-se que são os indivíduos que cometeram crime sexual e outro crime que apresentam valores mais

elevados.

► Escala Conteúdo *História Pensamento Criminal*

Atendendo à Escala de Conteúdo *História Pensamento Criminal*, também foi efectuada a análise exploratória dos dados que demonstrou não estarem cumpridos os pressupostos subjacentes à utilização de testes paramétricos.

Quadro 28 - Médias do Total da Escala de Conteúdo *História Pensamento Criminal* por Tipo de Crime Cometido

IPEPC	Crime Sexual N=80 Média (D.P.)	Outro Crime N=61 Média (D.P.)	Crime Sexual e Outro Crime N=65 Média (D.P.)
HPC	14,78(3,74)	26,30(8,46)	20,35(8,75)

Legenda:

HPC – História Pensamento Criminal;

Efectuaram-se testes não paramétricos para a análise do efeito do total obtido na Escala de Conteúdo *História Pensamento Criminal* e o tipo de crime cometido pelos indivíduos (cf. Quadro 28). A leitura dos resultados do teste *Kruskal-Wallis*, permitiu observar que existe um efeito significativo do tipo de crime cometido nos resultados obtidos na Escala de Conteúdo *História Pensamento Criminal*, revelando $p < .000$. Posteriormente executou-se os correspondentes testes de *Mann-Whitney*, mas procedeu-se à correcção de Bonferroni, passando o ponto de corte, para que os resultados sejam significativos, a situar-se em 0.017.

Os resultados são possíveis de observar no Quadro 29, demonstrando que a diferença existente se verifica entre os indivíduos que cometeram crime sexual e os que cometeram outro tipo de crimes, bem como entre os que cometeram crime sexual e os que cometeram crimes sexuais e outros crimes associados, e também entre os que cometeram crimes sexual e outro crime relativamente aos que cometeram outro crime.

Quadro 29 - Testes de Mann-Whitney para o efeito do Tipo de Crime Cometido e a Escala Conteúdo *História Pensamento Criminal*

IPEPC \	Crime Sexual – Outro Crime	Crime Sexual - Crime Sexual e Outro Crime	Crime sexual e outro crime – Outro Crime
HPC	-7,98**	-3,45**	-3,79**

* p < .017 **p<.01

Legenda:

HPC – História Pensamento Criminal;

Os resultados demonstram uma diferença estatística significativa dos valores obtidos para esta escala de conteúdo, revelando que são os ofensores sexuais que apresentam valores mais baixos.

➤ **Escala Especial Medo da Mudança**

Por último, efectuou-se a análise exploratória dos dados relativamente à *Escala Especial do Medo de Mudança*. Os resultados revelaram não estarem cumpridos os pressupostos subjacentes à utilização de testes paramétricos.

Quadro 30 - Médias do Total da Escala Especial Medo Mudança por Tipo de Crime Cometido

IPEPC \	Crime Sexual N=80 Média (D.P.)	Outro Crime N=61 Média (D.P.)	Crime Sexual e Outro Crime N=65 Média (D.P.)
EEMM	16,99(5,26)	15,82(5,15)	16,51(4,93)

Legenda:

EEMM – Escala Especial Medo Da Mudança

Realizou-se o tratamento estatístico com recurso a testes não paramétricos para a análise do efeito do total obtido na Escala Especial de Medo da Mudança e o tipo de crime cometido pelos indivíduos. A leitura dos resultados do teste *Kruskal-Wallis*, permitiu concluir que não existe um efeito significativo do tipo de crime cometido nos

resultados obtidos na Escala Especial do Medo de Mudança ($p=.38$).

Em *resumo*, atendendo ao estudo desta hipótese, relativa à existência de características específicas nos ofensores sexuais comparativamente a outros agressores, quanto ao Estilo de pensamento criminal, verificou-se a existência de diferenças entre os indivíduos que cometeram ofensas sexuais e os que cometerem outro tipo de ofensas, no que concerne ao total do IPEPC, sendo que os que cometeram crime sexual são os que pontuam mais baixo, de forma significativa.

Ao nível dos estilos de pensamento criminal, verificou-se que no que concerne ao estilo de pensamento Atitudes/Crenças e traços de anti-sociais, as diferenças encontradas são entre os indivíduos que cometeram ofensas sexuais e os que cometerem outro tipo de ofensas, apresentando os agressores sexuais valores mais baixos.

Relativamente aos factores, concretamente ao Locus de controlo externo/Auto-conceito grandioso verificaram-se também diferenças entre os indivíduos que cometeram ofensas sexuais, com valores mais baixos, e os que cometerem outro tipo de ofensas.

Nas escalas de conteúdo, verificou-se a existência de diferenças significativas entre os ofensores que cometeram unicamente ofensas sexuais, que apresentam valores mais baixos, e os restantes tipos de ofensores.

Não se verificaram diferenças significativas entre os diferentes tipos de agressores no que concerne aos estilos de pensamento Competências Pessoais/Interpessoais e Estilos de Coping e Insight/Locus de Controlo, nem no factor Baixa Autodeterminação e Vulnerabilidade Psicopatológica, nem na escala de conteúdo Pensamento Criminal Corrente, nem na Escala Especial Medo da Mudança.

8.2.2 IPEPC Vs Outras Variáveis

Relativamente à hipótese sobre a existência de correlação entre o Estilo Pensamento Criminal e Idade, Escolaridade, Estado Civil, Antecedentes Criminais, Punições Institucionais, Psicopatia, o Estilo de Vida Criminal e dimensões da Agressividade, efectuamos análises estatísticas que apresentamos em seguida.

► IPEPC e IDADE

A análise exploratória dos dados considerou os valores do IPEPC face à Idade, sendo que esta variável foi constituída em intervalos considerando a média e o desvio-padrão. Como não estavam cumpridos os pressupostos subjacentes à utilização de testes paramétricos, recorreu-se a testes não paramétricos para a análise do efeito do total obtido nos diferentes resultados obtidos relativos ao IPEPC e a IDADE.

No entanto, pelo facto de existir concordância entre os resultados obtidos com os testes paramétricos e os não paramétricos, apresentam-se os primeiros no Quadro 31.

Quadro 31 - Médias do IPEPC e Idade

IDADE \ IPEPC	A	B	C	D	<i>post hoc</i>	F	P
	≤ 30 anos N=52 Média (DP)	31 - 40 anos N=69 Média (DP)	41 - 50 anos N=43 Média (DP)	≥ 51 anos N=42 Média (DP)			
Total	172,27 (27,09)	159,84 (25,02)	153,58 (20,72)	152,38 (20,87)	A>B,C,D	6,994	.000**
ACTA	62,13 (14,07)	53,45 (14,20)	46,28 (12,04)	41,90 (11,45)	A>B,C,D e B>D	21,318	.000**
CPIEC	34,90 (10,43)	31,57 (8,40)	30,07 (7,20)	29,83 (8,05)	A>D	3,529	.016
ILC	37,73 (8,63)	34,26 (7,52)	36,49 (7,70)	35,95 (7,97)	---	1,979	.118
LCEAG	55,21 (12,71)	46,67 (11,80)	42,42 (10,49)	39,67 (11,43)	A>B,C,D e B>D	16,112	.000**
BAVP	27,56 (7,63)	26,04 (6,16)	25,44 (4,94)	26,24 (6,06)	---	.985	.401
PCC	26,83 (7,93)	23,59 (6,74)	21,93 (5,80)	22,05 (6,29)	A>C,D	5,468	.001*
HPC	25,29 (8,42)	21,14 (8,70)	16,49 (6,17)	14,90 (5,81)	A>B,C,D e B>C,D	18,146	.000**
EEMM	16,52 (5,99)	16,61 (4,45)	15,86 (4,79)	16,90 (5,44)	---	.318	.812

* p < .01 **p<.00

Legenda: ACTA - Atitudes/ Crenças e Traços Anti-sociais; CPIEC - Competências Pessoais/Interpessoais e Estilos De Coping; ILC - Insight/Locus Controlo; LCEAG - Locus Controlo Externo/Auto-conceito Grandioso; BAVP - Baixa Autodeterminação e Vulnerabilidade Psicopatológica; PCC – Pensamento Criminal Corrente; HPC – História Pensamento Criminal; EEMM – Escala Especial Medo Da Mudança

Assim, mediante as análises estatísticas efectuadas, ANOVA, pode-se inferir dos resultados, que existe um efeito da variável IDADE nos resultados obtidos nas diferentes escalas e factores do IPEPC, esse efeito é significativo ao nível do Total do IPEPC, nos Estilos *Atitudes/Crenças e Traços Anti-sociais e Competências Pessoais/Interpessoais e Estilos De Coping*, no Factor *Locus Controlo Externo/Auto-conceito Grandioso* e nas Escalas de Conteúdo (*PCC e HPC*).

Os indivíduos com idade inferior ou igual a 30 anos têm valores no total do IPEPC mais elevados e que se diferenciam de forma significativa face aos restantes indivíduos. O mesmo se verifica em relação ao Estilo *Atitudes/ Crenças e Traços Anti-sociais*, situação em que também os indivíduos mais novos são os que apresentam valores mais elevados, face aos outros grupos etários. De salientar também a existência de diferenças significativas entre os indivíduos entre os 31 e 40 anos e os com mais de 50, sendo que estes últimos têm os valores mais baixos.

Ao nível do estilo de pensamento *Competências Pessoais/Interpessoais e Estilos De Coping*, verificamos diferenças significativas, novamente entre os indivíduos mais novos, que pontuam mais elevado, e os indivíduos com mais de 50 anos.

Ao nível dos factores, mais concretamente no Factor *Locus Controlo Externo/Auto-conceito Grandioso*, verificamos uma diferença significativa entre os indivíduos que pertencem a uma faixa etária mais nova, que apresentam valores mais elevados que os restantes indivíduos. De salientar também uma diferença significativa do ponto de vista estatístico, nos resultados obtidos pelos indivíduos com idades compreendidas entre os 31 e os 40 anos, que pontuam mais elevado, e os indivíduos com mais de 50 anos, com valores mais baixos.

Ao nível das escalas de conteúdo, verifica-se que na PCC, os indivíduos mais novos, com menos de 30 anos, têm valores mais elevados, que se diferenciam significativamente dos indivíduos com idades compreendidas entre os 41 e os 50 anos e com mais de 50 anos. Quanto à escala HPC, os indivíduos mais novos, pontuam de forma mais elevada, diferenciando-se dos restantes grupos etários. Verifica-se também a existência de uma diferença significativa nos valores entre os grupos dos 31 aos 40 anos, dos 41 aos 50 anos e os com mais de 50 anos, sendo que os que pontuam de forma mais baixa são os indivíduos do grupo etário mais elevado.

► IPEPC e ESCOLARIDADE

Considerando a variável Escolaridade, relativamente aos valores médios obtidos no IPEPC (cf. Quadro 32), procedeu-se à análise exploratória dos dados, que por não estarem cumpridos os pressupostos subjacentes à utilização de testes paramétricos, levou ao recurso a testes não paramétricos para a análise do efeito do total obtido nos diferentes resultados relativos ao IPEPC e a ESCOLARIDADE.

No entanto é de salientar a existência de alguma desproporção na amostra, ao nível das habilitações académicas, uma vez 100 indivíduos possuem escolaridade menor ou igual ao 4º ano, 89 indivíduos têm entre o 4º e o 9º ano e só 16 elementos da amostra têm escolaridade superior ao 9º ano, reflectindo o baixo grau académico da amostra, aliás correspondente com a generalidade da população reclusa portuguesa (cf. www.dgsp.mj.pt).

Quadro 32 - Médias do IPEPC e Escolaridade

Escolaridade \ IPEPC	≤ 4º ano	>4º - 9º ano	>9º ano
	N=100 Média (DP)	N=89 Média (DP)	N=16 Média (DP)
Total	161,74(26,81)	159,51(22,25)	155,69(27,87)
ACTA	51,10(15,10)	52,93(15,32)	50,44(13,88)
CPIEC	31,91(9,84)	31,44(7,78)	32,75(8,15)
ILC	37,28(8,12)	34,96(7,63)	33,31(8,47)
LCEAG	46,18(13,40)	47,35(12,60)	44,25(12,64)
BAVP	26,97(7,25)	25,92(5,25)	25,13(5,54)
PCC	24,15(7,71)	23,34(6,39)	23,75(6,21)
HPC	19,30(8,26)	20,71(8,99)	20,06(7,80)
EEMM	16,81(5,26)	16,30(4,76)	15,81(6,32)

Legenda: ACTA - Atitudes/ Crenças e Traços Anti-sociais; CPIEC - Competências Pessoais/Interpessoais e Estilos De Coping; ILC - Insight/Locus Controlo; LCEAG - Locus Controlo Externo/Auto-conceito Grandioso; BAVP - Baixa Autodeterminação e Vulnerabilidade Psicopatológica; PCC – Pensamento Criminal Corrente; HPC – História Pensamento Criminal; EEMM – Escala Especial Medo Da Mudança

A leitura dos resultados do teste *Kruskal-Wallis* ($p=.87$), permitiu observar que não existe um efeito significativo do nível de escolaridade dos indivíduos nos resultados obtidos em todas as escalas e factores do IPEPC. Assim, pode-se concluir que não existe efeito estatístico significativo da escolaridade dos indivíduos ao nível dos resultados do Estilo de Pensamento Criminal.

► IPEPC e ESTADO CIVIL

Com o objectivo de verificar o efeito do estado civil nas diferentes variáveis do IPEPC (cf. Quadro 33), procedeu-se a tratamento estatístico, considerando essas variáveis. Como a análise exploratória dos dados revelou não estarem cumpridos os pressupostos subjacentes à utilização de testes paramétricos, utilizaram-se testes não paramétricos.

Quadro 33 - Médias do IPEPC e Estado Civil

Estado Civil	Solteiros N=88 Média (DP)	Casados/maritalmente N=58 Média (DP)	Divorciados/separados N=57 Média (DP)
IPEPC			
Total	165,09(23,94)	157,29(27,61)	154,91(22,69)
ACTA	56,38(14,61)	47,50(16,58)	49,37(12,36)
CPIEC	33,41(8,65)	30,19(9,34)	30,37(8,15)
ILC	36,01(7,32)	36,22(8,97)	35,47(8,07)
LCEAG	50,44(12,27)	43,36(14,18)	43,91(11,08)
BAVP	26,67(6,04)	26,12(6,96)	25,74(6,10)
PCC	25,09(6,90)	22,47(7,16)	22,84(6,79)
HPC	22,55(8,58)	18,00(8,49)	18,11(7,66)
EEMM	16,63(4,84)	16,47(5,27)	15,91(5,23)

Legenda: ACTA - Atitudes/ Crenças e Traços Anti-sociais; CPIEC - Competências Pessoais/Interpessoais e Estilos De Coping; ILC - Insight/Locus Controlo; LCEAG - Locus Controlo Externo/Auto-conceito Grandioso; BAVP - Baixa Autodeterminação e Vulnerabilidade Psicopatológica; PCC – Pensamento Criminal Corrente; HPC – História Pensamento Criminal; EEMM – Escala Especial Medo Da Mudança

A leitura dos resultados do teste *Kruskal-Wallis*, permitiu observar que existe um efeito significativo do Estado Civil nos resultados obtidos em algumas das variáveis do IPEPC. Posteriormente executou-se os correspondentes testes de *Mann-Whitney*, considerando os resultados significativos obtidos no teste *Kruskal-Wallis*, mas procedeu-se à correcção de Bonferroni, passando o ponto de corte, para que os resultados sejam significativos, a situar-se em 0.017. Os resultados obtidos encontram-se no quadro 34.

Quadro 34 - Efeito Estado Civil e IPEPC

Estado Civil			
IPEPC	Solteiros (N= 88) – Casados/marital- mente (N= 58)	Solteiros (N= 88) – Divorciados/sepa- rados (N= 57)	Casados/marital- Mente (N= 58) – Divorciados/sepa- rados (N=57)
Total	-2,43*	-2,67**	-,053
ACTA	-3,82**	-2,95**	-1,60
CPIEC	-2,69**	-2,10	-,38
ILC	-,06	-,65	1
LCEAG	-3,60**	-3,20**	-,87
BAVP	,89	-1,19	-,24
PCC	-2,58*	-2,14	-,44
HPC	-3,54**	-3,30**	-,46
EEMM	-,57	-,97	-,56

* p < .017 **p<.01

Legenda:

ACTA - Atitudes/ Crenças e Traços Anti-sociais; CPIEC - Competências Pessoais/Interpessoais e Estilos De *Coping*; ILC - Insight/Locus Controlo; LCEAG - Locus Controlo Externo/Auto-conceito Grandioso; BAVP - Baixa Autodeterminação e Vulnerabilidade Psicopatológica; PCC – Pensamento Criminal Corrente; HPC – História Pensamento Criminal; EEMM – Escala Especial Medo Da Mudança

Os resultados demonstram a existência de efeito do Estado Civil em alguns dos componentes do Estilo de Pensamento Criminal. Assim, quanto ao total do IPEPC, verificamos a existência de diferenças estatísticas significativas, entre os indivíduos Solteiros e os Casados/maritalmente, sendo que os primeiros pontuam de forma

significativamente mais elevada. Por sua vez, verificamos que existe também uma diferença significativa nos resultados obtidos no total do IPEPC entre os solteiros e os divorciados/separados. Uma vez mais os solteiros pontuam de forma mais elevada. Estes mesmos resultados foram verificados atendendo às variáveis *Estilo de Pensamento Atitudes/ Crenças e Traços Anti-sociais*, *Factor Locus Controlo Externo/Auto-conceito Grandioso*, e Escala de Conteúdo HPC.

Quanto ao *Estilo de Pensamento Baixa Autodeterminação e Vulnerabilidade Psicopatológica*, verificamos a existência de diferenças significativas nos resultados dos sujeitos solteiros comparativamente com os casados/maritalmente, sendo que os primeiros têm pontuações mais elevadas. Estes resultados foram também encontrados no tratamento estatístico em que se considerou a Escala de Conteúdo PCC e o Estado Civil, sendo que da mesma forma, se verificou que são os indivíduos solteiros que obtiveram pontuações mais altas.

➤ IPEPC e ANTECEDENTES CRIMINAIS

Para a análise exploratória dos dados relativamente à variável Antecedentes Criminais, uma vez que não estavam cumpridos os pressupostos subjacentes à utilização de testes paramétricos, recorreu-se à utilização de testes não paramétricos.

Efectuou-se a análise do efeito do total obtido nas diferentes escalas e factores do IPEPC e os antecedentes criminais dos indivíduos. Posteriormente procedeu-se à correcção de Bonferroni, passando o ponto de corte, para que os resultados sejam significativos, a situar-se em 0.025. Executou-se os correspondentes testes de *Mann-Whitney* e os resultados são possíveis de observar no Quadro 35.

Quadro 35 - Médias do IPEPC e Antecedentes Criminais

Antecedentes Criminais			
IPEPC	Primário N=107 Média (DP)	Reincidente N=99 Média (DP)	Teste Mann-Whitney U
Total	156,78(24,22)	163,80 (25,39)	-2,15
ACTA	46,04(12,27)	58,01(15,35)	-5,76**
CPIEC	31,57(9,39)	31,93(8,22)	-,71
ILC	36,30(8,07)	35,57(7,94)	-,80
LCEAG	42,49(11,38)	50,86(13,17)	-4,72**
BAVP	26,64(6,48)	26,01(6,17)	-,79
PCC	23,33(7,33)	24,20(6,66)	-1,31
HPC	16,51(6,19)	23,66(9,16)	-5,61**
EEMM	16,77(5,16)	16,19(5,09)	-,95

*p < .025 **p ≤ .01

Legenda:

ACTA - Atitudes/ Crenças e Traços Anti-sociais; CPIEC - Competências Pessoais/Interpessoais e Estilos De *Coping*; ILC - Insight/Locus Controlo; LCEAG - Locus Controlo Externo/Auto-conceito Grandioso; BAVP - Baixa Autodeterminação e Vulnerabilidade Psicopatológica; PCC – Pensamento Criminal Corrente; HPC – História Pensamento Criminal; EEMM – Escala Especial Medo Da Mudança

Assim, mediante as análises estatísticas efectuadas, verifica-se que os indivíduos reincidentes são aqueles que pontuam de forma mais elevada, diferenciando-se de forma significativa do ponto de vista estatístico, no total do IPEPC, e também ao nível do Estilo *Atitudes/ Crenças e Traços Anti-sociais*, no Factor *Locus Controlo Externo/Auto-conceito Grandioso*, e na escala de conteúdo HPC. Em todos estes resultados se verifica a existência de valores mais elevados nos indivíduos reincidentes.

► IPEPC e PUNIÇÕES INSTITUCIONAIS

Analisando outra variável jurídico-penal, as Punições Institucionais, efectuou-se a análise exploratória dos dados recorrendo a testes não paramétricos, uma vez que não estavam reunidos os pressupostos subjacentes à utilização de testes paramétricos.

Analisou-se o efeito do total obtido nas diferentes escalas e factores do IPEPC e o comportamento prisional do indivíduo, medido através do facto se o indivíduo foi alvo de punições dentro do estabelecimento prisional ou não. Executou-se os correspondentes testes de *Mann-Whitney*, mas procedeu-se à correcção de Bonferroni, passando o ponto de corte, para que os resultados sejam significativos, a situar-se em 0.025. Os resultados são possíveis de observar no Quadro 36.

Quadro 36 - Médias do IPEPC e Punições

IPEPC	Punições		Teste <i>Mann-Whitney</i> U
	Não N=98 Média (DP)	Sim N=108 Média (DP)	
Total	156,89(25,25)	163,11 (24,47)	-1,99
ACTA	47,42(13,66)	55,76(15,21)	-4,11**
CPIEC	31,11(8,98)	32,31(8,69)	-1,22
ILC	36,16(8,40)	35,75(7,65)	-,17
LCEAG	43,48(12,14)	49,26(13,08)	-3,32**
BAVP	26,19(6,55)	26,47(6,14)	-,53
PCC	23,20(7,29)	24,24(6,76)	-1,41
HPC	17,47(7,46)	22,19(8,84)	-4,02**
EEMM	16,21(5,29)	16,74(4,98)	-,78

*p < .025 **p ≤ .01

Legenda:

ACTA - Atitudes/ Crenças e Traços Anti-sociais; CPIEC - Competências Pessoais/Interpessoais e Estilos De *Coping*; ILC - Insight/Locus Controlo; LCEAG - Locus Controlo Externo/Auto-conceito Grandioso; BAVP - Baixa Autodeterminação e Vulnerabilidade Psicopatológica; PCC – Pensamento Criminal Corrente; HPC – História Pensamento Criminal; EEMM – Escala Especial Medo Da Mudança

Assim, mediante as análises estatísticas efectuadas, verifica-se que os indivíduos que foram alvo de punição ao nível institucional são aqueles que pontuam, em média, de forma mais elevada, diferenciando-se de forma significativa do ponto de vista estatístico ao nível do Estilo *Atitudes/ Crenças e Traços Anti-sociais*, verificando-se que são os indivíduos que foram alvo de punições institucionais que pontuam mais alto. Também ao nível do Factor *Locus Controlo Externo/Auto-conceito Grandioso*, se verificou a existência de diferenças significativas, sendo que foram os indivíduos, alvo de punição, que obtiveram pontuações mais elevadas. Relativamente à escala de conteúdo *História Pensamento Criminal*, também se verificaram os mesmos resultados, sendo que os sujeitos que foram punidos, os que obtiveram valores mais elevados.

Assim, verificou-se face à variável Punições institucionais, que em todos estes resultados se verifica a existência, em média, de valores mais elevados nos indivíduos que foram punidos.

Em *síntese*, no que concerne às variáveis referidas superiormente, verificou-se a existência de efeito da idade, estado civil, antecedentes criminais e punições relativamente aos valores do IPEPC.

Através da análise estatística verificou-se que são os indivíduos mais novos que pontuam em média valores mais elevados no IPEPC. Relativamente ao estado civil, apurou-se que, em média, são os solteiros que pontuam de forma mais elevada neste instrumento de avaliação. Relativamente à variável antecedentes criminais, verificou-se que os reincidentes são aqueles que em média pontuaram de forma mais elevada no IPEPC. Quanto às punições institucionais, são os indivíduos que foram punidos no estabelecimento prisional que obtiveram em média valores mais elevados no IPEPC.

Passaremos a apresentar os resultados das análises estatísticas confirmatórias efectuadas, considerando as variáveis associadas ao Estilo de Pensamento Criminal e as outras medidas de avaliação que foram utilizadas neste estudo. Para tal recorreu-se à correlação de *Pearson* para a análise da associação entre os resultados obtidos pelos indivíduos, nas diferentes medidas de avaliação.

►Total IPEPC e PSICOPATIA

Os resultados entre o total do IPEPC e os vários resultados obtidos na PCL-R podem ser observados no Quadro 37.

De referir que os dados relativos à Psicopatia, desta amostra, já se encontram publicados (Gonçalves & Vieira, 2005).

Quadro 37- Associação Total IPEPC e PCL-R

		PCL-R					
PCL-R \ IPEPC	Factor 1	Factor 2	TOTAL	Faceta Interpessoal	Faceta Afectiva	Faceta Estilo de Vida	Faceta Antissocial
TOTAL	r = .185*	r = .444**	r = .439**	r = .050	r = -.056	r = .243**	r = .329**

*p < .05 **p ≤ .01

Os resultados obtidos demonstram a existência de uma associação, no sentido positivo, entre o resultado total do IPEPC e os resultados obtidos no Factor 1, no Factor 2, no Total, e nas facetas Estilo de Vida e na Anti-social.

Os resultados revelam que, a associação entre o total do IPEPC e o Factor 2, o Total da PCL-R, faceta estilo de vida e faceta anti-social da PCL-R, é robusta verificando-se para p < .01. Relativamente à associação entre o Total do IPEPC e o Factor 1 da PCL-R, esta verifica-se, mas comparativamente à associação referida anteriormente, esta será mais ténue.

►ESTILOS PENSAMENTO e PCL-R

Também se efectuaram análises estatísticas entre os valores obtidos nos Estilos de Pensamento do IPEPC e os vários resultados obtidos na PCL-R.

Os resultados podem ser observados no Quadro 38.

Quadro 38 - Associação Estilos Pensamento IPEPC e PCL-R

PCL-R

PCL-R IPEPC	Factor 1	Factor 2	TOTAL	Faceta Inter-pessoal	Faceta Afectiva	Faceta Estilo de Vida	Faceta Antisocial
ACTA	r = -.090	r = .570**	r = .409**	r = -.067	r = -.323**	r = .444**	r = .511**
CPIEC	r = .195*	r = .436**	r = .432**	r = .041	r = -.016	r = .248**	r = .252**
ILC	r = .377**	r = .184*	r = .325**	r = .148*	r = .202*	r = .004	r = .118

*p < .05 **p ≤ .01

Legenda:

ACTA - Atitudes/ Crenças e Traços Anti-sociais; CPIEC - Competências Pessoais/Interpessoais e Estilos De *Coping*; ILC - Insight/Locus Controlo;

Ao nível do Estilo *Atitudes/ Crenças e Traços Anti-sociais*, os resultados obtidos demonstram a existência de uma associação positiva, entre os resultados neste estilo de pensamento e os valores do Factor 2, o Total da PCL-R, a faceta Estilo de Vida e a Anti-social. Por outro lado, neste mesmo Estilo de Pensamento, encontramos uma associação, mas no sentido negativo, com a faceta Afectiva da PCL-R.

Quanto ao Estilo de Pensamento Criminal *Competências Pessoais/Interpessoais e Estilos De Coping*, verificou-se uma associação positiva entre os valores obtidos nesta escala e os valores do Factor 1, Factor 2, Total da PCL-R, e facetas Estilo de Vida e Anti-social.

Já no que diz respeito ao Estilo de Pensamento Criminal *Insight/Locus Controlo*, os resultados demonstraram a existência de uma associação positiva entre este estilo de pensamento criminal e o Factor 1, o Factor 2, o Total da PCL-R e as facetas Interpessoal e Afectiva.

➤ **FACTORES e PCL-R**

Efectuaram-se análises estatísticas entre os valores obtidos nos Factores do IPEPC e os vários resultados obtidos na PCL-R. Os resultados podem ser observados no Quadro 39.

Quadro 39- Associação Factores IPEPC e PCL-R

		PCL-R					
IPEPC	Factor 1	Factor 2	TOTAL	Faceta Inter-pessoal	Faceta Afectiva	Faceta Estilo de Vida	Faceta Antisocial
LCEAG	r = .054	r = .515**	r = .436**	r = .005	r = -.191**	r = .337**	r = .455**
BAVP	r = .274**	r = .335**	r = .406**	r = .094	r = .066	r = .158*	r = .177**

*p < .05 **p ≤ .01

Legenda:

LCEAG - Locus Controlo Externo/Auto-conceito Grandioso; BAVP - Baixa Autodeterminação e Vulnerabilidade Psicopatológica;

Os resultados obtidos, ao nível do Factor *Locus Controlo Externo/Auto-conceito Grandioso* do IPEPC, revelam a existência de uma associação no sentido positivo com o Factor 2 e o Total da PCL-R, bem como com as facetas Estilo de Vida e Anti-social. No entanto, verificou-se também a existência de uma associação negativa entre o Factor *Locus Controlo Externo/Auto-conceito Grandioso* do IPEPC e a faceta Afectiva da PCL-R.

No que concerne aos resultados relativos ao Factor *Baixa Autodeterminação e Vulnerabilidade Psicopatológica* do IPEPC, verificou-se, no mesmo sentido, a existência de uma associação no sentido positivo, entre este e os Factores e Total da PCL-R, bem como com as facetas Estilo de Vida e Anti-social da PCL-R.

➤ **ESCALAS DE CONTEÚDO e PCL-R**

Atendendo ainda ao instrumento de avaliação IPEPC, efectuaram-se análises estatísticas entre os valores obtidos nas Escalas de Conteúdo do IPEPC (PCC e HPC) e os vários resultados obtidos na PCL-R. Os resultados podem ser observados no Quadro 40.

Quadro 40 - Associação Escalas Conteúdo IPEPC e PCL-R

PCL-R							
IPEPC	Factor 1	Factor 2	TOTAL	Faceta Interpessoal	Faceta Afectiva	Faceta Estilo de Vida	Faceta Anti-social
PCC	r = .173	r = .440**	r = .412**	r = .022	r = -.053	r = .269**	r = .295**
HPC	r = -.096	r = .472**	r = .333**	r = .007	r = -.305**	r = .389**	r = .453**

*p < .05 **p ≤ .01

Legenda:

PCC – Pensamento Criminal Corrente; HPC – História Pensamento Criminal;

Através do tratamento estatístico efectuado, verificou-se a existência de uma associação no sentido positivo entre a Escala de Conteúdo PCC e os valores obtidos no Factor 2, total e as facetas Estilo de Vida e a Anti-social da PCL-R.

Os resultados obtidos vão no mesmo sentido, no que se refere à escala de Conteúdo HPC, em que se verifica o mesmo tipo de associação, ou seja no sentido positivo, com as mesmas variáveis, ou seja Factor 2, Total da PCL-R, faceta Estilo de Vida e a Anti-social. No entanto, os resultados para esta Escala de Conteúdo relevam também a existência de uma associação, no sentido negativo, com a faceta Afectiva da PCL-R.

➤ ESCALA ESPECIAL MEDO DE MUDANÇA e PCL-R

Por último, a Escala Especial do Medo de Mudança, foi também alvo de análise e tratamento estatístico, no sentido de analisar a relação existente com as diferentes variáveis da PCL-R. Os resultados apresentam-se no Quadro 41.

Quadro 41 - Associação Escala Especial de Medo de Mudança IPEPC e PCL-R

		PCL-R					
IPEPC	Factor 1	Factor 2	TOTAL	Faceta Inter-pessoal	Faceta Afectiva	Faceta Estilo de Vida	Faceta Anti-social
EEMM	r = -.012	r = -.009	r = -.010	r = -.067	r = -.009	r = -.106	r = -.054

Legenda:

EEMM – Escala Especial Medo Da Mudança

Os resultados, tal como se pode observar na análise do quadro anterior, não são significativos do ponto de vista estatístico.

Em resumo, da análise estatística efectuada entre os resultados obtidos no IPEPC e na PCL-R, verificou-se a existência de associações significativas entre as várias dimensões avaliadas. Podemos assim concluir a existência de correlação entre nos resultados obtidos. Estes dois instrumentos de avaliação, apesar de serem diferentes, não só ao nível da dimensão avaliada, como da própria forma de aplicação, demonstram estarem correlacionados em alguns dos seus componentes. Verificamos a existência da correlação entre os resultados do IPEPC e, essencialmente, os factores 2, total da PCL-R, e respectivamente, a faceta estilo de vida e faceta anti-social. Estes resultados revelam que ambos conseguem avaliar a componente comportamental dos indivíduos que cometem crimes.

➤ **IPEPC e ESTILO DE VIDA CRIMINAL**

Passaremos agora a analisar a associação entre os vários resultados relativos ao IPEPC e ao LCSF-R. Apresentam-se no Quadro 42 os resultados obtidos.

Relativamente aos dados sobre o estilo de vida anti-social, no que concerne à amostra, estes podem ser consultados em Gonçalves & Vieira (2005).

Quadro 42 - Associação Total IPEPC e LCSF-R

		LCSF-R			
IPEPC	Irresponsabilidade	Auto-indulgência	Comportamento interpessoal intrusivo	Violação das Regras Sociais	Total
TOTAL	$r = .164^*$	$r = .272^{**}$	$r = -.059$	$r = .273^{**}$	$r = .261^{**}$

* $p < .05$ ** $p \leq .01$

Os resultados demonstram uma associação significativa, no sentido positivo, entre o total obtido no IPEPC e as variáveis Irresponsabilidade, Auto-indulgência, Violação das regras Sociais e o Total do LCSF-R.

Quanto aos Estilos de Pensamento Criminal e ao LCSF-R, procedeu-se de igual forma à análise e tratamento estatístico, cujos resultados se apresentam no Quadro 43.

Quadro 43 - Associação Estilos Pensamento IPEPC e LCSF-R

		LCSF-R			
IPEPC	Irresponsabilidade	Auto-indulgência	Comportamento interpessoal intrusivo	Violação das Regras Sociais	Total
ACTA	$r = .346^{**}$	$r = .414^{**}$	$r = -.156^*$	$r = .404^{**}$	$r = .414^{**}$
CPIEC	$r = .188^{**}$	$r = .161^*$	$r = -.004$	$r = .209^{**}$	$r = .216^{**}$
ILC	$r = -.027$	$r = .127$	$r = .077$	$r = .057$	$r = .088$

* $p < .05$ ** $p \leq .01$

Legenda:

ACTA - Atitudes/ Crenças e Traços Anti-sociais; CPIEC - Competências Pessoais/Interpessoais e Estilos De *Coping*; ILC - Insight/Locus Controlo;

Nesta análise, de salientar o facto de o Estilo de Pensamento Criminal *Atitudes/ Crenças e Traços Anti-sociais* se encontrar associado de forma positiva a todas as variáveis do LCSF-R consideradas. Quanto ao Estilo de Pensamento Criminal *Competências Pessoais/Interpessoais e Estilos de Coping*, verifica-se a existência de uma associação no sentido positivo com Irresponsabilidade, Auto-indulgência, Violação das Regras Sociais e o Total do LCSF-R. Por último, atendendo ao Estilo de Pensamento *Insight/Locus Controlo*, verificou-se não existir associação entre este estilo

e qualquer uma das medidas do LCSF-R.

Procedeu-se de igual modo, à análise estatística entre os Factores do IPEPC e as variáveis relativas ao instrumento de avaliação LCSF-R. Os resultados podem ser observados no Quadro 44.

Quadro 44 - Associação Factores IPEPC e LCSF-R

IPEPC	LCSF-R				
	Irresponsabilidade	Auto-indulgência	Comportamento interpessoal intrusivo	Violação das Regras Sociais	Total
LCEAG	r = .272**	r = .363**	r = -.133	r = .341**	r = .348**
BAVP	r = .084	r = .108	r = .033	r = .109	r = .128

*p < .05 **p ≤ .01

Legenda:

LCEAG - Locus Controlo Externo/Auto-conceito Grandioso; BAVP - Baixa Autodeterminação e Vulnerabilidade Psicopatológica;

A análise dos resultados encontrados, permite explicitar a existência de uma relação de associação no sentido positivo entre os valores obtidos no Factor *Locus Controlo Externo/Auto-conceito Grandioso* do IPEPC e Irresponsabilidade, Auto-indulgência, Violação das Regras Sociais e o Total do LCSF-R, ficando de fora o Comportamento Interpessoal Intrusivo. Já no que concerne ao Factor *Baixa Autodeterminação e Vulnerabilidade Psicopatológica* do IPEPC, não se verificou a existência de qualquer associação com as diferentes variáveis do LCSF-R consideradas.

No Quadro 45 apresentam-se os resultados obtidos através de tratamento estatístico entre as Escalas de Conteúdo do IPEPC e o LCSF-R.

Quadro 45 - Associação Escalas Conteúdo IPEPC e LCSF-R

LCSF-R

IPEPC	Irresponsabilidade	Auto-indulgência	Comportamento interpessoal intrusivo	Violação das Regras Sociais	Total
PCC	r = .214**	r = .194**	r = -.023	r = .247**	r = .248**
HPC	r = .271**	r = .372**	r = -.164*	r = .351**	r = .345**

*p < .05 **p ≤ .01

Legenda:

PCC – Pensamento Criminal Corrente; HPC – História Pensamento Criminal;

Os resultados, atendendo à Escala de Conteúdo PCC, permitem concluir a existência de uma associação entre esta variável e a Irresponsabilidade, a Auto-indulgência, a Violação das Regras Sociais e o Total da LCSF-R. Esta associação verifica-se no sentido positivo. Considerando a Escala de Conteúdo HPC, verifica-se a existência de associação com todas as variáveis do LCSF-R, no entanto de salientar que essa associação com Irresponsabilidade, Auto-indulgência, Violação das Regras Sociais e o Total do LCSF-R, é no sentido positivo, enquanto com o Comportamento Interpessoal Intrusivo essa associação é no sentido negativo.

Por último, no Quadro 46 apresentam-se os resultados relativos ao tratamento estatístico efectuado atendendo à Escala Especial de Medo de Mudança do IPEPC e o LCSF-R.

Quadro 46 - Associação Escalas Especial Medo Mudança IPEPC e LCSF-R

LSCF-R

IPEPC	Irresponsabilidade	Auto-indulgência	Comportamento interpessoal intrusivo	Violação das Regras Sociais	Total
EEMM	r = -.055	r = .018	r = -.077	r = .047	r = -.023

*p < .05 **p ≤ .01

Legenda:

EEMM – Escala Especial Medo Da Mudança

Tal como se pode observar no quadro anterior, não se verifica nenhuma associação significativa do ponto de vista estatístico entre a Escala Especial do Medo de Mudança e as variáveis relativas ao LCSF-R.

Resumindo, os resultados da análise estatística entre os valores obtidos no IPEPC e no LCSF-R, revelam também a existência de uma forte associação. Essa associação é essencialmente verificada, quando se estudam os resultados de alguns dos componentes do Estilo de Pensamento criminal (IPEPC), nomeadamente nos factores ou estilos do pensamento criminal, ou mesmo nas escalas de conteúdo. Verificamos que existe uma forte associação nas dimensões do IPEPC com as dimensões do LCSF-R que avaliam o comportamento, nomeadamente a irresponsabilidade, a auto-indulgência, a violação da regras sociais e o total da LCSF-R.

► IPEPC e DIMENSÕES da AGRESSIVIDADE de BUSS e PERRY

Procedeu-se do mesmo modo, ao tratamento estatístico atendendo às variáveis relativas ao IPEPC e as variáveis relativas às dimensões da Agressividade de Buss e Perry (1992). De salientar, tal como já foi referido anteriormente, que apesar já existir um estudo relativamente a este instrumento em amostras portuguesas, optou-se por se apresentar os resultados das várias dimensões da Agressividade e o Total, uma vez que à data deste tratamento estatístico os dados ainda não se encontravam publicados (Gonçalves & Vieira, 2009).

Os resultados relativos ao Total do IPEPC e às dimensões da agressividade podem ser observados no Quadro 47.

Quadro 47 - Associação Total IPEPC e Dimensões Agressividade

		Dimensões da Agressividade				
		Agressão Física	Agressão Verbal	Raiva	Hostilidade	Total
IPEPC						
TOTAL		r = .359**	r = .355**	r = .413**	r = .328**	r = .483**

*p < .05 **p ≤ .01

Os resultados obtidos, atendendo ao Total do IPEPC e ao questionário das dimensões de agressividade, permitem verificar uma associação, no sentido positivo, com as dimensões Agressão Física, Agressão Verbal, Raiva, Hostilidade e o Total da Agressividade. Procedeu-se de igual modo ao tratamento estatístico, considerando as variáveis Estilos de Pensamento Criminal do IPEPC e as dimensões da Agressividade. Os resultados obtidos podem ser observado no Quadro 48.

Quadro 48 - Associação Estilos Pensamento Criminal IPEPC e Dimensões Agressividade

		Dimensões da Agressividade				
IPEPC		Agressão Física	Agressão Verbal	Raiva	Hostilidade	Total
ACTA		r = .401**	r = .365**	r = .307**	r = .134	r = .404**
CPIEC		r = .343**	r = .319**	r = .476**	r = .333**	r = .488**
ILC		r = .200**	r = .202**	r = .238**	r = .260**	r = .299**

*p < .05 **p ≤ .01

Legenda:

ACTA - Atitudes/ Crenças e Traços Anti-sociais; CPIEC - Competências Pessoais/Interpessoais e Estilos De *Coping*; ILC - Insight/Locus Controlo;

Os resultados identificam a existência de uma associação, no sentido positivo, do Estilo de Pensamento Criminal *Competências Pessoais/Interpessoais e Estilos De Coping e Insight/Locus Controlo* do IPEPC com as diferentes dimensões da Agressividade (Agressão Física, Agressão Verbal, Raiva, Hostilidade), bem como com o Total da Agressividade.

Relativamente ao Estilo de Pensamento Criminal *Atitudes/ Crenças e Traços Anti-sociais* também se verificou a existência de associação, no sentido positivo, com Agressão Física, Agressão Verbal, Raiva, bem como com o Total da Agressividade.

Considerando os factores do IPEPC, os resultados podem ser observados no Quadro 49.

Quadro 49 - Associação Factores IPEPC e Dimensões Agressividade

Dimensões da Agressividade					
IPEPC	Agressão Física	Agressão Verbal	Raiva	Hostilidade	Total
LCEAG	r = .372**	r = .330**	r = .294**	r = .156*	r = .386**
BAVP	r = .206**	r = .187**	r = .313**	r = .278**	r = .328**

*p < .05 **p ≤ .01

Legenda:

LCEAG - Locus Controlo Externo/Auto-conceito Grandioso; BAVP - Baixa Autodeterminação e Vulnerabilidade Psicopatológica;

Relativamente aos resultados obtidos, é de evidenciar a associação, no sentido positivo, encontrada entre os dois factores do IPEPC e as diferentes dimensões de Agressividade. Efectuou-se de igual modo, tratamento estatístico considerando as Escalas de Conteúdo do IPEPC e as dimensões da Agressividade, cujos resultados podem ser observados no Quadro 50.

Quadro 50 - Associação Escalas Conteúdo IPEPC e Dimensões Agressividade

Dimensões da Agressividade					
IPEPC	Agressão Física	Agressão Verbal	Raiva	Hostilidade	Total
PCC	r = .378**	r = .302**	r = .484**	r = .363**	r = .514**
HPC	r = .319**	r = .326**	r = .260**	r = .096	r = .330**

*p < .05 **p ≤ .01

Legenda:

PCC – Pensamento Criminal Corrente; HPC – História Pensamento Criminal;

Os resultados demonstram a existência de uma clara associação entre os valores da Escala de Conteúdo PCC e as dimensões da agressividade, em sentido positivo.

Já no que concerne à Escala de Conteúdo HPC, verifica-se essa mesma tendência no que concerne à associação, no sentido positivo, entre esta escala e as dimensões Agressão Física, Agressão Verbal, Raiva, bem como com o Total da Agressividade.

Por último, efectuou-se tratamento estatístico atendendo à Escala Especial do IPEPC, Escala do Medo de Mudança. Os resultados estão patentes no Quadro 51.

Quadro 51 - Associação Escala Especial Medo Mudança IPEPC e Dimensões Agressividade

Dimensões da Agressividade					
IPEPC	Agressão Física	Agressão Verbal	Raiva	Hostilidade	Total
EEMM	r = .014	r = .075	r = .199**	r = .275**	r = .180**

*p < .05 **p ≤ .01

Legenda:

EEMM – Escala Especial Medo Da Mudança

A análise do quadro dos resultados, permite concluir a presença de uma associação no sentido positivo, entre a Escala Especial do Medo de Mudança com as dimensões da Raiva, Hostilidade e o Total da Agressividade.

Da análise dos resultados verificamos a existência de uma forte associação entre ambos os instrumentos de avaliação. Os resultados obtidos nos dois instrumentos revelam estarem associados, mostrando que ambos se correlacionam ao nível da avaliação das dimensões.

8.2.3 – Ofensores Sexuais vs Outros Ofensores por Tipologia Criminal

No que concerne à existência de características específicas dos Ofensores Sexuais, na sua totalidade, em relação aos restantes ofensores por tipo de crime cometido, ao nível do Estilo de Pensamento Criminal, assumindo como variável dependente o Estilo de Pensamento Criminal, efectuou-se a análise exploratória de dados considerando as variáveis do IPEPC e a amostra de ofensores. Para testar esta hipótese a amostra foi subdividida nos tipos criminais presentes na amostra (Tráfico Estupefacientes; Homicídio/Ofensas/Sequestro; Crimes Contra o Património; Crimes Sexuais). A partir da análise efectuada, verificou-se que não estavam cumpridos os pressupostos

subjacentes à utilização de testes paramétricos, tendo por tal se recorrido à utilização de testes não paramétricos. Apresentam-se os valores médios obtidos nas diferentes variáveis do IPEPC, no Quadro 52.

Quadro 52 – Efeito IPEPC e Crime Cometido

		Crime Cometido					
IPEPC	A	B	C	D	<i>Teste Mann-Whitney</i>		
	Trafico Estupefacientes N=4 Média (DP)	Homicídio/ Ofensas/ Sequestro N=15 Média (DP)	Crimes Contra Património N=42 Média (DP)	Crimes Sexuais N=163 Média (DP)	U		
Total	146,00(21,32)	165,87(28,89)	168,17(23,06)	157,63(24,74)	C>D*	-2,64	
ACTA	47,25(11,30)	60,40(13,33)	64,95(12,48)	67,21(13,35)	B<D**	-3,52	
CPIEC	29,75(7,18)	31,13(10,10)	32,48(8,11)	31,65(8,99)	n.s.	--	
ILC	33,50(8,02)	36,60(10,06)	34,17(6,82)	36,46(8,08)	n.s.	--	
LCEAG	41,50(10,08)	51,00(13,02)	54,95(12,09)	43,74(12,12)	C>D**	-4,98	
BAVP	23,50(4,80)	26,47(8,13)	26,00(5,20)	26,50(6,49)	n.s.	--	
PCC	20,75(5,74)	22,87(7,48)	24,33(6,19)	23,75(7,25)	n.s.	--	
HPC	16,25(4,50)	24,13(8,56)	28,02(7,97)	17,28(7,03)	A<C*	-2,63	
EEMM	12,75(1,89)	14,87(3,70)	16,45(5,67)	16,77(5,10)	B>D*	-3,09	
					C>D**	-7,01	
					n.s.	--	

*p<.008 **p<.001

Legenda:

ACTA - Atitudes/ Crenças e Traços Anti-sociais; CPIEC - Competências Pessoais/Interpessoais e Estilos De *Coping*; ILC - Insight/Locus Controlo; LCEAG - Locus Controlo Externo/Auto-conceito Grandioso; BAVP - Baixa Autodeterminação e Vulnerabilidade Psicopatológica; PCC - Pensamento Criminal Corrente; HPC - História Pensamento Criminal; EEMM - Escala Especial Medo Da Mudança

A leitura dos resultados do teste *Kruskal-Wallis*, permitiu observar que existe um

efeito significativo no Total do IPEPC, no Estilo de Pensamento Criminal *Atitudes/ Crenças e Traços Anti-sociais*, no Factor *Locus Controlo Externo/Auto-conceito Grandioso* e na Escala de Conteúdo HPC do tipo de crime cometido, revelando $p < .031$. Executou-se os correspondentes testes de *Mann-Whitney*, considerando-se a correcção de Bonferroni, passando o ponto de corte a situar-se em 0.008, para que os resultados sejam significativos.

Os resultados relativamente ao Total do IPEPC demonstram que a diferença estatística significativa se verifica entre os indivíduos que cometeram crimes sexuais e os que cometeram crimes contra o património, sendo que estes últimos são os que apresentam valores mais altos.

Efectuaram-se os correspondentes testes de *Mann-Whitney*, considerando-se a correcção de Bonferroni, passando o ponto de corte, para que os resultados sejam significativos, a situar-se em 0.008.

Os resultados revelam o efeito no crime cometido, pelo Estilo de Pensamento Criminal *Atitudes/ Crenças e Traços Anti-sociais*. Mais concretamente verificou-se a existência de uma diferença significativa entre os ofensores sexuais e os indivíduos que cometeram homicídio/ofensas integridade física/sequestro, e também entre os ofensores sexuais e os indivíduos que cometeram crimes contra o património. Em ambas as situações se verificou que os ofensores sexuais são os que têm valores mais elevados neste Estilo de Pensamento Criminal.

No que concerne ao efeito do Factor *Locus Controlo Externo/Auto-conceito Grandioso* do IPEPC no crime cometido, verificou-se que os agressores sexuais apresentam valores mais baixos, significativos do ponto de vista estatístico, relativamente aos indivíduos que cometeram crimes contra o património.

Por último, analisando os resultados obtidos relativamente ao efeito da escala de conteúdo HPC no tipo de crime cometido, podemos concluir que os sujeitos que cometeram o crime de tráfico pontuam mais baixo que os que cometeram crimes contra o património. Também se verificou a existência de uma diferença estatística significativa entre os indivíduos que cometeram crimes sexuais e os que cometeram homicídio/ofensas integridade física/sequestro, e também entre os ofensores sexuais e os indivíduos que cometeram crimes contra o património. Os agressores sexuais são os que têm um valor mais baixo nesta escala de Conteúdo, sendo esta diferença de valores significativa do ponto de vista estatístico.

8.2.4 - Ofensores Sexuais

Quanto à existência de diferenças entre os vários tipos de Ofensores Sexuais quanto ao Estilo de Pensamento Criminal, procedemos à análise exploratória de dados considerando as variáveis do IPEPC, considerando apenas a amostra de agressores sexuais. Uma vez que não estavam cumpridos os pressupostos subjacentes à utilização de testes paramétricos, recorreu-se à utilização de testes não paramétricos.

Apresentam-se os valores médios obtidos nas diferentes variáveis do IPEPC consideradas, no Quadro 53.

Quadro 53 – Efeito IPEPC e Crime Sexual Cometido

IPEPC	Crime Sexual				Teste Mann-Whitney <i>U</i>	
	A Violação N=37 Média (DP)	B Abuso Sexual N=71 Média (DP)	C 2 ou + crimes Sexuais N=27 Média (DP)	D Outros Crimes sexuais N=10 Média (DP)		
Total	157,43(18,23)	156,03(24,98)	161,07(31,81)	160,40(24,82)	n.s.	--
ACTA	50,95(13,58)	43,89(11,65)	49,81(14,55)	50,00(16,50)	A>B *	-2,90
CPIEC	28,84(6,13)	31,72(9,96)	34,70(9,43)	33,30(7,21)	n.s.	--
ILC	36,68(8,62)	36,59(7,22)	35,59(10,15)	37,10(6,26)	n.s.	--
LCEAG	46,43(12,37)	41,63(11,30)	44,56(13,30)	46,50(12,54)	n.s.	--
BAVP	24,30(4,29)	26,93(7,20)	28,26(7,06)	26,90(4,61)	n.s.	--
PCC	21,86(4,60)	23,65(7,89)	26,00(8,19)	25,40(6,84)	n.s.	--
HPC	19,46(7,26)	15,66(5,95)	17,96(8,23)	18,80(8,04)	A>B*	-2,92
EEMM	16,68(5,50)	16,66(5,14)	17,11(5,21)	17,00(3,40)	n.s.	--

*p<.008

Legenda:ACTA - Atitudes/ Crenças e Traços Anti-sociais; CPIEC - Competências Pessoais/Interpessoais e Estilos De Coping; ILC - Insight/Locus Controlo; LCEAG - Locus Controlo Externo/Auto-conceito Grandioso; BAVP - Baixa Autodeterminação e Vulnerabilidade Psicopatológica; PCC – Pensamento Criminal Corrente; HPC – História Pensamento Criminal; EEMM – Escala Especial Medo Da Mudança

Efectuaram-se testes não paramétricos para a análise do efeito das variáveis do IPEPC e o tipo de crime sexual cometido pelos indivíduos. A leitura dos resultados do teste *Kruskal-Wallis*, permitiu observar que existe um efeito significativo do tipo de crime cometido nos resultados obtidos no Estilo de Pensamento Criminal *Atitudes/ Crenças e Traços Anti-sociais*, revelando $p < .022$. Posteriormente executou-se os correspondentes testes de *Mann-Whitney*, mas procedeu-se à correcção de Bonferroni, passando o ponto de corte, para que os resultados sejam significativos, a situar-se em 0.008.

Os resultados demonstram que a diferença existente se verifica entre os indivíduos que cometeram violação e o que cometeram abuso sexual, sendo que são os indivíduos que cometeram abuso sexual são os que apresentam valores mais baixos nesta escala.

A análise dos resultados do teste *Kruskal-Wallis*, relativos ao efeito do crime cometido e a Escala de Conteúdo HPC, permitiu verificar a existência de um efeito significativo. Efectuaram-se os correspondentes testes de *Mann-Whitney*, considerando-se a correcção de Bonferroni, passando o ponto de corte, para que os resultados sejam significativos, a situar-se em 0.008. Da análise dos resultados, podemos concluir que os sujeitos que cometeram violação têm um valor mais elevado nesta escala de Conteúdo HPC do que os indivíduos que cometeram abuso sexual, sendo esta diferença de valores significativa do ponto de vista estatístico.

8.2.5 – Crenças sobre a Violência Sexual

Relativamente à hipótese se existem correlações entre o Estilo de Pensamento Criminal e as crenças sobre a Violência Sexual, apresentamos de seguida os resultados.

► IPEPC e ECV / ECAS

A análise exploratória de dados relativamente às Crenças sobre a Violência Sexual, inicialmente recorreu ao estudo de toda a amostra de indivíduos, ou seja os agressores sexuais e os outros agressores.

Procedeu-se ao tratamento estatístico considerando as variáveis relativas ao IPEPC e as Escalas de Crenças sobre a Violência Sexual, mais concretamente a Escala

de Crenças de Violação e Escala de Crenças de Abuso Sexual. Os resultados estão apostos no Quadro 54.

Quadro 54 – Correlação IPEPC e Crenças Violência Sexual

IPEPC	ECV	ECAS
Total	r = .131	r = .126
ACTA	r = -.214**	r = -.246**
CPIEC	r = .180*	r = .178*
ILC	r = .387**	r = .317**
LCEAG	r = -.066	r = -.115
BAVP	r = .265**	r = .283**
PCC	r = .158**	r = .125
HPC	r = -.280**	r = -.277**
EEMM	r = .092	r = .112

*p < .05 **p ≤ .01

Legenda:

ACTA - Atitudes/ Crenças e Traços Anti-sociais; CPIEC - Competências Pessoais/Interpessoais e Estilos De *Coping*; ILC - Insight/Locus Controlo; LCEAG - Locus Controlo Externo/Auto-conceito Grandioso; BAVP - Baixa Autodeterminação e Vulnerabilidade Psicopatológica; PCC – Pensamento Criminal Corrente; HPC – História Pensamento Criminal; EEMM – Escala Especial Medo Da Mudança; ECV – Escala de Crenças de Violação; ECAS - Escala de Crenças de Abuso Sexual.

Os resultados demonstram que não há uma correlação significativa entre o total do IPEPC e os valores obtidos nas escalas de Crenças sobre a Violência Sexual. Já no que toca aos Estilos de Pensamento Criminal e às Escalas de Crenças de Violência Sexual, fica demonstrada a existência de uma correlação para cada tipo de Estilo de Pensamento Criminal.

No estilo de pensamento Atitudes/ Crenças e Traços Anti-sociais verificou-se uma correlação elevada, mas no sentido negativo, enquanto no estilo de pensamento Insight/Locus Controlo, a correlação é de igual forma elevada, mas no sentido positivo. Já no que concerne ao estilo de pensamento Competências Pessoais/Interpessoais e Estilos De Coping verificamos que a correlação existe, mas é mais fraca.

Atendendo aos resultados obtidos, considerando os Factores do IPEPC e as Escalas sobre a Violência Sexual, não se verificou, ao nível do Factor Locus Controlo

Externo/Auto-conceito Grandioso, a presença de uma correlação com os valores das escalas da violência sexual. Já no que concerne ao Factor Baixa Autodeterminação e Vulnerabilidade Psicopatológica, verificou-se a existência de uma correlação no sentido positivo com as escalas de Crenças de Violência Sexual.

Os resultados da análise estatística atendendo às Escalas de Conteúdo do IPEPC e às Escalas de Crenças de Violência Sexual, demonstram a existência de uma correlação no sentido positivo, entre a Escala PCC e a Escala de Crenças sobre a Violação, e também se encontraram resultados no mesmo sentido entre a Escala HPC e as duas escalas de violência sexual, a Escala de Crenças sobre a Violação e a Escala de Crenças sobre o Abuso Sexual.

Por último, considerando ainda a Escala Especial de Medo da Mudança do IPEPC e as Escalas de Crenças sobre a Violência Sexual, verificou-se que não existe nenhuma correlação significativa, do ponto de vista estatístico, entre elas, tal como se pode observar no quadro subsequente.

Relativamente aos resultados atendendo aos violadores e aos abusadores sexuais de menores, tais podem ser consultados no estudo efectuado por Maroco (2008), uma vez que a autora utilizou os dados relativos a esta amostra no seu estudo, onde analisou as diferenças entre estes dois grupos de agressores sexuais ao nível das crenças sobre a Violência Sexual. Os resultados revelaram existir a partilha de mitos e crenças face à violação entre os ofensores sexuais, sendo os abusadores aqueles que pontuam em média, mais elevado na escala de crenças da Violação. No que diz respeito à escala sobre o Abuso Sexual, não se verificaram diferenças entre os diversos tipos de agressores sexuais. Estas semelhanças podem dever-se a aspectos culturais e de socialização.

8.3. Discussão dos Resultados

Os resultados deste estudo são coerentes com as ideias principais que surgem na literatura relativamente aos agressores sexuais.

Assim, relativamente à caracterização socio-demográfica dos agressores sexuais, verificamos que a amostra, seleccionada de forma a ser representativa dos agressores

sexuais que se encontram detidos nos Estabelecimentos Prisionais Portugueses, demonstra que são os indivíduos mais velhos os que cometeram abuso sexual, seguidos dos que cometeram dois ou mais crimes sexuais, o que corrobora a ideia defendida que os abusadores sexuais de menores normalmente são indivíduos mais velhos (e.g. Hollin, 2001). Já no que concerne ao Estado Civil e aos Antecedentes Criminais, não se verificam diferenças neste grupo de agressores. No entanto, ao nível das Punições Institucionais, verifica-se que os indivíduos que cometem duas ou mais ofensas sexuais são aqueles que sofrem mais punições dentro do Estabelecimento Prisional. Este facto traduz que os agressores sexuais na sua globalidade, quando cometem apenas uma ofensa sexual, tendem a ter bom comportamento institucional, o que já não ocorre quando cometem mais que uma ofensa sexual, tal facto poderá dever-se a serem indivíduos mais versáteis e de certa forma impulsivos não se adaptando às regras impostas no Estabelecimento Prisional.

Relativamente ao instrumento de avaliação utilizado nesta investigação, IPEPC, encontramos uma versão do instrumento que não se assemelha à composição original proposta por Walters (2002). Assim, relativamente às escalas de validade, ao contrário do proposto pelo autor, as duas escalas, *Confusion-Revised* e *Defensiveness-Revised*, mediante o tratamento estatístico efectuado verificou-se que não são válidas nem úteis, para a aplicação e estudo desta população. Por sua vez, os resultados permitiram concluir a existência de três estilos de pensamento delinquente: Atitudes/Crenças e Traços Anti-sociais (ACTA); Competências Pessoais/Interpessoais e Estilos de Coping (CPIEC); Insight/Locus de Controlo (ILC), por oposição aos oito propostos pelo autor (*Mollification* (Mo); *Cutoff* (Co); *Entitlement* (En); *Power Orientation* (Po); *Sentimentality* (Sn); *Superoptimim* (So); *Cognitive Indolence* (Ci); *Discontinuity* (Ds)). A designação de cada estilo de pensamento delinquente foi efectuada com base no significado dos itens que o compõem. Assim, Atitudes/Crenças e Traços Anti-sociais (ACTA) uma vez que é composto por itens que demonstram o uso de comportamentos delinquentes e/ou anti-sociais de forma regular no dia-a-dia, assumindo também a adopção de crenças de cariz anti-social. Quanto às Competências Pessoais/Interpessoais e Estilos de Coping (CPIEC), os itens que compõem este estilo agrupam a noção das capacidades individuais e interpessoais do indivíduo, bem como o estilo de coping por ele adoptado na sua rotina diária de vida. Já o Insight/Locus de Controlo refere-se à forma como atribui o controlo das suas acções e da sua vida.

Relativamente às Escalas de Conteúdo, no estudo encontramos as mesmas propostas pelo autor (*Current Criminal Thinking* - CUR – Pensamento Criminal Corrente e *Historical Criminal Thinking* - HIS - Pensamento Criminal Histórico), tendo no entanto alguns itens permutado de escala. Assim, encontramos a História de Pensamento Criminal que concilia itens que revelam o tipo de pensamento criminal no passado do sujeito, enquanto o Pensamento Criminal Corrente, refere-se ao pensamento criminal habitual no indivíduo.

No que concerne à Escala Especial Medo de Mudança, também se analisou os dados, revelando que estes são significativos e pertinentes, demonstrando o receio da mudança por parte dos sujeitos.

Por último, quanto aos factores, ao contrário dos quatro propostos pelo autor, verificamos a existência de dois que foram denominados de: Locus Controlo Externo/Auto-conceito Grandioso, uma vez que reúne itens que expressam a valorização pessoal excessiva e o controlo externo do comportamento; e Baixa Autodeterminação/Vulnerabilidade Psicopatológica, referente à fraca capacidade psicológica e de decisão. Esta conclusão vai ao encontro de resultados de outros estudos que testaram a estrutura factorial do IPEPC, concretamente a encontrada por Egan e colaboradores (2000) e Palmer e Hollin (2004). No entanto em termos de denominação e composição dos factores, não foram encontrados dados na literatura que permitam verificar se são semelhantes ou se diferenciam relativamente à encontrada neste estudo.

Relativamente ao facto deste estudo não replicar os resultados obtidos por Walters (2002) poderá ser devido à amostra ser maioritariamente constituída por indivíduos que cometeram ofensas sexuais, ao contrário das amostras utilizadas pelo autor. Outro factor explicativo poderá ser mesmo a diferenciação das características do pensamento criminal dos agressores portugueses comparativamente aos agressores utilizados no estudo de Walters (2002).

Passaremos a analisar mais especificamente os resultados obtidos atendendo às hipóteses colocadas.

H1. - Existem características específicas dos Ofensores Sexuais, quanto ao Estilo de Pensamento Criminal, quando se compara um grupo de indivíduos que cometeu crimes sexuais, com um grupo que cometeu crimes sexuais e outros crimes e ainda, com outro grupo que cometeu outros crimes.

Através dos resultados obtidos verificamos a existência de diferenças entre os ofensores, sendo de salientar que os ofensores sexuais que cometeram também outro tipo de crime são aqueles que pontuam mais elevado no total IPEPC, revelando serem aqueles que têm um estilo de pensamento criminal mais vincado, ao contrário dos indivíduos que cometeram ofensa sexual, uma vez que estes têm valores mais baixos, reflectindo a pouca presença nestes sujeitos de um estilo de pensamento criminal. Este facto poderá ser explicado por os agressores sexuais pautarem habitualmente o seu comportamento pelo cumprimento das normas sociais estabelecidas, provocando muitas vezes a admiração de todos aqueles que os rodeiam, pois nunca esperariam aquele comportamento ofensivo. Já os agressores sexuais que cometeram outro tipo de agressão, apresentam valores mais elevados ao nível do estilo de pensamento criminal, o que poderá revelar que os comportamentos agressivos, seja qual for a sua natureza resultam da sua forma de pensar a realidade, ao próprio pensamento criminal adoptado.

Ao contrário dos resultados encontrados neste estudo, Di Fazio, Abracen e Walters (2001), não identificaram diferenças significativas entre os ofensores sexuais e os ofensores violentos não sexuais. Já Hatch-Maillette, Scalora, Huss e Baumgartner (2001) encontrou diferenças entre ofensores sexuais de crianças e outros tipos de ofensores (Walters, 2002).

Já no que diz respeito aos resultados obtidos no estilo Atitudes/Crenças e Traços Anti-sociais, verificamos que os agressores sexuais apresentam um valor estatisticamente significativo mas inferior, reflectindo que estes, ao contrário dos que cometeram crime sexual associado a outro crime ou mesmo os que cometeram outros crimes, se caracterizam por possuírem baixas atitudes/crenças e traços anti-sociais, ao contrário dos demais. De salientar que, o grupo de indivíduos que tem este estilo de pensamento criminal mais presente é o dos que cometeram outros crimes de natureza não sexual. (eg. Hollin, 1998).

Quanto ao estilo de pensamento Competências Pessoais/Interpessoais e Estilos de Coping não se verificaram diferenças significativas entre os grupos estudados, no entanto, foram os ofensores sexuais que apresentaram valores mais baixos, reflectindo a

capacidade que estes indivíduos têm em se relacionarem com os outros, sendo por isso muitas vezes uma surpresa para os que os rodeiam o acto por eles cometido, pois são indivíduos bem inseridos e aceites na comunidade. Já no que concerne ao estilo Insight/Locus de Controlo também não se verificaram diferenças significativas, sendo unicamente de salientar o valor mais elevado obtido pelos sujeitos que cometeram crime sexual associado a outro tipo de crimes. Este dado é muito interessante, uma vez que revela que este tipo de agressores tem pouco *insight* e atribuem a culpa de tudo o que lhe acontece diariamente aos outros e à sociedade, não assumindo as responsabilidades pelas consequências dos seus actos pois, tendencialmente são os criminosos de carreira.

Relativamente ao factor Locus Controlo Externo/Auto-conceito Grandioso, os dados revelaram que os indivíduos que cometeram crimes sexuais são os que pontuam menos neste factor, revelando que são sujeitos que não atribuem o controlo dos seus actos e comportamentos a factores externos, nem denotam um auto-conceito elevado. De salientar que são os ofensores que cometeram outro tipo de ofensas, não sexuais, que pontuam de forma mais elevada revelando serem detentores, de forma mais marcada, deste tipo de pensamento. No que diz respeito ao factor Baixa Autodeterminação/Vulnerabilidade Psicopatológica não foram encontradas diferenças significativas entre os grupos analisados, verificando-se no entanto um valor mais elevado nos ofensores sexuais, podendo significar a maior propensão destes indivíduos para a fraca determinação pessoal e vulnerabilidade psicológica.

No que concerne às escalas de conteúdo, ao nível do Pensamento Criminal Corrente, não foram encontradas diferenças significativas entre os grupos de indivíduos, já no que diz respeito à História de Pensamento Criminal verificaram-se diferenças significativas, sendo de salientar que são os agressores sexuais que obtiveram valores mais baixos, revelando terem menor passado de pensamento criminal ao contrário dos indivíduos que cometeram outros crimes, que pontuam mais elevado, demonstrando a existência de história de pensamento criminal.

Relativamente à Escala Especial Medo de Mudança, apesar de não se verificarem diferenças significativas entre os sujeitos, são os agressores sexuais aqueles que apresentam valores mais elevados, denotando mais receio face a alterações no seu dia-a-dia.

H2. – Existe correlação entre o Estilo Pensamento Criminal e Idade, Escolaridade, Inteligência, Estado Civil, Antecedentes Criminais, Punições Institucionais, Psicopatia, o Estilo de Vida Criminal e dimensões da Agressividade.

Relativamente à Idade, podemos concluir através da análise dos dados, que são os indivíduos mais novos, ou seja, com menos ou com 30 anos que apresentam valores mais elevados no IPEPC, considerando o total, os estilos de pensamento criminal, os factores e as escalas de conteúdo. É de salientar que estas diferenças são significativas no total do IPEPC, no estilo de pensamento Atitudes/Crenças e Traços Anti-sociais, no factor Locus Controlo Externo/Auto-conceito Grandioso, e nas escalas de conteúdo Pensamento Criminal Corrente e História de Pensamento Criminal. Estes resultados revelam que estes sujeitos, comparativamente com os restantes, apresentam um estilo de pensamento criminal mais vincado, demonstrando serem indivíduos caracterizados por possuírem atitudes anti-sociais, locus de controlo externo, conceito elevado de si próprio e pensamento criminal.

No que diz respeito à escolaridade dos indivíduos não se verificaram diferenças significativas, permitindo concluir que o estilo de pensamento não será influenciado pelo nível de instrução escolar que os indivíduos possuam.

Quanto ao Estado Civil, verificamos pela análise dos resultados que são os solteiros aqueles que pontuam mais elevado. Assim, permite concluir que são os solteiros aqueles que têm um estilo de pensamento criminal mais presente, pautado por Atitudes/Crenças e Traços Anti-sociais, menos Competências Pessoais/Interpessoais, um Locus Controlo Externo e Auto-conceito Grandioso, Pensamento Criminal Corrente, bem como história de pensamento criminal. Estes dados podem dever-se não só ao facto de serem indivíduos mais novos, que tal como já analisamos, apresentam um estilo de pensamento criminal mais vincado, como também podem reflectir a menor responsabilidade e o menor controlo social de que são alvo.

No que concerne aos Antecedentes Criminais, os dados permitem concluir que são os indivíduos reincidentes que apresentam valores mais elevados no estilo Atitudes/Crenças e Traços Anti-sociais e no factor Locus Controlo Externo e Auto-conceito Grandioso, bem como na escala de conteúdo História de Pensamento Criminal. Estes dados são congruentes com a história de vida passada dos indivíduos revelando maior presença do pensamento criminal. Os mesmos dados são encontrados quando se analisa a variável Punições Institucionais, sendo que são os indivíduos que foram

punidos que apresentam valores mais elevados no estilo Atitudes/Crenças e Traços Anti-sociais, o factor Locus Controlo Externo e Auto-conceito Grandioso e a escala de conteúdo História de Pensamento Criminal permitindo afirmar serem detentores de um estilo de pensamento criminal mais vincado que os sujeitos que não foram alvo de punições institucionais.

Relativamente à Psicopatia, os resultados encontrados permitem concluir uma forte associação entre esta e o estilo de pensamento criminal. Assim, quanto ao total do IPEPC, verifica-se a existência de associação no sentido positivo com o Factor 1, Factor 2, Total da PCL-R, Faceta de Estilo de Vida e Faceta Anti-social. Assim, permite concluir a existência de uma forte associação entre o estilo de pensamento criminal e a psicopatia.

Relativamente aos estilos de pensamento Atitudes/Crenças e Traços Anti-sociais, Competências Pessoais/Interpessoais e Estilos de Coping e Insight/Locus de Controlo, verificamos também a existência de uma associação. Assim, verificamos que o estilo de pensamento Atitudes/Crenças e Traços Anti-sociais está associado, no sentido positivo, ao factor 2, faceta estilo de vida, faceta anti-social e total da PCL-R, e no sentido negativo à faceta afectiva. Já o estilo Competências Pessoais/Interpessoais e Estilos de Coping se encontra associado ao factor 1, factor 2, faceta estilo de vida, faceta anti-social e total da PCL-R. O terceiro estilo de pensamento, Insight/Locus de Controlo, verifica-se que se encontra uma associação com factor 1, factor 2, faceta interpessoal, faceta afectiva e total da PCL-R.

Verificamos desta forma que, enquanto os estilos Atitudes/Crenças e Traços Anti-sociais, Competências Pessoais/Interpessoais e Estilos de Coping se encontram associados, essencialmente ao factor 2 e às correspondentes facetas, o terceiro estilo de pensamento, Insight/Locus de Controlo, encontra-se associado ao factor 1 e às facetas correspondentes. Assim, permite concluir que os dois primeiros estilos estão associados a uma componente mais comportamental, enquanto o terceiro estilo é mais caracterizado pelas características clínicas da perturbação e que separa os indicadores interpessoais dos afectivos.

Relativamente aos factores, verificamos através da análise dos resultados, que o factor Locus Controlo Externo/Auto-conceito Grandioso se encontra mais associado ao factor 2 da PCL-R, revelando ser um factor mais caracterizado pela dimensão do comportamento anti-social, já o factor Baixa Autodeterminação e Vulnerabilidade

Psicopatológica, apesar de também se encontrar associado ao factor 2 da PCL-R, também apresenta uma forte associação com o factor 1, revelando a dimensão mais psicopatológica e clínica.

No que concerne às escalas de conteúdo, verificamos a existência de uma associação entre as escalas de conteúdo e a vertente de comportamento anti-social avaliado no factor 2 e total da PCL-R.

Já no que diz respeito à Escala Especial Medo de Mudança não se verificou a existência de qualquer associação com a psicopatia.

Os resultados encontrados neste estudo vão ao encontro dos encontrados por Di Fazio (2000) onde demonstrou a existência de correlações 2 a 3 vezes superiores do que as encontradas por Walters (2002) sendo que este autor verificou que o IPEPC apresenta uma correlação duas vezes maior com o Factor 2 da PCL-R do que com o Factor 1.

Quando se analisa o Estilo de Vida Criminal e o Pensamento Criminal podemos concluir que existe uma forte associação entre o pensamento criminal e as quatro dimensões do estilo de vida anti-social: irresponsabilidade, auto-indulgência, violação das regras sociais e o total do estilo de vida criminal. Este facto é interessante pois podemos aferir que o pensamento criminal está associado a estes factores/dimensões do estilo de vida anti-social.

Relativamente aos estilos de pensamento criminal (Atitudes/Crenças e Traços Anti-sociais; Competências Pessoais/Interpessoais e Estilos de Coping; Insight/Locus de Controlo) verificamos que, no que diz respeito aos estilos Atitudes/Crenças e Traços Anti-sociais, Competências Pessoais/Interpessoais e Estilos de Coping existe uma forte associação com o estilo de vida antissocial, não só na sua generalidade como nas dimensões que o compõem, excepto no Estilos de Coping, Insight/Locus de Controlo e o Comportamento Interpessoal Intrusivo. Já no estilo Insight/Locus de Controlo não se verifica associação com as dimensões do estilo de vida anti-social.

Quanto aos factores, verificou-se uma associação entre o Locus Controlo Externo e Auto-conceito Grandioso e as dimensões Irresponsabilidade, Auto-indulgência, Violação das regras sociais e o total do Estilo de Vida Criminal.

No que diz respeito às escalas de conteúdo, os resultados permitem concluir a existência de uma associação entre estas e as dimensões do estilo de vida criminal à excepção do pensamento criminal corrente com o comportamento interpessoal intrusivo.

Uma vez que a estrutura encontrada neste estudo, relativamente à composição do

IPEPC, não se assemelha à encontrada pelo autor, não é possível estabelecer comparações com os resultados de estudos internacionais.

Analisando as dimensões da agressividade e o pensamento criminal, verificamos que as dimensões Agressão Física, Agressão Verbal, Raiva, Hostilidade e o Total da agressividade estão associados ao pensamento criminal na sua generalidade e mais especificamente aos estilos de pensamento criminal. O mesmo acontece no que concerne aos factores do Pensamento Criminal e as dimensões da agressividade, bem como com a Escala de Conteúdo Pensamento Criminal Corrente. Na escala de conteúdo História de Pensamento Criminal esta associação também ocorre, verificando-se excepção com a dimensão Hostilidade. Relativamente à Escala Especial Medo de Mudança, os dados permitem concluir a existência de uma associação com as dimensões da Raiva, Hostilidade e o total da Agressividade. Estes resultados não podem ser comparados com outros estudos, uma vez que não se encontram estudos comparativos utilizando os dois instrumentos.

H3. - Existem características específicas dos Ofensores Sexuais, na sua totalidade relativamente a outras tipologias de crimes, ao nível do Estilo de Pensamento Criminal.

Da análise dos resultados podemos concluir que os ofensores sexuais apresentam valores significativos mais baixos, relativamente aos ofensores que cometeram crimes contra o património ao nível do pensamento criminal, mais concretamente no factor Locus Controlo Externo e Auto-conceito Grandioso e na escala de conteúdo História de Pensamento Criminal. Já no que diz respeito ao estilo Atitudes/Crenças e Traços Anti-sociais os ofensores sexuais pontuam de forma mais elevada.

Verifica-se assim, que os ofensores que cometeram crimes contra o património têm um estilo de pensamento criminal mais presente, apresentando valores mais elevados no total do IPEPC. Este facto pode dever-se às características deste indivíduos que, na sua generalidade se pautam por condutas e atitudes mais delinquentes, traduzindo em comportamentos o pensamento criminal adoptado. Um dado relevante é que os agressores sexuais apresentam valores mais elevados no estilo ao nível das atitudes e crenças, sendo um resultado interessante, estes resultados poderão sugerir que estes indivíduos, apesar de não terem um estilo de pensamento criminal vincado,

possuem crenças e atitudes anti-sociais, que acabam por permitir que adoptem comportamentos ofensivos. Estes dados vão de encontro aos resultados obtidos nos estudos relativos às crenças e distorções cognitivas (Maroco, 2008).

De salientar que nas restantes dimensões associadas ao pensamento criminal não se verificaram diferenças significativas, denotando-se que os agressores sexuais não se diferenciam dos restantes ofensores. No entanto, deverá ser salvaguardado que a diferença entre o número de sujeitos de cada grupo é grande, consoante o tipo de crime cometido, sendo necessário, de futuro controlar esta variável.

H4. - Existem diferenças entre os vários tipos de Ofensores Sexuais, quanto ao Estilo de Pensamento Criminal, considerando diferentes tipos de crimes sexuais.

Relativamente ao tipo de crime sexual cometido verificamos que os violadores são indivíduos que se caracterizam por terem um estilo de pensamento caracterizado por Atitudes/Crenças e Traços Anti-sociais e por apresentarem valores mais elevados ao nível da História de Pensamento Criminal, ao contrário dos demais agressores sexuais, revelando desta forma, serem estes indivíduos os que têm mais presente passado de estilo de pensamento delinquente em relação aos restantes ofensores sexuais. Estes dados pode dever-se ao facto dos violadores serem considerados indivíduos mais violentos e impulsivos, ao contrário dos restantes agressores sexuais. A corroborar estes factos são os próprios comportamentos violentos adoptados no cometimento das ofensas sexuais, que apesar de todos serem extremamente graves e intrusivos, os violadores fazem uso da violência, característica essencial que diferencia muitas vezes o abuso sexual da violação. Estes comportamentos violentos podem demonstrar estas atitudes e traços anti-sociais mais presentes no pensamento deste tipo de agressores, por oposição aos abusadores sexuais.

De salientar que nas restantes dimensões do estilo de pensamento criminal avaliadas, os diferentes tipos de agressores sexuais não se diferenciaram.

H5. - Existem correlações entre o Estilo de Pensamento Criminal e as crenças sobre a Violência Sexual.

No que diz respeito às escalas sobre a violência sexual, verificamos a existência de uma forte associação com o pensamento criminal, reflectindo-se essa associação, no sentido positivo, com os estilos Competências Pessoais/Interpessoais e Estilos de Coping e Locus Controlo Externo e Auto-conceito Grandioso, com o factor Baixa Autodeterminação/Vulnerabilidade Psicopatológica e com a escala de conteúdo de história pensamento criminal.

Verifica-se uma associação, mesmo que no sentido negativo, entre escalas sobre a violência sexual e o estilo pensamento Atitudes/Crenças e Traços Anti-sociais e a escala de conteúdo História de Pensamento Criminal.

Da análise dos resultados importa salientar que o valor das escalas de violência sexual se associa a quase todas as dimensões do pensamento criminal analisadas, denotando-se uma forte associação entre estas dimensões.

O estilo de processamento de informação nos ofensores sexuais, baseia-se na interpretação da informação de acordo com as crenças consistentes, as atribuições e julgamentos do comportamento sexual, que se coadunam com as crenças pré-existentes que dão suporte ao comportamento violento. Esta associação entre as crenças sobre a violência sexual e o estilo de pensamento criminal neste estudo foram evidenciadas.

No entanto, não existem estudos a nível internacional que comparem o pensamento criminal e as crenças sobre a violência sexual.

8.4. Conclusão

Para a criminologia clássica o crime reflectia somente a quebra das leis e normas impostas socialmente. A ideia defendida nessa altura era que os delinquentes tinham capacidade para pensar e escolher o comportamento a adoptar, antes de o utilizarem, sabendo as consequências que daí ocorreriam, pelo que eram responsáveis pelo acto criminoso. A punição, neste contexto, era defendida como devendo ser proporcional ao acto cometido, sem atender à motivação.

No que diz respeito aos agressores sexuais, e como tem vindo a ser explicado ao longo de todo este trabalho, ao longo dos tempos foram sendo criadas diferentes perspectivas e posteriormente, diferentes modelos teóricos, para estudar este tipo de agressores, com o intuito de melhor compreender e explicar o seu funcionamento para que as intervenções se tornassem eficazes e eficientes.

Assim, ao longo dos tempos verificaram-se diferentes formas de intervenção e tratamento, nas problemáticas associadas aos crimes sexuais. Inicialmente, o sentimento da comunidade era que os ofensores deveriam ser presos e a chave deitada fora, mas o pensamento das pessoas tem vindo a se modificar. Entre 1979 e 1990, o número de ofensores sexuais nas prisões dos E.U.A. aumentou, o que originou a necessidade de criação de programas de intervenção específicos neste tipo de ofensores (Towl, 1995). O que no entanto verificaram é que as formas de intervenção neste tipo de ofensores levantavam problemas práticos e éticos, sendo desde logo necessário o consentimento dos ofensores para intervir.

Mas, os ofensores sexuais, tal como referido anteriormente, podem ter problemas sexuais e não sexuais, e por isso a avaliação efectuada previamente, deve abarcar as várias áreas de funcionamento do indivíduo, como a componente social, cognitiva, afectiva e psicológica. Estes agressores têm défices em diversas áreas, não só de competências sociais, mas também de competências de resolução de problemas, competências de relacionamento e de organização da vida e de controlo da raiva, que devem ser tidos em conta nos programas de intervenção. Atendendo a que os ofensores sexuais manifestam problemas graves ao nível do controle de impulsos, à produção de fantasias e à internalização de pensamentos e crenças destinados a apoiar os seus comportamentos abusivos, entende-se que a intervenção mais adequada para lidar com este tipo de sujeitos deverá passar pela compreensão e desmontagem dessas estruturas, substituindo-as por formas alternativas de pensar a realidade e o seu comportamento sexual.

O que se tem vindo a verificar é que a intervenção neste tipo de agressores pode ser de variadas formas, *Cirúrgica/Química*, ou baseada na *Psicoterapia latu sensu* ou mais especificamente nas *Terapias Cognitivo-Comportamentais*, entre outras, mas o que os estudos mais recentes demonstram é que a intervenção deve ser precedida de uma avaliação multidimensional, sendo a intervenção baseada nos défices encontrados.

Uma vez que o perigo de reincidência neste tipo de crimes é tanto maior, quanto mais grave for a carreira criminal do sujeito, até ao momento do diagnóstico, as

variáveis associadas à reincidência dos ofensores sexuais são por exemplo, o facto de haver história, na vida do ofensor, de ofensas sexuais enquanto jovem, o que origina a que esse comportamento persista na vida adulta. Sabe-se também que os indivíduos que não têm história destes episódios na idade jovem, são os que reincidem menos, e aqueles que só cometeram uma ofensa sexual têm ainda menor probabilidade de reincidirem (Blackburn, 1994). Estes são factores que são importantes e deverão estar na base da avaliação deste tipo de agressores e como tal, o IPEPC, como instrumento de avaliação poderá ser utilizado para avaliação deste tipo de factores presentes na vida dos indivíduos, ou seja uma avaliação mais pormenorizada do estilo de pensamento criminal dos ofensores sexuais.

Há evidências de que a terapia cognitivo-comportamental tem efeitos ao nível da redução da reincidência nas ofensas sexuais. Mas existem planos de tratamento que se focalizam nas problemáticas mais gerais, como o abuso de álcool e drogas, problemas sociais e de emprego, que também têm em consideração aspectos como os problemas de “desvio sexual”, as fantasias sexuais, distorções cognitivas associadas às fantasias sexuais, problemas de stress, de auto-eficácia e inadequação da auto-regulação (Buschman, & Beek, 2003). Acresce a importância de analisar os estilos de pensamento criminal mais presentes no indivíduo, que deverão posteriormente ser alvo de intervenção, para que estes alterem os seus padrões de pensamento, possibilitando a que venham a desenvolver padrões e estilos de pensamento não criminais e adequados à realidade.

Foi com base nestas ideias que partiu este estudo, com o objectivo de analisar o estilo de pensamento criminal neste tipo de agressores em concreto. Assim, quanto aos objectivos deste estudo conseguimos apurar as características dos ofensores sexuais, nomeadamente distinguir os ofensores sexuais dos restantes ofensores ao nível do estilo de pensamento criminal, uma vez que os agressores sexuais não têm um estilo de pensamento criminal vincado, comparativamente com restantes tipos de ofensores. Mas é de salientar, que ao nível do estilo de pensamento criminal, os ofensores que cometem crimes sexuais e outros crimes associados, apresentam resultados diferentes, uma vez que estes se diferenciam dos restantes ofensores sexuais por apresentarem algumas das dimensões do Estilo de Pensamento com relevância o que não acontece nos demais.

Para além de um conhecimento da realidade prisional portuguesa em termos de criminalidade sexual, este estudo permitiu concluir a necessidade de utilizar medidas de

avaliação do pensamento criminal, como também das crenças e distorções cognitivas para que os resultados possam ser utilizados na elaboração de programas de intervenção adequados a cada agressor, já que emergem padrões de funcionamento bastante diferentes de cada um dos indivíduos, que apontam para expectativas de tratabilidade ou de sucesso terapêutico diferentes. Esta investigação poderá aduzir elementos conducentes à realização de programas de intervenção diferenciados para ofensores sexuais, que contemple questões relacionadas com o tipo de alojamento institucional, o tipo de ocupação a exercer e as condições de supervisão do cumprimento da medida penal que forem determinadas, para além da intervenção propriamente dita. Por sua vez, a avaliação do pensamento criminal, poderá ainda ser relevante para a gestão dos indivíduos ao nível institucional, nomeadamente ao nível das condições de supervisão do cumprimento da medida penal que forem determinadas, para além da intervenção propriamente dita.

A utilização de múltiplas fontes de informação (e.g., sujeito, informação arquivada, profissionais judiciais e outros, provas psicométricas, ...), permitiu uma abordagem compreensiva deste fenómeno, explicitando-o em termos psicológicos, sócio-culturais e jurídicos, o que permitiu não cingir somente à categorização dos agressores sexuais, mas conhecer as suas vastas características. A utilização de uma avaliação com recurso a diferentes instrumentos de avaliação, que permitam a compreensão mais eclética do indivíduo, permitiu uma análise do risco de violência sexual, mostrando ser útil ao nível da elaboração de programas de intervenção futuros, nos quais deverão atender aos resultados obtidos na avaliação.

O IPEPC mostrou ser muito útil para se compreender a forma de pensar dos indivíduos, na sua generalidade, demonstrando ser mais útil e crucial na recolha de informação relativa ao pensamento criminal nos agressores não sexuais, uma vez que nestes verificamos uma maior variedade de respostas, seguida de um leque variado de explicações por eles fornecidas, que se fosse utilizado o procedimento original de aplicação do instrumento, não seria possível de obter.

No decurso desta investigação, foram várias as limitações encontradas não só ao nível do acesso a estudos realizados sobre o IPEPC, como também para proceder á sua aplicação. Este instrumento de avaliação demonstrou ser difícil de ser aplicado, uma vez que os reclusos apresentaram dificuldades ao nível da leitura, muitas vezes demonstrando desagrado, logo que a tarefa lhes era proposta. No entanto, esta

dificuldade sentida foi colmatada através do recurso à leitura, por parte do avaliador, de cada item que compõe o instrumento. Esta forma de aplicação facilitou a compreensão e mesmo a relação estabelecida, permitindo o acesso à resposta, e também, através do diálogo que se seguia, obter mais informação sobre a forma de pensar e de ver a realidade que circunda cada um dos agressores. O mesmo não foi possível em relação ao instrumento D48, no qual os sujeitos revelaram graves dificuldades de compreensão que condicionaram a sua validade e, conseqüentemente, a sua utilização neste estudo.

Outra limitação neste estudo foi ao nível da amostra, tendo sido difícil conseguir constituir cada subtipo criminal com o mesmo número médio de indivíduos, o que poderá ter influência nos resultados. Assim esta variável deve ser considerada em estudos futuros, permitindo que as diferenças encontradas se atribuam às características dos indivíduos e não possamos ter dúvidas resultantes do número de elementos em cada subgrupo da amostra.

Pensamos ser importante, em futuras investigações fazer uma réplica deste estudo, com uma amostra mais alargada ao nível dos outros ofensores que não sexuais, para analisar o estilo de pensamento criminal, não só com o objectivo de compreender melhor este tipo de ofensores, bem como diferenciá-los ao nível do Estilo de pensamento criminal, consoante o tipo de crime cometido, e conseqüentemente elaborar programas de intervenção adequados às suas características.

No entanto, de salientar a importância de realizar estudos de validação externa do IPEPC em Portugal, correlacionando-o com outros instrumentos de avaliação. Para analisar a sua validade como instrumento de auto-relato, sugere-se ainda a sua comparação com instrumentos que não sejam de auto-relato.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Abbey, A. & McAuslan, P. & Zawacki, T. & Clinton, A. & Buck, P. (2001). Attitudinal, Experiential, and Situational Predictors of Sexual Assault Perpetration. *Journal of interpersonal violence*. Vol. 16, n.º 8, 784-807
- Abel, G. G., Gore, D. R., Holland, C. L., Camp, N., Becker, J. V., & Rathner, J. (1989). The measurement of cognitive distortions of child molesters. *Annals of Sex Research*, 2, 135-152.
- Abel, G. G., Becker, J. V., & Cunningham-Rathner, J. (1984). Complications, consent and cognitions in sex between children and adults. *International Journal of Law and Psychiatry*, 7, 89-103.
- Abel, G. G., & Rouleau, J. L. (1990). The nature and extent of sexual assault. In W. L. Marshall, D. R. Laws & H. E. Barbaree (Eds.), *Handbook of sexual assault: Issues, theories, and treatment of the offender* (pp. 9 - 12). New York: Plenum.
- Almeida, F. (1999). *Homicidas em Portugal*. Maia: Instituto Superior da Maia.
- American Psychiatric Association (1994). *Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders* (DSM-IV) (4th. Ed.). Washington, DC: American Psychiatric Association
- Andrews, D. A. & Bonta, J. (1994). *The Psychology of Criminal Conduct*. Cincinnati: Anderson Publishing Co.
- Baumeister, R. F. (1991) *Escaping the self*. New York: Basic Books
- Barnard G. W., Fuller A. K., Robbins L. & Shaw T. (1989) *The Child Molester. An Integrated Approach to Evaluation and Treatment*. Brunner/Mazel, New York, NY.
- Bartol, C. & Bartol, A. (1994). *Psychology and Law. Research and Application*. California: Brooks/Cole Publishing Company.
- Blair, R. B. & Kratcoski, P. C. (1994). Reflections on the Education Factor in the Correction Officer Role. In P. C. Kratccoski (Ed.). *Correctional Counseling of Treatment*. (pp. 68-86). Illinois: Wavelaud Press Inc.
- Blackburn, R. (1993). *The Psychology of Criminal Conduct: Theory, Research and Praticce*. Chichester: Wiley.
- Beck, A. T. (1967). *Depression: Clinical, experimental, and theoretical aspects*. New York: Hoeber.

- Beck, A. T., & Emery, G. (1985). *Anxiety disorders and phobias: A cognitive perspective*. New York: Basic Books.
- Beneyto, M. J. (1998). *El delincuente sexual institucionalizado: un estudio psicológico*, tesis doctoral, Valencia, mimeo.
- Bowlby, J. (1973). *Attachment and loss: Vol. 2. Separation, anxiety and anger*. London: Hogarth Press.
- Brownmiller, S. (1975). *Against our will: Men, women and rape*. New York: Simon & Schuster.
- Broxholme, S. & Lindsay, W. (2003). Development and preliminary evaluation of a questionnaire on cognitions related to sex offending for use with individuals who have mild intellectual disabilities. *Journal of Intellectual Disability Research*, 47 (6), 472-482.
- Burgess, A., Commons, M., Safarik, M., Looper, R. & Ross, S. (2007). Sex offenders of the elderly: Classification by motive, typology, and predictors of severity of crime. *Aggression and Violent Behavior*, 12, 582-597.
- Burt, M. R. (1980). Cultural myths and supports for rape. *Journal of Personality and Social Psychology*, 38, 217-230.
- Burt, M. R. (1983). Justifying personal violence: A comparison of rapists and the general public. *Victimology: An International Journal*, 8, 131-150.
- Buschman, J. & Beek, D. (2003). A Clinical Model for the treatment of personality disordered Sexual Offenders: An example of Theory Knitting. *Sexual Abuse: A Journal of Research and Treatment*, 15 (3), 183-199.
- Buss, A. H. & Perry, M. (1992). The aggression questionnaire. *Journal of Personality and Social Psychology*, 63 (3), 452-459.
- CEGOC-TEA (1983). *Teste D - 48 (séries de dominós) - Manual*. CEGOC-TEA: Lisboa
- Check, J. V. P. (1984). The Hostility Towards Women Scale. Unpublished doctoral dissertation, University of Manitoba, Canada.
- Check, J. V. P., Malamuth, N. M., Elias, B., & Barton, S. A. (1985). On hostile ground. *Psychology Today*, 19, 56-58, 60-61.
- Código Penal - Lei 59/2007 de 4 de Setembro.
- Coutinho-Pereira, A. (2007). *Distorções cognitivas e agressão sexual: Estudo exploratório com agressores intra e extra-familiares*. Dissertação de Mestrado em Ciências Forenses, não publicada. Porto: Universidade do Porto.

- Coutinho-Pereira & Gonçalves, R.A. (2009). Distorções cognitivas em agressores sexuais, *Ousar integrar – revista de reinserção social e prova*, 2, 9-17.
- Eaves, D., Douglas, K. S. Webster, C. D. Ogloff, J. P. & Hart, S. D. (2000). *Dangerous and long-term offenders. An assessment guide*. Burnaby BC: Simon Fraser University.
- Egan, V., Mcmurran, M., Richardson, C. & Blair, M. (2000). Criminal cognitions and personality: what does the PICTS really measure? *Criminal Behaviour and Mental Health*, 10, 170–184
- Finkelhor, D. (1984). *Child sexual abuse: New theory and research*. New York: Free Press.
- Gannon, T. A., Ward, T. & Collie, R. (2007). Cognitive distortions in child molesters: Theoretical and research developments over the past two decades. *Aggression and Violent Behavior*, 12, 402–416
- Garvin, L. M., & Goldstein, A. P. (1990). *Criminal thinking patterns: the relationship between errors in thinking and antisocial behavior*. Paper presented at the mid-year conference of the American Psychology-Law Society, Williamsburg, VA.
- Gonçalves, R. A. (1999). *Psicopatia e Processos Adaptativos à Prisão. Da intervenção para a prevenção*. Braga: Centros de Estudos de Educação e Psicologia, Universidade do Minho.
- Gonçalves, R. A. (2000). *Delinquência, Crime e Adaptação à Prisão*. Coimbra: Quarteto.
- Gonçalves, R. A. (2004). *Avaliação da tratabilidade em agressores sexuais: A Checklist de Prognóstico de tratamento* (policopiado). Braga: Universidade do Minho.
- Gonçalves, R. A. & Vieira, S. (2004). Psicopatia e Ofensas Sexuais em Contexto Familiar: Estudo Preliminar, *Polícia & Justiça*, III Série – Número Especial Temático, 91-103.
- Gonçalves, R. A. & Vieira, S. (2005). Agressores sexuales y peligrosidad: la contribución de la psicopatía. In R. Arce, F. Farina & M. Novo (eds.) *Psicología Jurídica*, (167-176). Santiago de Compostela: Xunta de Galicia
- Gonçalves, R. A. & Vieira, S. (2005). A avaliação do estilo de vida criminal em ofensores sexuais. *Psicologia – Teoria, Investigação e Prática*, Vol.10 n.º 1, 81-92.
- Gonçalves, R. A. & Vieira, S. (2009). *Questionário de Agressividade de Buss e Perry: Estudos em amostras portuguesas* (policopiado). Braga: CIPSI, Universidade do

- Minho.
- Gore D. K. (1988). *Measuring the cognitive distortions of child molesters: Psychometric properties of the Cognitions Scale*. Unpublished doctoral thesis, Georgia State University, Atlanta, GA.
- Hollin, C.R. (1998). *Psychology and Crime – An Introduction to criminological psychology*. London: Routledge.
- Hall, G. C. N. (1990a). Prediction of sexual aggression. *Clinical Psychology Review*, 10, 229-245.
- Hall, G. & Hirschman, R. (1991). Toward a Theory of Sexual Aggression: A Quadripartite Model. *Journal of Consulting and clinical Psychology*, 59 (5), 662-669.
- Hall, R. K., Gizzarelli, R., & Scott, H. (1994). The attitudes of incest offenders: Sexual entitlement and acceptance of sex with children. *Criminal Justice and Behavior*, 21, 187-202.
- Hanson, R.K. (1997) Involving sympathy – Assessment and treatment of empathy deficits among sexual offenders. In B.K. Schwartz & H.R. Cellini (Eds.) *The sex offender: New insights, treatment innovations and legal developments* (Vol. II), 1.1-1.12). Kingston, NJ: Civic Research Institute.
- Harkins, L. & Beech, A. R. (2007). A review of the factors that can influence the effectiveness of sexual offender treatment: risk, need, responsivity, and process issues. *Aggression and Violent Behavior* 12, 615-627
- Hartley, C.C., (1998). How incest offenders overcome internal inhibitions through the use of cognitions and cognitive distortions. *Journal of Interpersonal Violence*, 13, 25-39.
- Hatch-Maillette, M. A., Scalora, M. J., Huss, M. T. & Baumgartner, J. V. (2001). Criminal thinking patterns: Are child molesters unique? *International Journal of Offender Therapy and Comparative Criminology*, 45, 102-117.
- Hayes, K., Evans, R. & Barnett, R. (1991). Characteristics of sex offenders. *Corrective and Social Psychiatry and Journal of Behavior Technology, Methods and Therapy*, 38, 13-16.
- Hayashino, D. S., Wurtele, S. IL, & Kiebe, K J. (1995). Child molesters: An examination of cognitive factors. *Journal of Intepersonal Violence*, ZO, 106116.
- Horley, J. (1988). Cognitions of child sexual abusers. *The Journal of Sex Research*, 25 (4), 542-545.

- Howells, K (1979). Some meanings of children for pedophiles. In M. Cook & G. Wilson (Eds.), *Love and attraction: An international conference* (pp. 519-526). Oxford: Pergamon.
- Howells, K., & Wright, E. (1978). The sexual attitudes of aggressive sexual offenders. *British Journal of Criminology*, 18, 170-174.
- Hudson, S. M., Marshall, W.L., Wales, D. S., McDonald, E., Bakker, L.W., & McLean, A. (1993). Emotional recognition skills of sex offenders. *Annals of Sex Research*, 6, 199-211.
- Kanin, E. J. (1985). Date rapists: Differential sexual socialization and relative deprivation. *Archives of Sexual Behavior*, 14, 219–231.
- Knight, R. A., & Prentky, R.A. (1990). Classifying sexual offenders: the development and corroboration of taxonomic models. In W.L.Marshall, D.R. Laws & H.E. Barbaree (Eds.), *Handbook of sexual assault: Issues, theories, and treatment of the offender* (23-52). New York: Plenum Press.
- Langton, C., & Marshall, W.L. (2001). Cognitive functioning in rapists: Theoretical patterns by typological breakdown. *Aggression and Violent Behavior*, 6, 499-518.
- Lipton, D.N., McDonel, E.C., & McFall, R.F (1987). Heterosocial perception in rapists. *Journal of Consulting and Clinical Psychology*, 55, 17-21.
- Machado, C., Gonçalves, M. & Matos, M. (2000, a). ECAS – Escala de Crenças sobre o Abuso Sexual. Universidade do Minho: IEP.
- Machado, C., Gonçalves, M. & Matos, M. (2000, b). ECV – Escala de Crenças sobre a Violação. Universidade do Minho: IEP.
- Malamuth, N. M, Check, J. V R, & Briere, J. (1986). Sexual arousal in response to aggression: Ideological, aggressive, and sexual correlates. *Journal of Personality and Social Psychology*, 50, 330-340.
- Maroco, A.F.V.M. (2008). *Criminalidade sexual e funcionamento cognitivo: Contributo das distorções sexuais no comportamento sexual ofensivo*. Dissertação de Mestrado em Psicologia da Justiça, não publicada. Braga: Universidade do Minho.
- Marolla, J., & Scully, D. (1986). Attitudes towards women, violence, and rape: A comparison of convicted rapists and other felons. *Deviant Behavior* 7, 337-355.
- Marshall, W. & Anderson, D. & Fernandez, Y. (1999). *Cognitive Behavioural Treatment of sexual Offenders*. Forensic Clinical Psychology. England: John Wiley & Sons, LTD.
- Marshall, W. L., & Barbaree, H. E. (1990). An integrated theory of the etiology of

- sexual offending. In W. L. Marshall, D. R. Laws, & H. E. Barbaree (Eds.), *Handbook of sexual assault: Issues, theories and treatment of the offender* (pp. 257–271). New York: Plenum.
- Marshall, W. L., & Hambley, L.S., (1996). Intimacy and loneliness, and their relationship to rape myth acceptance and hostility toward women among rapists. *Journal of Interpersonal Violence*, 11, 586-592.
- Marshall, W. L., Laws, D. R., & Barbaree, H. E. (1990). Issues in sexual assault. In W. L. Marshall, D. R. Laws, & H. E. Barbaree (Eds.), *Handbook of sexual assault* (pp. 3–7). New York: Plenum.
- Marshall, W. & Ward, T. & Hudson, S. & Johnston, L. (1997). Cognitive Distortions in sex Offenders: An integrative review. *Clinical Psychology Review*, 17 (5), 479-507.
- Miner, M. H. (2000). Competency-based assessment. In D. R. Laws, S. M. Hudson, & T.Ward (Eds.). *Remaking relapse prevention with sex offenders. A sourcebook* (pp. 213–224). Thousand Oaks, CA: Sage.
- Neidigh, L., & Krop, H. (1992). Cognitive distortions among child sexual offenders. *Journal of Sex Education and Therapy*, 18, 208-215.
- Knight, R. A. & Prentky, R. A. (1990). Classifying sexual offenders: the development and corroboration of taxonomic models. In W. L. Marshall, R. D. Laws & H. E. Barbaree (Eds.), *Handbook of sexual assault: issues, theories, and treatment of the offender* (pp. 23-49). New York: Plenum Press.
- Pithers, W.D. (1994). Process evaluation of a group therapy component designed to enhance sex offenders' empathy for sexual abuse survivors. *Behaviour Research and therapy*, 32, 565-570.
- Pereira, J. A. (2007). Distorções Cognitivas e Agressão Sexual: Estudo Exploratório com agressores intra e extra-familiares. Dissertação de Mestrado (policopiado). Porto: Faculdade de Medicina da Universidade do Porto.
- Pollock, N.L. & Hashmall, J.M. (1991). The excuses of child molesters, *Behavioral Sciences and Law*, 9, 53-59.
- Prentky, R. A. (1985). The neurochemistry and neuroendocrinology of sexual aggression. In D. P. Farrington & J. Gunn (Eds.), *Aggression and dangerousness* (pp. 7-55). New York: Wiley.
- Prentky, R. A. & Burgess, A. W. (2000). *Forensic management of sexual offenders*. New York:Kluwer Academic/Plenum Publishers.
- Quinsey, V L. (1984). Sexual aggression: Studies of offenders against women. In D.

- Weisstub (Ed), *Law and mental health: International perspectives, Vol. 1*(pp. 84-121). New York: Pergamon Press.
- Quinsey, V L., & Chaplin, T. C. (1984). Stimulus control of rapists" and non-sex offenders' sexual arousal. *Behavioral Assessment, 6*, 169-176.
- Quinsey, Y L., & Marshall, W L. (1983). Procedures for reducing inappropriate sexual arousal: An evaluation review. In J. G. Greer & I. R. Stuart (Eds.), *The sexual aggressor: Current perspectives on treatment* (pp. 267-292). New York: Van Nostrand Reinhold.
- Rebocho, M. F. (2007). *Caracterização do Violador Português: Um Estudo Exploratório*. Coimbra: Almedina.
- Redondo, S. (Coord.) (2002). *Delincuencia sexual y sociedad*. Barcelona: Ariel.
- Robertiello, G. & Terry, K. J. (2007). Can we profile sex offenders? A review of sex offender typologies. *Aggression and Violent Behavior, 12*, 508-518
- Rook, K.S. & Hammer, C.L. (1997). A cognitive perspective on the experience of sexual arousal. *Journal of Social Issues, 33*, 7-29.
- Ryan, K. (2004). Further evidence for a cognitive component of rape. *Aggression and violent behaviour, 9*, 579-604.
- Seidman, B. T., Marshall, W. L., Hudson, S. M. & Robertson, P. J. (1994). An Examination of Intimacy and Loneliness in Sex Offenders. *J Interpers Violence; 9*; 518 – 534.
- Scully, D. & Marolla, J., (1984). “Convicted rapists’ vocabulary of motive: Excuses and Justifications”, *Social Problems, 31*, 530-544.
- Sikes, G.M., & Matza, D. (1970). Techniques of delinquency. In M. F. Wolfgang, L. Savitz, & N. Johnston (Eds.), *The sociology of crime and delinquency* (2nd ed., pp. 292-299). New York: Wiley.
- Stahlberg D. & Frey D. (1988) Attitudes I: structure, measurement and functions. In: M. Hewstone, W. Stroebe, J. P. Codol & G. M. Stephenson (eds) *Introduction to Social Psychology*, (pp. 142–164). Blackwell, Oxford.
- Stermac L. E. & Segal Z. V. (1989) Adult sexual contact with children: an examination of cognitive factors. *Behaviour Therapy, 20*, 573-584.
- Vieira. S., Lopes, M. & Gonçalves, R. A. (2008). La evaluación del estilo de vida criminal en una muestra de presos Portugueses. In F. J. Rodriguez, C. Bringas, F. Fariña, R. Arce y A. Bernardo (Eds.) *Psicología Jurídica: Entorno judicial y delincuencia* (pp., 359-364). Oviedo: Ediciones de la Universidad de Oviedo

- Vieira, A., & Soeiro, C. (2002). Agressividade e Psicopatia. *Temas Penitenciários*, 25-35.
- Walters, Glenn D. (1989). Comparability of the Standard and Interview Versions of the Lifestyle Criminality Screening Form. *Int J Offender Ther Comp Criminol*; 33; 49
- Walters, Glenn D. (1990). In the public domain Predicting Parole/Probation Outcome With the Aid of the Lifestyle Criminality Screening Form. *Psychological Assessment: A Journal of Consulting and Clinical Psychology*, 2, 313-316
- Walters, G. D., White, T. W. & Denney, D. (1991). The Lifestyle Criminality Screening Form: Preliminary Data. *Criminal Justice and Behavior*, 18, 406 – 418.
- Walters, Glenn D. (1995 a). The Psychological Inventory of Criminal Thinking Styles: Part I: Reliability and Preliminary Validity. *Criminal Justice and Behavior* 22; 307 – 325.
- Walters, Glenn D. (1995 b). The Psychological Inventory of Criminal Thinking Styles: Part II: Identifying Simulated Response Sets. *Criminal Justice and Behavior* 22; 437 – 445.
- Walters, Glenn D. (1996). The Psychological Inventory of Criminal Thinking Styles: Part III. Predictive Validity. *Int J Offender Ther Comp Criminol*, 40; 105 – 112.
- Walters, Glenn D. (1997). A Confirmatory Factor Analysis of the Lifestyle Criminality Screening Form. *Criminal Justice and Behavior*, 24, 294 – 308.
- Walters, Glenn D. (1998). Psychotherapy Integration: Contributions from Lifestyle Theory. *Journal of Psychotherapy Integration*, 8, 147-159.
- Walters, Glenn D. (1999). Short-Term Outcome of Inmates Participating in the Lifestyle Change Program. *Criminal Justice and Behavior*, 26, 322-337.
- Walters, G.D. (2001). The relationship between masculinity, femininity, and criminal thinking in male and female offenders. *Sex Roles*, 45, 677-689.
- Walters, G. D. (2002). The Psychological Inventory of Criminal Thinking Styles (PICTS) A Review and Meta-Analysis. *In Assessment*, 9, 278-291.
- Walters, G. D. & Geyer, M. D. (2004). Construct Validity of the Psychological Inventory of Criminal Thinking Styles in Relationship to the PAI, Disciplinary Adjustment, and Program Completion. *In Journal of Personality Assessment*, 84(3), 252–260
- Walters, Glenn D. (2005 a). How many factors are there on the PICTS? *Criminal Behaviour and Mental Health*, 273 15(4): 237-283

- Walters, Glenn D. (2005 b). Predicting Institutional Adjustment with the Lifestyle Criminality Screening Form and Psychological Inventory of Criminal Thinking Styles. *International Journal of Forensic Mental Health*, Vol. 4, No. 1, pages 63-70
- Walters, Glen D. (2005 c). Incremental Validity of the Psychological Inventory of Criminal Thinking Styles as a Predictor of Continuous and Dichotomous Measures of Recidivism. *In Assessment*, Volume 12, No. 1, 19-27
- Walters, Glen D. (2005 d). Mapping the Criminal Mind: Idiographic Assessment of Criminal Belief Systems. *In International Journal of Offender Therapy and Comparative Criminology*, No. 49, 5-24
- Walters, G. D. (2007). Predicting Institutional Adjustment With the Lifestyle Criminality Screening Form and the Antisocial Features and Aggression Scales of the PAI. *In Journal of Personality Assessment*, 88 (1), 99-105.
- Ward, T. (2000). Sexual offenders' cognitive distortions as implicit theories. *Aggression and Violent Behavior: A Review Journal*, 491-507.
- Ward, T., & Hudson, S. M. (1998a). A model of the relapse process in sexual offenders. *Journal of Interpersonal Violence*, 13, 700-725.
- Ward, T., & Hudson, S. M. (1998b). The construction and development of theory in the sexual offending area: A meta-theoretical framework. *Sexual Abuse: A Journal of Research and Treatment*, 10, 47-63.
- White, T. W. & Walters, G.D. (1989). Lifestyle Criminality and the Psychology of Disresponsibility. *Int J Offender Ther Comp Criminol*; 33; 257
- Wilson, R.J (1999). Emotional congruence in sex offenders against children. *Sexual Abuse: A Journal of Research and Treatment*, 11, 33-47.
- Wright, R. C., & Schneider, S. L. (1997). Deviant sexual fantasies as motivated self-deception. In B.K. Schwartz & H.R. Cellini (Eds.), *The sex offender: New insights, treatment innovations and legal developments* (pp. 8.1-8.14). Kingston, NJ: Civic Research Institute.
- Yochelson, S., & Samenow, S. E. (1976). *The criminal personality: Vol. I. A profile for change*. New York: Jason Aronson.